

VAGNER JOSÉ MOREIRA

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE TRABALHADORES EM LUTA
PELA TERRA: FERNANDÓPOLIS-SP, 1946-1964**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA**

2009

VAGNER JOSÉ MOREIRA

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE TRABALHADORES EM LUTA
PELA TERRA: FERNANDÓPOLIS-SP, 1946-1964**

Tese apresentada para Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA**

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M838m Moreira, Vagner José, 1971-

Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra:
Fernandópolis-SP, 1946-1964 / Vagner José Moreira. – 2009.
266 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Movimentos sociais rurais - Fernandópolis (SP) - História - Teses. 3. Trabalhadores rurais - Fernandópolis (SP) - História - Teses. 4. Conflito social - Fernandópolis - História - Teses. Perseguição política - Brasil - 1946 – 1964 -Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

VAGNER JOSÉ MOREIRA

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE TRABALHADORES EM LUTA PELA
TERRA: FERNANDÓPOLIS-SP, 1946-1964**

Tese apresentada para Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em História, área de concentração em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

Uberlândia, 10 de dezembro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Célia Rocha Calvo (UFU-MG)

Dra. Dilma Andrade de Paula (UFU-MG)

Dr. Rinaldo José Varussa (UNIOESTE-PR)

Dra. Yara Aun Khoury (PUC-SP)

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU-MG)
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

A construção da tese foi possível apenas porque envolveu o trabalho de muitos, desde o momento em que se vislumbrou a possibilidade de um projeto de pesquisa para o doutorado em História. Os agradecimentos não pagam a dívida que tenho para com esses amigos e companheiros. E escrever esses agradecimentos significa que o trabalho e o envolvimento de vocês não fora em vão.

Ao Prof. Dr. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, que orientou essa pesquisa, pela amizade, companheirismo e solidariedade intelectual, não medindo esforços no difícil trabalho de orientação de uma tese. Certamente, exigi no seu trabalho a “paciência histórica” e a confiança de que chegaria ao fim. Sou imensamente grato por ter acreditado na possibilidade da pesquisa e na construção da tese.

Aos professores da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, por ter acolhido o projeto e viabilizado a pesquisa, com orientações e sugestões extremamente pertinentes, as diversas disciplinas e atividades programadas, criando um ambiente acadêmico que alavancou os debates teórico-metodológicos, que fundamentaram a tese. Aos professores da Linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, Dra. Célia Rocha Calvo, Dra. Heloisa Helena Pacheco Cardoso, Dr. Paulo Roberto de Almeida, Dr. Sérgio Paulo Morais, Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, Dra. Dilma Andrade de Paula, Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa e Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Aos professores Dr. Alcides Freire Ramos, Dra. Rosangela Patriota, Dr. Antônio de Almeida e Dra. Jacy Alves de Seixas.

A Professora Dra. Déa Ribeiro Fenelon (in memoriam), que incentivou e corroborou a problemática da tese formulando sugestões valiosas sobre a militância comunista no interior de São Paulo.

Ao ambiente acadêmico propiciado pelos diversos mestrandos e doutorandos em História, muitos dos quais da Linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, que me acolheram fraternalmente em Uberlândia, situando-me quando a cidade. Correndo o risco de esquecer-me de muitos, meus sinceros agradecimentos a Paulo Inácio, Sheille, Harlei, Leandro, Rejane, Orlanda, Maria Gisele, Juliana, Tadeu, Renato, Rodrigo...

Por ocasião da Banca de Qualificação, meus agradecimentos aos professores Dr. Rinaldo José Varussa e Dra. Célia Rocha Calvo pelas as inúmeras sugestões e críticas. Espero ter encaminhado algumas das proposições elencadas.

A Banca de Defesa por ter aceitado o desafio de ler e avaliar a tese: Dra. Yara Aun Khoury, Dr. Rinaldo José Varussa, Dra. Célia Rocha Calvo e Dilma Andrade de Paula.

Aos trabalhadores da UFU, em especial do Instituto de História – UFU, sempre solícitos e atenciosos.

Aos trabalhadores do Arquivo Público do Estado de São Paulo – DAESP, sempre gentis, atendendo com paciência, disponibilizando toda a documentação solicitada, mesmo algumas de acesso restrito.

Aos trabalhadores do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL-UNICAMP, atenciosos, orientando e ensinando a perscrutar o acervo, as máquinas, e atendendo a solicitações desesperadas quando se percebeu que a digitalização do material havia ficado ilegível.

A Família Leone por disponibilizar para pesquisa o periódico Fernandópolis-Jornal.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Municipal de Fernandópolis, da Biblioteca Pública de Votuporanga, da Hemeroteca Municipal e Casa de Cultura de São José do Rio Preto, por disponibilizarem materiais fundamentais nessa pesquisa.

Aos companheiros de trabalho na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em especial da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, Antônio de Pádua Bosi, Aparecida Darc de Souza, Rinaldo José Varussa e Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro. A todos do Laboratório “Trabalho e Movimentos Sociais”.

Aos funcionários, professores e direção do Centro Universitário de Jales – UNIJALES, que nunca mediram esforços para estimular a pesquisa e o bom ambiente acadêmico.

As interlocutoras na pesquisa, companheiras de trabalho na FEF, amigas da vida diária, as professoras Perpétua Matos, Áurea Sugahara e Rosa Costa, que me incentivaram e apoiaram de sobremaneira.

Aos amigos Uilder Cácio de Freitas, Agnaldo Thomaz e Luciano Brás Marques pela acolhida em Jundiaí, facilitando o trabalho de pesquisa nos arquivos em São Paulo e Campinas. Novamente, ao Agnaldo que digitalizou um prontuário do DOSP que havia ficado para trás na pesquisa.

Aos amigos que contribuíram em diversos momentos: Sedeval Nardoque, Léo Huber, Zé Horácio e Fátima, Antônio Gilioti Filho, Padre Mário, Antônio Silvestrin e família, Amadeu Pessotta, Paulo Custódio, Silvio Lofego, Béco, Humberto, Cássio Tenani, Antônio Angeluci, Élide, Rosangela Bigulin...

Ao Rinaldo, Maria Angélica e família, pela amizade.

Aos ex-alunos do Ensino Básico Público do Estado de São Paulo, do Ensino Superior da UNIJALES e da FEF, que mediarão o processo de minha formação como professor e historiador.

Aos orientandos e ex-orientandos de iniciação científica na UNIJALES, FEF e UNIOESTE, por proporcionarem ambientes de reflexão intelectual.

Ao Eber Mariano Teixeira, que tirou cópias de teses na Biblioteca da PUC-SP.

A Vanda Maranini, que transcreveu de algumas entrevistas.

Aos sujeitos que permitiram entrevistá-los para essa pesquisa: Adahir Silva, Anna Zendron Figueiredo, Zenith Zedron Figueiredo, Antônio Gilioti, Antenor Ferrari, Amélia Silvestrin, Aurora Luiza F. de Oliveira, Esmênia Machado Lino, Helvio Pereira da Silva, Idalina Maldonado, Jacira Fortunato Godoy, Joaquim Baptista Lacerda, José Basílio, Maria Doralice de França Angeluci, Mário de Matos, Yara Maria Felisberto e Idelma Felisberto.

A dona Carmem Luiz da Costa, minha mãe, a Venício Francisco Moreira, meu pai (in memóriam) e ao Emerson Vinícios Moreira, meu irmão, com sua família, sempre presentes em minha vida.

A Mara Luiza, anjo, amor e companheira de toda a minha vida.

A Maia Aila, minha filha, inspiração para continuar acreditando que qualquer esforço é pequeno na luta por uma sociedade justa, fraterna, solidária e igualitária.

Aos trabalhadores que fizeram e fazem da luta pela terra a luta por uma nova sociedade!
Ao comunista Antônio Joaquim.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto a problematização do processo histórico e social de construção de memórias sobre o movimento social dos trabalhadores em junho de 1949 em Fernandópolis, comumente conhecido como “levante comunista” ou movimento de “revolução agrária”. Naquele ambiente socialmente compartilhado, do final da década de 1940 e nas duas décadas seguintes, os trabalhadores mobilizaram-se e organizaram-se em diversos movimentos sociais de luta contra a exploração e dominação vivida no campo e na cidade. O processo histórico vivido pelos trabalhadores estava relacionado a situações extremadas, envolvendo a pressão e exploração do latifúndio, a organização de movimentos diversos, a luta política partidária, a repressão política e policial do DOPS e a vida na clandestinidade; enfim, limites, pressões e expectativas da vida diária. Entre as diversas lutas que organizaram, a luta pela terra marcou um momento de politização da luta de classes, cujos trabalhadores instituíram modos de vida e de luta próprios. As problemáticas foram delimitadas na confluência da vida diária e aos significados que os trabalhadores atribuíram ao processo de elaboração de projetos diversos para as suas vidas, entre esses, a luta pela terra, na relação com significados, práticas e valores hegemônicos. Perscruto na pesquisa processos criminais, inquéritos policiais, prontuários do DOPS, imprensa e a fonte oral. Portanto, o processo histórico e social de construção das memórias sobre o movimento social dos trabalhadores de junho de 1949, as experiências de luta pela terra e a militância política em Fernandópolis levou-me a identificar a memória como um dos lugares da disputa pela hegemonia na cidade e o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 como a expressão de memórias divididas e culturas de classe.

Palavras-chave: Trabalhadores. Questão agrária. Criminalização dos Movimentos Sociais. Memória e História.

ABSTRACT

The research aims to quest the historical and social process of memories construction about the workers' social movement in June 1949 in Fernandópolis-SP, commonly known as "communist insurgence" or movement of "agrarian revolution". Workers mobilized and organized themselves into various social movements that struggled against exploitation and domination lived in the field and city in the socially shared environment of late 1940 and the following two decades. The historical process experienced by the workers was related to extreme situations involving pressure and exploitation of the large landowners, the organization of various movements, the politic struggle, the political and police repression of the DOPS and life in hiding; finally, limits, pressures and expectations of the daily life. Among the various struggles that the organized, the struggle for land marked a politicization moment of the class struggle where workers have established ways of life and struggle by themselves. The questioning were outlined in the convergence of daily life and the meanings that workers assigned to the process of developing several projects for their lives, among them, the struggle for land, in relation to meanings and hegemonic values and practices. We inspect in the criminal research, police investigations, records of DOPS, the press and oral narrative. Therefore, the historical and social process of construction of memories about the social movement of workers in June 1949, the experiences of the struggle for land and political militancy in Fernandópolis led me to identify the memory as one of the places of contention for hegemony in the city and workers movement at June 1949 as the expression of shared memories and class cultures.

Keywords: Workers. Agrarian, Criminalization of social movements. Memory and History.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I	
<i>Memórias em disputa: o movimento dos trabalhadores de 1949 e a luta pela terra no presente</i>	41
CAPÍTULO II	
<i>“A partida de feijão está pronta”: entre processos, fatos e fabulações</i>	86
CAPÍTULO III	
<i>“Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo”: entre intencionas, rebeliões e levantes, a ousadia do movimento dos trabalhadores de 1949</i>	142
CAPÍTULO IV	
<i>“Situação difícil aquele tempo”: memórias em movimento e os levantes dos trabalhadores</i>	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
FONTES	249
BIBLIOGRAFIA	252
ANEXOS	264

APRESENTAÇÃO

*A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa
muito árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos
esquemáticos.*

E. P. Thompson

*Então, o que quero investigar é o sentido mais profundo
deste acontecimento, à luz da diferença entre o que se
passou e as múltiplas maneiras de recordá-lo.*

Alessandro Portelli

Era a noite aprazada de 23 para 24 de junho do ano de 1949, noite de festejos de São João em Fernandópolis, região Noroeste do Estado de São Paulo, escolhida para dar início à “revolução agrária” e “comunista no Brasil”. No campo e na cidade, um grupo de trabalhadores projetou o movimento que iria tirar da miséria todos os trabalhadores, eliminar a injusta condição social reinante no país, por fim ao absolutismo dos patrões, à escravidão, a ganância e a exploração dos intermediários. Declarava-se a inutilidade de se trabalhar para outrem e a distribuição gratuita da terra. O movimento queria ainda encerrar de vez as ações imperialistas no país¹. A narrativa é uma entre muitas versões para o movimento social dos trabalhadores acontecido em junho de 1949, na cidade de Fernandópolis. A perscrutação do processo histórico e social de construção de memórias² desse movimento social constitui-se na problemática da tese.

A região em que está localizada a cidade de Fernandópolis já foi descrita como “sertão de São José do Rio Preto”, “Oeste Paulista”, “Alta Araraquarense”. Atualmente, é denominada “Noroeste paulista”. Fernandópolis tornou-se município em 1º de janeiro de 1945 e, anteriormente, pertencia ao extenso município de Tanabi. De 1945 a dezembro de 1948, os limites territoriais de Fernandópolis foram delimitados pelos rios Grande, Paraná e São José dos Dourados³.

Tradicionalmente, a região de Fernandópolis é descrita como uma área de “expansão da fronteira” construída pela “marcha pioneira” nos “sertões” da Alta Araraquarense por meio

¹ PROCESSO CRIME n. 140, de 1949. Comarca de Votuporanga-SP, passim.

² KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004, p 116-138.

³ As Figuras 1, 2 e 3, em Anexos, dimensionam o território ocupado pelo município de Fernandópolis. O Senso de 1950, publicado no periódico Fernandópolis-Jornal, informa que município de Fernandópolis é composto de 5 distritos: Distrito da Sede Municipal/Cidade 5.670 habitantes. Zona Rural 21.895 habitantes. Distrito Indiaporã 830 habitantes. Distrito Meridiano 316 habitantes. Distrito Macedônia 588 habitantes. Distrito Pedranópolis 224 habitantes. Total: 29.523 habitantes. Cf. FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. n. 277, 27/05/1951, p. 1.

da ação dos “infatigáveis continuadores dos bandeirantes”, responsáveis pelo “desbravamento das terras incultas”. A narrativa histórica construída a partir da perspectiva dos “destemidos desbravadores” privilegia e elege como sujeitos históricos os que foram identificados como “pioneiros” na “edificação” dos “alicerces da cidade”⁴, promovendo uma memória laudatória e hegemônica.

No entanto, é certo que as diversas cidades edificadas nessa região constituíram-se a partir da especulação imobiliária da burguesia paulista e da sua política de “indústria de cidades”⁵, em que “[...] a grilagem de terras, a fundação de cidades, a especulação imobiliária e os conflitos de terras foram comuns”⁶.

As disputas em torno dos sentidos do passado revelam dimensões das contradições vividas, das relações dominantes de poder e da luta de classes. O processo de ocultação histórica de experiências sociais dos trabalhadores, em seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, tem sido utilizado na composição de um saber histórico dominante – hegemônico. As versões narrativas do movimento de trabalhadores em 1949 em Fernandópolis estão marcadas por disputas em torno dos sentidos da memória, cujo processo histórico vivido é significado, por vezes, pelo esquecimento ou a recusa em lembrar desse passado, bem como pelo “medo” que o movimento provocou junto à “população da cidade”. Versões sobre a “ameaça comunista” parecem povoar as memórias de muitos.

Por outro lado, reminiscências sobre o movimento de 1949 relacionam as lutas dos trabalhadores nas décadas de 1940-50 às lutas pela terra promovidas pelos trabalhadores

⁴ COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996, p. 10-16.

⁵ O historiador Biscaro Neto afirma que: “Na década de 40, o extremo paulista tornou-se alvo dos investimentos imobiliários no campo, época em que a cafeicultura estava em crise e muitos meeiros e arrendatários de lavouras cafeeiras procuraram investir suas economias na compra de terras”. O historiador assume uma posição crítica na análise do processo de expansão do capital, discutindo o “imaginário em torno da terra prometida”, mas reproduz a categoria de “pioneiro” para descrever e identificar sujeitos diversos nesse processo. Cf. BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 16.

⁶ As versões sobre o processo de ocupação da região Noroeste do Estado de São Paulo parecem convergir para a afirmação de que em 1830 o mineiro Patrício Lopes de Souza, que já tinha posses na antiga Província de Mato Grosso, fixando moradia em Paranaíba e abrindo fazendas e estendendo seus domínios para a região Noroeste do Estado de São Paulo. O geógrafo Sedeval Nardoque, que investigou processos de grilagem na região, afirma que os “supostos herdeiros” de Patrício Lopes de Souza entraram na Justiça em 1943 para legitimar a posse dessas terras, já que as mesmas haviam sido “griladas e vendidas”. O que chama a atenção é a assertiva de que essa área já estava “ocupada antes mesmo da chegada de Patrício Lopes de Souza”, pois na Ação na Justiça, “há referências sobre a presença de posseiros anteriores a Patrício, que ali praticavam agricultura e possuíam moradias. Mesmo com o mineiro, ficam evidentes os conflitos pela posse da terra na Ponte Pensa, quando Patrício expulsou “uns homens” que estavam na fazenda, como afirmam os documentos.”. Cf. NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro. p. 35, 39-40.

rurais sem-terra hodiernos. Esse fato relevante constitui-se um indício e evidência de experiências vividas que não podem ser reduzidas a um “movimento comunista de revolução agrária” ou “levante comunista”. Os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorreram naqueles tempos no campo e na cidade podem ser descritos e interpretados como levantes de trabalhadores na luta por direitos e contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, tanto quanto, em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra.

A construção histórica e social de memórias sobre o movimento dos trabalhadores no ano de 1949 em Fernandópolis evidencia a disputa e a construção da memória em torno do termo “levante”, na descrição e interpretação dos movimentos sociais. Naquele momento histórico, a noção foi apropriada pelos agentes do DOPS⁷, pelos entes da Justiça e pela imprensa, sendo disseminada no social com o adjetivo “comunista”. Esse fato foi deliberado com o objetivo de criminalizar policial e politicamente os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorriam desde 1946, pelo menos, na região de Fernandópolis.

Parte significativa do debate e da formulação coevos, debate acadêmico ou elaborado no calor da prática da militância política sobre a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, limita-se a discutir a repressão política e policial dos movimentos sociais ocorridos no nesse século. A politização do debate sobre as ações da polícia militar e da Justiça é necessária e justifica-se pelo ambiente vivido de luta de classes no Brasil, tendo em vista a execução e conivência na investigação de assassinatos de trabalhadores rurais sem terra na

⁷ Na presente tese, utilizo a sigla DOPS para “Departamento de Ordem Política e Social”, como órgão da “Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo”, como está impresso nos diversos documentos utilizados para essa pesquisa. O DOPS foi criado no Estado de São Paulo em 30/12/1924 e a sigla DEOPS, para “Departamento Estadual de Ordem Política e Social”, tornou-se usual posteriormente, em 1975, alterando inúmeras vezes a sua denominação durante esse período. Geralmente, a Seção Política do DOPS era encarregada de investigar e reprimir as organizações políticas e a Seção Social, encarregada de investigar e reprimir os movimentos sindicais e diversos movimentos sociais por direitos trabalhistas e sociais, para, assim, forjar uma suspeição generalizada e estigmatizada sobre diversos sujeitos e organizações e movimentos. Sobre o DOPS/SP há uma produção historiográfica considerável, produzida a partir de projetos celebrados entre historiadores do DH-FFLCH-USP e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde o acervo do DOPS paulista está arquivado. Cf. AQUINO, M. A. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M. A. et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. AQUINO, M. A. et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. ; _____. **Em busca do crime político**. Família 50. Dossiês DEOPS/SP. Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. _____. **No coração das trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001. _____. **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o anticomunismo**: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. BRUSANTIN, B. M. **Na boca do sertão**: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Inventário DEOPS). CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002. SILVA, E. A. **O despertar do campo**: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Inventário DEOPS).

luta pela terra, na convivência com massacres, atentados e repressão ao Movimento dos Sem Terra (MST), cujas lideranças dos trabalhadores são mantidas em suspeição pelo monitoramento policial e político com o objetivo deliberado de criminalizar as lutas dos trabalhadores nos dias de hoje, mormente a luta pela reforma agrária. Os projetos de sociedade em disputa nas últimas décadas firmam-se na (não) manutenção da concentração fundiária e na resolução (ou não) da questão agrária no Brasil.

O ódio das oligarquias rurais e urbanas não perde de vista um único dia, um desses novos instrumentos de organização e luta criados pelos trabalhadores brasileiros a partir de 1984: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. E esse Movimento paga diariamente com suor e sangue – como ocorreu há pouco no Rio Grande do Sul, por sua ousadia de questionar um dos pilares da desigualdade social no Brasil: o monopólio da terra. O gesto de levantar sua bandeira numa ocupação traduz-se numa frase simples de entender e, por isso, intolerável aos ouvidos dos senhores da terra e do agronegócio. Um País, onde 1% da população tem a propriedade de 46% do território, defendida por cercas, agentes do Estado e matadores de aluguel, não podemos considerar uma República. Menos ainda, uma democracia⁸.

Todavia, a prática de criminalizar os movimentos sociais dos trabalhadores não é efêmera, fortuita e eventual. A criminalização aos movimentos sociais dos trabalhadores constitui-se em prática de repressão que pode ou deve ser historicizada desde a invasão do continente pelos europeus e da massificação do trabalho escravo!⁹

Olhar em perspectiva para o passado levou-me a identificar a noção de “levante” como um termo ambivalente, que não deve ser abandonado pelo historiador, pois descreve práticas

⁸ MANIFESTO Em defesa da democracia e do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8178>>. Acesso em: 02 out. 2009. O texto do “Manifesto” foi atribuído a Plínio de Arruda Sampaio, Osvaldo Russo, Hamilton Pereira, Alípio Freire e Heloísa Fernandes. Cf. APOIO da sociedade inviabiliza a instalação de CPML. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8254>>. Acesso em: 02 out. 2009.

⁹ Karl Marx discute em “A assim chamada acumulação primitiva” a “Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para o rebaixamento dos salários”, em que afirma: “Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os transformava como criminosos ‘voluntários’ e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam.” Cf. MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 265. Esse processo histórico de “criminalização” das lutas dos trabalhadores no capitalismo foi problematizado por outros historiadores. Cf. LINEBAUGH, P; REDIKER, M. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a histórica oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

de lutas e compõe a tradição de lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores e, tendo assim sido objeto da historiografia¹⁰. As disputas em torno da memória do movimento habilitam o uso do termo “levante” como um dos termos para a descrição das diversas lutas dos trabalhadores naquele período: alguns trabalhadores se “levantaram”, ou se deslocaram politicamente em movimento social, para lutar contra o pagamento da renda e os despejos das fazendas. Outros lutavam para minimizar a exploração do assalariamento, do armazém, do “câmbio negro” e das duras condições de vida. Outros, ainda, levantavam-se para lutar movidos pelo projeto da terra repartida, bem como de trabalhar na própria terra. Houve também aqueles trabalhadores que lutavam, sim, que “levantaram-se” por uma “revolução agrária e comunista”.

O movimento dos trabalhadores de 1949 surgiu como possibilidade de pesquisa historiográfica quando retornei para Fernandópolis no final do ano de 1999 por questões profissionais, depois de passar quase a década de 1990 inteira morando e trabalhando em Jundiaí-SP. A problemática pesquisada durante o mestrado¹¹ ainda movia meus interesses de pesquisa, mas o trabalho de pesquisa era dificultado pela distância de Sumaré-SP, local referente ao recorte de pesquisa, bem como por compromissos profissionais e políticos por mim assumidos naquele momento¹². As temáticas sobre movimentos sociais de luta pela terra, experiências de reforma agrária ou experiências de trabalhadores rurais eram base de meus projetos de militância política e anseios por pesquisa historiográfica.

A ansiedade em continuar desenvolvendo pesquisa, mas ainda sem uma convicção de o quê pesquisar – uma experiência histórica específica –, levou-me a fazer a leitura de um livro publicado em 1996 sobre a história da cidade¹³, em especial, o artigo sobre o “levante comunista”¹⁴. Apenas no meu retorno à cidade tive conhecimento desse acontecimento. O desconhecimento desse fato envergonhava-me na época, pois nasci e vivi na cidade por boa parte de minha vida e, mesmo morando um tempo fora, sempre estava visitando meus

¹⁰ Cf. HOBBSBAWM, E. J; RUDÉ, G. Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1982. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹ Cf. MOREIRA, V. J. **Trabalhadores na luta pela terra**. Campo e cidade: valores, memórias e experiências de trabalhadores rurais sem-terra. Sumaré – 1980-1997. 1998. 156 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

¹² A temática relativa à intenção frustrada para a pesquisa de doutorado era ampliar a problematização sobre a “composição das memórias” dos trabalhadores rurais sem-terra de Sumaré.

¹³ PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

¹⁴ COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

familiares em Fernandópolis. Perguntava-me: como era possível nunca ter ouvido falar de um movimento revolucionário como esse, dadas minhas vivências e militância política na cidade? Como que esse movimento não compunha a tradição e as memórias das lutas dos trabalhadores da cidade?

Por um tempo, o artigo sobre o “movimento comunista” me fez estar cético quanto à possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa com o rigor de uma tese, dado o falecimento ou desconhecimento do destino dos trabalhadores envolvidos no movimento; eram ausentes evidências e fontes para a pesquisa historiográfica. Não me parecia possível ir além do que haviam feito as autoras do artigo.

No entanto, em 2005, comecei a pensar seriamente na viabilidade da pesquisa, quando recebi das autoras do artigo a cópia do processo criminal¹⁵ oriundo do indiciamento dos trabalhadores do “levante comunista” e fui ao Arquivo do Estado de São Paulo, verificando a possibilidade da pesquisa no acervo do DEOPS, onde encontrei fichas e prontuários dos diversos trabalhadores relacionados ao movimento. Nesse momento, desconfiava da versão dos fatos apresentada no artigo de título “Semente comunista em solo conservador”. Todavia, desse artigo e sua publicação na unidade final do livro sobre a “história da cidade”, item “Temas e propostas de trabalho”, constituem evidência de um ambiente e de um momento da disputa em torno da memória, e da “memória dividida”¹⁶, sobre os movimentos sociais dos trabalhadores em Fernandópolis. Afirmar histórica e politicamente um passado de lutas de comunistas na cidade por meio do artigo parecia querer estabelecer relação com as lutas dos trabalhadores ocorridas desde o início da década de 1980 na cidade.

Apenas no período entre o final de 2005 e janeiro de 2006, durante a escrita de meu projeto de doutorado¹⁷, sistematizei melhor as problemáticas e a idéia de uma tese. Naquele momento, propus a noção de “práticas comunistas” para descrever as diversas experiências dos trabalhadores na luta pela terra no eixo Fernandópolis/São José do Rio Preto, direcionando a pesquisa para a problematização da política agrária do Partido Comunista do

¹⁵ Gentilmente, a professora Rosa Maria Souza Costa repassou o referido processo criminal (PROCESSO CRIME nº. 140, de 1949, da Comarca de Votuporanga-SP) e conversou comigo por horas, relatando a sua experiência de pesquisa, conjuntamente com as professoras Áurea Maria de Azevedo Sugahara e Perpétua de Matos Malacrida, indicando possíveis entrevistados. Os diversos e extensos diálogos com Áurea Sugahara e Peta Matos foram profícuos para o início da pesquisa.

¹⁶ PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

¹⁷ MOREIRA, V. J. Culturas, memórias e práticas comunistas de luta pela terra no eixo Fernandópolis – São José do Rio Preto, 1945-1955. Projeto de Pesquisa em História Social. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2006.

Brasil¹⁸ (PCB) no período. Hoje, a noção está em desuso, mas aponta o lugar que a instituição PCB ocupava em minhas elaborações teórico-metodológicas. Ainda durante a elaboração do projeto, e sem um lugar definido na problematização do movimento, minhas atenções estavam direcionadas para a discussão das memórias sobre o “levante comunista”, a partir dos referenciais teórico-metodológicos da obra “Muitas memórias, outras histórias”¹⁹.

Com o início do doutorado, dos diversos debates no interior das disciplinas e das atividades da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, a tese foi sendo definida²⁰; corroborou meus esforços teóricos a leitura do artigo e do livro de Alessandro Portelli sobre as memórias do massacre das Fossas Ardeatinas, principalmente quando da afirmação: “Então, o que quero investigar é o sentido mais profundo deste acontecimento, à luz da diferença entre o que se passou e as múltiplas maneiras de recordá-lo [...]”²¹.

A possibilidade de problematizar as diferentes versões e as disputas em torno das memórias sobre o “levante comunista” levou-me a reformular a tese. O avanço na pesquisa de fontes diversas contribuiu para a reconsideração do objeto da pesquisa. Esse processo de reflexão permitiu-me compreender o porquê essas memórias e histórias de movimentos de trabalhadores de 1949, ou mesmo a “história do levante comunista”, não constitui parte da tradição histórica de luta dos trabalhadores da cidade, assim como uma referência na luta dos trabalhadores no presente. Memórias e histórias de lutas de trabalhadores não têm lugar na “história da cidade” e esse processo denuncia a memória e história de classe publicada e ensinada na cidade.

A partir de diversas evidências e materiais históricos sobre as experiências desses trabalhadores, perscruto narrativas e suas respectivas versões sobre o movimento que ficou

¹⁸ A sigla PCB identificou o Partido Comunista do Brasil de 1922 até agosto de 1961, quando o nome do partido passa a ser Partido Comunista Brasileiro. A sigla PCdoB passou a identificar o Partido Comunista do Brasil a partir de fevereiro de 1962. A conjuntura internacional, a partir de 1956, com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e as disputas de projetos no interior do movimento comunista nacional, devem ser consideradas para a compreensão desse processo de reorientação partidária e mudanças no interior do PCB e a criação do PCdoB. Cf. SALES, J. R. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. **Cadernos AEL**, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970. Campinas/SP, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, p. 13-47, 2001.

¹⁹ FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

²⁰ Para o conhecimento das perspectivas da Linha de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” do curso de Pós-Graduação em História da UFU, Cf. ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (Orgs.). **Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

²¹ PORTELLI, A. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectiva**, Uberlândia, n. 25/26, p. 09-26, jul./dez. 2001; jan./jun.2002, p. 12. A problematização das fontes orais e da produção da memória em torno do massacre das Fossas Ardeatinas foram discutidas no livro em Portelli, Cf. PORTELLI, A. **La ordem ya fue ejecutada**. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

comumente conhecido na cidade e na região como “levante comunista de Fernandópolis”. A problemática da tese são as contradições e disputas em torno desse processo histórico e social em que memórias constroem histórias sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 na cidade.

Problematizar memórias que produziram histórias sobre o movimento de trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949 em Fernandópolis passou a orientar o desenvolvimento da pesquisa de fontes e o diálogo com as evidências. O processo de reflexão inicia-se a partir da problematização de algumas narrativas orais produzidas em 1996 para escrita de um artigo sobre o “levante comunista”²², publicado no livro sobre a “história da cidade”, bem como a problematização de narrativas orais produzidas pelo pesquisador para esta pesquisa. As narrativas orais produzidas em 1996 trataram de temas diversos relacionados ao processo de ocupação do espaço, formação da cidade e à sua história política, edificando e mitificando narrativas e sujeitos. O movimento de trabalhadores de 1949 foi objeto específico de algumas entrevistas e assunto tratado em outras entrevistas. Desde o início da pesquisa, a utilização dessas fontes orais, produzidas por outros pesquisadores, apresentou-se como uma possibilidade e uma problemática²³.

A utilização dessas fontes orais levou-me a problematizar o processo de produção das entrevistas, a relação entrevistador/entrevistado, a subjetividade dos sujeitos, assim como a produção de enredos, atos interpretativos, procedimentos narrativos e simbólicos. As questões formuladas pelos pesquisadores estavam inseridas dentro de determinadas perspectivas e de determinadas pressões. O diálogo estabelecido entre entrevistador, com suas perguntas, e entrevistado, com suas respostas, tanto quanto a subjetividade produzida a partir dessas relações, constituem fatores que impactaram a construção desses materiais e os sentidos atribuídos às experiências vividas e às versões sobre o movimento de trabalhadores de junho de 1949, marcadas pelo lugar que estes sujeitos ocuparam nesse processo histórico. As narrativas orais problematizadas desvelam os diversos projetos de sociedade e memórias em disputa, assim como a produção social de memórias sobre os trabalhadores e seus movimentos.

²² COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 280-310.

²³ Sobre a utilização de fontes orais produzidas por outros pesquisadores, Cf. CARDOSO, H. H. P. Memórias de um trauma: o massacre na GEB (Brasília – 1959). In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, ampliei a pesquisa de materiais relacionados ao acervo do DEOPS, identificando e digitalizando prontuários relacionados aos trabalhadores implicados como réus no processo criminal e demais trabalhadores identificados como comunistas na cidade, prontuários que eram da “Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto”, da “Associação Agropecuária de São José do Rio Preto”, das delegacias de polícia da região, da “Liga Camponesa”, prontuário do PCB e da Pasta Temática “Camponeses – Agitação Rural”.

A pesquisa de materiais de imprensa foi realizada no acervo da família proprietária do “Fernandópolis-Jornal”, na Biblioteca Pública de Votuporanga (o periódico “Oéste Paulista”); na Hemeroteca Municipal de São José do Rio Preto, anexa à Casa de Cultura (os periódicos “A Notícia”, “A Folha de Rio Preto” e a revista “O Cruzeiro”); no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (os periódicos “Terra Livre”, “Hoje”, “Folha da Tarde”, “Correio Paulistano”, “Diário de São Paulo” e “Diário da Noite”); e no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/UNICAMP (os periódicos “A Classe Operária”, “Voz Operária”, “Terra Livre”, “Problemas” e “Fundamentos”). Nesses acervos, busquei mapear os diversos jornais publicados no período e disponíveis para pesquisa, que narraram, de alguma forma, o movimento de trabalhadores em Fernandópolis em 1949²⁴. Os artigos e reportagens identificados como sendo relacionados ao movimento de trabalhadores de 1949 ou às condições de vida dos trabalhadores rurais foram digitalizados para facilitar o fichamento posterior desses materiais.

No arquivo da Delegacia de Polícia de Fernandópolis iniciei uma pesquisa a partir dos nomes dos trabalhadores implicados no movimento de 1949. No entanto, encontrei poucos prontuários²⁵. Os prontuários que encontrei, inexplicavelmente se encontravam pouco documentados, contrastando com os prontuários do DOPS. O recorte temporal da pesquisa foi de 1949 a 1960, período que referenciou a seleção de prontuários relacionados a conflitos de trabalhadores no campo. Foram encontrados e digitalizados prontuários com inquéritos policiais diversos relacionados às condições de vida e tensões vividas naqueles tempos. Surpreendeu-me o fato de o inquérito policial do movimento dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949 ter sido arquivado no prontuário de uma das “vítimas”, José Honório da

²⁴ A Biblioteca Mario de Andrade encontrava-se em reforma no período e indisponível para a pesquisa. Assim, alguns jornais, como “A Folha de São Paulo” e o “O Estado de São Paulo” não foram pesquisados. Embora o Arquivo Público do Estado de São Paulo possui em seu acervo tais jornais, os exemplares publicados no período não estavam disponíveis para pesquisa.

²⁵ Cf. GINZBURG, C. **Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989. Especialmente, o artigo “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico” fundamentou minhas pesquisas nos arquivos.

Silva. A pesquisa no arquivo da Delegacia de Polícia de Fernandópolis foi um penoso desafio, pois partes significativas dos prontuários não estavam organizadas por ano e por nome, mas, literalmente, amontoados no chão de uma das salas da Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Ironicamente, um motim de presos e incêndio na Delegacia de Polícia levou à transferência de parte dos presos e a organização do arquivo.

A partir dos indiciados nos inquéritos policiais localizados nos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, principalmente a partir dos nomes de trabalhadores considerados réus no processo criminal referente ao “levante comunista de 1949” e de indiciados em casos de esbulho possessório, iniciei uma pesquisa junto aos cartórios anexos aos Fóruns de Fernandópolis²⁶ e de Votuporanga, com o objetivo de identificar os números dos processos criminais oriundos dos indiciados em inquéritos policiais da Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Foi possível identificar 22 processos no Fórum de Votuporanga²⁷. No entanto, não obtive sucesso, já que os arquivos dos Fóruns paulistas foram deslocados para um arquivo privatizado, localizado na cidade de Jundiaí. Para ter acesso aos processos é necessário protocolar ofício ao Juízo de Direito da comarca originária do processo e “torcer” para que esses processos tenham sido identificados e cadastrados em função do deslocamento

²⁶ O município de Fernandópolis foi transformado em Comarca apenas em 1953.

²⁷ Cf. JUÍZO DE DIREITO. 1ª. VARA CRIMINAL. Providências 01/08. Requerido: Vagner José Moreira. 22 de fevereiro de 2008. O Juiz de Direito da 1ª. Vara Criminal Jorge Canil deferiu o ofício encaminhado para desarquivamento e acesso, incluindo cópia, dos processos abaixo relacionados para fins de pesquisa acadêmica, com o seguinte despacho “Em não se tratando de processos em que tinha sido determinado o sigilo, defiro a consulta, arcando o interessado com as despesas do desarquivamento e da extração de cópias”:

- 1) José Beran e Euflí Jalles, Processo n. 785 de 03/07/1946.
- 2) José Francisco dos Santos (José Pompeu), Processo n. 1332 de 22/10/1946.
- 3) Pedro Gonçalves, Processo n. 1349 de 13/11/1946.
- 4) Maximiano José de Souza, Processo n. 1594 de 19/09/1947.
- 5) Leopoldino Fernandes Siqueira (Leopolpo) e outro, Processo n. 09 de 03/03/1948.
- 6) Fernando Jacob e Antônio Joaquim (autores), Processo n. 98 de 15/03/1949.
- 7) Alberto Ribeiro Bayão, Amado de Souza e Olinto Longo, Processo n. 111 de 27/04/1949.
- 8) Fernandes José Marcelino, Processo n. 141 de 16/08/1949.
- 9) Pedro Gonçalves e outros, Processo n. 155 de 06/09/1949.
- 10) Leopoldino Fernandes Siqueira (Leopolpo), Processo n. 209 de 09/12/1949.
- 11) José Francisco dos Santos (José Pompeu), Processo n. 221 de 30/01/1950.
- 12) Prezilino Alvez Guimarães, Processo n. 276 de 27/06/1950.
- 13) Avelino Fernandes, João Burlina, Maximiano José de Souza e outro, Processo n. 277 de 02/08/1950.
- 14) José Ferraz Negão, Processo n. 285 de 17/08/1950.
- 15) Lazaro dos Santos e outros, Processo n. 299 de 29/09/1950.
- 16) Mario Longo e outros, Processo n. 354 de 01/03/1951.
- 17) Mario Longo e outros, Processo n. 407 de 23/08/1951.
- 18) João Pereira Zequinha e outro, Processo n. 429 de 06/11/1950.
- 19) Mario Longo, Processo n. 354 de 01/03/1954.

O Juiz de Direito da 2ª. Vara Criminal Sérgio Serrano Nunes Filho deferiu o ofício encaminhado para acesso e desarquivamento e acesso, incluindo cópia, dos processos abaixo relacionados para fins de pesquisa acadêmica:

- 1) Antônio Alves dos Santos, Processo n. 459 de 15/02/1946.
- 2) Antônio Alves dos Santos e outros, Processo n. 113 de 29/04/1949.
- 3) Antônio Alves dos Santos e outros, Processo n. 140 de 23/08/1949.

até o arquivo em Jundiá, que, parece, era de responsabilidade dos cartórios originários. Caso contrário, a localização destes torna-se impossível e os mesmos se “perdem” no arquivo da *Recall do Brasil Ltda.*, empresa terceirizada que se exime de qualquer responsabilidade quando os processos não foram identificados e cadastrados, apenas realizando busca pelo sistema informatizado. Os processos estão lá, mas perdidos em meio à multidão de processos que povoa esse arquivo. Tive acesso apenas a um desses processos. Parece-me que não “torci” o bastante e os processos não foram identificados e cadastrados!

A diversidade de trabalhadores (arrendatários, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, “colonos”, pequenos e médios proprietários, professores, comerciantes, advogados) vivenciava uma arena de relações sociais que expressavam normas e expectativas diversas do viver no campo e na cidade, embora alguns compartilhassem de perspectivas políticas que os aproximavam.

Essa complexidade do vivido direcionou a pesquisa para a diversidade de sujeitos que habitavam a cidade e o campo durante as décadas de 1940 e 1950. Para apreender essa diversidade, realizei algumas entrevistas com trabalhadores sem nenhuma relação com o movimento de 1949, mas que habitavam a região naquele período. A perspectiva que fundamenta a problematização dos diversos materiais históricos parte de uma noção do movimento de trabalhadores de 1949 em Fernandópolis como injunção, ou ponto de confluência, de muitas experiências de luta, assim como expressão de culturas de classe. A partir dessa noção, busquei evidências sobre os modos de vida e de luta dos trabalhadores em Fernandópolis.

O processo de formulação dos referenciais teórico-metodológicos é um processo contínuo, ativo e dinâmico que exige sempre a reflexão e sistematização sobre as problemáticas relevantes. Com o sentido definir o meu posicionamento político-teórico e o lugar historiográfico do qual estou partindo, bem como quais questões essa tradição historiográfica tem formulado, apresento algumas discussões consubstanciadas em indagações que nortearam a pesquisa: O que está sendo chamado de cultura e de experiência social? O que significa e quais as implicações teóricas e políticas para a pesquisa em História reafirmar “outras Memórias e outras Histórias”? Como organizar a pesquisa ao apontar outras Memórias e outras Histórias sobre o movimento de 1949 em Fernandópolis? Como pesquisar e privilegiar as diferenças, a pluralidade e a multiplicidade de experiências sociais e não cair nas armadilhas da perspectiva pós-moderna – de perceber a diversidade cultural e, meramente, descrevê-la ou inventariá-la –, e sim problematizar tensões, conflitos e

antagonismos sempre presentes em culturas de classe? Quais as implicações para a pesquisa em considerar as diversas evidências, fontes, como linguagens? Que lugar ocupa as fontes e os sujeitos da pesquisa no texto do historiador?

A idéia de cultura e a complexidade de suas versões impõe ao pesquisador a problematização e a definição da perspectiva trilhada no caminho da pesquisa. Para a tradição marxista inglesa da História Social do Trabalho, as culturas da classe trabalhadora – nas suas relações com práticas, significados e valores hegemônicos –, têm sido pesquisadas com vigor e sempre delimitadas para a expressão e compreensão de modos de vida globais, em todas as dimensões da experiência humana. Compreendo cultura como os modos de vida e de luta expressos nas práticas, nos processos simbólicos, nos rituais, nas tradições, na elaboração/reelaboração de valores, nas diversas formas de lazer, no viver no campo e no viver na cidade, fatores esses sempre permeados por tensões e contradições²⁸.

E. P. Thompson, historiador dessa tradição marxista, nomeou essa relação como a “‘genética’ de todo o processo histórico”, em que as experiências e as culturas de classe exercem pressão sobre o conjunto das experiências humanas. O historiador observa que a “experiência” e a “cultura” estão sempre em relação nos processos históricos vivenciados por sujeitos diversos. O ser social, em sua vida diária, *dialoga* com a consciência social. Esse diálogo tenso é que compreende o local para o “fazer-se” da experiência, e a experiência é a “resposta mental e emocional” aos acontecimentos da vida diária. Para Thompson, os sujeitos “experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.” A partir dessa perspectiva, a cultura “pode ser descrita como consciência afetiva e moral”²⁹.

Thompson corrobora a formulação da premissa que fundamenta o diálogo interdisciplinar entre a história e a antropologia e entre a história e a sociologia³⁰. O diálogo

²⁸ Cf. WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 189.

³⁰ E. P. Thompson, no artigo escrito em 1966, “A história vista de baixo”, delineia uma postura metodológica para o diálogo da história com a sociologia: “O que costumava ser história operária pode, de fato, constituir excelente terreno de teste para a sociologia histórica. Isso não significa – e seria deplorável se o fosse – a desajeitada retomada de uma terminologia mal digerida e de categorias de uma determinada escola sociológica impondo-as ao conhecimento histórico existente. Onde isso acontece, o resultado é danoso para ambas as disciplinas. Trata-se, muito mais, de uma questão de interpenetração mútua. Por meio dela, o historiador encontra novos problemas para pesquisa na produção sociológica contemporânea, ou novos modos de abraçar velhos problemas”. Cf. THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 191.

com a antropologia tem sido relevante à medida que o processo histórico diverso é problematizado a partir de novas questões, novos problemas. O autor assevera que as aproximações entre as disciplinas permitem ao historiador a formulação de categorias que permitem compreender melhor as experiências complexas e plurais. Todavia, estas sempre precisam ser testadas na pesquisa empírica:

[...] o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia³¹.

A partir desta perspectiva historiográfica é possível problematizar, descrever e interpretar os modos de viver, assim como as lutas, as formas de organização, o viver diário repleto de costumes, normas, valores e tradições, privilegiando a pluralidade do fazer histórico. Como afirma Thompson em outra obra, sem “separar os resíduos culturais do seu contexto [...], o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”³². O autor aponta que muitas lutas ou disputas clássicas dos trabalhadores ganharam contornos e significados à medida que lutavam pela manutenção de determinados costumes; conflitos em torno dos salários, condições e relações de trabalho são considerados, mas o que chama a atenção é a relevância dos costumes, rituais e tradições inventadas³³ como pressões para as diversas lutas da vida diária.

³¹ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs. A. L. Negro e S. Silva Campinas: UNICAMP, 2001. 229.

No final do artigo, “Folclore, antropologia e história social”, Thompson, como em outras de suas obras, critica a metáfora “base e superestrutura” presente em muitas tradições marxistas, concluindo que a metáfora deve ser abandonada, pois não passa de uma abstração, “de uma idéia na cabeça”, juntamente com a categoria muito limitada de o “econômico”. Para fundamentar sua proposição Thompson analisa a obra de Marx e afirma que mesmo ele não se serviu continuamente da metáfora base/superestrutura e da categoria “econômico” na crítica à economia política. Para Thompson, o que Marx enfatiza não é a primazia do “econômico” em “que as normas e a cultura são vistas como reflexos secundários” e sim “a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”. Portanto, a metáfora “base e superestrutura” é extremamente insatisfatória, “não tem conserto”, já que subjaz ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar. Como Raymond Williams, discute o termo da “determinação” e afirma que o econômico, a vida material, estabelece limites e exerce pressões.

³² THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15-17.

³³ Cf. HOBSBAWM, E. J. Introdução: A invenção das tradições; A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 09-23.

Nessa perspectiva, os trabalhadores em Fernandópolis, no final da década de 1940 e o início da década de 1950, procuram intervir nos rumos de suas vidas ao propor movimentos de luta pela terra, manifestações, concentrações na cidade e movimentos grevistas vislumbrando mudar a sociedade ou minimizar os impactos da exploração em suas vidas; essas formulações desses trabalhadores foram fundamentadas em seus modos de viver no campo e na cidade. Para compreender as “formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia”³⁴ é necessário um olhar atento para os costumes, valores, normas e expectativas que regiam os modos de viver desses trabalhadores, bem como para os significados que estes atribuíam às suas experiências. A partir de uma perspectiva relacional e contraditória do movimento histórico, uma concentração de trabalhadores rurais no centro da cidade, um “levante” ou um “motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas”³⁵.

Stuart Hall tem enfatizado esse aspecto como sendo relevante na interpretação histórica quando avalia as obras que constituem o principal paradigma dos “Estudos Culturais” ingleses. Os usos do termo “cultura”, que, segundo o autor, já em 1980 tinha se tornado um lugar-comum, tornaram-se complexo e sua definição sempre deve se constituir como ponto de partida. Assim, o autor historiciza o processo de elaboração de Raymond Williams, Richard Hoggart e E. P. Thompson sobre cultura como relevantes para “marcar o novo terreno” ou problemática dos “Estudos Culturais”. Hall afirma que Williams assimila a crítica de Thompson e passa a considerar a cultura ou os “modos de vida global” como a “dimensão de luta e confronto com *modos* de vida opostos”³⁷. O que Thompson quer afirmar é o sentido classista dos modos de viver diversos, impregnados de valores e visões de mundo em constante tensão, contradição em relação com práticas, significados e valores hegemonizados³⁸. Mesmo considerando a complexidade na definição e usos da noção de

³⁴ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Orgs. A. L. Negro, e S. Silva. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 235.

³⁵ Ibid.

³⁷ HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Orgs. L. Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 139.

³⁸ E. P. Thompson nega o rótulo ou o termo “culturalismo” para a tradição marxista inglesa na qual ele se incluía. Cf. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. A menção é feita na nota 168. O debate em torno da “Miséria da teoria” e sobre o “culturalismo” também foi formulado em diversos artigos da seguinte obra: SAMUEL, R. (Org.) **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Editora Crítica-Grijalbo, 1984. Nessa obra, Thompson refuta o epíteto “culturalista” e que já afirmava sua posição muito antes da publicação da obra “A miséria da teoria”. Essa posição foi expressa quando resenhou em 1961 a obra de Raymond Williams, **The long**

cultura e os problemas a despeito de uma definição rápida e sintética, Hall se esforça em conceituar cultura “como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como atividade através da qual homens e mulheres fazem a história³⁹”. As culturas são engendradas entre classes e grupos sociais diferentes, sempre tendo como base as suas relações e condições de existência. Hall insere as suas reflexões sobre cultura no terreno da luta de classes e da vida diária. Os costumes, tradições e as práticas diárias expressam sempre essas tensões e contradições. Entre outras considerações, Hall delinea o traço geral de uma tradição marxista dos Estudos Culturais ingleses. O esforço de Hall é positivo na medida em que mapeia o quanto eram (são) complexas as pesquisas ou elaborações teóricas em torno do termo “cultura”, apontando a obra de Thompson e Williams – entre outros – como relevantes para a compreensão sobre as culturas dos trabalhadores e situando a dialética da “contenção e resistência”.

Esse processo de reflexão constitui um deslocamento teórico para as culturas de classe e o distanciamento do complexo e complicado conceito de “cultura popular”, que homogeneiza a interpretação sobre os processos históricos vividos pelos trabalhadores (tanto na versão “comercial” quanto na versão “antropológica”). A noção de “cultura popular” pode impossibilitar a problematização de conflitos e contradições que permeiam a pluralidade e a multiplicidade dos modos de vida e das experiências de classe. Para Hall, que procura desconstruir o termo “popular”, ou seu uso sempre “sob a rasura”, é possível afirmar que a noção de “cultura popular”⁴⁰ não permite perceber o fazer-se da classe ou das diversas experiências na relação sempre tensa e conflituosa com as classes hegemônicas e seus projetos. Hall conclui que o termo “popular” e o termo “classe” mantêm relações complexas, chamando a atenção para os termos “classe” e “popular”, que, embora imbricados,

revolucion: “era precisamente una crítica de las pretensiones de ‘historia cultural’ que hacia Williams, como la historia de ‘todo un sistema de vida’, y una crítica en términos de categorías marxistas y de la tradición marxista, que ofrecía la contrapuesta de ‘todo un sistema de lucha’, esto es, de lucha de clase”. Cf. THOMPSON, E. P. La política de la teoría. In: SAMUEL, R. (Org.) **Historia popular y teoría socialista**. Barcelona: Editora Crítica-Grijalbo, 1984. p. 303.

³⁹ HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Org. L. Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 141-142.

⁴⁰ O termo “cultura popular” é muito controverso. Yara Khoury definiu o termo como “espaços da diferença na experiência social vivida”. KHOURY, 2004. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 119 e 137. Eagleton, ao historiar a idéia de cultura como um modo de vida característico e suas relações com o romantismo, afirma que as perspectivas pós-modernas de cultura romantizaram a “cultura popular”. Cf. EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 25.

[...] não são absolutamente intercambiáveis. A razão disso é evidente. Não existem “culturas” inteiramente isoladas e paradigmaticamente fixadas, numa relação de determinismo histórico, as classes “inteiras” – embora existam formações culturais de classe bem distintas e variáveis. As **culturas de classe** tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta. O termo “popular” indica esse relacionamento um tanto deslocado entre a cultura e as classes. Mais precisamente, refere-se à aliança de classes e forças que constituem as “classes populares”. A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: esta é a área à qual o termo “popular” nos remete⁴¹.

Em oposição ao poder cultural ou ao bloco do poder; um dos locais em que o socialismo pode ou não ser construído.

E. P. Thompson também considera que é necessário ter cuidado com as generalizações que o termo “cultura popular” sugere. Na avaliação do autor, a “perspectiva ultraconsensual” de cultura, em sua “inflexão antropológica”, não percebe o campo de tensão e disputa em torno dos costumes, valores e significados⁴². Thompson conclui que as transformações do capitalismo, ou do “mercado”, no período hodierno devem chamar a atenção dos historiadores para as “necessidades” e “expectativas” que estão em processo de reelaboração contínua e pressionam a vida diária.

A diversidade no interior da classe trabalhadora foi problematizada por Richard Hoggart. Para Hoggart, essas diferenças não impedem – embora possam até dificultar – que os trabalhadores (“Nós”) se identifiquem uns com outros e também identifiquem quem não faz parte da classe (“Eles”: “os que estão de fora”) e formule certo sentido de grupo. Esse processo produz o sentimento de pertencimento, definido na relação que os trabalhadores vivenciam cotidianamente entre si – no bairro ou rua, nos bares freqüentados nos finais da tarde quando saem do trabalho ou nos finais de semana, nos diversos lazeres, como o futebol, nos modos de falar, vestir e morar – com “Eles”, geralmente constituídos pelos poderes instituídos ou pelos próprios patrões. A interpretação dos significados das práticas (atitudes), costumes, tradições, hábitos, valores, ou dos próprios contornos da oralidade, expressas nas declarações, ou narrativas, constitui para Hoggart o caminho a ser seguido pelo pesquisador⁴³. Os sujeitos históricos do presente e do passado experimentam a vida diária de maneira

⁴¹ HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. L. Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 262. (Grifo nosso).

⁴² THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17-19.

⁴³ HOGGART, R. **Utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973. v. 1. A elaboração de Richard Hoggart sobre o processo de constituição dos “nós” dos proletários, o seu sentido de classe, é muito próxima ao modo como E. P. Thompson entende a formação da classe e expressa sinteticamente no conhecido “Prefácio”. Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997. p. 9-10.

diversa, não respondendo de forma homogênea às pressões. É a relação dialética do ser social e a consciência social. A diversidade de normas e valores, sempre presente nas relações vividas e em meio de um mesmo grupo, expõe as tensões e conflitos dos processos históricos e culturais.

O grupo de trabalhadores de Fernandópolis, reunidos em torno de um projeto político de luta pela terra, “revolução agrária” ou “levante comunista”, partilhava expectativas diferenciadas. A própria constituição heterogênea do grupo de trabalhadores expressa anseios diversos, embora, em algum momento, os integrantes pudessem compartilhar de uma perspectiva política similar. O levante requeria uma cultura densamente rica de hábitos, valores, tradições inventadas, expectativas; modos de vidas que articularam e mobilizaram politicamente, em torno de projetos diversos, os trabalhadores do campo e da cidade. A partir dessa perspectiva e premido pelo diálogo com as evidências, não interpreto o movimento de trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949 de forma dicotômica, separando viveres e lutas empreendidas no campo e na cidade, mas compreendendo-o de forma imbricada por estruturas de sentimentos, forjados historicamente⁴⁴.

As formulações teóricas em torno da idéia de cultura têm problematizado a questão da *diferença*. Entendo que as lutas por direito às diferenças não dissimulam as desigualdades sociais e os interesses de classe, que sempre permeiam as relações sociais. As lutas dos diversos grupos, em suas especificidades múltiplas, informam que o processo histórico é complexo e não se reduz somente às questões de classe. Perspectivas pós-modernas têm bradado que as lutas específicas dos diversos grupos constituem-se característica pós-moderna e que a luta de classes foi abandonada. Não posso concordar com isso; talvez a definição pós-moderna de luta de classes esteja reduzida a uma visão ortodoxa e abstrata de classe como um todo homogêneo e harmonioso. Por de trás dessas perspectivas pós-modernas, escondem o racismo e o preconceito de classe – quando o olhar é limitado para mera questão das diferenças⁴⁵.

⁴⁴ WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁵ Cf. CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. R. C. Introdução. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 05-13. As autoras da “Introdução” à obra afirmam que “admitir, assimilar, destrinchar as questões da diferença, da diversidade, da multiplicidade, da pluralidade [...] não significava negar a contradição, negar o conflito, negar a busca de ver essas diferenças e essas diversidades surgindo como resultado de embate de forças sociais, de campos que se opõem, de campos que se complementam” (p. 11). Sobre essa questão, Terry Eagleton critica o “espírito de pluralismo generoso” e “a pluralidade como um valor em si mesmo” das perspectivas pós-modernas em abarcar dentro da idéia de cultura “tudo” e assim merecedor de “respeito”. Eagleton alerta ainda para o fato que muitas formas de repressão, preconceito ou racismo, por exemplo, se apresentam como culturas e se expressam na forma de “políticas de identidade”. Cf. EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005. _____.

A partir dessas perspectivas, tenho articulado minha interpretação sobre os modos de vida e de luta dos trabalhadores de Fernandópolis em 1949. Suas experiências foram forjadas na tensão e na relação com os grupos que exerciam poder na cidade e no campo. Os projetos elaborados para suas vidas têm a marca da experiência: viviam num ambiente complexo, de forte pressão política por conta da Guerra Fria, ambiente em que as tensões locais foram entremeadas e exacerbadas com as operações da Polícia Política e Social do Estado de São Paulo, o DOPS.

A categoria “revolução” – muito utilizada no período – constituiu-se, particularmente, uma das inúmeras “metáforas clássicas da transformação” social da modernidade⁴⁶ quando anunciada pelos trabalhadores, mobilizados ou não em suas organizações sindicais e partidárias. A “revolução” moveu, orientou, como afirma Stuart Hall, o imaginário radical de muitos no século passado. Mesmo que a realidade, em muitos momentos, se apresentasse de forma complexa e a “teoria” da qual partiam não passasse de “psicodramas revolucionários *imaginários*”⁴⁷ distante da realidade que se queria transformar. Todavia, os trabalhadores projetavam e faziam “revoluções” e foram prontamente combatidos pela burguesia urbana e agrária e sua respectiva polícia. As transformações e o processo histórico poderiam ser compreendidos de forma simplista e mecânica, “costurados um ao outro por uma correspondência rudimentar”⁴⁸, que, necessariamente, deveria ocorrer. A transformação era compreendida como uma simples “inversão” ou “substituição” de uma classe por outra nos diversas instituições de poder e do Estado.

A partir de um esforço para não cometer anacronismo na interpretação daquele processo histórico vivido na metade do século passado – ponderando que a noção de

Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁴⁶ Sobre as contradições da modernidade capitalista para o tempo presente, essa passagem do “Manifesto Comunista” ainda parece ser a melhor definição: “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e, por conseguinte todas as relações sociais. [...] A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado [...]. A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. [...] Pela exploração mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países”. MARX; K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: COUTINHO, C. N et al; REIS FILHO, D. A. (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois:** Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11.

⁴⁷ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 11. (Grifo do autor).

⁴⁸ HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Org. L. Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 220. Talvez a transformação seja ainda assim compreendida por muitos.

“revolução” governava e moldava a vida de muitos trabalhadores (incluindo diversos deles em Fernandópolis, militantes ou não do PCB); era a partir daí que estes atribuíam significados às experiências e práticas –, é possível apreender a noção “revolução” como “repertórios de resistência”, constituindo-se esta no contrateatro encenado pelos trabalhadores em suas lutas pela terra, contra a exploração e violências das relações de trabalho (arrendamento, meia, colonato, assalariamento, entre outras), ou para a ampliação de direitos e reversão de injustiças. De fato, a “revolução proletária e camponesa” não estava posta seriamente pelo próprio PCB, e o **“Manifesto de Janeiro de 1948”**, ou **“Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista”** – de autoria atribuída a Luis Carlos Prestes⁴⁹, que objetivava orientar o partido e seus militantes – expressava um momento de radicalização do partido diante da cassação do registro do partido e dos mandatos parlamentares⁵⁰. Contudo, o imaginário social em torno do projeto de uma revolução alimentava utopias, projetos e expectativas de muitos e atravessava o social.

A problematização das muitas memórias sobre o movimento dos trabalhadores em Fernandópolis em 1949 exigiu uma reflexão sobre o uso dos diversos materiais. O debate em torno dos modos de escrever a história e da prática de pesquisa historiográfica como prática diversa entre os historiadores e diferenciada de outras áreas do conhecimento conduziu E. P. Thompson para a definição de uma “lógica histórica”. Segundo o autor, “trata-se de uma lógica *característica*, adequada ao material do historiador”, um método de investigação historiográfica, cujo ofício se expressa pelo cotejamento das evidências materiais possíveis do universo de um objeto delimitado. Nessa perspectiva, o historiador problematiza teorias e hipóteses confrontadas pelas evidências e (re)elabora suas noções e conceitos. Ao seguir a discussão sobre a “lógica histórica” e a pertinência do materialismo histórico, Thompson afirma que o conhecimento histórico é provisório, incompleto, seletivo, mas não é inverídico;

⁴⁹ PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio de Janeiro, abr., n. 8, p. 18-42, 1948.

⁵⁰ Os manifestos de 1948 e de 1950 foram discutidos amplamente pela historiografia que tematiza o PCB no período. Aqui enfatizo a pesquisa de Beatriz Ana Loner “O PCB e a linha do ‘Manifesto de Agosto’: um estudo”. Loner afirma que “de 1948 a 1951, aproximadamente, temos a fase de maior radicalização da linha política, cujo documento mais expressivo é o conhecido pelo nome de ‘Manifesto de Agosto’. A partir de meados de 1951, esta proposta vai abrindo-se paulatinamente, mantendo-se até o IV Congresso do partido, em novembro de 1954. [...] É o ‘Manifesto de Janeiro’ [de 1948], a primeira e imediata resposta do partido à extinção dos mandatos. Orientando-se pelo informe de Zhdanov, caracterizavam a situação nacional como de avanço da reação em todos os terrenos, possibilitado pela aliança entre latifúndio e imperialismo, com o apoio da grande burguesia bancária, comercial e industrial. Pretendem esclarecer as massas, para que lutem pela derrubada do governo e instauração de um governo nacional-popular. Deve-se lutar pela independência nacional, contra o imperialismo, em defesa das liberdades democráticas, do nível de vida das massas, da indústria nacional, etc.” Cf. LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985. p. 68, 87-88.

é limitado pelas perguntas do historiador. As evidências históricas possuem determinadas propriedades e todas perguntas a estas são possíveis; todavia, somente algumas serão adequadas. E conclui que “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência”. O autor ainda salienta que a “interrogação e a resposta são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida *como um diálogo*”⁵¹.

Os acontecimentos passados não se modificam a cada investigador e as evidências estão inseridas no ambiente em foram produzidas, portanto são determinadas. A história tem sofrido nos dias hodiernos pressões críticas do relativismo pós-moderno. Têm-se decretado o fim da História, cujo fazer próprio do ofício do historiador é aproximado à ficção literária, na medida em que as fontes, as evidências, são minimizadas no exercício da prática da pesquisa histórica. Para Thompson, a prática da pesquisa histórica, ou

A explicação histórica não revela como a história *deveria* ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidade [...]⁵².

A perscrutação das fontes – evidências – requereu reflexões sobre os procedimentos historiográficos adotados na pesquisa e na elaboração de sua escrita. É nessa perspectiva que cogitação sobre as linguagens torna-se relevante, já que cada fonte é uma linguagem específica e cada fonte (narrativa oral, imprensa, fotografia, as fontes oficiais produzidas pelo poder público, tais como os processos judiciais, atas, relatórios, dossiês, boletins de ocorrência, dentre outros registros humanos usados como fonte pelo historiador) tem uma especificidade própria e a sua decodificação e problematização para a identificação dos significados exige um rigoroso conhecimento do processo de constituição destas. Raymond Williams entende a linguagem como uma atividade social, ou uma prática social. Em um ambiente e processo histórico específico, a prática social é ativa e, persistentemente, na criação e recriação de significados, isto é, uma prática constitutiva. Partir da linguagem

⁵¹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 48-50. (Grifo do autor).

⁵² Idem. Ibidem. p. 61. (Grifo do autor).

significa compreendê-la não como um “reflexo” ou “expressão” de uma dada realidade, mas viabilizar a possibilidade de compreensão dessa realidade por meio da linguagem⁵³.

O inquérito policial e o processo criminal, como outras fontes ou materiais usados nesta pesquisa, foram produzidos segundo um código ou linguagem. Essa assertiva impôs ao historiador orientar a perscrutação das fontes a partir da reflexão sobre a produção dos documentos, nos procedimentos adotados na pesquisa e na elaboração de sua escrita. A cogitação sobre as linguagens torna-se relevante nessa perspectiva, já que cada fonte constitui-se em uma linguagem com suas propriedades específicas. A problematização e decodificação para a interpretação dos significados em nossas fontes exigiram o conhecimento de processo de constituição. As narrativas contidas nos materiais moldam significados, bem como a constituição de memórias e de histórias, e as fontes com os quais o historiador lida em seu ofício expressam sempre evidências de experiências de sujeitos históricos inseridos em relações sociais diversas, em meio a tensões e contradições do vivido e em um tempo específico.

Os inquéritos policiais e processos criminais utilizados nessa pesquisa são evidências das experiências e dos modos de vida de trabalhadores, são como registros da vida diária e do campo de relações sociais, com suas contradições, limites e pressões. Esses materiais tornaram-se fundamentais para compreender as circunstâncias em que os projetos diversos foram formulados para as vidas desses trabalhadores e como memórias e histórias de suas experiências foram narradas.

Nesse sentido, a historiografia tem considerado os diversos materiais utilizados pelo historiador em seu ofício como portadores de narrativas históricas, compreendidas como práticas sociais que tencionam intervir na realidade, produzidas sempre em um campo de forças e que expressam experiências, isto é, evidências do vivido e do trabalho da consciência de sujeitos diversos. Como afirma Yara Aun Khoury, “ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista⁵⁴”. O processo criminal, com a miscelânea de documentos que o compõe, narra diversas versões e interpretações para o mesmo fato, constituindo-se assim num material significativo. Todos os sujeitos implicados de alguma forma nos processos criminais narram suas versões,

⁵³ WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁵⁴ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 125.

mesmo que sejam elas para a condenação ou absolvição dos indiciados ou réus⁵⁵. O processo crime – ou qualquer outro material problematizado pelo historiador – expressa a diversidade de versões dos fatos com múltiplos significados atribuídos a estes pelos sujeitos. O historiador, ao valer-se desses materiais, cogita decifrar e interpretar esses significados.

Carlo Ginzburg, ao fazer uso de processos inquisitoriais, ou mesmo processos crimes, tem insistido na problematização da produção da fonte histórica. Segundo o historiador, no inquérito policial e no processo crime, os diálogos entre partes (a relação entre testemunhas, indiciados, delegado e escrivão; a relação entre os indiciados ou implicados de alguma maneira no caso e o juiz, promotor e advogados de defesa) é intrincado, filtrado e mediatizado⁵⁶. Tradições historiográficas pós-modernas problematizam os usos dos materiais de pesquisa historiográfica e relativizam a relevância dos documentos históricos na produção do conhecimento. Entre os historiadores, as pressões pós-modernas têm diminuído o peso das evidências em seu ofício, permitindo a aceitação destas simplesmente mediante a eficácia da narrativa histórica⁵⁷. Assim, as crônicas pós-modernas e a prática policial, bem como processos criminais, aproximam-se em muitos momentos, tencionando produzir um “efeito de verdade”.

A transcrição dos diversos testemunhos e depoimentos orais no inquérito policial e no processo criminal comumente perde entonações, ritmos, dúvidas, silêncios, gestos, ou mesmo sinais de pontuação são adicionados arbitrariamente na transcrição⁵⁸. A transcrição dos testemunhos e depoimentos orais no inquérito e no processo criminal constitui-se em atos interpretativos e interfere nos usos e nas futuras interpretações desses materiais para a condução processual e na produção social de memórias e histórias⁵⁹.

As narrativas orais e as reflexões sobre o que diferencia a história oral marcaram o tratamento dado ao conjunto dos materiais utilizados na pesquisa e na escrita deste trabalho.

⁵⁵ Cf. CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001. _____. **Cidade febril**: cortiços e epidemias no corte imperial. 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. _____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁵⁶ GINZBURG, C. **El juez y el historiador**: consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1993, p. 22-25. No texto, optou-se por traduzir para o português os trechos citados da versão da obra em espanhol. As demais obras de referências desse historiador consideradas no processo de reflexão metodológica foram: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. _____. **Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989. _____. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵⁷ GINZBURG, C. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵⁸ Sobre as vicissitudes das transcrições das fontes orais, Cf. PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev. 1997b.

⁵⁹ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

As formulações de Alessandro Portelli e de Yara Khoury sobre a metodologia da história oral foram sempre consideradas na identificação de problemas de investigação e do diálogo com as diversas evidências. A problematização da memória, da oralidade e da subjetividade, atravessados pela perscrutação de atos interpretativos, enredos, tendências, procedimentos narrativos e simbólicos, direcionaram o olhar para as fontes orais⁶⁰.

As fontes com os quais o historiador lida em seu ofício expressam sempre evidências de experiências de sujeitos históricos inseridos em relações sociais. Esse material usado pelo historiador foi produzido em meio a tensões e contradições do vivido, e em um tempo específico, mesmo no caso das fontes orais. Hoje não é mais suficiente que o historiador, em suas pesquisas, busque o “conteúdo” expresso nas fontes; igualmente importante é o *como* esse “conteúdo” está expresso nas fontes. A crítica das fontes deve problematizar a produção das mesmas (quem as produziu, onde e com quais interesses as produziu), bem como sua preservação e a inserção destas nas relações. Assim, acredito que é possível romper com o uso corrente das fontes como mero depósito de dados objetivos, ilustração ou espelho fiel da realidade. Como assevera Déa Fenelon, Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto:

A busca de explorar outras dimensões das fontes nos conduziu, por exemplo, a problematizar todo discurso plástico como produtor de memória e, conseqüentemente, constituinte/instituinte do viver contemporâneo; a considerar a imprensa espaço articulador de projetos políticos e formador de opinião, e também que desnudar sua pretensa universalidade passa por decifrar o jogo de linguagem por meio do qual produz memória; a investigar, no discurso literário, sua capacidade de colocar em diálogo vozes e perspectivas dominantes, reducionistas e domesticadoras, de abrir para o leitor, e também para o historiador, horizontes múltiplos e referenciais com os quais possam refletir sobre o mundo e sobre o seu próprio lugar nele⁶¹.

⁶⁰ Para problematizar as propriedades específicas da fonte oral enquanto linguagem a partir da produção de Alessandro Portelli e Yara Khoury: KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. _____. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 79-103, jun. 2001. PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. _____. Forma e significado da representação histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 181-217, jul. dez. 2008. _____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997. _____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 103-130. _____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 296-313. _____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997. _____. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 10, p. 41-58, dez/1993. _____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

⁶¹ FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Introdução. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 10.

A formulação é significativa no contexto de uma perspectiva historiográfica que assume os desafios de lidar com as fontes como múltiplas linguagens produzidas no viver diário dos sujeitos históricos. Mesmo em relação à fonte oral, em que o pesquisador produz o próprio material na relação dialógica com os sujeitos, que narram suas memórias e histórias cotidianamente, não apenas ao historiador. É necessário afirmar que a produção do historiador também produz memórias e histórias.

Dadas essas considerações, ao problematizar os materiais diversos desta pesquisa, busco os significados presentes nas versões apresentadas pelos sujeitos em suas narrativas, pois estas expressam as relações sociais, os diversos projetos e memórias em disputa na sociedade.

A memória histórica desse movimento está em disputa, evidenciando as tensões vividas pelos diversos habitantes do campo e da cidade. A negação do direito à memória vem sempre acompanhada de implicações políticas como o exercício do poder político e de domínio sobre os trabalhadores no presente e no passado. As memórias daqueles que, no presente, dispõem-se a falar sobre esse passado, estão cheia de ambigüidades, permeadas por antagonismos, necessidades, interesses e expectativas diversas. Essa complexidade da realidade social vivida em Fernandópolis é compreendida na medida em que se problematiza a relação com os processos sociais de construção de memórias.

A discussão sobre a memória efetiva e dominante – com seus silêncios e reelaboração na imprensa, as memórias contida nos documentos oficiais produzidos pelo DOPS, nos prontuários produzidos pelas delegacias de polícia, nos processos criminais e nas narrativas orais –, insurgiu como problemática, pois é premente a cogitação sobre os processos sociais de construção das memórias e suas significações. A partir desses materiais é possível problematizar não apenas a memória hegemônica, mas também outras memórias, as memórias de oposição e alternativas dos trabalhadores.

Em Fernandópolis, as memórias sobre o movimento de 1949 estavam e estão em disputa, e expressam aspectos da luta de classe. Esse processo histórico é permeado por múltiplas ambigüidades, tensões e contradições. São versões divididas e compartilhadas, apontando para tendências e projetos diversos para a cidade e para o campo. Parafraseando E. P. Thompson, esse movimento de trabalhadores é mais uma das “causas perdidas”, dos “becos sem saída” dos trabalhadores, cujas memórias e histórias têm sido silenciadas e esquecidas, e

“apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados⁶²”. A diversidade dos modos de vida e de luta de trabalhadores do campo e da cidade não tem se consubstanciado em memórias e histórias “dignas” de serem narradas; foram e são, portanto, silenciadas pela memória hegemônica.

A formulação sobre as contradições no processo histórico geral e, em particular, sobre os processos de construção de memórias que institui memórias e histórias sobre a cidade e sobre os trabalhadores e suas lutas fundamenta-se nas assertivas de Raymond Williams. Na perspectiva desse autor, os processos de construção e exercício de hegemonia estão sempre em relação com uma determinada “tradição seletiva”. A partir dessa relação é possível compreender o processo histórico real dos movimentos de trabalhadores e afirmar que, muitas vezes, estes adquirem um sentido de “oposição”. A partir das intenções sociais de classe em manter a hegemonia, a “tradição seletiva” seleciona (entre as diversas experiências sociais, as práticas e seus significados) a “tradição”, “o passado importante” e as memórias de um processo histórico determinado que serão enfatizadas e ou negligenciadas. É um mecanismo que seleciona o que lembrar e como lembrar do presente e do passado, ante um campo de possibilidades, tendo como objetivo a definição de um conjunto de práticas, significados e valores hegemônicos; uma forma de lembrar única, efetiva e dominante⁶³.

Na formulação de Yara Maria Aun Khoury, em diálogo com as elaborações de Alessandro Portelli e do Grupo Memória Popular (Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, Inglaterra), perscruta-se sobre os modos pelos quais são produzidos os sentidos do passado:

Nosso compromisso de inventariar as diferenças e de perceber tendências que tensionam na dinâmica social passa, também, por compreender **processos sociais de construção de memórias**. Essa tarefa implica explorar esses processos em suas significações, atentos às relações imbricadas por meio das quais se engendram; passa pela observação de modos como instituições se atualizam e realimentam seu poder, recorrendo também a discursos e práticas simbólicas. Focando forças hegemônicas, ou outras mais subalternas e obscuras, vamos ensaiando explicações relacionadas dos fatos e significações em processos históricos específicos, destacando não só realidades mais visíveis, como as mais sutis, costumeiras e simbólicas. **O esforço é de compreender como as pessoas se apropriam e usam o passado, no campo complexo das disputas dentro das quais se constituem**⁶⁴.

⁶² THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997. p. 13.

⁶³ WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./mai. 2005.

⁶⁴ KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 132-133. (Grifo nosso).

Essa formulação atravessou a presente pesquisa como uma problemática. Assim, a problematização dos processos sociais de construção de memórias e os diversos usos do passado constituem um dos principais debates no interior da tese.

Nesse sentido, a memória é colocada num campo de tensão, contradição e disputa. Outras memórias, as memórias dos trabalhadores, tencionam por outras histórias sobre a cidade e sobre suas experiências de classe. O debate em torno da memória não é, meramente, acadêmico. Nas últimas décadas temos presenciado um movimento interessante de preservação da memória que, todavia, tem sido moldado por diversos interesses e perspectivas políticas de preservação da memória. Em diversas cidades da região Noroeste do Estado de São Paulo, os poderes públicos municipais, em conjunto com escolas do ensino básico e com instituições do ensino superior, ou sob a responsabilidade de memorialistas locais (designados ou não pelo poder público), têm selecionado o que deve ou não ser lembrado sobre o passado público⁶⁵.

As memórias e os seus diversos suportes materiais representam as principais fontes de produção de significados sobre o presente em sua relação histórica com o passado. A “história” e a “memória” na região têm sido a expressão de uma determinada memória, hegemônica, oficial, perpetuando-se no ensino básico e, muitas vezes, no ensino superior, moldado as narrativas históricas e discursos nos meios de comunicação de massa, principalmente na imprensa escrita e nas falas emanadas das diversas esferas do poder. Essas produções corroboram a sacralização e mistificação dos mitos que compõem memórias e personagens históricas, construídos como “bandeirantes”, “desbravadores” e “pioneiros” (ou “colonos”, em outro contexto) – assim, autores de atos heróicos. Essas narrativas históricas são as memórias e tradições inventadas durante o processo histórico de ocupação, “povoamento” e formação das cidades da região.

De fato, a memória não tem sido apenas um tema e um problema para os historiadores. Hoje, constitui quase um consenso intelectual a visão de que, para abordar a memória, é necessário partir de uma perspectiva interdisciplinar da produção do conhecimento. Todavia, muitas teorias pós-modernas formuladas nas últimas décadas têm fundamentado um movimento social e histórico de destruição do passado. Alguns intelectuais preocupados com esse processo têm se ocupado em elaborar sérias críticas às postulações pós-modernas. O crítico literário inglês Terry Eagleton afirma que o pós-modernismo formulou uma verdadeira

⁶⁵ CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

“política da amnésia”, em que o passado é desqualificado para alguma referência relevante ao presente e o “futuro seria, simplesmente, o presente indefinidamente repetido – ou, como, como destacaram os pós-modernistas, ‘o presente plus mais opções’. Há agora os que insistem piamente na ‘historicização’ e que parecem acreditar que qualquer coisa acontecida antes de 1980 é história antiga”⁶⁶.

Com a mesma inquietação, o historiador Eric Hobsbawm, ao escrever sobre “o breve século XX”, formula também críticas a esse “presenteísmo” que tem pautado a sociedade capitalista, asseverando que:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem⁶⁷.

Hobsbawm problematiza também a memória histórica que as obras de historiadores conservadores ou antiquários do passado, também chamados de memorialistas, estão produzindo sobre o passado público⁶⁸. É também em relação a esse processo que me preocupo.

Tradições historiográficas diversas têm se posicionado sobre a memória nesse período em que a impressão é de “aceleração da história”, promovida pelo “presenteísmo” da sociedade globalizada e neoliberal. Todavia, são insuficientes as antinomias entre história e memória. A memória, para Raphael Samuel, não deve ser considerada um mero

[...] receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. O que Aristóteles chamou de anamnesis, o ato consciente de relembrar, era um trabalho intelectual muitíssimo semelhante ao do historiador: matéria de citação, imitação, empréstimo e assimilação. A seu modo, era uma forma de construir conhecimento. É este também o meu ponto de vista: que a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que longe de ser transmitida pelo modo

⁶⁶ EAGLETON, T. **Depois da teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. p. 20.

⁶⁷ HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 13.

⁶⁸ Cf. HOBSBAWM, E. J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 202-203. No artigo “A volta da narrativa”, Hobsbawm desfere críticas aos memorialistas ou aos “jovens empiristas aficionados das antiguidades”.

intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a **marca da experiência**, por maiores mediações que tenha sofrido⁶⁹.

O historiador aponta para a historicidade da memória e indica como esta está sempre pressionada pelas experiências dos sujeitos históricos. As injunções históricas pressionam as memórias, que são formuladas de acordo com interesses, necessidades, antagonismos e expectativas de classe.

A construção de memórias hegemônicas está, assim, relacionada à tradição de selecionar o que lembrar, como lembrar e de quem lembrar. São nesses processos ativos e dinâmicos que são definidos os nomes de ruas, bairros, escolas, praças, é a partir deles que são fixadas e cultuadas esculturas (bustos, estátuas) e que são celebradas datas cívicas, bem como formulados os calendários comemorativos, tanto quanto selecionados os “pioneiros” e os “heróis” da cidade ou do Brasil. Portanto, como afirma o Grupo Memória Popular, essas são algumas das formas pelas quais as memórias são produzidas e sentidos são atribuídos ao passado, o qual “[...] envolve um ‘teatro’ público de história, um palco público e uma audiência pública para a encenação de dramas sobre ‘nossa’ história ou herança”⁷¹. São nesses processos históricos, nesses trabalhos da memória, na construção de memórias hegemônicas, que os movimentos históricos e determinados fatos e sujeitos sociais são esvaziados de significados para que assim possam ser celebrados sem comprometer interesses e projetos políticos hegemônicos em disputa no presente.

Como compreender, historicamente, a publicação de um artigo sobre o movimento de trabalhadores de 1949 (o “levante comunista” de 1949) no livro sobre a “história da cidade”, em que boa parte da obra está centrada em ufanar e mitificar sujeitos relacionados às classes dominantes, categorizando-os como “pioneiros”, “desbravadores”, baluartes do progresso e da ordem, se não for para esvaziá-lo de seus significados históricos?⁷³

⁶⁹ SAMUEL, R. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 41-81, fev. 1997. p. 44. (Grifo nosso).

⁷¹ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 283-284.

⁷³ Provavelmente, alheio a própria vontade e objetivos das autoras do artigo: COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 280-310.

As memórias formuladas por sujeitos diversos na vida diária, na diversidade de viveres no campo e na cidade, constituem muitas memórias e subsistem na relação com as memórias hegemônicas e mantidas sempre sob forte pressão. Essas memórias foram e estão sendo silenciadas, não compondo as histórias narradas sobre o passado público da cidade. Deslocando-nos, dialeticamente, das memórias hegemônicas, afirmamos a potência dos sujeitos reais e diversos – os trabalhadores, enveredando nos “estudos dos modos de viver e das culturas de que nos falam as memórias”⁷⁴.

A construção desta tese e sua divisão em quatro capítulos expressa esse movimento do historiador na pesquisa e nas reflexões em torno da produção do conhecimento histórico, em que a causação por ela mesma não dá conta da complexidade do real e da história como um campo de possibilidades. A reflexão no interior dos capítulos é atravessada pelos modos de vida e de luta dos trabalhadores, que corrobora as narrativas e as memórias.

No primeiro capítulo, **“Memórias em disputa: o movimento dos trabalhadores de 1949 e a luta pela terra no presente”**, problematizo as diversas versões do movimento a partir de narrativas orais produzidas em 1996 para a escrita do artigo “Semente comunista em solo conservador”, bem como a partir das narrativas orais produzidas a partir de 2005 para essa pesquisa. A discussão inicia-se nas relações que os sujeitos estabelecem entre o movimento de 1949 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

No segundo capítulo, **“A partida de feijão está pronta: entre processos, fatos e fabulações”**, problematizo o processo histórico de produção social da memória do movimento de trabalhadores de 1949 em Fernandópolis como “levante comunista”, “revolução agrária” ou “revolução comunista”, principalmente a partir do processo criminal que indiciou os trabalhadores implicados no caso. Identifico, na produção das diversas narrativas para o inquérito policial, a produção de versões sobre o acontecimento que se transformaram na memória hegemônica do movimento, abrindo a discussão para memórias divididas e alternativas.

No terceiro capítulo, **“Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo’: entre intentonas, rebeliões e levantes, a ousadia do movimento dos trabalhadores de 1949”**, continuo a reflexão do capítulo anterior sobre a produção histórica e social das memórias, problematizando diversos materiais de imprensa comercial –

⁷⁴ FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Introdução. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 7.

empresarial⁷⁵ – e alternativa, bem como o processo histórico de produção das diversas versões sobre o movimento.

Por fim, no quarto capítulo, **“‘Situação difícil aquele tempo’: memórias em movimento e os levantes dos trabalhadores”**, problematizo as disputas dos trabalhadores pela vida, a luta contra as práticas de despejo e o movimento da memória das lutas dos trabalhadores. Nesse processo histórico, os trabalhadores elaboraram e reelaboram seus modos de vida e projetam o futuro, organizando lutas por condições de vida menos exploratórias e lutas pela terra.

⁷⁵ Para a noção “imprensa empresarial”, Cf. MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul.dez. 2008.

CAPÍTULO I

MEMÓRIAS EM DISPUTA: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DE 1949 E A LUTA PELA TERRA NO PRESENTE

Nesse capítulo, perscruto memórias em disputa mapeadas no processo histórico e social de construção de sentidos históricos das lutas dos trabalhadores em movimento social de luta pela terra na cidade de Fernandópolis. Para essa problematização, cogito e indago as narrativas orais produzidas em 1996 para a escrita do artigo sobre o “levante comunista”⁷⁶ e para o livro sobre a “história da cidade”⁷⁷, algumas narrativas orais produzidas no desenvolvimento da pesquisa e alguns outros materiais históricos, utilizados para a mediação do diálogo com as entrevistas. A problematização da produção desses materiais históricos diversos mediatiza o conhecimento histórico produzido pelo historiador.

A narrativa de Oswaldo Felisberto é representativa para o prelúdio da perscrutação do processo histórico em que memórias construíram histórias sobre o movimento de trabalhadores considerado nesta investigação.

A representatividade de determinadas entrevistas está relacionada aos campos de possibilidades e tendências presentes nas narrativas orais, os contornos dos procedimentos narrativos e simbólicos compartilhados socialmente – a experiência excepcional e os fatos excepcionais narrados. Como afirma Alessandro Portelli, “talvez porque nos revelam o que foi possível”⁷⁸. Os sujeitos, quando narram, atribuem sentidos às suas vivências e às vivências de outras pessoas. Nesse processo, a subjetividade desses sujeitos expressa significados, expectativas e “campos de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”⁷⁹. A experiência narrada produz atos interpretativos do presente e do passado, marcados por procedimentos narrativos e simbólicos. Esses atos interpretativos constituem fatos históricos relevantes para o historiador. Nesse sentido, tenho problematizado que a perspectiva

⁷⁶ COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

⁷⁷ PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

⁷⁸ ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 25/26. p. 27-54, jul./dez. 2001; jan./jun.2002. p. 32.

⁷⁹ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996. p. 72.

delineada se estende para além das narrativas orais permitindo, assim, cogitar outras evidências históricas.

Oswaldo Felisberto exerceu a profissão de contador logo que chegou à cidade, em 1943, e foi dentista prático por um longo período, talvez até o final da década de 1950, quando iniciou o curso de odontologia em Uberaba-MG, abandonado depois de um ano e meio de curso. Em 1952 foi também professor no colégio público da cidade. No início da década de 1960 começou a trabalhar na Casa da Lavoura em Fernandópolis e aposentou-se como funcionário da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo, lotada na cidade de São Paulo. Desde meados da década de 1940, posicionou-se politicamente como comunista e em 1951 foi eleito vereador, militando na cidade como mediador de movimentos sociais, principalmente, na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Em descrição elaborada por Yara Maria Felisberto, sua filha, Oswaldo era um eloquente orador e participava das reuniões do partido, estando sempre muito próximo dos comunistas; porém, afirma-se, não participou do movimento de 1949.

Oswaldo Felisberto, ao ser questionado sobre o “levante comunista”, em entrevista concedida a Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, explica:

Áurea Sugahara: Fala uma coisa senhor Oswaldo, em 1949 houve um levante comunista? O que o senhor saberia me dizer a respeito?

Oswaldo Felisberto: Não houve propriamente... Não houve o levante comunista. Lá o que houve foi o seguinte: era o tipo dos sem-terra, era o tipo do indivíduo sem-terra liderado por Antônio Joaquim. Antônio Joaquim mais uns guerrilheiros... guerrilheiros não, uns lavradores, não é! Que queriam desapropriar a fazenda do Veloso, lá em Ouroeste, onde Antônio Joaquim... onde Antônio Joaquim tinha fazenda. Então eles levantaram lá em... e vieram para tomá Fernandópolis. Mas não tomaram!

Áurea Sugahara: Não chegaram?

Oswaldo Felisberto: Não tomaram nada!

Áurea Sugahara: Houve uma tentativa?

Oswaldo Felisberto: Foram até no Caxi só. Foram até ali no Caxi. No Caxi eles voltaram... desmancharam tudo⁸⁰.

⁸⁰ Oswaldo Felisberto. Santo André/SP, entrevista realizada por Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, sem data precisa. Felisberto viveu temporariamente em Fernandópolis em 1942, mas fixou moradia com a família apenas em 1943. O trecho da entrevista citado acima não foi utilizado e problematizado no artigo sobre o “movimento comunista”, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente.** Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

A questão elaborada pela pesquisadora sobre o “levante comunista” ocorre no meio da entrevista de 32 minutos. Antes de tratar sobre o “levante comunista”, Felisberto fora indagado ou motivado a falar sobre a “história política de Fernandópolis” e sobre os diversos sujeitos que exerceram o poder político local. As questões iniciais elaboradas por Áurea Sugahara e a narrativa de Oswaldo Felisberto constituem atos interpretativos sobre o presente e sobre o passado da cidade. O diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado é iniciado a partir dessas questões, talvez diante das pressões políticas para elaboração do “livro sobre a história da cidade”⁸¹. Felisberto também se sentia mais à vontade para falar a respeito desses temas. Parece que Felisberto estava reticente quanto a conceder a entrevista e falar sobre sua militância e sobre o “movimento comunista na cidade”.

A versão narrada por Oswaldo Felisberto modifica os fatos tal como eles ocorreram. Primeiro, os conflitos em torno da luta pela terra não estavam limitados à “desapropriação” da fazenda do Veloso e, segundo, os trabalhadores chegaram até Fernandópolis, não retornando do atual Córrego do Caxi, antigo Córrego da Capivara. Foi justamente no Córrego do Caxi que ocorreram os conflitos entre o inspetor de quartelão José Honório da Silva, que teve sua casa e bar alvejados, e os trabalhadores, que de lá se deslocaram pouco depois para Fernandópolis. É possível que o fato de não ter ocorrido fatos como os que ocorreram em Populina, Guarani D'Oeste e no Córrego do Caxi tenha levado Felisberto a afirmar que não “houve levante comunista” na cidade, constituída por um núcleo urbano central, local em que residia Felisberto. A pergunta formulada corrobora a resposta de Felisberto. Certamente a compreensão e os significados de um “levante comunista” para Felisberto não se encaixava no movimento que ocorreu naquela noite de 23 para 24 de junho de 1949, juntamente com seus desdobramentos em Fernandópolis. Também parece não estar mais certo no seu presente, 1996, que aquela era a melhor alternativa para a resolução dos problemas vividos pelos trabalhadores.

Das reminiscências de Oswaldo Felisberto emergem indícios dos conflitos em torno da luta pela terra, pois, em 1996, tempo presente da narrativa, relacionar o movimento de trabalhadores de 1949 à luta pela reforma agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é significativo dos sentidos atribuídos à luta dos trabalhadores durante as décadas de 1940 e 1950. Em muitas narrativas orais, as versões

⁸¹ A obra fora encomendada pelo prefeito municipal do período, envolvendo na pesquisa e na escrita do livro diversos professores das escolas públicas da cidade e professores da Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF. Cf. PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

construídas sobre os movimentos sociais dos trabalhadores em Fernandópolis, especificamente o movimento de 1949, significam aquelas lutas como lutas pela terra ou reforma agrária, aproximando-as, histórica e politicamente, das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra nos dias de hoje.

As memórias e os significados atribuídos por esses sujeitos históricos entrevistados às experiências vividas por eles ou por outros sujeitos foram formuladas dentro de um ambiente específico e de relações subjetivas estabelecidas entre entrevistadores e entrevistados, com suas diversas práticas sociais, e estão marcados pelo ambiente político e social que estes sujeitos ocuparam nesse processo histórico, bem como pelo momento de suas vidas naquele presente. As memórias de atos interpretativos, a partir das reminiscências formuladas em 1996 e no tempo presente desta pesquisa sobre o movimento de 1949, constituem fato relevante na investigação de evidências de experiências, de modos de vida e de luta, assim como dos diversos projetos e memórias em disputa.

Mesmo querendo negar a ocorrência do “levante”, os trabalhadores são inicialmente caracterizados como “guerrilheiros”. Entre todas as entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisadores para elaboração do “livro sobre a história da cidade” e as entrevistas realizadas para essa pesquisa, apenas a narrativa de Felisberto, mesmo que reelaborada logo a seguir, identifica os trabalhadores com o termo “guerrilheiros”. É provável que o entrevistado identifique o movimento de luta pela terra organizada pelo MST como uma luta de guerrilha – política e revolucionária – que não se restringe à reforma agrária: a entrevista foi concedida em meados da década de 1990, justamente num período em que as tensões e diversos conflitos em torno da luta pela terra organizada pelo MST estavam em contundente evidência e visibilidade pública.

A relação pode ser compreendida à medida que se considera o momento da concessão da entrevista e como aquele tempo era vivido por Oswaldo Felisberto. Durante a década de 1950-60, Felisberto sofreu muito com a repressão policial, mudando várias vezes de cidade e vindo a falecer em Santo André, no ABC Paulista. Chegou morar com a família em Uberaba, onde começou a faculdade de odontologia, mas ali passou por sérios problemas psicológicos e não concluiu o curso. Parece que as perseguições não estavam relacionadas apenas às suas atividades políticas, mas ao exercício da profissão de dentista prático. É provável que Felisberto relacione a repressão à atividade exercida como dentista prático à sua militância política, o que pode ter acontecido na realidade, uma vez que, no início da década de 1950, a política do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional da Secretaria de Saúde do

Estado de São Paulo tivesse sido reorientada para a regulamentação da profissão e repressão aos dentistas práticos. Na década de 1950, por quatro vezes o consultório de Felisberto foi interditado (20/01/1951, 21/02/1952, 26/07/1955 e 04/09/1956), bem como indiciado em inquérito policial (e, posteriormente, processado) por “exercício ilegal da profissão”. Ainda enquanto era acadêmico de odontologia em Uberaba, no período entre 1957 e 1958, esteve sendo investigado pela Delegacia de Polícia de Fernandópolis e inquirido em carta precatória pela Delegacia de Polícia de Uberaba⁸² em função do exercício ilegal da profissão.

Quando já trabalhava na Casa da Lavoura em Fernandópolis, logo após o Golpe Militar em 1964, Felisberto foi preso em Fernandópolis e transferido para a prisão de Lins, Estado de São Paulo, ali ficando preso por mais de um mês. Ao retornar, seu cargo havia sido transferido para a cidade de Votuporanga, o que criou dificuldades para o exercício das atividades de Oswaldo. Essas vivências foram experienciadas como transtornos e marcaram a vida de Oswaldo Felisberto e de toda a sua família. Sua filha Yara relata que “determinadas pessoas” delataram o seu pai para os militares por pura perseguição política, quando ele já não atuava mais no partido.

A discriminação e perseguição política fizeram-se presentes no enredo das entrevistas de Yara Felisberto e de Idelma Felisberto, esposa de Oswaldo Felisberto, sendo aquelas interpretadas pelas entrevistadas como pressões para os diversos deslocamentos até a fixação de moradia em Santo André. Como afirma Yara, “nos empurraram pra fora da cidade”. Meu primeiro contato com Yara foi por telefone, que mostrou-se, desde o início, reticente em relação à realização da sua entrevista e, na entrevista com sua mãe, diz “a gente não lembra de nada”, “a mãe não sente a vontade para falar”, “eliminamos essa fase da nossa vida”, entre outras frases denotativas de um passado que deveria continuar onde estava – no passado, “esquecido”⁸⁴.

⁸² DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 473 de Oswaldo Felisberto. Em “Comunicação Criminal do Juízo de Direito da Comarca de Fernandópolis” à Delegacia de Polícia de Fernandópolis, Of. n. 232, de 6 de abril de 1960, anexada no Prontuário, informa que Felisberto fora absolvido.

⁸⁴ Diante de minha insistência, agendamos a entrevista para o dia 08 de agosto de 2006. Depois de uma hora de conversa, em que fui indagado de minhas intenções, sobre minha família e sobre o que eu abordaria na entrevista. Agendamos a entrevista para daí a 4 dias, para o dia 12 de agosto, às 16 horas. Minha expectativa era, além de entrevistá-la, também entrevistar sua mãe nesse dia, mas ela nem ao menos apareceu na sala, local onde realizei a entrevista. Apenas depois de entrevistar Yara Felisberto que consegui agendar uma entrevista com Dona Idelma, para o sábado seguinte, dia 19 de agosto de 2006.

A narrativa de Idelma Felisberto está marcada por frases significativas a respeito de como vivenciaram essas experiências e do trabalho da memória, em que esta busca esquecer-se do vivido:

[...] E... deixa eu ver o que mais **posso dizer**, que eu **posso me lembrar!** [...] **a vida aqui foi meio dura!** [...] Porque o movimento deles iam crescendo e os outros achavam ruim, então começou a perseguição. Foi isso! **Eu não me lembro mais nada**⁸⁵.

Narrativas entremeadas de silêncios e reticências, carregadas de digressões, reforçam os sentidos atribuídos à experiência vivida como tempos que foram vividos em meio a tensões, conflitos e privações. A narrativa fragmentada⁸⁶ de Idelma Felisberto parece querer reforçar a imagem de um tempo que não foi apenas difícil de ser vivido, mas também difícil de ser lembrado.

Embora o processo de composição das memórias e as reminiscências do vivido constituíssem um processo traumático⁸⁷ e dolorido para a família, Yara Felisberto identificou os sentidos das lutas de seu pai e daquele tempo:

Yara Maria Felisberto: Então eu acho que naquele tempo, eu acho que eles eram muito idealistas. Eles desenvolviam as idéias deles, preconizavam um mundo bom. Um mundo onde todo mundo fosse feliz, onde todos pudessem ter um pedaço de chão, o seu... a sua... o seu trabalho de uma forma tranqüila, né? Isso daí incomodou muito, porque em uma época que predominava o latifúndio, eram os grandes proprietários de terras, né! As terras eram ainda muito pouco, assim..., era uma concentração de terras muito grande nas mãos de poucos, então falava em reforma agrária, era complicado e a bandeira deles era a reforma agrária!

Vagner: Era?

Yara Maria Felisberto: E até hoje ainda é, e tá aí a briga por causa de terra e é uma confusão que parece que não tem fim! Mas naquele tempo não era assim uma coisa tão... Principalmente eles que viviam na cidade, né, que pregavam a... reforma agrária como uma divisão assim..., mais de uma forma tranqüila, não era de uma

⁸⁵ Idelma Felisberto. Fernandópolis/SP. 19/08/2006. A entrevista foi realizada com a presença e a participação de Yara Maria Felisberto. Em alguns momentos, Yara formulou perguntas à mãe sobre o passado da família. Na entrevista com Idelma Felisberto sua filha é co-autora. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

⁸⁶ ALMEIDA, P. R. "Cada um tem um sonho diferente": histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

⁸⁷ THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, EDUC, fev. 1998. _____. Reconstituindo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

forma..., não sei em outros grupos como é que as coisas aconteciam, mas entre eles eram uma coisa...⁸⁸.

No processo histórico e social de construção das memórias e dos sentidos atribuídos ao movimento dos trabalhadores, o presente é sempre referenciado como contraponto do lembrar. A luta pela terra no dias atuais, empreendida pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, significada como uma “briga por causa de terra” e “confusão que parece que não tem fim”, permeia a elaboração da versão sobre o movimento de 1949 e das lutas dos trabalhadores “naquele tempo”. A utilização do presente como referência tem sentido de suavizar as práticas de luta no final da década de 1940 e início da década seguinte: a prática de luta pela terra e trabalho emerge na entrevista como uma “forma tranqüila”. De forma ambígua, Yara chama a atenção para os conflitos vividos numa “época que predominava os latifúndios” e de “grandes proprietários de terra” – elementos intrínsecos, em qualquer tempo, aos conflitos e lutas diversas dos trabalhadores pela terra.

A construção de uma versão para o movimento de 1949 e para aquele momento pela filha de Oswaldo Felisberto leva-a a produzir imagens sobre as práticas de luta dos trabalhadores por meio do distanciamento dos conflitos e da violência da luta pela reforma agrária no presente. Em alguns momentos, para explicar sua interpretação sobre a luta pela terra no presente e caracterizar a luta empreendida pelo seu pai no passado, Yara Felisberto utiliza as imagens de “violência” e “extremismo” dos conflitos no oriente médio, repugnando-os e valorando-os como práticas caracterizadas pelo “radicalismo” e pela “intransigência”. Parece que a preocupação de Yara Felisberto é com a construção de memórias e de imagens de seu pai e do movimento como “tranqüilo”(s), de pessoas que lutavam por meio das “palavras”, das “idéias liberais e lutam por isso e lutam de uma forma muito violenta hoje. Naquela época não!”. Essa atitude de Yara Felisberto certamente está relacionada com o vivido (repressão e a perseguição política) pela família ante a militância comunista de seu pai e da própria trajetória de Oswaldo Felisberto durante a década de 1980-90, o que a faz reavaliar a posição política de seu pai.

Todavia, “naquele tempo”, Oswaldo Felisberto era firme e convicto nas posições que assumia, conforme seus posicionamentos durante as sessões da Câmara Municipal de

⁸⁸ Yara Maria Felisberto. Fernandópolis/SP. 12/08/2006. Acervo do pesquisador. Yara nasceu em 22/02/1950. Foi professora de História, Diretora de Escola e aposentou-se como Supervisora de Ensino em Santo André, Estado de São Paulo.

Fernandópolis⁸⁹. Quando questionada em sua entrevista sobre suas memórias sobre o “levante comunista” e sobre as lutas daqueles tempos, Idalina Maldonado atribui a Oswaldo Felisberto a autoria de uma palavra de ordem, provavelmente entoada desde os movimentos de 1946:

Idalina Maldonado: Nós fizemos passeata, que até o Oswaldo Felisberto fez aquele versinho: “**Leite, carne e pão, açúcar sem cartão, o povo organizado combate a reação**”. Isso é bonito, isso foi Oswaldo Felisberto, ele também era, assim, bem influente, viu Hélio?!

Vagner: Como era? Leite...

Idalina Maldonado: Leite, carne e pão, açúcar sem cartão, o povo organizado combate a reação.

Vagner: “Sem cartão”, porque era controlado?

Idalina Maldonado: Era controlado, tinha que tê o cartão pra comprá o açúcar, o querosene, o óleo⁹⁰.

O conteúdo desse “versinho” tinha sentido para os trabalhadores daquele tempo. Para Alessandro Portelli, o fato de narradores comporem suas narrativas com “materiais formalizados”, máximas, provérbios, ditos populares, entre outras formas, pode indicar “o grau no qual um ponto de vista coletivo existe dentro da narrativa do indivíduo”. Como ainda assevera Portelli, a história de determinados eventos “são contadas repetidas vezes ou discutidas com membros da comunidade; a narrativa formalizada, mesmo a métrica, pode ajudar a preservar uma versão textual de um evento”⁹¹. Parece ser o caso das reminiscências de Idalina Maldonado ao se lembrar do verso depois de décadas. Esse fato leva-me a presumir que inúmeras foram as ocasiões em que este foi entoado nas diversas manifestações e movimentos do período. O “versinho” atribuído poeticamente a Oswaldo Felisberto desvela

⁸⁹ ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS EM SUA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 1 DE ABRIL DE 1952 apud FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário, n. 358, 25 de maio de 1952, p. 1. A discussão sobre o debate ocorrido nessa sessão será realizado no Capítulo III.

⁹⁰ Idalina Maldonado. Fernandópolis, 13/07/2005. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso). Idalina nasceu em 03/10/1912 em Catiguá/SP (antiga Ibarra). Idalina, junto com o marido José Maldonado, participava das atividades relacionadas ao PCB na cidade. José Maldonado fora fichado no DOPS, Cf. Prontuário 73.253 – José Maldonado. DEOPS/SP, DAESP. De acordo com suas próprias memórias, Idalina, junto com outras mulheres, fazia parte da “Associação Feminina” do partido na cidade. A entrevista com Idalina foi concedida com a presença de seus filhos e realizada no período de elaboração do projeto de pesquisa, num momento em que não vislumbrava a problemática central da tese. Durante a entrevista, Hélio Maldonado, um de seus filhos, participou, efetivamente, tecendo comentários e respondendo a indagações que eram direcionadas para sua mãe. Na entrevista Idalina e Hélio em alguns momentos chegaram a negar a ocorrência do “levante comunista”.

⁹¹ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 15, p. 13-49, abr. 1997, p. 30; 33. Idalina Maldonado, em entrevista para as autoras do artigo “Semente comunista em solo conservador”, faz alusão ao verso, mas sem atribuí-lo a Oswaldo Felisberto, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

as condições de vida, vividas como pressões, naquele final da década de 1940. Parece que o conteúdo da palavra de ordem compunha-se nos diversos aforismos impressos nos periódicos comunistas do período. Todavia, o fato de Oswaldo Felisberto entoá-la ou ser mesmo o autor da máxima permite afirmar que assumia a frente nas passeatas ou nas concentrações de trabalhadores rurais na cidade em muitos momentos.

Em 22 de outubro de 1946, o delegado de polícia de Fernandópolis, Antonio Espinhel Castelo Branco, produziu um relatório policial para o inquérito policial instaurado contra Felisberto e José Ramos Filho, disponível no prontuário de Oswaldo Felisberto no DOPS:

Relatório. De acordo com o determinado pelo despacho de folhas., esta Delegacia prosseguiu o presente inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Social, do que apurou esta Delegacia e que constam dos presentes autos, os indiciados José Ramos Filho e Oswaldo Felisberto, são os responsáveis pela distribuição nesse município dos boletins subversivos “Contra o Vale e o Barracão”, dos quaes (sic) existem dois exemplares constantes de fls. 4 e 5, nesses autos. Esses boletins vieram por via postal, procedentes da Capital do Estado, do partido comunista da citada Capital, dirigidos ao partido comunista local. Os indiciados são membros nesse partido, donde se vê que a distribuição desses boletins importa em responsabilidade desse mesmo partido comunista, mesmo porque esses boletins, como ficou dito e estabelecido está nesses autos pelas declarações do comunista Jerosino Pereira, esses boletins vieram do partido comunista da Capital do Estado. Fernandópolis, 22 de outubro de 1946. Delegado de Polícia (a) Antonio Espinhal Castelo Branco⁹².

A ação do DOPS em 1946, em um momento em que o PCB ainda não havia sido cassado, denuncia evidências no processo de criminalização policial e política dos movimentos sociais de trabalhadores. O relatório intenta criminalizar Oswaldo Felisberto por distribuir panfletos no ambiente rural de Fernandópolis, evidência da sua militância política já naquele ano e de seu posicionamento político.

Nas declarações para o inquérito policial do arrendatário de terras José Ramos Filho, Oswaldo Felisberto é identificado como um dos principais representantes da “liga camponesa” de Fernandópolis e informa que recebeu o boletim “**Contra o Vale e Barracão**” de Felisberto. O boletim “**Contra o vale e o barracão**” parece ter sido distribuído em Fernandópolis e em toda região. O boletim, textualmente, informa que:

O vale é um roubo. Tudo no “Barracão” é mais caro e mais ordinário. O contrato de arrendamento obriga a entregar ao patrão quasi (sic) tudo o que possuímos. Trabalha-se o ano inteiro, de sol a sol, mas a vida é cada vez pior. A fome dos filhos e da mulher cresce e as doenças aumentam. Não temos médicos e os remédios são

⁹² Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

cada dia mais caros. Tudo isso porque a terra não nos pertence. Precisamos conseguir um contrato melhor com os patrões. Não podemos continuar a entregar da terra tudo o que tiramos. Lutemos contra tanta miséria, contra tanta exploração, contra as brutalidades policiais, contra as perseguições e injustiças. Para isso precisamos unir nossas forças. Vamos, juntos, organizar uma LIGA CAMPONESA. Assim organizados, havemos de vencer!⁹³

O panfleto descreve os modos de trabalhar e de exploração dos trabalhadores por meio do vale, do barracão, dos contratos de arrendamento das terras⁹⁴, a carência e a privação simbolizadas no termo “fome”, assim como as péssimas condições de saúde e a carestia dos remédios⁹⁵. Expressa uma postura política, já que conclama os trabalhadores para luta contra as injustiças e contra truculência policial. Oswaldo Felisberto e José Ramos Filho foram processados e fichados no DOPS pela distribuição desse panfleto⁹⁶.

Nesse momento, o PCB ainda estava na legalidade. Certamente, a autoria do material pode ser atribuída à direção estadual do PCB, embora o boletim tenha sido usado como documento de prova em prontuários de trabalhadores na região de Fernandópolis e da

⁹³ PANFLETO Contra o Vale e o Barracão. Prontuário 6585 – Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, DEOPS/SP, DAESP. O Panfleto “Contra o vale e o Barracão” e o chamamento a organização da “liga camponesa” em Fernandópolis preocupou a direção do DOPS do Estado de São Paulo, pois os documentos referentes a Oswaldo Felisberto e José Ramos Filho documentaram o prontuário nomeado “Liga Camponesa” organizado pelo DOPS, Cf. Prontuário 73.257 – Liga Camponesa. DEOPS/SP, DAESP.

⁹⁴ Irineu Luís de Moraes nas suas memórias sobre sua militância política, atuando nas fazendas da região de São José do Rio Preto no início da década de 1950, afirma que, diante da complexidade da composição e de interesses dos trabalhadores rurais, a proposta de reforma agrária sempre era mais receptiva aos arrendatários de terra: “Com os arrendatários podia-se entrar direto na discussão sobre reforma agrária. Eles aceitavam porque estavam arrendando três alqueires de terra do fazendeiro pelo olho da cara. Nesses três alqueires eles trabalhavam, se molhavam de suor, passavam fome para colher um arrozinho, feijão ou milho e com isso pagar o arrendamento da terra do fazendeiro e sair com a mão abanando. Se alguém falasse em reforma agrária, eles seriam capazes de sair correndo e tomar a terra do fazendeiro violentamente. Eles aceitavam a idéia como também aceitavam o pequeno sitiante, o pequeno proprietário.” WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 153.

⁹⁵ Muitos trabalhadores se deslocavam, com suas famílias, para a região, porém não conseguiam o acesso a terra seja por meio da compra parcelada, motivado pela publicidade em torno da facilidade da aquisição elaborada por particulares ou “empresas colonizadoras”, seja pelo arrendamento da terra, esses trabalhadores tornavam-se “agregados nas fazendas” ou arrendatários. Sobre essas relações de trabalho no Noroeste paulista, o historiador Natal Biscaro Neto entrevista um administrador de fazenda, Ozório Marçal Guimarães, em que afirma nas fazendas os “ranchos eram abrigos para aqueles que não tiveram acesso a terra, que se obrigavam ao trabalho de diaristas no campo, [...] se tornaram agregados no campo, quando se mudavam de um local para outro, [ou] eram expulsos da propriedade, [...] revela Ozório Marçal Guimarães: ‘Quando não dava certo da pessoa ficar na propriedade, eu pegava somente as telhas do rancho e o arame que por acaso a pessoa tivesse, pois a madeira usada já era da fazenda. Ninguém podia alegar ignorância, pois tudo estava escrito em contratos [...]’. Pelo contrato de agregação, o trabalhador rural se submetia aos fazendeiros ou sitiantes com os quais mantinha relação de trabalho e, em primeiro plano, reconhecia não ter direitos sobre a terra, reconhecendo-a como de seu patrão. ‘Eles chegavam e eu os garantia no comércio, fazendo suas compras por ano ou semestralmente. Eu mandava uma ordem por escrito e os empregados ou agregados iam fazer as compras, mas eu é quem pagava, depois acertava com os agregados, recebendo em arroz ou milho. Os bons arrendatários, eu segurava na fazenda reformando seus contratos. Os ruins eu botava para fora e, quando não queriam sair, eu os avisava do perigo de ‘amarelarem os pés’ ou ‘amanhecerem com a boca cheia de formiga’”. BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 54-55.

⁹⁶ Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto, DEOPS/SP, DAESP.

Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, como evidencia o chamamento para a organização da “Liga Camponesa”⁹⁷.

A política de organização dos trabalhadores rurais em “ligas camponesas” ou em “associações de camponeses” constituía a forma de organização definida pelo PCB paulista a partir de 1946⁹⁸. A historiografia sobre as “ligas camponesas”⁹⁹ tem privilegiado essas práticas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais apenas no Nordeste brasileiro,

⁹⁷ Parece que diante da impossibilidade legal da constituição de “sindicatos de trabalhadores do campo” a alternativa encontrada foi a organização de “ligas camponesas”. O Prontuário do “Partido Comunista Brasileiro” organizado pelo DOPS, no Estado de São Paulo, foi documentado com os “Estatutos da Liga Camponesa (Projeto de Estatuto)”. Textualmente afirma que “[...] lutará pela melhoria das condições de vida da massa camponesa e pela elevação de seu nível educativo. Se baterá junto as autoridades, Municipais, Estaduais e Federais, pela abertura de escolas de alfabetização e cursos de especialização da mão-de-obra da lavoura. Se baterá pela melhoria e construções de casas de moradia para os que trabalham na terra. Se baterá pela formação de cooperativas de produção e de consumo, para poder fornecer os gêneros de primeira necessidade aos que trabalham na terra, diretamente, eliminando dessa forma o sistema de “ordem da fazenda”. Se baterá pela conservação das estradas existentes e pela abertura de novas estradas. Se baterá junto as autoridades competentes, afim de que seja solucionado o problema de transporte para os menores que freqüentam a escola, fora do local da residência. Se baterá pela criação (sic) de ambulatórios, para aplicação de soros e vacinas. [...]” Logo após o “projeto de estatuto das ligas camponesas” foi juntado também uma carta aos “Companheiros” orientando-os: “ATENÇÃO: Esclarecemos, aos companheiros que os Estatutos para formação de ligas camponesas, vocês poderão adequá-los as condições locais, porém, devem ser sociedades nas quais só poderão ser associados, os trabalhadores do campo que sejam meeiros, terceiros, sitiantes, arrendatários, pequenos e médios sitiantes, isto porque, como a lei de sindicalização que enviamos uma cópia a vocês não permite a formação de Associações profissionais dos trabalhadores rurais, até que essa lei não seja regulamentada. Por esse motivo, para todos os assalariados agrícolas, os quais seus interesses são diferentes daqueles acima mencionados, que são os meeiros, terceiros, sitiantes, arrendatários e pequenos e médios sitiantes, estamos estudando uma forma de estatutos para essa categoria, isto é, dos assalariados, e assim que estejam prontos os enviaremos. [...] SECRETARIA SINDICAL, 23 de janeiro de 1946.”. Prontuário 2431, 14.º volume – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. DEOPS/SP, DAESP.

⁹⁸ Sobre a legislação sindical e a orientação do PCB para as lutas no campo Maria Isabel Lemes Faleiros afirma que “Apesar da Consolidação das Leis Trabalhistas promulgada dois anos antes, de acordo com o Decreto 5452, beneficiá-los. A legislação sindical complementar [Decreto-Lei n. 7038 de 10 de novembro de 1944 e Portaria n. 44 de 19 de março de 1945, conforme informa a nota da própria autora] permitia aos proprietários e arrendatários se organizarem separadamente dos trabalhadores com ‘subordinação remunerada’, enquanto os pequenos produtores – parceiros, arrendatários e pequenos proprietários – eram contemplados com uma regulamentação especial de 1945 que os excluía dos sindicatos dos trabalhadores rurais colocando-os sob associações de caráter técnico-econômico.” FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. 243 fls. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989. p. 112-113.

⁹⁹ A pesquisa historiográfica de Maria do Socorro Rangel marca um diferencial na problematização sociológica sobre as ligas camponesas no Nordeste, Cf. RANGEL, M. S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. 2000. 372 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Referências esparsas sobre as experiências de organização das “ligas camponesas” no interior do Estado de São Paulo, Cf. FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. 243 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas. Sobre as ligas camponesas no Brasil, Cf. AUED, B. W. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e ligas camponesas, 1955-64**. Florianópolis: UFSC, 1986. AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. CARVALHO, R. **Carro doce: o romance das ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Anima, 1986. MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

nas décadas de 1950-60, talvez pela visibilidade política que aqueles movimentos tenham conquistado. A obra de Edgar Carone parece fundar essa perspectiva historiográfica:

Outra problemática, que surge tardiamente no processo brasileiro, é a que resulta da maior consciência de classe, e que se traduz também no conflito pela posse da terra: é a dos que trabalham contra os que a possuem. Os primeiros movimentos são os das Ligas Camponesas no Nordeste, que surgem na década de 1950¹⁰⁰.

As diversas experiências de associações de classe, institucionalizadas ou não, nomeadas no interior do PCB de “ligas camponesas”, tem sido pouco investigadas, sobretudo essas experiências no interior do Estado de São Paulo, no decorrer da década de 1940¹⁰¹.

O prontuário de Oswaldo Felisberto no acervo do DEOPS está documentado com uma circular do “Partido Comunista de Fernandópolis”, cuja autoria é atribuída a ele, e identificado como “Secretário de Divulgação e Propaganda do Comitê Municipal de Fernandópolis”, documento de circulação interna, datado de 9 de março de 1946, direcionado às células e comitês distritais da cidade com o objetivo de organização do partido na região: “uma ajuda no sentido de tornar uniforme a sua estrutura orgânica e ao mesmo tempo armar todos os companheiros da direção e das bases”¹⁰².

¹⁰⁰ CARONE, E. **A Quarta República (1945-1964)**: documentos. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1980, p. 300.

¹⁰¹ Sobre as obras que tematizam os movimentos sociais no campo e as experiências sindicais no campo, Cf. CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP** (1959-1969). 1980. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. _____. Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários. In: Cadernos AEL. **Conflitos no campo**, Campinas/SP: Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/AEL/IFCH, nº. 7, 1997. COSTA, L. F. de C. **O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-1964**. 1990. 244 fls. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. 243 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas. QUERINO, R. A. **Democracia inconclusa: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964)**. 2006. 362 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara. _____. **Mil histórias para contar: formação de quadros e militância comunista na região de Marília-SP (1947-1956)**. 2000. 228 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara. REIS, N. **Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste**. 1990. 255fls. Mestrado (História – História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. VIEIRA, V. L. **Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950**. 1989. 283 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

¹⁰² PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Secretário Municipal de Fernandópolis. Circular n. 1. Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

O mais interessante foi Felisberto protocolar uma petição em 11 de janeiro de 1945 para o cargo de escrivão de polícia interino na Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Por alguma razão, o delegado ignora a petição. Esta foi encaminhada e Felisberto nomeado para o cargo em 10 de maio de 1946, porém não lotado. Esse fato parece não ter agradado a muitos na cidade, pois Felisberto fora “denunciado” junto a Secretaria da Segurança Pública como comunista¹⁰³. Essa “denúncia” provocou o deslocamento do serviço secreto do DOPS para a cidade e um debate interno sobre as responsabilidades e sobre a nomeação para o cargo de escrivão, até descobrirem que esta era devida a uma petição própria de Felisberto, fato que encabulou e indignou a muitos, incorrendo na exoneração de Felisberto¹⁰⁴.

O fato intrigante para o historiador é a petição de Felisberto para o cargo escrivão de polícia. Naquele momento, Felisberto trabalhava em um escritório de contabilidade e poderia estar profissionalmente descontente. Tendo conhecimento de que havia vagas para o cargo de escrivão de polícia na Delegacia de Polícia de Fernandópolis, não titubeou em protocolar a petição. Todavia, pode ter pesado em sua decisão de formular uma petição o fato de que a Delegacia de Polícia de Fernandópolis constituía-se, factual e simbolicamente, em um local de repressão aos movimentos sociais e ao PCB local, e o seu delegado um agente nesse processo. Infiltrar-se nos meandros do poder local e trabalhar na contra-informação poderia ter configurado uma estratégia para os trabalhadores na cidade, tarefa assumida por Oswaldo Felisberto.

O que quero com essa discussão é chamar a atenção para as circunstâncias vividas e para a trajetória de Felisberto, assim como para a construção da memória familiar sobre esse passado. A desconstrução da imagem de Oswaldo Felisberto como militante comunista parece situar a narrativa de Yara Felisberto em um projeto familiar de construção de uma memória

¹⁰³ Ofício de denúncia “Exmo. Sr. Dr. Secretário da Segurança Pública. – São Paulo – Tendo sido nomeado recentemente OSWALDO FELISBERTO, residente em Fernandópolis, para o cargo de Escrivão de Polícia, é a presente levar ao conhecimento de V. Excia., que esse indivíduo é um comunista agitador, elemento verdadeiramente sem qualidade, caloteiro, sem dignidade, sem profissão, enfim um verdadeiro lacaio que aqui vive extorquindo dinheiro dos incautos em nome do Partido Comunista. V. Excia., poderá dirigir ao Dr. Delegado de Polícia de Fernandópolis, pedindo informações que as obterá com relação a informação supra. – Despacho: - De Ordem do Sr. Secretario, ao Sr. Delegado Aux. Da 5ª. Divisão, para informar, S. Paulo, 8 de junho de 1946. a) Augusto Gonzaga.” Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁰⁴ Após diversos ofícios e radiotelegramas, o Chefe da Diretoria do Pessoal informa: “SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA:- Diretoria do Pessoal - 1ª. Secção – Informação n. 2411 – Interessado: Esta Secretaria – Assunto: Nomeação do Sr. Oswaldo Felisberto, para o cargo provisório da Classe “E” da carreira de escrivão de Polícia. [...] Assim, julgamos, data vênica que não cabe responsabilidade a esta secção pela nomeação supra que alias já foi tornada sem efeito por decreto publicado hontem (sic), dia 1 de agosto. Entretanto, alvitramos data vênica, para que não se repitam casos idênticos, que antes novas nomeações [de escrivães] e carcereiros, se diligencie a pesquisa de antecedentes políticos sociais, s. m. j. É o que nos cabe informar. Diretoria de Pessoal - 1ª. Secção em 2 de agosto de 1946. O Chefe de Secção (a) Faria Cardoso Diretor do Pessoal.” Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

pública da família Felisberto, em que desqualifica o passado de militância política e posiciona a família no presente a partir de um lugar político “neutro”.

A resposta à primeira pergunta elaborada na entrevista situa o lugar social de onde partiu Yara para a construção dos sentidos do passado vivido pela sua família. Certamente, o trabalho de composição dessa memória foi tema de discussão familiar:

Vagner: Vamos conversar um pouco sobre as memórias da família, sobre a história do seu pai aqui na cidade, a militância que ele teve no Partido Comunista, lá na década de quarenta e década de cinquenta.

Yara Maria Felisberto: É na verdade são..., às vezes coisas que a gente ouviu contar porque nessa época eu num..., não era nascida. Eu nasci em cinquenta. (risos) Então eu não me lembro de nada do que aconteceu, naquela época, mais assim de coisas que a gente ouviu falar da época, né? E mais das **consequências desse período**, porque na verdade ele num..., era simpatizante do Partido Comunista e por ser simpatizante ele sofreu as consequências [...]¹⁰⁵.

É provável que as “consequências” vividas marcaram as experiências da família Felisberto. Sentindo profundamente, Yara narrou em sua entrevista a morte de seu avô paterno:

Yara Maria Felisberto: Muitos foram discriminados aqui. Aqui em Fernandópolis foram, né!? Eu já me lembro de outra fase, da fase de sessenta e...

Vagner: Sessenta e quatro?

Yara Maria Felisberto: Sessenta e dois..., sessenta e quatro..., sessenta e cinco, sessenta e quatro quando meu avô faleceu [segundo Idelma Felisberto o falecimento ocorreu em 1965]. E... me lembro até que naquele tempo era costume leva o corpo pra ser benzido na Igreja, né!? E a minha mãe, eu me lembro assim, ela gostava muito do sogro, e quando foi... ela foi pedir pra levar o corpo pra passar na Igreja o padre da época não autorizou, não permitiu! Porque ele era comunista, meu avô. Ele dizia: “nós não deixamos que se entre comunistas dentro da Igreja.” “Mas como é comunista? Ele é uma pessoa, um ser humano!” Ele falou: “Não é mais permitido!” E a minha mãe ficou muito magoada com a Igreja na época, porque ela era católica. Ela ia até a igreja, tudo.

E as irmãs aqui do lado freqüentava a nossa casa, então era um negócio meio... meio esquisito, né! E ela ficou muito magoada com a Igreja naquela época, por esse motivo que não quiseram deixar o corpo dele entrar na igreja antes de ir para o cemitério. Então têm umas coisas assim, uns fatos assim que marcaram, né?

E depois no futuro o fato de meus irmãos terem de sair daqui porque não arrumavam emprego de jeito nenhum, passavam em concursos de banco tudo, mas não eram chamados pra vaga. Então eles não conseguiam emprego e muito cedo tivemos de sair daqui, nós três primeiros depois a minha irmã mais nova e por último meu pai e minha mãe. Fomos pra Santo André!¹⁰⁶

¹⁰⁵ Yara Maria Felisberto. Fernandópolis/SP. 12/08/2006. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

¹⁰⁶ Idem.

Para Yara Felisberto, todos esses fatos são evidências da perseguição política à sua família. Na entrevista com Idelma Felisberto, indaguei sobre a morte de seu sogro e ela afirmou que chorou muito naquele dia, não apenas pela morte do sogro, mas pelo fato de a Igreja ter-se recusado a receber o corpo de seu sogro. Assim narra sobre o episódio:

Idelma Felisberto: Eu falei: “Pois é padre, onde é que está a caridade da Igreja? Se vocês não, não quiseram nem receber o corpo do meu sogro aqui?” Aí ele falou assim: “Mas... alguma coisa deve, deve ter... acontecido porque pra não receber aqui, porque alguma coisa ele fez que não agradou!”¹⁰⁷.

Como compreender a reelaboração política de Oswaldo Felisberto e de sua família diante de suas vivências? Sua narrativa de 1996 sobre a história do movimento de 1949 é significativa para a compreensão desse processo:

Oswaldo Felisberto: [...] Mas, enfim, o processo político desenvolveu pro outro lado agora, que é melhor agora do que naquele tempo. Não existe mais comunismo, nem na União Soviética. Não há mais problema de comunismo. Existe esse problema aí de sem terra, que esses tal de sem-terra, que é um problema social, que eles terão que futuramente resolver isso. Mas é muita malandragem também no meio, viu..., tem muito nego aí que nunca foi da terra que tá metido aí no meio disso aí, viu. Isso aí não é assim. Então, o governo tá acertando pra vê se chega lá. [...].

De forma que nu, num, hoje não existe mais esse problema... Fazê esse **levantamento**, não traz, **não traz consequência nenhuma, não traz influência pra Fernandópolis**. Pelo contrário, traz influência péssima, não é! Não traz uma influência boa. Mas... não surtiu efeito nenhum. Nem por Partido Comunista nem pra eles. O Partido Comunista num, só queria agitação, só agitação, só fazê agitação. Foi uma etapa... uma folha negra [...]¹⁰⁸.

A interpretação da narrativa de Felisberto pode ser a de que aquele movimento de 1949 não trouxe mudança nenhuma na situação vivida pelos trabalhadores rurais, tanto é que ainda hoje estes lutam pela terra. O problema agrário e fundiário no Brasil foi reduzido a um “problema social” que o governo “futuramente” deverá revolver. Reproduzindo imagens disseminadas no senso comum, de que na luta pela reforma agrária hoje, muitos dos envolvidos não são trabalhadores rurais sem terra, posicionou-se favoravelmente à política do governo Fernando Henrique Cardoso para com os movimentos sociais de luta pela terra.

¹⁰⁷ Idalina Maldonado. Fernandópolis, 13/07/2006. Acervo do pesquisador. Em lista elaborada pelo Serviço Secreto do DOPS em 19 de fevereiro de 1948 o nome de Teófilo Viana Felisberto aparece identificado como comunista. Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁰⁸ Oswaldo Felisberto. Santo André/SP, entrevista realizada por Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, sem data precisa.

O termo “levantamento” assumiu para Felisberto um sentido duplo e ambíguo. Parece que Felisberto não está contente com o “levantamento” histórico desse passado, pois para ele o “levantamento” do “levante comunista” não traz no presente nenhuma “influência [positiva] para Fernandópolis”. A disputa em torno das memórias sobre o movimento dos trabalhadores em 1949 levou Felisberto a se posicionar em 1996 contrariamente às suas próprias vivências e posições políticas assumidas no final da década de 1940 e início da década seguinte. É provável que a sua trajetória de vida corrobore as posições assumidas durante a década de 1990. O sentido atribuído ao passado expõe posições políticas e a defesa de projetos no presente. O presente vivido pelos sujeitos interfere na construção das versões sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949.

A disputa em torno das memórias do “levante comunista” torna-se cada vez mais evidente com a narrativa oral de Maria Doralice França Angeluci. Maria Doralice apresentou-se desde o início da pesquisa, ou do momento da concessão de sua entrevista, como portadora de uma versão significativa e expressiva para a compreensão do processo histórico e social de construção de memórias sobre o movimento de trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis. Início a entrevista com o questionamento sobre as memórias do movimento de trabalhadores em 1949. Aliás, essa pergunta a motivou a falar por mais de 40 minutos, tempo em que eu apenas sinalizava “sim”, “não” ou “hum!”. Em diversos momentos fui indagado também com “não é verdade?”. Com relação à pergunta narrou o seguinte:

Maria Doralice: Eles foram muito perseguido, né. Eles abriram o partido. O partido, quando foi o levante comunista, teve o levante comunista, foi logo daí dois anos; acho um ano, dois anos, mais ou menos, fecharam, acho que o presidente Getúlio Vargas fechô, e aí eles foram perseguidos; todos que eram fichados foi perseguido. Era chamado na delegacia! Punha soldado! Soldado não saia da porta procurando aondé que tinha reunião, aondé que não tinha. Eles foram muito perseguido... por causa que ele falava muito, eles falavam muito pelos trabalhadores... pelas pessoas que trabalhava, que ganhava pouco... tudo difícil. Que eles queria muito que viesse, ah... os latifundiários que é os...os que hoje nós sabemos que, que é os fazendeiros, os coronéis, que caíssem os coronel, que não fizesse tanto o povo de escravo, porque fazia de escravo, né!?

Ganhava uma miséria, mil e quinhentos, né! Naquele tempo, era o mil réis, né! E trabalhava demais, eles queria, eles era contra, a favor do povo, do povo pobre. Eles queria que separasse as terras. Que tivesse terra, que tivesse um... uma... uma nação mais justa. Eles trabalha pra isso até hoje, eles trabalha por conta disso. Uma pessoa mais justa. Onde se viu os zoto povo ganha tanto! E... uns ganha tão pouco, né!? Que a riqueza não é bem repartida, né!?

Eles tem isso na mente até hoje eles... se o senhor tiver a oportunidade de conversar com um comunista, com uma pessoa que é comunista, eles fala isso, né!?

Que a pessoa não, num, num vê, que a pessoa num, num vê assim com respeito e os comunistas vê, né! Eles acha que os pobres é muito sacrificado, né! Que a, o capital

é dividido em poucas pessoas, só! Capitalistas, né! E os pobres só trabalha, só serve pá trabalhá pra eles, né!?¹⁰⁹

A narrativa de Maria Doralice parece pautar-se sempre pela afirmação da sua relevância enquanto narradora. Talvez porque esteja se preservando do esquecimento ao narrar, cravando uma memória pública sobre sua trajetória de vida e, assim, construindo a “identidade do narrador” e resistindo à “ameaça do tempo”¹¹⁰. A entrevista foi realizada quando Maria Doralice estava prestes a completar 76 anos de vida. Nesse momento de sua vida já se encontrava viúva de Francisco Angeluci, que, juntamente com seus irmãos, foram proprietários de cinema em Fernandópolis e em diversas cidades da região.

Maria Doralice escolheu um determinado “caminho” para organizar e estruturar a história que iria narrar. O enredo, presente em sua narrativa, está marcado pelas referências ao seu irmão, Severiano Moreira França, que foi comerciante e conhecido como militante comunista na cidade (razão porque a entrevistei). Está marcado também pela defesa de “princípios comunistas” – “[...] apesar de que nunca aderi o movimento deles, por causa do marido, né! [...] mais eu achava, eu achava legal. Eu fui sempre simpatizante do Partido Comunista!” –, nas referências aos diálogos com os seus filhos (certamente o que fundamentou diversos trechos de sua narrativa), e, por fim, a sua crença no espiritismo. É significativo quando Maria Doralice me questiona se eu sei que a Igreja Católica e os padres são contra os comunistas. Maria Doralice expressa a todo instante a sua subjetividade ao interpretar e narrar a versão para aqueles acontecimentos. Assim, constrói outros fatos nesse processo de composição de sua narrativa, fundamentado em uma determinada estrutura de sentimentos.

No período em que ocorreu o movimento em 1949, Maria Doralice já estava casada e seu marido não era politicamente próximo do cunhado. A entrevistada afirma, por essa razão, que se sentiu tolhida em relação a uma participação política efetiva naquele momento, mas enfatiza que quando o marido não estava na cidade, ia com a cunhada, esposa de Severiano, em algumas reuniões.

A versão construída parte de termos com sentidos históricos e políticos determinados. É o caso do uso das categorias históricas “latifúndio” e “latifundiários”, difundidas no Brasil a

¹⁰⁹ Maria Doralice França Angeluci. Entrevista realizada em 04/05/2006. Acervo do pesquisador. Nasceu em 17/05/1929, Baturité, Ceará. Estudou até o “quarto ano de grupo”. Realizei uma segunda entrevista com Maria Doralice em 10/05/2006.

¹¹⁰ PORTELLI, A. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 296.

partir das décadas de 1950-60 com a disputa política em torno da questão agrária, particularmente por intelectuais próximos ao PCB e pelos periódicos pecebistas, para descrever os proprietários de terra – os “fazendeiros”, os “coronéis” – como aqueles que exploraram e expropriaram os trabalhadores rurais – os “camponeses”¹¹¹. O termo “fazendeiro” era usual na região de Fernandópolis ou mesmo no Estado de São Paulo e o termo “coronel” utilizado no Nordeste para nomear os mesmos proprietários de terra e as consequentes relações de poder e dominação. Nesse momento, em sua narrativa, Maria Doralice parece revelar que não compreendia muito bem o significado de algumas palavras, como é o caso de “latifundiários”: “os que hoje nós sabemos que, que é”. As categorias históricas “comunista” e “comunismo”, que Maria Doralice insistentemente se esforça por definir (até para legitimar sua narrativa) são pensadas como aqueles “que falavam muito pelos trabalhadores” e que por isso foram “perseguidos”. Ainda, as categorias históricas como “capital” e “capitalismo” situam as circunstâncias das desigualdades sociais e das relações sociais de produção: “o capital é dividido em poucas pessoas, só! Capitalistas, né! E os pobres só trabalha, só serve pá trabalhá pra eles”.

O uso desse repertório de categorias informa a narrativa de Maria Doralice, bem como o modo como interpreta esse processo histórico. O ato interpretativo certamente procura determinar os principais problemas vividos pelos trabalhadores e os projetos em disputa naquele período. A versão construída a partir desse ato interpretativo para o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 adquiriu forma e significado: “foi o levante comunista, teve o levante comunista”. A “questão da fundiária” e a “luta pela terra” parecem produzir o significado desejado na utilização dos referidos termos: “Eles queria que separasse as terras. Que tivesse terra, que tivesse um... uma... uma nação mais justa”.

Como já informei, a entrevista de Maria Doralice foi motivada por suas memórias sobre o irmão, Severiano Moreira França. Minha preocupação inicial era reconstituir os rastros daqueles que estiveram de alguma forma relacionados ao movimento dos trabalhadores de 1949. O parentesco de Maria Doralice com Severiano justificava a entrevista na medida que eu a considerava sujeito de experiências compartilhadas socialmente. Todavia, a subjetividade presente na construção de sua narrativa, o ponto de vista circunscrito, o diálogo estabelecido e exigido por Maria Doralice durante a entrevista

¹¹¹ Cf. MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

(sempre me questionando a respeito dos assuntos tratados por ela), enfim, os procedimentos narrativos, dão forma e substância à entrevista, a narrativa de Maria Doralice tornando, portanto, significativa a experiência – e assim, uma entrevista representativa. Os contornos narrativos utilizados na composição da perspectiva que adquiriu seu ato interpretativo estão relacionados às suas memórias sobre Severiano Moreira França. Em um momento da entrevista – e eu ainda não havia ainda mencionado seu irmão – Maria Doralice narrou:

Maria Doralice: Porque eu entendo de.... de assim que quando eu comecei com quatorze que eu ouvia meu irmão falá é isso o Partido Comunista [...]. E a gente percebendo assim, eles qué um movimento justo, uma pessoa justa, que a pessoa tenha seu direito, porque a pessoa tenha seu direito, que hoje o povo num cuida direito, porque ninguém tem direito de nada. Só quem paga, quem... quem tá com o dinheiro aí... é que tem o direito... E eles é... é a favor dos trabalhador assim assíduo, sabe? Os trabalhador tinha que tá em primeiro lugar, o povo tinha que vê a classe mais pobre primeiro. Porque pu cê vê, até hoje o cê vê um rico, nossa! Um rico, um fulano rico morreu... o pobre trabalhador morre lá na porta do hospital num tem, num tem nem um médico pá tomá conta, nem nada, né?!

Vagner: É!

Maria Doralice: E o coitado deixa a família aí e acabô a história. Depois a viúva fica com um salário mínimo, com os filhos morrendo de fome. Salário mínimo, o que dá pra comprá? Não dá! E o Partido Comunista, tudo mundo ganha igual...

Vagner: É!

Maria Doralice: Não é verdade? (risos).

Vagner: É... (Afirmar com a cabeça que sim.)

Maria Doralice: E eu penso isso, que... A gente que... tava por fora, e eu era menina muito nova assim, mas a gente via as conversa deles [...]¹¹².

Para Maria Doralice não “acabou a história”. Com sua narrativa dissidente, resiste e se afirma como sujeito histórico e se insere no tempo, não se referindo a apenas ela, mas também a seu irmão. O livro “Fernandópolis – nossa história, nossa gente”¹¹³ foi interpretado por muitos na cidade como uma obra “parcial” que privilegiou a “memória de alguns” em detrimento de outros, que “ficaram de fora” ou que foram tratados parcialmente. A disputa em torno da memória do passado da cidade parece marcar as narrativas de muitos, como as narrativas de Maria Doralice, Luiza Silva dos Santos e Adhair Silva (esposa e filho, respectivamente, de Antônio Alves dos Santos), assim como Anna Zendron Figueiredo e Zenith Zendron Figueiredo (esposa e filha, respectivamente, de José Antônio Figueiredo, conhecido como Zé Cearense), dentre outras narrativas.

¹¹² Maria Doralice França Angeluci. Entrevista realizada em 04/05/2006. Acervo do pesquisador.

¹¹³ Cf. PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

Desse modo, Maria Doralice constrói sentidos para as lutas dos movimentos daquela época e para os movimentos dos dias de hoje – como relaciona presente e passado a todo instante em sua narrativa, ao circunstanciar as lutas do passado às lutas do presente mediado por sua noção de “direito”. Ao historicizar seu ato interpretativo, ou talvez muito mais a memória de um ato interpretativo, menciona o irmão e a lembrança de o quê ouvia-o falar, ou das conversas “deles”, os comunistas.

Diante da referência a Severiano Moreira França, perguntei a Maria Doralice quem havia sido ele (essa foi a segunda pergunta que fiz na entrevista, depois de mais de 40 minutos de duração de sua fala, motivada com a pergunta inicial), ao que ela responde:

Maria Doralice: Ele tinha uma loja de secos e molhados e ninguém vinha na loja dele. Mais ficava dias e dias a loja aberta esperando e ninguém ia comprar. Tinha medo, eles tinham medo porque a polícia tava sempre abaixando ali, né! E sabe, o povo antigamente tinha mais medo de polícia que... (risos) ... é igual o Partido Comunista. O Partido Comunista e junto a polícia baixando (risos) é onde eles tinha medo... O senhor sabe, tudo isso é a ignorância, né? O senhor sabe que é ignorância do povo?!

Vagner: *Balancei afirmativamente a cabeça e utilizei a seguinte expressão:* Ah hum!

Maria Doralice: O povo é muito ignorante. Eles falam do que não sabe, do que não... num vê, não estudam, eles não tem estudo... O quê que o senhor acha? Falava que matava criança, que comia criança, que quê o senhor acha? Não ia ter medo? Ia tê medo! [...] Até ele morre ele foi comunista e comunista depois que é comunista não volta mais... (risos) Ah, (...) o povo falava assim, quando conversava, assim, com a gente: “Nossa, o cê é irmã do Severiano? Nossa ele era comunista!” Ficava assim tudo espantado assim, como que era um bicho, assim... Foi muito perseguido viu seu... O Partido Comunista. O senhor pode por aí que é verdade... Eu que sou testemunha, que o meu irmão foi preso não sei quantas vezes, né!¹¹⁴

Alessandro Portelli chama a atenção para o caráter dialógico da entrevista e para os sentidos das questões que os entrevistados sempre formulam ao pesquisador durante a entrevista, invertendo na relação¹¹⁵. Maria Doralice parece querer enfatizar com esse procedimento narrativo a veracidade factual para o narrado: “O senhor pode por aí que é verdade”. Ou, como já mencionei, reincide a questão formulada diversas vezes ao pesquisador durante a entrevista: “não é verdade?”. A entrevistada utiliza a “autoridade” do pesquisador ou do professor de história para autorizar e autenticar sua fala. Mas qual o significado dessa “verdade”? Provavelmente, parte dessa verdade esteja relacionado ao que foi mencionado

¹¹⁴ Maria Doralice França Angeluci. Entrevista realizada em 04/05/2006. Acervo do pesquisador.

¹¹⁵ Cf. PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

antes: intenção de “preservar o narrador [e o irmão] do esquecimento”¹¹⁶. Mas seria reduzir a pouco, minimizar sua narrativa a apenas esse fato – embora isso já seja em si significativo.

Talvez seja pertinente passar pela trajetória de vida do irmão de Maria Doralice, Severiano Moreira França. Pelo que consta, Severiano sofreu muito com a repressão policial após o movimento de ocupação e concentração de trabalhadores na cidade, ocorrido em 1948 – ou no “levante de 1949”. A sua casa de Secos e Molhados foi invadida constantemente pela polícia, além de ser permanentemente vigiada. Por conta disso, os fregueses desapareceram e Severiano já não estava mais conseguindo sustentar sua família. Pressionado a vender seu estabelecimento comercial, mudou-se para São Paulo. Lá acabou sendo preso e fichado diversas vezes pelo DOPS.

O primeiro documento que consta do Prontuário de Severiano no DOPS é uma carta datada de 20 de outubro de 1953 (a ordenação dos documentos nos prontuários do DOPS segue a sequência cronológica do arquivamento, assim, o primeiro documento é o último a ser arquivado) e assinada pelo Delegado Adjunto Hugo Ribeiro da Silva, em que se afirma:

Como se vê, não houve arbitrariedade, por parte de qualquer órgão deste Departamento, contra os dois “feirantes”, mas, a execução de uma medida de rotina, de polícia preventiva, no setor de ordem política e social.

Não se justifica, pois, o protesto enviado ao Sr. Presidente da República, que, aliás, é assinado por João Batista de Oliveira e outros, sendo aquele também fichado como elemento comunista, neste Departamento.

Certamente que, encontrando-se material comunista em poder de um indivíduo, nada mais justo que esse indivíduo esclarecer a Polícia, a origem de coisa apreendida¹¹⁷.

Maria Doralice informa que Severiano, com o dinheiro da venda da casa de secos e molhados, comprou um caminhão e começou a fazer feira em São Paulo. Assim, em 1953, Severiano já estava residindo em São Paulo.

Pelo que se pode concluir a partir do documento, Severiano, um dos feirantes, havia sido preso e torturado. Na avaliação do delegado, “nada mais justo” para “a execução de uma medida de rotina” e o esclarecimento da “origem de coisa apreendida”, o “material comunista”. Parece ter criado algum constrangimento o protesto enviado ao Presidente da República, pois em relação a isso o delegado tenta justificar-se ao seu superior na carta.

¹¹⁶ PORTELLI, A. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 296.

¹¹⁷ Prontuário 72.525 – Severiano Moreira França. DEOPS/SP, DAESP.

Esse é o último documento do prontuário de Severiano. O primeiro data de 1946 e foi produzido pelo Serviço Secreto do DOPS, em diligência, na região de Fernandópolis, para averiguar e determinar quais eram os comunistas da cidade. Nesse documento, Severiano é apresentando como “Chefe Agitador”. Entre essas duas datas, há outros documentos em que Severiano foi identificado e preso por portar e distribuir “material comunista”. Há no seu prontuário uma foto sua, esse procedimento parecia não se constituir uma rotina do DOPS, pois nos prontuários cotejados para essa pesquisa, poucos prontuários foram apresentados e identificados com fotos.

É verdade que Severiano Moreira França foi preso diversas vezes – ou melhor, “não sei quantas vezes”. A expressão indica um sem números de vezes de difícil quantificação para Maria Doralice. “Não sei quantas vezes” faz a mensuração perder-se nas inúmeras vezes que Severiano, Zé Cearense, Fernando Jacob e inúmeros outros trabalhadores foram presos nas Delegacias de Polícia de Fernandópolis, Votuporanga, São José do Rio Preto, Lins e São Paulo.

A trajetória de vida do irmão marca as memórias de Maria Doralice. A repressão policial e a perseguição política tornaram-se problemas constantemente tratados em sua narrativa, seja para indicá-las como algo sofrido pelo próprio irmão ou, de forma genérica, a perseguição a “eles” – aos trabalhadores e ao Partido Comunista:

Maria Doralice: A gente fica pensando, fala mais... **ele** fez tudo aquela coisa pôs coitado dos comunistas prendia, mais prendia mesmo seu Vagner, prendia mesmo!

Vagner: Hum....

Maria Doralice: Num tinha [...], baixava assim onde tinha três, quatro, dez comunistas, prendia!

Vagner: Isso aconteceu aqui em Fernandópolis também?

Maria Doralice: Se num corresse prendia, jogava os livros dentro do banheiro, meu irmão jogou quantas vezes os livros dentro do, da privada aquelas privada de fundo de quintal, o senhor lembra?

Vagner: Sei!

Maria Doralice: Jogava os livros, num podia nem pegá livro! Se pegasse os livros que eles lia, ah... era posto, ia preso!

Vagner: Nossa!

Maria Doralice: Apanhava! O finado Zé Cearense levou uma surra, coitado, quando pegaro ele, depois, depois ele foi solto porque ele ficou ruim da, da vesícula, né! Acho que deve... batê, tê batido nele coitado até que estourou a vesícula, levaro ele pá Rio Preto e ele, depois ele saiu, ele largô, largô não! Ele num largô do Partido Comunista, ele ainda foi um tempo na casa do meu irmão escondido lá, né, lá! Mas quando ele volto ele já tava muito cansado de idade, sabe? Mais ele sofreu muito, foi muito perseguido o Zé Cearense, que pegaro. E porque era fichado e aqueles que era

fichado era mais fácil de pegá, né! Meu irmão era fichado, Antônio Joaquim, o Zé Cearense [...]¹¹⁸.

A partir da narrativa, outras problemáticas emergem. O primeiro “ele” citado por Maria Doralice faz referência a Getúlio Vargas, atribuindo-lhe a responsabilidade pela repressão e tortura ao irmão. De certa forma, Maria Doralice está correta. Valeriano foi preso diversas vezes durante o “governo Vargas”, entre 1951 e 1954. Todavia, em outros momentos de sua narrativa, a entrevistada estabelece relação entre Getúlio Vargas e a cassação do registro do PCB, com consequente repressão aos comunistas.

O trabalho da memória de Maria Doralice remete-me à experiência de pesquisa de Alessandro Portelli ao problematizar as narrativas de trabalhadores comunistas do setor naval de fundição de aço em Terni, cidade italiana, após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o Partido Comunista Italiano atrelou-se ao “compromisso histórico” e à “união nacional”, abandonando a perspectiva revolucionária. Para Portelli, esse fato marca as experiências de militantes comuns, tornando-se “crescente a dificuldade para expressar ou mesmo entender os desejos e esperanças frustrados. O resultado foi o estabelecimento de um profundo conflito entre a racionalidade do mundo concreto e o sonho de um outro mundo possível”. A perspectiva política de “unidade nacional” rompeu com a possibilidade histórica e revolucionária de tomada de poder e o socialismo não estava mais na agenda do Partido Comunista Italiano. Portelli discute as “distorções” que às vezes aparece nas narrativas orais e as interpreta como “mundos possíveis” ou como “possibilidade”, significando a existência de outros projetos, tendências e propostas para o porvir histórico, “sonhos e desejos há muito enterrados no inconsciente”. Diante de “histórias de expectativas malogradas”, a “imaginação criativa” de trabalhadores “é a forma narrativa do sonho de uma vida pessoal e de uma diferente história coletiva”¹¹⁹. Essa formulação está muito próxima da noção de “campos de possibilidades” de E. P. Thompson¹²⁰ e das noções de “projeto” e “possibilidade” de Josef Fontana¹²¹.

¹¹⁸ Maria Doralice França Angeluci. Entrevista realizada em 04/05/2006. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

¹¹⁹ PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n.º. 10, p. 41-58, dez/1993. p. 43-50.

¹²⁰ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 61.

¹²¹ Josef Fontana afirma que “[...] escolhemos, dentre todas as possibilidades abertas aos homens do passado, somente as que conduziram ao presente e menosprezamos as alternativas que alguns propuseram, sem nos deter em explorar as possibilidades de futuro que continham.” Fontana propõe a crítica e a “destruição da narratologia burguesa”. Sugere ainda que “poderíamos ajudar a construir interpretações mais realistas”. “Devemos elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade

A relação entre Getúlio Vargas e a cassação do registro do PCB, que ocorre em 1947, com consequente repressão aos comunistas, talvez possa ser compreendida com a distorção presente na narrativa de Maria Doralice. A distorção não torna a narrativa de Maria Doralice “mentirosa” e, por essa razão, não utilizável no trabalho de produção do conhecimento histórico¹²². A narrativa de Maria Doralice é uma evidência de que parte do mito e das imagens construídas em torno de Getúlio Vargas não tem hoje sustentação social e têm sofrido significativas críticas. Para Maria Doralice, o processo histórico vivido foi construído e apreendido numa perspectiva de continuidade temporal, pois as práticas de repressão e perseguição política não foram interrompidas no período entre 1945 a 1950¹²³. Maria Doralice sugere que as práticas de repressão e perseguição política vêm desde muito tempo, mencionando o caso de Olga Benário e situando-o sob a mesma perspectiva.

Esse tempo parece não sofrer interrupção na história. Assim, Maria Doralice também estabelece uma relação entre o movimento dos trabalhadores de 1949 com o MST e a luta pela terra nos dias hodiernos:

Maria Doralice: Eles eram mais ou menos que nem os sem-terra. Quando eu vejo o Movimento dos Sem-Terra, seu Vagner?

Vagner: Am!?

Maria Doralice: Vamos falar realmente. Quando eu vejo a polícia baixá no povo, nos trabalhador, desmanchá aqueles casebre deles, aquilo me dói por dentro, até desligo a televisão. Porque eu sei que existe isso mesmo, né! Mas a gente vê assim de cara limpa, assim, batê naquele povo, jogá tudo fora, desmanchá casa, aquilo pra mim é um ato de vandalismo e o governo assinano em baixo, pelo amor de Deus, quê que é isso, né? Não dá uma palavra, e dizê “Não, não! Não vai desmanchar”. O que tá lá faz casa então pra eles... arruma as coisas pra eles, pra eles... não jogá na rua criança, né, muié, tudo as pessoas...

Vixi!

Esses povos comunistas é contra aquilo ali que o senhor precisa de vê! A polícia em cima que nem ficá em cima de um ladrão, de um assassino. Porque que tem muito ladrão? Por causa disso, só! É uma desigualdade total, é injustiça total! Por isso o senhor vê o que virou o nosso lugar, primeiro não tinha é... porque o que comanda mais o... aqui a terra, o nosso Brasil, é os latifundiários, é os... esses... é o tráfico de

de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados.” FONTANA, J. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 478, 483.

¹²² As questões sobre a subjetividade e objetividade das fontes históricas, em particular, no uso das fontes orais parece um debate quase ultrapassado. Todavia, ainda constitui-se em tema recorrente no debate historiográfico. Os artigos listados de Alessandro Portelli e Yara Aun Khoury na Bibliografia, ao final da tese, creio que dão conta de fechar a questão.

¹²³ Cf. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Esse período histórico construído pela historiografia foi, equivocadamente, nomeado e narrado como “redemocratização”.

droga, o senhor sabe que é verdade, né!? Que eu tô falando verdade, que a gente tá vendo aí, que a gente não é bobo, não nasci ontem, tenho 76 anos¹²⁴.

Além de se indignar e identificar a continuidade nas práticas de coerção e criminalização dos movimentos sociais, a narrativa de Maria Doralice aponta para uma “tendência” possível no presente: a continuidade das lutas dos trabalhadores pela terra. Ao desenvolver essa operação intelectual, estabelece uma relação entre aquelas experiências passadas dos movimentos sociais no campo e as atuais lutas pela reforma agrária – “Causas perdidas no passado poderiam ser ganhas no presente”, novamente parafraseando E. P. Thompson¹²⁵. Maria Doralice associa no presente a “desigualdade total” e a “injustiça total” aos “latifundiários” – ou à “antiga” questão agrária¹²⁶. Todavia, aponta a complexidade para a resolução dos problemas vividos no presente na medida em que esta sinaliza para o “tráfico de drogas” e para o entendimento dos traficantes como aqueles que dividem o poder com os latifundiários no Brasil.

Novamente os procedimentos narrativos estão presentes na narrativa e foram evocados ao final: “o senhor sabe que é verdade, né!? Que eu tô falando verdade, que a gente tá vendo aí, que a gente não é bobo, não nasci ontem, tenho 76 anos”. Parece que a autoridade e a representatividade da narrativa constituíram-se sempre numa dúvida para a própria narradora e, assim, em uma forma de legitimar a narrativa ao historiador. Ou talvez as perguntas e a expressão do pesquisador ao entrevistá-la tenham alimentado o “princípio da dúvida” e da necessidade da afirmação da realidade e da verdade expressa em sua a narrativa e da versão apresentada aos acontecimentos e ao movimento dos trabalhadores de junho de 1949.

No momento da produção das entrevistas, a versão dos acontecimentos do próprio historiador orienta a produção das narrativas orais para a pesquisa e denuncia a subjetividade da relação entre entrevistador e entrevistado. Essa questão emerge na entrevista com Anna Zendron Figueiredo, com a participação da sua filha Zenith Zendron Figueiredo em alguns momentos da entrevista. Anna Zendron foi esposa de José Antônio Figueiredo, o Zé Cearense. Na entrevista com Anna Zendron, embora eu tenha feito menção ao movimento de 1949, iniciei a entrevista com perguntas cujos enunciados almejavam respostas sobre as condições de vida ou necessidades vividas pelos trabalhadores no campo e na cidade, as pressões para os movimentos dos trabalhadores e para a “revolução agrária” – categoria

¹²⁴ Maria Doralice França Angeluci. Entrevista realizada em 04/05/2006. Acervo do pesquisador.

¹²⁵ Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

¹²⁶ Cf. PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

histórica inúmera vezes referenciada no inquérito policial e processo criminal¹²⁷ instaurados para apurar o caso do “levante comunista” de junho de 1949. Talvez aqui eu estivesse muito influenciado pela leitura do referido processo criminal.

Ana Zendron descreve a dificuldade por ela encontrada em sua mudança para a cidade, principalmente com relação à moradia, as condições das ruas, a falta de escolas e demais condições experimentadas na cidade, utilizando como contraponto a idealização da cidade em que residia antes, Itápolis. Suas respostas não continham o conteúdo esperado, naquele momento. Mesmo assim, Anna Zendron, ao narrar sobre como viviam e o quê faziam logo que se deslocaram para Fernandópolis, afirmou:

Anna Zendron: [...] Formemo fazenda lá em Itápolis. Então a gente quando veio trouxe alguma coisinha. Quando veio prá cá já veio por causa disso mesmo. Porque disse que tava abrindo aqui (...) [*trecho da entrevista de impossível transcrição*] era uma loucura. Tinha uns camarada dele que trabalhava nisso. Tinha serrote, tinha muita coisa, então. Ele veio prá e foi trabalhá nesse sertão. Então, fazenda o, era mata, derrubada [...]. Eu mesmo cozinhei muito... [...]. Eu sei que... Eu falo sempre, que eu não tive escola, não tivi pai, não tivi mãe. A mãe não conheci, o pai morreu eu era pequinhinha, fui criada pela casa dos zoutro, depois crescendo e trabalhando. Já pequena fazia serviço, varria quintal, tratava de galinha, ajudava limpá a casa. Fui crescendo assim. Nem escola me deram, nem nada. Fui criada assim, sem pai sem mãe. Não conheci mãe, meu pai também morreu logo. A gente foi criada assim.

Então, até esse marido meu, ele veio do Ceará, veio pra cá. Ele pegava fazenda pra derrubá mato, pra abri fazenda assim, sabe?¹²⁸

Em sua breve autobiografia, Anna Zendron descreve a si mesma como trabalhadora desde criança. Angustia-se muito por perdido o pai e mãe ainda muito nova, pois, do contrário, o futuro poderia ter sido outro, poderia ter estudado – essas são expectativas que orientam a perspectiva do ato interpretativo. Junto com José Antônio Figueiredo, “abria fazenda”, derrubando a mata para formar pasto para o gado. Depois da derrubada a mata, geralmente preparava a terra para a roça e plantava por três anos antes do plantio do capim. Na divisão do trabalho cabia a Anna Zendron, bem como o trabalho na cozinha, o preparo dos alimentos, não apenas para a família, mas também para os demais trabalhadores que prestavam serviço a Zé Cearense.

Em pequenos trechos ou frases curtas da narrativa é possível problematizar as condições vividas pelos trabalhadores. É significativo o fato de Anna Zendron qualificar

¹²⁷ Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949. O inquérito policial e o processo criminal serão problematizados no II Capítulo.

¹²⁸ Anna Zendron Figueiredo. Entrevista realizada em 04/09/2006. Acervo do pesquisador. Nasceu em 29/06/1922. A motivação para a entrevista com Anna Zendron está no fato de ter sido esposa de Zé Cearense.

Fernandópolis como “sertão”. Assim, viver e trabalhar no “sertão” não era fácil – “era uma loucura”. O sentido dos adjetivos “sertão” e “loucura” dimensionam os significados atribuídos ao trabalho de formação das fazendas – uma vida de trabalho não apenas de privação, mas de trabalho custoso, penoso e pesado. Nas entrevistas os sujeitos utilizam um repertório de categorias que foram elaborados e utilizados em outros contextos e com outros sentidos. A noção “sertão”¹²⁹ está impregnada com os sentidos a ela atribuídos pela narrativa do “progresso” e do “desbravamento do sertão” pelos “pioneiros”, memória mitológica e hegemônica proclamada na imprensa local e em diversas narrativas orais produzidas para o livro sobre a “história da cidade”¹³⁰.

A narrativa de Anna Zendron desenvolveu-se a partir de um determinado tema por ela escolhido para a entrevista concedida ao pesquisador. No enredo – fato apenas percebido por mim depois de prestar atenção nas intervenções de sua filha Zenith durante a entrevista – percebe-se o quanto mãe e filha se esforçaram para construir a imagem de “homem caridoso” para José Antônio Figueiredo:

Vagner: A senhora estava falando que o marido da senhora foi perseguido.

Anna Zendron: Foi perseguido, (...) preso dois anos, por causa do Partido Comunista. (Silêncio)

Vagner: Como é que foi essa história?

Anna Zendron: Olha, **pra falá a verdade pro senhor**, ele (...) não podia pendê pro lado das pessoas humilde, não podia pendê. E ele tinha muita dó. E ele defendeu esses, aonde que ele, por causa disso daí caiu em contradição foi preso também, por causa disso daí. Mas não que ele quisesse outra coisa, tirasse alguma coisa dos outros, nem nada disso, não tinha nada disso. Ele queria era ajuda os outros, falando pros próprio dono da terra “cêis não vão plantá, a terra tá í. (...) Eles planta e na colheita cêis pega a parte de vocês e eles pega a parte deles.”

E eles então acharam que meu marido tava envolvido também e não tava. Ele tava, ele era muito caridoso, ele loteou isso aqui, essa chácara aqui, ele loteou e deu tanto lote pra viúva...

Vagner: Mas aí a senhora falou que, ele era do Partido Comunista?

Anna Zendron: Ele tinha sido sim do partido, porque era uma pessoa, era assim, sabe? Era porque os pobre não tinham aonde cai morto e as pessoas com uma fazendona, com terra, não podia dar um pedacinho pra aquele plantá? E ele então si doeu, vou te contar, ele mesmo, ele mesmo falou assim: “Olha, a gente, nós somo tudo irmão, fio de um pai só, se eu tenho um pouco mais”, por que ele foi muito caridoso, ele loteou isso aqui, ele ficou com isso aqui e dou lote aqui pra viúva. “Ai

¹²⁹ Para uma reflexão historiográfica da noção “sertão”, Cf. AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

¹³⁰ Cf. PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. Dois outros livros expressam esse e outros aspectos da memória mitológica e hegemônica sobre a história de Fernandópolis, Cf. CIRILO, A. **Vila Pereira e outros poemas históricos**. São Paulo: Pannartz, 1983. GRANELA, W. **O repórter da cidade: Fernandópolis cidade progresso, fatos/fotos**. Fernandópolis: Wilson Granela, 1980.

seu Zé, o senhor me vende e aí vou pagando aos pouquinho.” “Não, muito obrigado.” Já sabia tudo da vida dela como é que era, se era gente que merecia, essas coisas assim, né. Gente dentro da moral, né. E ele deu muito lote aqui pra viúva. Até a mulher faleceu há pouco tempo, se essa mulher fosse viva ela ia se testemunha. Ela falou: “Seu José foi um homem muito bom pros pobre”. Ele tinha dó, né. E ele loteou isso daqui e deu lote pra muita gente, viúva, pessoa que tinha o marido já (...) ¹³¹.

O silêncio, os diálogos entre diversos sujeitos e os demais procedimentos narrativos utilizados, “prá falá a verdade pro senhor”, corroboram a perspectiva construída na narrativa e, entre outras coisas, indica a representatividade e a autoridade da narrativa. A versão para o movimento dos trabalhadores de 1949 e a participação de Zé Cearense no movimento foi sendo delineada. Para Anna Zendron, Zé Cearense foi preso e torturado injustamente, pois ele não estava envolvido nas acusações e, além disso, era um homem “muito caridoso”.

José Antônio Figueiredo estava envolvido no movimento dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949¹³². Participou de várias atividades e foi o sujeito que informou o “grupo da jardineira” que os demais grupos não haviam chegado a Fernandópolis na madrugada do dia 24 de junho de 1949. O que se pode discutir é o quanto aquele grupo de trabalhadores era politicamente heterogêneo. Parecia haver divergências na condução e na mediação das diversas lutas juntos aos demais trabalhadores. Com relação ao “levante comunista” discute-se a ocupação e a tomada da cidade como uma boa estratégia, se o movimento estava circunscrito à cidade ou se, de fato, era uma “palavra de ordem do partido” para todo o Brasil. Esta é uma entre outras questões que parecia dividir o grupo de trabalhadores que se reuniram na casa de Antônio Alves dos Santos, o Antônio Joaquim, na noite de 18 de junho de 1949.

Anna Zendron identifica nitidamente os principais problemas vividos pelos trabalhadores na região de Fernandópolis ao circunstanciar os arrendamentos e o pagamento da renda pelos arrendatários. Todavia, a subjetividade denotada na narrativa está relacionada muito mais aos sentidos que Anna Zendron atribui àquele processo histórico do que ao “estado de ânimo” de Zé Cearense. Na versão de Anna Zendron, a partir da memória de um possível diálogo entre Zé Cearense e proprietários de terras – “cêis não vão plantá, a terra tá í. (...) Eles planta e na colheita cêis pega a parte de vocês e eles pega a parte deles” – têm-se a proposição de ampliar a área de arrendamento aos trabalhadores. Desse trecho da narrativa emergem evidências de alguns problemas vividos: certamente os proprietários de terras não

¹³¹ Anna Zendron Figueiredo. Entrevista realizada em 04/09/2006. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

¹³² De acordo com o Relatório Policial assinado pelo Delegado de polícia Júlio de Andrade, em Votuporanga, no dia 24 de fevereiro de 1951, Zé Cearense fora preso em Três Fronteiras porque distribuía panfletos “subversivos” e fazia “propaganda comunista”. Prontuário 73.252 – José Antônio Figueiredo. DEOPS/SP, DAESP.

estavam mais dispostos a arrendar as terras aos trabalhadores; os trabalhadores não estavam satisfeitos com o pagamento da renda da terra; os trabalhadores começaram a vislumbrar o não pagamento da renda da terra como uma possibilidade, ou ainda, começaram a planejar a luta pela terra como resolução para os problemas vividos¹³³. Diante de todas essas problemáticas, a subjetividade de Anna Zendron e os significados que atribuiu à questão agrária e às diversas propostas em disputa estruturam a sua narrativa.

Para Anna Zendron o seu marido “caiu em contradição” e os valores cristãos de um “homem caridoso” foram ignorados em alguns momentos de sua trajetória de vida. Essa formulação em sua narrativa demonstra a sua perspectiva da validação das práticas de luta daquele período; mais uma vez a memória de um ato interpretativo emerge muito mais do que o ponto de vista de Zé Cearense. Nesse tempo, a família já morava na cidade e Zé Cearense trabalhava como corretor de imóveis. Certamente Zé Cearense – no trabalho de mediação junto aos demais trabalhadores e a partir de suas vivências enquanto trabalhador que formou muitas fazendas e que, talvez, também vislumbrava retornar ao trabalho na terra em outras circunstâncias, não mais como aquele que abria e formava as fazendas para os outros – concluiu que não estavam conseguindo convencer os proprietários de terra a ceder suas terras aos trabalhadores para o plantio a um pagamento justo pela renda da terra. É provável que muitos dos trabalhadores que passaram a organizar e participar de movimentos sociais de luta por direitos trabalhistas em associações profissionais, em “ligas camponesas”, próximos politicamente ou não do PCB, contra a exploração da renda da terra e pela reforma agrária, compartilhavam das perspectivas de Zé Cearense.

O enredo construído para a entrevista de Anna Zendron é familiar. Zenith esteve sempre presente durante a entrevista de sua mãe, ausentando-se uma vez ou outra. Em alguns momentos da entrevista Anna Zendron parecia solicitar com o olhar a aprovação da filha em relação à sua narrativa. Em um momento significativo da entrevista, quando a mãe afirmava a necessidade da “divisão da terra” para os trabalhadores poderem plantar, Zenith se expressa da seguinte forma: “Nossa mãe!?”. Ao que a mãe em seguida diz: “É verdade!”. Isso aponta que Anna Zendron também “caiu em contradição” e defendeu a reforma agrária!

¹³³ Como será possível acompanhar no próximo capítulo, Alvino Silva foi preso e fichado no DOPS por “fazer campanha” pelo não pagamento da renda aos fazendeiros, Cf. DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Ofício ao DOSP, São Paulo – Interessado: ALVINO SILVA: De Fernandópolis, - Assunto: Agitação comunista na zona de Fernandópolis. – Data da distribuição: 11 de março de 1949. Delegado de Polícia Mario Ferraz Pahim. Prontuário 91.037 – Alvino Silva. DEOPS/SP, DAESP.

Sobre o enredo familiar da entrevista, é significativa a narrativa de Zenith no momento em que a entrevista se encaminhava para o final:

Zenith: O pessoal mais assim quando chegaram pra cá, assim, isso quando meu pai comentava com a gente, porque meu pai era assim culto, não era estudado, não tinha diploma, mas muito era culto, muito inteligente. Modesta parte, é chato falar, mas eu tenho que falar uma coisa verdade. [...] Só que eu acho assim, sabe, apesar de que, meu pai foi um cidadão, que fez muito por Fernandópolis, mas infelizmente, eu até gosto mesmo, porque eu gosto de falar a verdade, **porque está sendo gravado**, até gostaria mesmo que um dia chegasse a esse ponto de eu falar. Mas ele não é muito bem reconhecido.

Anna Zendron: Não.

Zenith: Não.

Vagner: Por quê?

Anna Zendron: Ele foi muito caridoso com a pobreza.

Zenith: Olha, pelo seguinte, a gente faz o bem sem olhar a quem... (silêncio e choro).

Anna Zendron: Ela lembra de tudo, ela sofreu....

Zenith: Mas olha, eu fico sentida porque não tem uma escola com o nome dele.

Anna Zendron: No nome dele. E ele entrou na escola pra dar exemplo pra gente entrá...

Zenith: Não tem uma creche no nome dele. E ele foi um homem que ajudou muito. O pessoal antigo pode falar o que eu estou falando se é verdade ou mentira. [...]. Reconhecimento da, assim, do pessoal da política, entendeu? Tem o nome dele lá numa rua, mas é lá perto da Brasilândia. Não que isso vá me menosprezar, mas poxa ele foi um homem caridoso, sinceramente... têm cidadãos caridosos [...]. Se fez, fez igual. [...]. Tem os nomes aí e meu pai é esquecido. Inclusive, fiquei sabendo também, eu tenho amigas professoras, que quando saiu o livro, que até dona Rosinha comandou nesse livro, né. Então, teve gente que não queria que colocasse o nome do meu pai e essas pessoas não mentem para mim, não vieram com fofoca. Diz até que defendeu, né. Falou: “Como, um homem tão caridoso desse!” Então, eu até teria vontade de fazer um artigo, falar na rádio, mas eu falei: “vou deixar pra lá, que manda os méritos são os espirituais e não os materiais”. E eu tenho certeza que ele está muito bem na parte espiritual. [...] ¹³⁴.

A entrevista, para os sujeitos entrevistados, apresenta-se como um evento histórico em suas vidas. Para muitos, é a única entrevista concedida em toda a sua vida. Assim, significa um fato relevante na trajetória do entrevistado. O ato da entrevista constitui naquele momento em que o entrevistado poderá expressar a sua versão dos fatos – como afirmei anteriormente, uma forma do narrador controlar o tempo e resistir ao esquecimento. A entrevista de Anna Zendron e a participação de Zenith têm esses significados ¹³⁵.

¹³⁴ Anna Zendron Figueiredo e Zenith Zendron Figueiredo. Entrevista realizada em 04/09/2006. (Grifo nosso). Acervo do pesquisador. Diante da presença de Zenith na sala em que ocorreu a entrevista, depois de mais de uma hora de entrevista com sua mãe, eu formulei algumas perguntas específicas a filha.

¹³⁵ As autoras do artigo “Semente comunista em solo conservador”, Áurea Sugahara, Rosa da Costa e Perpétua de Matos Malacrida, ao entrevistar Luiza Silva dos Santos, esposa de Antônio Alves dos Santos (Antônio

Tanto a mãe quanto a filha caíram nas armadilhas da memória hegemônica e reivindicam um “lugar melhor” para José Antônio Figueiredo na “geografia” e no “mapa” da “memória da cidade”¹³⁶. Todavia, a memória efetiva e dominante seleciona o quê lembrar e como lembrar. Os movimentos sociais de trabalhadores e os sujeitos de trajetórias de vida dissidentes, quando aludidos, são sempre descontextualizados e naturalizados. Os relatos ou as narrativas produzidas e disseminadas no social são despolitizados para não comprometer relações de poder hegemônicas. Os movimentos sociais dos trabalhadores, com seus sujeitos históricos e suas diversas práticas sociais, quando são referenciados nos textos da “narratologia burguesa”¹³⁷ os são a partir dessa perspectiva de cima para baixo¹³⁸. Anna Zendron e Zenith parecem ter consciência desse processo ao construírem a imagem de “homem caridoso” para José Antônio Figueiredo.

Anna Zendron nutriu ressentimentos para com o “Partido Comunista” e para com os demais “camaradas” do partido. Pode-se identificar esse sentimento nos diversos silêncios no decorrer de sua entrevista, quando está se referindo ao partido e às diversas vezes que Zé Cearense foi preso. Em um trecho específico de sua entrevista, narra o seguinte:

Anna Zendron: Os outros que levaram e eles... Meu marido mesmo ficou preso dois anos e não é porque fez coisa errada, não. Não foi não. Eu perguntei pra polícia, como é que chama aquela polícia? Eu esqueço o nome...

Vagner: Não é o DOPS?

Joaquim), em 23/07/1996, foram questionadas pela entrevistada: “Então com esse trabalho de vocês, vocês vão conseguir por qualquer uma praça, uma rua, com o nome do meu marido?” O áudio dessa entrevista está ruim, prejudicando a problematização da entrevista como um todo. As entrevistadoras privilegiaram como questões a trajetória de militância política de Antônio Joaquim no PCB, o levante de 1949, a vida de dona Luiza no período em que Antônio Joaquim viveu na clandestinidade. Dona Luiza enfatiza que Antônio Joaquim lutou na “Revolução de 1932” ao lado de Getúlio Vargas, sendo comandante militar no Porto de Brejaúva. De acordo com dona Luiza, parte do período em que esteve na clandestinidade, durante a década de 1950 e início da década seguinte, Antônio Joaquim viveu em Goiás e chegou ir para o campo se reunir com trabalhadores rurais, seguindo “a ordem do Partido”. Ao narrar sobre o quê Antônio Joaquim discutia nas reuniões, dona Luiza afirmou: “a reunião dele, fazia os esclarecimento que ele tinha que fazer, fazia, dava aquela demonstração para aquele pessoal que eles precisavam lutar, trabalhar para cada um pode possuí seu pedacinho de chão, para pode mora em cima, para não andar mais com a trouxa nas costas, né. A luta nossa foi grande, mas muita coisa a gente esquece, né”.

¹³⁶ No artigo “Semente comunista em solo conservador” foi dada proeminência a militância e a tortura sofrida por José Antônio Figueiredo. Para isso as autoras usaram como referência a entrevista com um dos padres do período, José Jansen. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

¹³⁷ FONTANA, J. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

¹³⁸ Em circunstância parecida, Alistair Thomson afirma que “Em vez de supor que as vidas e as memórias da classe trabalhadora, necessariamente, iriam desmascarar as poderosas memórias nacionais, comecei a perceber as contradições das vidas que se apresentavam a favor e contra as formações culturais dominantes.” THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, EDUC, fev. 1998. p. 283.

Anna Zendron: É do DOPS. Até falava assim pro José: “Ta vendo Zé? Os zoutro pega a panela põe no fogo e começa a mexê o angu, cai fora, deixa vocês. Vocês ficam caído aí e eles ficam caído fora.”¹³⁹

No segundo trecho da narrativa, Anna Zendron busca reproduzir um diálogo com marido e pontua o ritmo da fala batendo a mão – gesto expressivo de um sentimento ainda presente. Novamente a construção da narrativa adota determinados procedimentos para sustentar o estatuto da verdade histórica. O trecho da narrativa é significativo não apenas pela subjetividade denotada, mas, sobretudo, pela construção textual da frase ao remeter para imagens e relações vividas no cotidiano.

Anna Zendron, no trecho autobiográfico de sua narrativa, fez questão de ressaltar que sempre foi trabalhadora e que foi com o trabalho de cozinheira que sustentou a família no trabalho de formação de fazendas. A imagem, “põe a panela no fogo e começa a mexê o angu, cai fora, deixa vocês”, construída a partir de sua vivência enquanto cozinheira, é representativa dos significados compartilhados por alguns. Para ser preparado e cozido o angu, não basta ralar o milho verde, coá-lo para retirar o bagaço do milho e levá-lo ao fogo com o tempero a gosto. É necessário mexer o angu no fogo quente durante todo o tempo em que este leva para ser cozido (correndo-se o risco de levar algum respingo quente nas mãos) – lembrando que, certamente, o angu era cozido em fogão a lenha. Essa parte da preparação do angu é a mais difícil e é aquela que a cozinheira passa o serviço para outra pessoa. O angu de milho verde, principalmente acompanhado de galinha caipira ao molho, é uma comida muito apreciada na região. O sentido popular para o vocábulo “angu” (como “confusão”, “complicação”, “intriga” e “angu-de-carço”) corrobora a imagem construída. A imagem, de fácil compreensão popular, expressa de modo singular o ponto de vista de Anna Zendron em relação a como alguns trabalhadores avaliavam, no seu cotidiano, determinadas propostas que vinham de cima (PCB) e prontas para eles executarem. A narradora avalia como inoportunas as propostas de ocupação e tomada da cidade – isso, certamente a partir das circunstâncias vividas por ela e sua família durante as diversas prisões e todo o tempo que José Antônio Figueiredo ficou preso.

A entrevista com Anna Zendron foi motivada, inicialmente, por ser ela esposa de Zé Cearense e, de alguma forma, ter vivenciado o movimento de trabalhadores de junho de 1949 podendo ela, assim, problematizar os sentidos sociais construídos para o acontecimento. No

¹³⁹ Anna Zendron Figueiredo. Entrevista realizada em 04/09/2006. Acervo do pesquisador.

entanto, preso às questões relativas às condições de vida dos trabalhadores, apenas depois de mais de 10 minutos de entrevista elaborei o seguinte questionamento a Anna Zendron:

Vagner: Então, porque teve depois aquele movimento de revolução agrária, a impressão que dá que para as pessoas lutarem por terra é porque estavam precisando?

Anna Zendron: É isso daí eu não tô lembrada, não.

Vagner: Não?!

Anna Zendron: Negócio de terra, como é que fala, que ele falou? (Olhando para sua filha).

Vagner: Revolução agrária?

Anna Zendron: Revolução. **Não me lembro desse caso assim.** Desse eu não lembro. Porque seu pai ele conversava muito, mas isso daí ele não...

Vagner: Não? Porque ocorreu aquele levante em 49, né? O levante lá que tem o seu Antônio Joaquim.

Anna Zendron: Ah bom!

Vagner: Então, porque lá eles falavam de revolução agrária? A impressão que dava é que havia uma necessidade?

Anna Zendron: É o Partido Comunista. **E eles queriam que quem tinha mais repartisse pros lavrador.**

Zenith: É isso aí que ele quer saber.

Anna Zendron: É, teve isso mesmo. Teve. Inclusive meu marido também tinha simpatia por isso.

Vagner: Então, as pessoas precisavam, tinha necessidade, como era a vida dessas pessoas?

Anna Zendron: Tinha. Eram gente pobre demais, então o **José e uma turma** aí foi e falou: “Olha fazê isso. Quem não pode comprá um lote inteiro compra meio lote. Quem não pode comprá uma parte que dá pra plantá e colhê, compra menos, pra pode ajuda todo mundo.” Então, a dificuldade era a situação financeira. Esse que foi mais difícil. Então foi aonde que às vezes, houve, tinha gente que tinha e alguns que queria terra, pega terra, sabe? Pega a vontade sem, mas (...) *[nesse momento utiliza um termo indecifrável]* um contratempo aí que num pediu, né, pra fazer isso.

Vagner: Como assim?

Anna Zendron: Assim, **eu diria pessoas pobres que queria tentá, mas quem tinha terra não queria dá terra.** E ele não podia, por exemplo, que jeito ele ia tentá [apertá]? Eles queria terra, ele plantava, e dava terra, uma parte, conforme a colheita, dava uma parte mais um (...). Acho que não tinham (...). Sei lá que jeito (...) tudo isso aí ó. Tem muita coisinha desse jeito que num, **as pessoas, coitada, às vezes não tinham condições de vir prá cá. Sertão do sertão, eles achavam que vinham pro sertão e que as terras tava à vontade.** Às vezes pensava isso, não é verdade? Então, aonde que, às vezes eu... Meu marido ajeitou até muitos, muitos que tinham sítio, tinha chácara, que tinha terreno que dava pra plantá: “Cede um pedaço aí pra ele, na hora que ele colhê, o cê conversa com ele, passa um papel aí assina, ele assina pra você. E você dá a terra. Você vai plantá nessa terra?” “Não.” “Então, dá a terra pra ele plantá ele colhe e você terá sua parte.” Porque, de fato, sabe, pra cá, quando iniciou isso daqui, vem mais gente pobre mesmo, pra cá [...].¹⁴⁰

¹⁴⁰ Anna Zendron Figueiredo. Entrevista realizada em 04/09/2006. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

Como se pôde perceber, o historiador também caiu em uma armadilha! A noção “revolução agrária”, amplamente utilizada no inquérito policial e no processo criminal instaurado para criminalizar os trabalhadores implicados no movimento de junho de 1949 constituía-se num termo para o proselitismo político do PCB – veja-se “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista”¹⁴¹ – e artifício utilizado pelos delegados do DOPS ao politizar, descomedidamente, a luta dos trabalhadores e enquadrá-la no contexto da Guerra Fria. A noção “revolução agrária” provavelmente não era utilizada pelos trabalhadores para descrever os movimentos que se sentiam motivados a organizar e participar.

Por outro lado, o trecho da narrativa de Anna Zendron corrobora a versão do movimento como “levante comunista” organizado pelo Partido Comunista quando enfatiza a questão agrária, principalmente os problemas relacionados aos trabalhadores arrendatários de terra para o plantio e a mediação de Zé Cearense e de outros sujeitos na resolução desses problemas. Na narrativa de Anna Zendron, parece que os trabalhadores estavam encontrando dificuldades para o arrendamento de terras para plantar e morar ante outro projeto em elaboração – certamente vinculado a formação de fazendas para a pecuária – para o campo naquele momento. Uma vez formado o pasto, não eram mais necessários tantos trabalhadores arrendatários de terra. Talvez tenha sido essa razão que levou a família de Zé Cearense a deslocar-se do campo para a cidade.

Utilizando a imagem “sertão do sertão” como uma região desabitada e de floresta para referir-se a Fernandópolis, Anna Zendron acrescenta outra imagem significativa: os trabalhadores vinham para a região de Fernandópolis com expectativas referentes à imagem de que “as terras tava à vontade”. Ou ainda, em uma “região de fronteira”, que estava começando, poderia ser mais fácil conseguir um pedaço de terra e construir a vida. Contudo, parece que o problema também era “financeiro”. A terra não estava “à vontade” para ser possuída, imagem que remete aos tempos imemoriais e à idéia de que ainda era possível ser posseiro e ocupar as terras devolutas. Contudo, no tempo vivido pelos trabalhadores em Fernandópolis, a terra já se constituía em propriedade privada – em mercadoria, que, para ter-lhe acesso, era necessário comprá-la; e, como afirmou Anna Zendron, esses trabalhadores eram “pessoas pobres”, proletários sem terra que viviam do salário.

A relação entre a luta dos trabalhadores sem-terra pela reforma agrária nas últimas décadas e a luta dos trabalhadores no final da década de 1940 e início da década de 1950 em

¹⁴¹ Cf. PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

Fernandópolis – associando essas lutas à questão agrária como pressões para os movimentos dos trabalhadores – não marcou a narrativas orais de todos os entrevistados.

É o caso do senhor José Basílio. Esse senhor era um jovem de 20 anos em 1949 e foi compelido pelos trabalhadores, na manhã do dia 24 de junho de 1949, a dirigir um caminhão de Guarani D'Oeste para Indianópolis (atual Indiaporã), divisa do Estado de São Paulo com o Estado de Minas Gerais, para a evasão dos trabalhadores. A entrevista com o José Basílio foi facilitada pela intermediação de seu filho, professor Beco, colega de trabalho na época da realização da entrevista. Com José Basílio, realizei duas entrevistas, sempre a participação de sua esposa, Aurora Felipe Basílio¹⁴².

Na primeira entrevista, José Basílio parecia agitado e nervoso. Esse estado ânimo esteve presente em boa parte do tempo, enquanto falava do “levante comunista”, motivado que estava pela questão inicial elaborada pelo historiador a propósito de suas memórias sobre o movimento de trabalhadores de 1949. O motivo, talvez resida no desconforto de José Basílio ao significar como trágica essa vivência. Além disso, pode-se considerar o fato de que a entrevista gravada constitua evento que propicia esses sentimentos em muitas pessoas não habituadas à concessão de entrevistas. No caso de José Basílio, é provável que os dois motivos tenham atuado em seu estado de ânimo.

A segunda entrevista com José Basílio tratou de algumas questões que emergiram da problematização da primeira entrevista, como, por exemplo, sua trajetória de vida e uma questão pontual sobre a relação entre a luta da reforma agrária hoje e o movimento dos trabalhadores de 1949. Essa questão foi elaborada após o relato sobre sua experiência enquanto proprietário de terra em Marabá, Estado do Pará, e sobre as ameaças de ocupação dos sem-terra, fato que o entrevistado utilizou como justificativa para a venda da propriedade. Os 1700 alqueires foram adquiridos em sociedade familiar e coube a José Basílio a administração da área de 1974 a 1986. Analisando as duas entrevistas, concluí que, não fosse a questão elaborada pelo entrevistador, a relação entre as duas experiências sociais de luta pela terra não seria estabelecida. No caso de José Basílio, a relação foi “forçada”, efêmera e evasiva, impelida pela pergunta do entrevistador. A questão agrária e a luta pela reforma agrária também não aparecem de forma circunstanciada como ocorreu em outras entrevistas, sem que fosse preciso a formulação da indagação pelo entrevistador sobre a associação entre o movimento dos trabalhadores de 1949 e a luta dos sem-terra hoje.

¹⁴² A primeira entrevista com José Basílio foi realizada em 02/05/2006 e a segunda entrevista realizada em 27/02/2007.

O fato de ter sido coagido a dirigir o caminhão para os trabalhadores, nas circunstâncias em que isto ocorreu, parece ter se tornado uma experiência traumática na vida de José Basílio. Motivado a narrar a partir da pergunta sobre suas memórias relacionadas ao movimento de 1949, o relato começa da seguinte forma:

José Basílio: [...] Foi é em 1949 que o cê está dizendo? Eu não tenho bem certeza... (risos).

Vagner: Tudo bem...

José Basílio: Mas foi em 49, então vamos dizê. Então... morava em Guarani d'Oeste meu finado avó, fundador de daquele, da vila lá do Guarani. Ele mais o Antônio Lira. E meu pai tinha um bar e sorveteria lá que tinha posto na esquina lá no Guarani.

Aí aconteceu esse levante comunista, aconteceu o seguinte, o pessoal foi pra Populina, começaram a encrenca em Populina. Quer dizer, que eles foram desarmando o pessoal por ali, tomando carabina, bala, aquelas coisera toda, porque sabia quem tinha carabina e quem não tinha. Foi tomando e chegô em Populina tinha uma quermesse lá, uma festa. Aí fizeram aquele bafafá lá no coreto lá de Populina e o povão correu com medo, assombrado, todo mundo armado subiram no coreto com carabina, com coisera, o povão caiu fora. Aí eles foram lá no hotel acorda o Nelson [*Anselmo Vetucci era o nome correto do motorista*], que era chover do ônibus da empresa do Mantovani, ônibus não, naquele tempo era jardineira, né. Do Mantovani, aí fizeram o Nelson trazê-los em Fernandópolis. Diziam que vinha aqui em Fernandópolis para tomá a prefeitura, que naquele tempo aqui não tinha nada, só tinha a prefeitura e a delegacia. A delegacia era ali onde é o supermercado, onde é o supermercado Sakashita lá, que é hoje...

Vagner: Ah, sei...

José Basílio: Então, tinha um predinho de andar lá, embaixo era três salas de um lado e três salas de outro, que era a cadeia, e em cima a delegacia. Aí diz que vinha tomá a delegacia porque tinha que tomá uma rádio patrulha, né. E tomá a prefeitura que eles tomavam conta da situação. Naquele tempo não tinha telefone, não tinha nada. Então, foi aconteceu isso aí.

Aí na saída de Populina eles vieram e passaram por Guarani, mas nós não vimos, tava todo mundo dormindo, eles passaram quietos e vieram embora. Aí no Caxi, naquele tempo não chamava Caxi, era, tinha uma venda lá e era a venda do Zé Honório, né. Então se falaram: "Vamo pará aqui na venda." Fizeram o chover do í ônibus, pará a jardineira, ônibus, a jardineira para ali e desceram aí foi lá bateram na porta pô Zé Honório abri e vendê uma cachaça pra eles, bebida. E o Zé Honório, como era meio metidinho a valente, ele era bate-pau, naquele tempo falava bate-pau, inspetor de quartirão, eles nomeava um cara pra sê um tipo de um delegadinho, um polícia nas vila, então nós punha esse apelido de bate-pau, inspetor de quartirão, essa coisa, né. Então Zé Honório era desses daí, metido a prende os outros, essas coisa. Aí eles falaram lá, gritaram, e Zé Honório falou: "Não vou vendê pinga pra vagabundo nessa hora", né. E aí já deu um tiro lá dentro pra fora pra assombrá eles. Não sabia quantos eles tava e nem comê que estado que eles estavam. Aí meteram bala na venda do Zé Honório, né. Na porta, né, atiraram e furaram balança, furaram uma pia de bacia que tinha. Então, fizeram um sarceiro. E o Zé Honório grito pelo amor de Deus pra eles pará que ele ia abri a porta. E aí abriu, abriu a porta eles entraram, tudo conhecido! Entraram, tomaram, beberam, comeram lá as coisa que tinha e vieram pra Fernandópolis. Diz que vinha com a intenção de tomá a delegacia e a prefeitura. Porque era o único meio de comunicação, porque a delegacia tinha a rádio-patrulha, né, então podia comunicá. E eles tomando aquilo tava meio seguro. E a prefeitura não sei o porquê eles queriam tomá.

Aí... vieram, saíram do Zé Honório e vieram pra cá. Chegando aqui já tava meio, uma hora mais ou menos, duas horas da madrugada, e tinha um tal de Zé Cearense

aqui que era o chefão, comunista roxo; já morreu também. E esse Zé Cearense foi espera eles lá na saída da Capivara....

Vagner: Capivara é ali pra onde vai pra Guarani?

José Basílio: É, que vai lá pra o Guarani, né. Pra o Ubirajara hoje, ali. Onde tinha a máquina do Del Grossi, por ali assim, é que o Zé Cearense estava esperando eles.

Aí quando a jardineira chegou o Zé Cearense falou: “Gente, é bom cêis voltá porque a turma de Estrela não veio como nós combinamos, né, é bom cêis voltá que nós, que só nosso time não vai da conta.” Eles tava nuns vinte mais na jardineira. Aí, “é bom cêis voltá que nós não vamo dar conta do recado aqui. Precisamos deixá pra outra veis que a turma de Estrela mancô e não compareceu.”

Aí eles voltaram, mas aí contaram pro Zé Cearense: “mas nós já fez isso, já fez aquilo, mas agora nós já tá perdido, nós vamo lá pra Cachoeira dos Índios nós vamo”, porque o Adhemar de Barros estava construindo lá um cassino ou já tinha construído, não me lembro bem, “aí vamos lá pra Cachoeira dos Índios que o Adhemar de Barros tá lá e o Libero tá lá”, que o Libero era prefeito daqui, “aí nós vamo lá, vamo matá o Libero e o Adhemar de Barros”. Que eles estavam irado com o negócio, porque o Adhemar de Barros acho que fez, traiu os comunistas naquela época, não sei se o senhor lembra?

Vagner: Não, não...

José Basílio: Teve um negócio lá dos comunistas que o Adhemar de Barros na eleição falou que ia fazê o que eles queria, né?

Vagner: Certo...

José Basílio: Então eles penderam e votaram no Adhemar. E o Adhemar com o cartaz lá, não sei como ele conseguiu e pegou o título do registro dos comunistas, dizem, não sei também, e rasgou o título do partido. Então cabo com o comunismo. Aí foi que eles ficaram com raiva e pra se vingá começaram com esses troço aí.

Aí... foi... é. Aí foi... vieram aqui, que eu tava dizendo.... Pensá bem aqui.... Aí voltaram, não conseguiram nada voltaram, que o Zé Cearense recomendô que eles voltassem. Aí eles voltaram. Quando chegou lá em Guarani d'Oeste e o chover da jardineira falou: “Ó, a gasolina tá cabando, não i posso levá vocês mais pra frente, que a gasolina aqui tá cabando.” [...] Aí ele falou: “Não, mas nós dá um jeito lá em Guarani”.

Aí chegou lá no Guarani d'Oeste, meu pai tinha bar e sorveteria, e era o bar do ponto, então tinha que abri o boteco lá pra atende o pessoal que vinha na jardineira, porque o ônibus passava ali umas seis e meia, sete hora no Guarani, né. Aí o papai tinha que fritá pastéis, coxinha, aquelas coisa, e tava ali arrumando o bar e eu tava deitado ainda dormindo.

Aí chegô esse bando de comunista lá. Eles tava em dezesseis, aí uns quatro ficou para trás, que não quis participá, resolveram dispersá e saiu da turma e foi dezesseis lá. Inclusive nesses dezesseis tinha um preto, um tal de Au, Aureliano, ele até foi pedreiro nosso lá e amigão. Aí chegaram lá...

Vagner: Era de onde esse Aureliano, era de Guarani d'Oeste?

José Basílio: De Guarani. Aí chegaram lá no bar, o Aureliano chegô e falô: “Oi”, pro meu pai. “Cadê o Zé?” Meu pai falô: “O Zé tá dormindo.” “A, nós precisa dele aí.” Meu pai falô: “Mais pra quê cêis precisa dele?” “Pra ele levá nós aí porque tê, tê, tê coisa, coisa” Aquele povão já tava dentro do bar e sorveteria lá. Aí meu pai falô: “Mas o quê, nas costas, ele não tem condução, ele não tem nada?” “Não, o Guerino tem um caminhão lá, ele ensinô o Guerino a guiá, e o Guerino foi lá e a mulher do Guerino está em trabalho de parto lá, e nós olhamo pelo buraquinho da parede lá, e vimo que ele não tava mentindo, ele pediu pelo amor de Deus pra nós não conversá alto, não falá nada, mas que o caminhão ele entregava prô Zé ir pra onde quisesse! E o tanque tá cheio, e não sei o quê, não sei o quê.” Meu pai falô: “Óia, o menino tá dormindo, rapaz.” “Não tem nada que tá dormindo não, vamos acordá ele.” Enfiou a cara lá pra dentro, ele conhecia minha casa, porque era pedreiro, era gente de casa lá.

Aí entrô lá dentro com a carabina e me cutucando a barriga lá í: “Acorda rapaz, vamo levá nós, não sei o quê...” Eu falei: “Mas levá que jeito sô?” “Não, o caminhão do Guerino tá lá e é pra você pegá o caminhão e levá nós. E vamo embora que nós tá atrasado, que o trem tá, que o dia tá amanhecendo e nós não pode ficá aqui. Nós vamo lá na Cachoeira pra matá o Libero, matá o Adhemar de Barros e não sei o quê, não sei o quê!”

Vagner: Eles falavam isso?

José Basílio: Ham?

Vagner: Eles falavam isso?

José Basílio: É! Aí eu peguei levantei fui lavá a cara, não deixô. “Vamo embora, vamo embora! Não tem nada que lavá a cara, não” [*Mudança no tom da voz*]. Lá vai eu, fui passa no bar, falei: “Vou pegar um maço de cigarro”. Naquele tempo eu fumava i... “Não tem nem que pegá cigarro, vamo embora, vamo embora”. Eu peguei e falei: “Caramba!”. Aí descí, meu pai já mei desconfiado, ali mei triste, aí eu sai do boteco assim, tinha um degrau pra desce, eu descí aí ele falô, eu ia indo buscá o caminhão, o Guerino morava uns três quarteirão pra baixo, era uma vilinha pequeninha, oito ou dez casa, ele morava lá em baixo. Aí eu fui lá buscá esse caminhão, quando eu ia saindo e falei, pensando, né: “Eu foi dá um cano nesse cara, eu vou pegá esse caminhão e ó [*sinalizou*] pra outro canto e largá eles aí.” Mas pensando. Aí quando eu saí, não dei muitos passo, eu vi quando ele falo: “Mas se vai deixá o menino í sozinho? Vai atrás. Não pode deixá ele sozinho de jeito nenhum, vai fulano e sicrano.” Aí um com a carabina de um lado, o outro do outro lado e eu no meio dos dois. E eu falei: “Agora não tem mais jeito.” Aí fui lá peguei esse caminhão vim, eles embarcaram nesse caminhão e nós saímo, sentido Indiaporã. Naquele tempo acho que chamava Indianópolis, não era Indiaporã. E lá vai eu pra Indianópolis. Aí chegou numa altura lá, e o cara na frente comigo! Do Guarani até a Indiaporã ou Indianópolis tinha dezesseis porteira pra abri... Naquele tempo era estradinha estreita, apertadinha, aí eu fui... Lá vai eu com esse pessoal em cima e o cara com a carabina na minha barriga, me esfolando a barriga, e falando...

Vagner: E fazia isso mesmo? Colocava a ca?

José Basílio: É, não, e “vai mais depressa, mais devagar e cuidado”! Não sei o quê! Eu parava pra abri a porteira, eu não descia não, quem descia era os de cima do caminhão, da gabina não descia não. E eu ia me segurando. E eu falo, pensando: “Vou mete esse caminhão num barranco, tomba esse caminhão (risos) acabá com isso.” Mas, pensei bem, e vamo ver, vamo tocá mais um pouco. Aí fui, foi, chego lá diante, lá numa entrada que tinha lá que passava uma estrada cruzando, ia lá prum tar de Carmona, lá na beira do rio, rio Grande. Aí chegou lá naquela encruzilhada, dentro dum mato, eles falô: “Para aí.” Eu parei. Aí desceu oito... deles ali. Desceram ali e conversaram, conversaram lá, tal, umas coisa eu ouvia outras não. Mas aí eu ouvi quando o caminhão foi saindo: “Vocês ficam lá, cêis esperam lá no lugá que nós marcamo... . Lá nós encontrá. Nós vamo tocá mais um pouco.” Aí toco mais um pouco, mais uns dois quilômetro e mandô eu pará outra vez. Eu parei e aí desceram o resto. Desceram e falaram pra mim: “Cê vira esse caminhão e se abri a boca, nós vamo procurá onde cê tivé nós ti mata, cê não tem que abri a boca pra contá nada pra ninguém.” “Tá bom.” Aí foi, eu peguei... eles desceram e aí eu falei: “I agora como é que eu vou fazê?” Pra virá esse caminhão, era no mei de uma areia. Ele falo: “Cê vira.” Mas eu falei: “Mas aqui não tem jeito, vou virá esse caminhão nesse areão aqui. Pra saí pra frente não sei se vou consegui.” “Não, se vira e volta. Pode tocá um pouquinho pra frente, mas você vira esse caminhão e volta!!!”¹⁴³

¹⁴³ José Basílio. Entrevista realizada em 02/05/2006. Acervo do pesquisador. Comerciante e proprietário rural, nascido em 11 de abril em Ipiúá/São José do Rio Preto.

O extenso trecho da entrevista transcrita acima não foi citado sem hesitação. No entanto, a subjetividade expressada na narrativa e os sentidos construídos para o acontecimento perderiam a sua força se o relato fosse aqui fragmentado. A entrevista de José Basílio é representativa de uma experiência vivida e de uma versão construída para o movimento dos trabalhadores de junho de 1949.

Logo no início do relato, José Basílio desconfia do enunciado da questão que motiva o início da entrevista e indaga se o pesquisador está correto na formulação deste – invertendo a relação pesquisador e entrevistado. O questionamento de José Basílio parece não limitar-se ao ano de 1949, mas também a algo que, na transcrição da pergunta, aparece após a menção sobre as suas memórias a propósito do “levante comunista”: “a luta pela terra que ocorreu em 1949?”, questiona, informando a perspectiva da qual partiu o pesquisador para o diálogo.

Um pouco depois, em sua formulação inicial, José Basílio adota um procedimento narrativo que corrobora os sentidos cogitados para a narrativa construída. Assim, não está informando apenas a sua residência na cidade cujo avô foi o fundador, mas instruindo o pesquisador em relação ao fato de que ele pertence a um grupo de sujeitos que vieram para Fernandópolis enquanto “pioneiros” que “desbravaram esse sertão” – a narrativa histórica do “progresso” que fundamenta a versão hegemônica para a “história da cidade” (no período, Guarani D’Oeste pertencia ao município de Fernandópolis). Se no momento inicial coloca em dúvida sua própria memória sobre o acontecimento de 1949 em seguida informa como circunstanciou e como operou o trabalho de construção da memória oral narrada.

Os acontecimentos tratados no trecho da entrevista citado foram narrados por José Basílio para o inquérito policial e para o processo criminal¹⁴⁴, mas o testemunho, nesses documentos, passou pelo filtro dos agentes policiais e da Justiça, sem as minúcias da descrição detalhada da narrativa oral. O relato foi organizado a partir do padrão temporal dos acontecimentos e não a partir do momento em José Basílio que se viu obrigado a dirigir o caminhão para os trabalhadores. A continuidade da narrativa relata seu envolvimento até o momento do depoimento para o processo criminal, incluindo o fato de ter sido motorista para a polícia nas suas diversas diligências à procura dos trabalhadores envolvidos. A narrativa de José Basílio também enfatiza a verdade contida nos acontecimentos narrados: “falei a verdade, aí eu contei tudo”, “Só manjando eu e eu falando a verdade”, “falei a verdade, o que

¹⁴⁴ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 43 e 469. Tanto nas declarações que prestou para o inquérito policial quanto para o processo criminal José Basílio informa que o número de trabalhadores que transportou no caminhão era de 6 ou 7 pessoas. Os demais trabalhadores desceram da jardineira antes de chegar a Guarani D’Oeste.

tinha acontecido, eu falei”. Esse procedimento narrativo marcou e regulou a entrevista, corroboradas pelo ponto de vista circunscrito das narrativas: “Eu não tenho bem certeza”. Todavia, José Basílio insere em sua narrativa fatos não vivenciados cujo relato se baseia no “ouviu dizer”, nos diálogos travados com outros sujeitos. Esse procedimento de incorporação na narrativa de fatos e de “informações” vivenciadas por outros sujeitos ou por “ouvir falar” – quase como um narrador onisciente, que acompanha o transcorrer dos acontecimentos de um lugar estratégico que a tudo vê – foram procedimentos utilizados nos depoimentos e testemunhos para a montagem do inquérito policial e do processo criminal e autenticados como verdadeiros e, assim, como prova criminal.

O movimento dos trabalhadores foi circunstanciado, quebrou a rotina e desorganizou, a partir da perspectiva de José Basílio, a tranquilidade da vida diária: em Populina, atrapalharam a quermesse (ou festa junina) e amedrontaram a população local; no Caxi, tiraram José Honório da tranquilidade de seu sono e, além disso, alvejaram sua casa e bar; seu pai estava nos afazeres diários no bar e sorveteria quando os trabalhadores chegaram; quanto a ele mesmo, estava dormindo.

O sentido atribuído ao movimento, formulado por José Basílio no presente, está muito próximo da memória hegemônica produzida e difundida no social. A preocupação em desvencilhar acontecimento por acontecimento, como fundamento e procedimento para uma narrativa verdadeira, constitui a perspectiva e os contornos do ato interpretativo produzido na entrevista, procedimento próprio dos autos do DOPS e da Justiça. É provável que os testemunhos prestados naquela época, bem como a forma como foram conduzidos, tenham marcado a forma de narrar de José Basílio.

A versão expressa na narrativa de José Basílio para o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 é construída a partir de adjetivos que denotam uma determinada identidade para os trabalhadores e para o movimento. Essa memória pode ser percebida na nomeação do movimento de “encrenca” e na indicação de que o “povão correu com medo, assombrado” quando os trabalhadores anunciaram no coreto da praça central de Populina que estavam iniciando a “revolução agrária e comunista” no Brasil¹⁴⁵.

Na narrativa é enfatizado que os trabalhadores portavam armas e que desenvolveram diversas ações no deslocamento de Populina a Fernandópolis até serem dissuadidos por Zé

¹⁴⁵ Os diversos testemunhos colhidos para o inquérito policial afirmam que os trabalhadores além de anunciar a “revolução agrária e comunista” gritaram “vivas” a “Rússia comunista”, Cf. Cf. DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949.

Cearnense de ocupar a cidade, tomarem a prefeitura e a delegacia de polícia. Por diversas vezes José Basílio destaca que, diante do fracasso de ocupação da cidade, os trabalhadores intentavam assassinar o prefeito de Fernandópolis, Libero de Almeida Silveiras, e o governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros. O assassinato do prefeito é justificado em razão deste ser um desafeto político dos “comunistas locais” e o assassinato do governador em função deste ter “cassado o registro do Partido Comunista” e traído os comunistas após a eleição. Muitos materiais pecebistas elaboraram a mesma avaliação para o último caso, a traição política de Adhemar de Barros após sua eleição para governador.

A ucrônia tem marcado as narrativas sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949. A distorção e a distância entre o evento e a narrativa construída por José Basílio evidencia o processo histórico e social de construção de memórias e dos significados atribuídos ao movimento social dos trabalhadores. De fato, naquele momento os conflitos e o acirramento do debate em torno da cassação do registro do partido e dos mandatos parlamentares do PCB movimentavam a militância política. No entanto, a utilização desse argumento, que identifica como pressões para o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 apenas esses aspectos políticos parece ser reducionismo. Esse conteúdo situado nos contornos políticos da Guerra Fria foi explorado pelo DOPS e pela imprensa comercial e empresarial na disseminação da versão hegemônica para o movimento dos trabalhadores.

Diante dessas formulações, algumas questões emergem da narrativa de José Basílio: Se o fato de chegar apenas um grupo na cidade motivou a avaliação dos trabalhadores de que o movimento havia fracassado, porquê o planejar e o tornar público o intento de assassinar o prefeito e o governador? Qual seria a vantagem política para os trabalhadores, individualmente, e para o avanço político dos movimentos sociais na região, para o PCB, a declaração de que iriam assassinar o prefeito e o governador? Se, de fato, os trabalhadores afirmaram que iriam cometer esses assassinatos, ou melhor, executar a ação de eliminação dos representantes do capital e dos latifundiários na região e no Estado, não é possível saber. As evidências deixam dúvidas quanto a esse fato. Por outro lado, com o fito de criminalizar policial e politicamente os trabalhadores e seus movimentos diversos de luta, a narrativa oral e outras evidências parecem informar a versão hegemônica para os fatos.

O ambiente social vivido estava permeado de conflitos e disputas enquanto o próprio processo histórico estava transcorrendo e narrativas estavam sendo produzidas. Parte expressiva das memórias que estavam sendo construídas naquele momento atribuíram significados sociais e políticos para o movimento e, assim, foi significado por muitos:

José Basílio: E aí depois, ali eles pegaram, veio uns quarenta, uns quarenta soldado. Aí mandaram esse povo pro Guarani. Aí eu tive que leva esse povo pro Guarani, que não tinha carta nem nada naquele tempo, aí eu peguei u, o japonês que tinha empresa de ônibus, Okamoto também. Então o Okamoto tinha comprado um ônibus 48 e o ônibus era mei largo, não passava nas porteira pra ir em Indiaporã. Então de Guarani a Indiaporã a gente ia com uma jardineirinha 36, jardineirinha veia. Então ele deixava o esse ônibus novo lá parado lá, ônibus não, jardineira, parado lá no Guarani, encostado na nossa casa de lá pegava, fazia baldeação levava o povo a Indiaporã na outra jardineirinha véia por causa das porteiros. Aí eles falaram com o japonês ou requisitaram naquele tempo, tinha um negócio de requisitá condução e tinha que da memo...

Vagner: Não tinha outro jeito!?

José Basílio: É. Então ficaram aquela jardineira nova lá em casa a minha disposição e a disposição da polícia, porque onde a polícia mandasse eu í com aquela jardineira eu tinha que í. Bom! Aí vai essas polícias pro Guarani. Aí eu vinha... Quando a polícia ia indo pro Guarani eu tava aqui, eu tava em Guarani. Aí eu peguei o caminhão do Guerino, esse tal caminhão [...], e as mulher lá soube que os homem tava ali que ia invadi o Guarani d'Oeste, que não sei o quê, tava não sei aonde, cê sabe, o bafafá, né?

Vagner: Am! (*respondi que sim*).

José Basílio: Aí, as professora, aquele povo, aquelas mulhé da cidade, ali tinha umas oito, dez família, ou mais, e ficaram tudo assombrada e queria vim pra Fernandópolis de todo jeito. Aí esse Antônio Coltrim, que era o bate-pau lá, inspetorzim de quarteirão, falou: “Seu Zé. Zezinho leva esse pessoal lá pra mim, pelo amor de Deus, a Fernandópolis. Essas mulhé está tudo apavorada, leva embora daqui.”

Vagner: Estavam com medo?

José Basílio: É. “Deixa só os home, porque os home resolve o problema, mora ou mata, mas nós enfrenta os comunistas.” Aí eu peguei essa mulhé pus no caminhão e lá vinha vino pra cá pra Fernandópolis. Quando tamo no mei do caminho, pouquinho pra cá da venda do tal do Zé Honório, aonde eles fizeram a encrenca lá, vinha vindo outro caminhão de Fernandópolis cheio de polícia, aquele mundo de polícia em cima, com os fuzil tudo apontado e mandando eu pará [*muda o tom da voz*]. Polícia até no pára-lama do caminhão, que naqueles tempo aqueles caminhão tinha pára-lama pra fora. E mandando eu pará e eu parei a jardineira, né. Aí desceu um cara lá, não sei se era cabo ou sargento ou tenente, o quê que era, eu: “Quê?” “Onde cê vai com esse povo?” Eu falei: “Vou levá pra Fernandópolis, a muiézada tá tudo apavorada, diz que os home vai invadi o Guarani d'Oeste, vai fazê, vai acontecê, e eu vou levando elas embora pra lá.” “Não, não vai leva coisa nenhuma, pode virá esse caminhão pra trás e volta.” “Ai meu Deus do céu! Tá danado!” [risos]. Aí eu virei o caminhão, virei o caminhão e voltei com essas mulherada e as mulherada chorando, querendo vim pra Fernandópolis e eles não deixô. “Não, nós vamo pra lá. Pode toca que nós vamo pra lá. Cêis vai tê proteção.” Aí viramo e eles, virei esse caminhão e vinha na frente e eles atrás. Chegou em Guarani, as mulhé cada uma pra suas casas, e eu fiquei ali¹⁴⁶.

O trecho citado da narrativa de José Basílio não foi motivado por nenhuma pergunta específica. É uma continuidade da narrativa ensejada pela questão inicial. A narrativa expressa o processo histórico de disseminação no imaginário social a criminalização das lutas

¹⁴⁶ José Basílio. Entrevista realizada em 02/05/2006. Acervo do pesquisador.

dos trabalhadores, reduzindo os movimentos sociais às práticas de crimes comuns. O relato assevera o medo e o desespero das mulheres, a valentia dos homens – prontos para matar ou morrer – e a segurança restaurada pela polícia em Guarani D'Oeste.

O processo de construção social de memórias é corroborado, consecutivamente, pela afirmação e disseminação de práticas sociais diversas relacionados à produção de sentidos hegemônicos para o movimento social dos trabalhadores. É a partir dessa perspectiva que, já naquele tempo, é possível compreender a exacerbação subjetiva da identidade comunista atribuída aos trabalhadores e aos movimentos sociais, pois no social estava se difundindo a idéia de que qualquer movimento social organizado pelos trabalhadores constituía-se num movimento “subversivo”, associado ao comunismo internacional e a União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS). Entre as diversas idéias que se difundiam no senso comum, encontrar-se-ia a idéia de que os comunistas “tomariam uma casa de quem tivesse duas”, que “comiam crianças”, entre outras, como lembrou Maria Doralice em suas reminiscências.

Os diversos movimentos sociais de trabalhadores e, em particular, o movimento de trabalhadores de junho de 1949, com significados de um movimento de resolução da questão agrária e de luta pela terra, não constituem referência para a memória efetiva e dominante da cidade. Não é lembrado nas narrativas oficiais e sua referência como artigo no livro da “história da cidade” é extemporâneo e condescendente. Os trabalhadores que participaram desse movimento não têm “lugar” na memória da cidade. A partir dessa perspectiva que foram construídas as memórias sobre o movimento dos trabalhadores em 1949 que, para alguns, é caracterizado como algo que não aconteceu ou ainda reduzido à tentativa de ocupação – na verdade, para muitos narradores, “invasão” – da cidade. É o caso do senhor Mário de Matos, com 82 anos, quando questionado sobre suas memórias sobre o “levante comunista”, que narra:

Mário de Matos: [...] De fato, eu morava em Fernandópolis já e houve aquele abafa-abafa, aquele movimento no alto da cidade. Que Fernandópolis seria invadida naquela noite. Não alembro a data... Ia ser invadida e que gente estava se preparando, assim, pra se defende, não é. Uns com uma coisa, outros com outra coisa, não é. E, graças a Deus, não houve nada! Mas o movimento foi bastante, assim, foi bastante preocupante porque o boato foi bastante grande. Que ia ser invadida.

Vagner: Já sabiam o que ia acontecê, antes de acontecê?

Mário de Matos: O boato, o boato, que ia acontecê... Muitas pessoas se armaram (risos) com isto ou com aquilo; não sei que armas eram [...] mas graças a Deus não houve nada.

Vagner: Naquela época o senhor conhecia esse pessoal que era chamado de comunista e o que eles queriam?

Mario de Matos: Não, eu não conhecia não. Eu não conhecia. Eu estava aqui ainda há pouco aqui em Fernandópolis e geralmente era mais povo de fora. Parece que era lá de Populina, dessas bandas de lá. Que vinham parece que para atacá alguém da cidade aqui, não sei.

Vagner: E aí o senhor não sabia porque que eles queriam fazer esse movimento?

Mario de Matos: Não sabia. Não sabia. Talvez eu não me lembro, mas eu não... de fato, eu não sabia.

Vagner: E o pessoal ficou preocupado...

Mario de Matos: A cidade ficou preocupada, não todos, uns mais que outros, mas o povo ficou preocupado sim. O boato corria na cidade, que era a noite, né, invasão da cidade, do assalto a cidade. Agora não conheço, não conhecia. Eu ainda era novo aqui em Fernandópolis. Felizmente aquilo passou e não aconteceu nada¹⁴⁷.

A narrativa de Mario de Matos é significativa da tradição seletiva e memória hegemônica sobre as lutas pela terra na região. Com duração aproximada de 45 minutos, a entrevista não relatou mais do que 10 minutos sobre o evento e sobre as pessoas conhecidas como comunistas na época. Para continuar o diálogo com Mario de Matos e, talvez, motivá-lo na narrativa sobre o movimento, inseri questões sobre sua trajetória ocupacional e de vida. Assim, no restante de sua entrevista narra sua história como comerciante bem sucedido na cidade.

Pela narrativa de Mário de Matos, muitos na cidade estavam cientes do movimento que poderia ocorrer naquela noite de 23 para 24 de junho de 1949. O entrevistado enfatiza também que a cidade estaria preparada, pois muitos na cidade estariam se armando contra o movimento que, porventura, aconteceria. Nas palavras de Mário de Matos, “graças a Deus não houve nada”. Enfatiza que o boato foi grande, mas não passou de boato. É difícil asseverar se Mario de Matos refere-se ao movimento de junho de 1949 ou outros que ocorreram em anos anteriores ou posteriores – essa relação, no trabalho de composição da memória e atribuição de significados ao movimento de trabalhadores de junho de 1949 ocorre também nas narrativas de outros entrevistados, a partir do mesmo procedimento narrativo e operação intelectual, como são os casos de Idalina Maldonado, Anna Zendron e Maria Doralice, pelo menos. Parece-me que essa “preparação” para se defenderem também com armas, como relata Mario de Matos, pode ter ocorrido em outros movimentos, talvez nos movimentos de 1948 e 1952 na cidade, em que um número significativo de trabalhadores ocupou as ruas da cidade – esses movimentos serão discutidos nos capítulos seguintes. É certo que a informação sobre a possibilidade de ocorrência do movimento em junho de 1949 vazou e circulou entre algumas pessoas não envolvidas politicamente com o movimento, mas parece que isso não provocou

¹⁴⁷ Mário de Matos. Entrevista realizada em 04/05/2006. Acervo do pesquisador.

nenhuma mobilização e “preparação” anterior para defesa. O trabalho de construção da memória parece selecionar como fato histórico o acontecimento de junho de 1949, bem como adiciona a ele conteúdos e detalhes que se apresentaram em outros acontecimentos e movimentos na cidade¹⁴⁸.

Apenas quando o prefeito municipal retorna da Cachoeira dos Índios, na manhã do dia 24 de junho de 1949, e passa por Guarani D'Oeste, é que toma conhecimento do ocorrido e encaminha telegrama para São Paulo denunciando o movimento. A partir daí que foram deslocados para Fernandópolis a polícia, investigadores e delegados do DOPS. A investigação do movimento por esses agentes na região deu início ao principal documento sobre a memória oficial – o inquérito policial e o consequente processo criminal que incriminaram os trabalhadores implicados no “levante comunista”.

¹⁴⁸ Cf. PORTELLI, A. Forma e significado da representação histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 181-217, jul. dez. 2008.

CAPÍTULO II

“A PARTIDA DE FEIJÃO ESTÁ PRONTA”: ENTRE PROCESSOS, FATOS E FABULAÇÕES

A construção de memórias a respeito do movimento social de trabalhadores ocorrido em 23 para 24 de junho de 1949 na cidade de Fernandópolis foi engendrada a partir do processo histórico de instauração do inquérito policial e do processo criminal. O inquérito policial que instruiu o referido processo criminal¹⁴⁹ foi dirigido pelo Delegado Adjunto do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Arnaldo de Camargo Pires, em diligência a Fernandópolis, nomeado pelo Delegado Especializado do DOPS, Eduardo Louzada Rocha, em 25 de junho de 1949, imediatamente após o movimento na cidade. O relatório final do inquérito policial, de 2 de agosto de 1949, foi assinado pelo delegado de polícia Fernando Mendes de Souza¹⁵⁰, contudo parece que o mesmo relatório foi produzido ou orientado ideologicamente pelo DOPS¹⁵¹.

¹⁴⁹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, instaurado na Justiça Pública do Estado de São Paulo, Comarca de Votuporanga. Com a numeração justaposta ao inquérito policial o processo criminal totaliza 762 folhas.

¹⁵⁰ Delegado de Polícia Fernando Mendes de Souza assumiu o caso em 07 de julho de 1949, data em que assumiu o exercício de Delegado de Polícia de Fernandópolis, segundo ofício do delegado adjunto do DOPS Arnaldo de Camargo Pires. Cf. DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949, p. 134. Em 1952 Fernando Mendes de Souza já não estava mais trabalhando na cidade, pois aparece como o delegado de polícia da cidade de São José do Rio Preto, Cf. PROCESSO CRIME, n. 1462, de 19 de março de 1952. Comarca de Votuporanga. Delegacia de Polícia de Estrela D'Oeste, Inquérito Policial, 24 de janeiro de 1952. PROCESSO CRIME, n. 51, 8 de agosto de 1953. Comarca de Fernandópolis. Esse inquérito policial e processo criminal foram instaurados em razão da comemoração do “aniversário de Prestes” em Populina, distrito de Estrela D'Oeste. Como havia indício da participação de “comunistas” de São José do Rio Preto na comemoração o inquérito foi remetido àquela cidade para a qualificação e interrogatório dos indiciados.

¹⁵¹ Os historiadores Antonio Luigi Negro e Paulo Fontes afirmam que “Em 14 de julho de 1999, em encontro promovido pela equipe de pesquisa do DAESP (coordenação da Profª. Drª. Maria Aparecida Aquino), John French apontou para o risco das distorções das fontes policiais. Em acréscimo, emendamos, a clandestinidade dos órgãos sindicais e partidários no período 1945-1964 não significa, por princípio, uma atuação maquiavélica e manipuladora. Contudo, edulcorava o poder de seus adversários para poder cultivar suas próprias crenças. Desse modo, fazia leituras tão ortodoxas de suas deliberações e atitudes que, talvez, nem seus oponentes fizessem. Decerto, o historiador não deve repetir a mesma ilusão.” NEGRO, A. L.; FONTES, P. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, M. A. et al. (orgs.) **No coração das trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 179. Para uma perspectiva diferente, mas com conclusões parecidas, Cf. AQUINO, M. A. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M. A. et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

A partir desse processo histórico e do processo de produção desses documentos, foram narradas muitas memórias e muitas histórias sobre o movimento social dos trabalhadores de junho de 1949, iniciando o processo de construção da memória social sobre o “levante comunista 1949”.

O inquérito policial¹⁵² foi arquivado na Delegacia de Polícia de Fernandópolis, sob o prontuário de número 747, de José Honório da Silva, vítima no processo, que teve sua casa baleada após reagir à ação de expropriação. Esse fato é estranho, já que os prontuários sempre são criados e arquivados a partir dos indiciados, requeridos ou réus. Será que esse fato foi deliberado com o propósito de esconder ou dificultar o acesso a esse inquérito policial? Estranhou-me muito o fato de que as pastas dos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis foram reorganizadas, recebendo novos números em algum momento desse período até o presente. Não consegui informações se isso ocorreu durante o regime militar ou depois. Todavia, no prontuário de José Honório da Silva não consta de nenhum documento, a não ser o inquérito policial datado de 25 de junho de 1949, instituído pela portaria do Delegado DOPS e cuja capa estampa como indiciado “Antônio Alves dos Santos e outros” e como vítimas “José Honório da Silva e outros”. Sobre esse, outra capa, do Prontuário número 747, em nome de José Honório da Silva. Estranhou-me ainda mais o fato de que o Prontuário número 414 da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, em nome de Antônio Alves dos Santos, bem como os prontuários dos demais indiciados no processo criminal, não foram alimentados e “ilustrados” com o inquérito policial ou a eles não foram incluídos Auto de Qualificação, Termo de Declarações, pelo menos, como comumente ocorre com demais prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis.

Os prontuários do DOPS criados para esses trabalhadores e depositados no Arquivo do Estado de São Paulo, acervo DEOPS, foram documentados sempre com muitas informações: o relatório policial do Delegado de Polícia Fernando Mendes de Souza, relatórios de

¹⁵² O referido inquérito policial arquivado na Delegacia de Polícia de Fernandópolis soma ao todo 239 folhas numeradas, sendo que algumas folhas possuem uma ou mais páginas para permitir a anotação dos testemunhos. Alguns documentos, como “Auto de Qualificação” e “Termo de Declarações” de alguns trabalhadores, produzidos pelo DOPS foram inseridos no inquérito quando já tramitava o processo crime, em razão de terem sido produzidos na sede do DOPS em São Paulo, quando lá estiveram presos alguns trabalhadores. O inquérito policial é composto de diversos relatórios dos investigadores e delegado, Termo de Declaração e ou Assentada de testemunhas, Auto de qualificação e Interrogatório dos indiciados, ofícios determinando diligências policiais, despachos do escrivão de polícia e do delegado de polícia, entre outros. O processo crime é composto do inquérito policial, “Aditamento a denúncia” e “Denúncia” da Promotoria Pública, vistas do processo pelo Promotor Público e pelo Juiz de Direito, despachos cartoriais, Folhas de antecedentes, Termo de Qualificação e Interrogatório dos indiciados, Termo de declaração do Ofendido ou Vítima, Assentada de testemunhas, pronunciamentos e atos de Defesa Prévia do Defensor, sentença, vistas do processo pelo promotor público e juiz de direito, cartas precatórias, Acórdão do Supremo Tribunal Federal, requerimento dos defensores, entre outros.

investigação dos agentes secretos do DOPS, entre outros materiais, narrando suas ações e diligências na região.

É possível que a cópia do inquérito policial presente nos arquivos da Delegacia de Polícia de Fernandópolis estivesse à disposição dos setores dominantes em momentos de tensão na cidade. Muitos – tais como médicos, advogados, entre outros – trabalharam de alguma forma na Delegacia de Polícia, como é possível verificar nos prontuários pesquisados no período que vai de 1949 a 1960. Em meio aos diversos conflitos políticos e sociais entre trabalhadores e os setores hegemônicos na cidade, vigeu a prática de qualificar de “comunista” ou de relacionar o adversário político ao movimento de 1949. Essa prática pareceu ser comum na cidade de Fernandópolis, principalmente após o movimento e durante a vigência dos governos militares no Brasil¹⁵³. É possível afirmar que esse material fundamentou narrativas de grandes jornais e revistas no período, como também do jornal local – “Fernandópolis-Jornal” – e muitas narrativas orais de pessoas da cidade sobre o movimento de junho de 1949 e sobre as muitas outras lutas dos trabalhadores no período¹⁵⁴. Os agentes do DOPS circularam de 25 de junho até 02 de agosto em Fernandópolis, pelo menos, inquirindo os trabalhadores e prendendo implicados no movimento. Todavia, há indícios de que a ação dos agentes do DOPS na região seja anterior e posterior a esse movimento¹⁵⁵.

A narrativa produzida no relatório final do inquérito policial do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza descreve e apresenta uma versão sobre os trabalhadores e suas experiências no movimento de 23 para 24 de junho de 1949, assim como sinaliza para outros movimentos de trabalhadores. Os argumentos do delegado de polícia, sistematizados no relatório policial, constitui no principal material utilizado para criminalizar os trabalhadores no processo criminal¹⁵⁶.

¹⁵³ A HISTÓRIA SE REPETE. Em 1949 o candidato comunista Fernando Jacob já quis assaltar a Prefeitura de Fernandópolis! PANFLETO (Apócrifo), 1963.

¹⁵⁴ O inquérito policial foi de fato disponibilizado para repórteres de diversos jornais, como poderá ser verificado no capítulo seguinte.

¹⁵⁵ Os prontuários do DOPS mapearam as trajetórias de alguns trabalhadores implicados no movimento a partir de 1946 até o início da década de 60.

¹⁵⁶ E. P. Thompson discutiu o preconceito de classe e a universalidade que a categoria “crime” adquiriu para as “autoridades”, que qualificava e valorava qualquer movimento ou associação de pessoas que “saíssem fora da lei”. Thompson afirmou constituir-se no falseamento da magistratura a forma de compreensão da complexidade social. Ou ainda, “E, se devemos nos acautelar contra a aceitação de categorias moralistas que oferecem uma apologia fácil da criminalidade [...]. O ‘crime’ em si – quando simplesmente assumimos as definições dos que possuem propriedades, controlam o Estado e aprovam leis que ‘nomeam’ o que será crime – é a primeira dessas categorias. Mas como agora muita gente começou a escrever a história do crime, muitas vezes sem uma preparação cuidadosa nem critérios históricos de verificação, pode ser o momento para levantar objeções ainda mais fortes contra as categorias de ‘quadrilha’ e ‘sub-cultura criminoso’.” THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 250-251.

A narrativa histórica construída no relatório exprime as disputas em torno da memória sobre as histórias dos trabalhadores e suas experiências, definindo as formas de como o movimento dos trabalhadores deveria ser lembrado e narrado. O fato é significativo, pois essa memória hegemônica se cristalizou na história narrada sobre esses trabalhadores e marcou uma tendência nas narrativas de outras memórias e histórias de trabalhadores da cidade. A partir dessa perspectiva, o inquérito policial – o relatório do inquérito policial –, que sistematizou os diversos testemunhos e diligências policiais, apresenta-se como a versão oficial do DOPS para o movimento em Fernandópolis, a memória oficial do levante comunista de junho de 1949 em Fernandópolis.

O processo criminal instaurado na comarca de Votuporanga¹⁵⁷, que agrega o inquérito policial e outros documentos, constituindo-se em uma única peça, permite problematizar o processo histórico de formação dessa memória hegemônica¹⁵⁸ que atribui ao movimento dos trabalhadores de 1949 uma única versão possível – a versão autorizada dos fatos: a construção do movimento como “levante comunista”. A versão oficial apresentada nos autos do inquérito policial não ficou circunscrita ao processo criminal e, sim, informou e documentou os prontuários criados no DOPS para os trabalhadores “fichados” relacionados ao movimento.

Os “fatos do acontecimento” – o movimento de 23 para 24 de junho de 1949 – para os agentes do DOPS, substanciado pelos testemunhos e depoimentos dos indiciados e de outros documentos recolhidos nos autos do inquérito policial, constitui nas “provas” para decretar a prisão preventiva, processar e condenar os trabalhadores. A descrição das “provas” no relatório final do inquérito policial afirma que as mesmas falam por si:

Citá-las, destacá-las neste relatório, seria o mesmo que, cansativamente, proceder ao seu repisamento.

Cabe-nos, apenas, citar que dificilmente temos encontrado e feito registrar, em toda a nossa carreira policial, tão abundante esplendida prova¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949.

¹⁵⁸ Na pesquisa parto das formulações de Raymond Williams e de E. P. Thompson sobre hegemonia. De acordo com Thompson: “O conceito de hegemonia é muito valioso, e sem ele não saberíamos compreender como as relações eram estruturadas. Mas embora essa hegemonia cultural possa definir os limites do que é possível, e inibir o crescimento de horizontes e expectativas alternativos, não há nada determinado ou automático nesse processo. Essa hegemonia só pode ser sustentada pelos governantes pelo exercício constante da habilidade, do teatro e da concessão. Em segundo lugar, essa hegemonia, até quando imposta com sucesso, não impõe uma visão abrangente da vida. Ao contrário, ela impõe antolhos que impedem a visão em certas direções, embora a deixem livre em outras. Pode coexistir (como aconteceu na Inglaterra do século XVIII) com uma cultura muito vigorosa e autônoma do povo, derivada de sua própria experiência e recursos.” THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 79.

¹⁵⁹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 273.

Certamente, o ofício do historiador tem proximidade com os procedimentos da prática investigativa da polícia e da Justiça ao reunir materiais diversos para compreender uma determinada problemática para produção do conhecimento histórico, em primeiro lugar, bem como o indiciamento e julgamento dos réus, em segundo e o terceiro, nessa ordem. Eric Hobsbawm assevera que o historiador em seu ofício deve defender a supremacia da evidência em suas formulações, não permitindo as abstrações teóricas¹⁶⁰. As aproximações entre o ofício do historiador e o ofício da polícia e da Justiça guardam certas relações. Todavia, persistem as diferenças.

Na prática da polícia e da Justiça, com as diversas interpelações, agentes, delegados, promotores, advogados, deve-se convencer por meio de uma “argumentação eficaz” e “por meio da produção de provas ou de provas produzidas por outros”¹⁶¹. A relação estreita entre o direito e a história não pode confundir o historiador. O trabalho de investigação da polícia e da justiça, o inquirir as testemunhas e indiciados, segue um plano preciso, tem-se “na mente, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar”¹⁶², tanto do delegado de polícia quanto do juiz de direito, com o objetivo expresso de julgamento – absolver ou condenar.

Ao historiador, o relevante é a qualidade ou as intencionalidades das hipóteses, elaboradas antes e durante a investigação, e a condução do processo criminal. Essas questões devem preocupar os historiadores na perscrutação dos inquéritos policiais e dos processos criminais. Assim, problematizo: Qual a fundamentação política das hipóteses de trabalho dos agentes dos DOPS? Que encaminhamento observam quando identificam contradições nos depoimentos? Quais foram as práticas investigativas utilizadas? Tanto no processo criminal, quanto em muitas narrativas orais, há diversas referências ao uso da violência e prisões arbitrárias no curso do inquérito policial e do processo crime – como essas práticas interferem na produção dos referidos documentos?

¹⁶⁰ Eric Hobsbawm ao discutir as implicações políticas e teóricas do relativismo das perspectivas “pós-modernas” sobre os massacres alemães na Segunda Guerra Mundial, afirma em um tom irônico que “é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas. Se um romance deve tratar do retorno de Napoleão de Santa Helena em vida, ele poderia ser literatura mas não conseguiria ser história. Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa mas organiza *objets trouvés*.” HOBBSBAWM, E. J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Sobre a relevância das evidências na produção do conhecimento histórico; Cf. THOMPSON, E. P. **A miséria a teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹⁶¹ GINZBURG, C. **El juez y el historiador: consideraciones al margen del proceso Sofri**. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1993. p. 18.

¹⁶² Idem, Ibidem, p. 40.

As circunstâncias políticas e ideológicas expressas no documento evidenciam o projeto político que moldava as práticas dos agentes policiais e da Justiça. No ofício desse historiador a perscrutação das fontes – citá-las, destacá-las, “mesmo que, cansativamente, proceder ao seu repisamento” – constitui procedimento relevante para a decodificação e interpretação das diversas narrativas e versões expressas nos documentos. Emergem das “provas” e dos “fatos” termos indefinidamente citados no inquérito policial e no processo criminal; emergem versões e significados hegemônicos construídos nas relações sociais entre trabalhadores, com seus diversos projetos de vida, e a burguesia daquele período, também com seus diversos projetos políticos.

Parece próprio nesses materiais (inquérito policial, processo criminal, prontuários da delegacia de polícia e do DEOPS) a utilização de um procedimento narrativo que tenciona produzir uma *narrativa objetiva dos fatos a partir das provas*. O ofício da polícia é investigar um determinado crime e reunir um conjunto de evidências – documentos – que sejam irrefutáveis na sua perscrutação e cotejamento com o desígnio processual de condenar ou absolver. Em princípio, revestida de uma *prática objetiva*.

Os inquéritos policiais e os processos criminais utilizados nessa pesquisa foram produzidos sobre circunstâncias e pressões diversas. Entretanto, essas evidências estão premidas pelo ambiente social e político do final da década de 1940, em que as disputas ideológicas estavam cada vez mais acirradas e qualquer movimento popular e social era logo relacionado ao “perigo vermelho” – ao comunismo¹⁶³. Esse ambiente densamente politizado orientava as práticas investigativas da polícia e do DOPS. As “provas”, em muitos inquéritos policiais, foram assim construídas com o objetivo expresso de criminalizar e condenar os trabalhadores – relacionados ou não com o PCB. O ambiente político e social desenhado a partir do Pós-Guerra direcionou o governo do Estado de São Paulo e o governo brasileiro a assumir uma posição política de defesa intransigente do capitalismo e pró-Estados Unidos, bem como o combate ao comunismo no território brasileiro.

¹⁶³ Problematicando o “imaginário anticomunista” do período de 1945-64 Rodeghero afirma que o discurso do “perigo vermelho” era utilizado por instituições, como a Igreja Católica e o Exército, ou no próprio governo, como forma de garantir espaço e legitimidade nas “disputas político-ideológicas” e que caberiam a eles combater a ameaça do comunismo internacional. Cf. RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

A Guerra Fria parecia orientar e definir as relações entre os diversos sujeitos, Estado e os trabalhadores com seus movimentos¹⁶⁴; evidências e pesquisas nessa direção são o que não faltam¹⁶⁵. Assim, parece que essas narrativas nos inquéritos policiais e processos criminais não são tão objetivas como foram apresentadas. Na verdade, esses materiais expressam o trabalho por meio do qual os sujeitos diversos significam as experiências e as identidades próprias e de outras pessoas, enfim, a subjetividade – “a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar”¹⁶⁶.

Premido dessas circunstâncias, o relatório policial do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza inquirir as “provas” do inquérito policial e sentencia:

Das provas

A prova constante destes autos é completa e dispensa, igualmente, maiores comentários. Desde os **depoimentos testemunhais** às **declarações dos indiciados**, não se encontram outras provas que não as da integral responsabilidade criminal dos réus.

Em qualquer parte, em qualquer folha, que se abram os autos, a prova ressalta, soberana, livre, impressionante e, sobretudo, coerente e unânime¹⁶⁷.

O trecho do relatório reproduzido acima evidencia os procedimentos e a perspectiva que engendra a sistematização dos “depoimentos testemunhais às declarações dos indiciados” para **criminalizar os trabalhadores**: “não se encontram outras provas que não as da integral

¹⁶⁴ Sobre a Guerra Fria, Cf. HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. THOMPSON, E. P. et al. **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁶⁵ Cf. COSTA, H. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995. GIOVANETTI NETO, E. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986. NEGRO, A. L. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. **História**, São Paulo, n. 21, p. 251-282, 2002. _____.; FONTES, P. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, M. A. et al. (orgs.) **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. _____. **Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia: o jornal Hoje (1945-1952)**. 2006. 192 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. QUERINO, R. A. **Democracia inconclusa: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964)**. 2006. 362 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara. _____. **Mil histórias para contar: formação de quadros e militância comunista na região de Marília-SP (1947-1956)**. 2000. 228 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara.

¹⁶⁶ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, n.º 2, 1996. p. 60. (Grifo do autor).

¹⁶⁷ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 272-273. (Grifo nosso).

responsabilidade criminal dos réus”. As “provas”¹⁶⁸ produzida pelos agentes do DOPS e interpretada pelo delegado de polícia “ressalta, soberana, livre, impressionante e, sobretudo, coerente e unânime”. É possível afirmar que, previamente, estavam estabelecidos os parâmetros por meio dos quais seriam inquiridas as testemunhas e os indiciados, assim como a versão que seria dada aos “fatos” verificados pelos agentes do DOPS a partir das “provas”.

A prática investigativa dos agentes do DOPS, de 25 de junho a 02 de agosto de 1949, em diligências pela cidade e toda a região – com repressão, indiciamento, prisão e o inquirir de declarações e testemunhos para compor o inquérito policial, alterando a vida diária das pessoas na cidade e no campo – não foram revelados nos autos. O relato sobre a movimentação de policiais deslocados para a cidade para capturar e indiciar os implicados no movimento foi limitado às referências de diligências as cidades, vilas, bairros rurais e fazendas da região, mencionando a identificação de testemunhas e envolvidos nos acontecimentos de 23 para 24 de junho de 1949¹⁶⁹.

Os relatórios dos investigadores do DOPS em diligência em Fernandópolis, ao informarem sobre a prática de investigação, quando problematizados e interpretados em seu sentido implícito, nas entrelinhas, são significativos¹⁷⁰. Após a inquirição de uma testemunha

¹⁶⁸ Cf. GINZBURG, C. **El juez y el historiador**: consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1993. p. 22-23. Ginzburg afirma que a “noção de prova para muitos historiadores está fora de moda, assim como a verdade”. Isso ocorre por inúmeras razões e uma delas é o grande sucesso, em ambos os lados do Atlântico, do termo “representação”. Os “historiadores da representação” rechaçam qualquer possibilidade de análise das relações sociais e da realidade a partir do documento/prova e qualquer intento nessa direção é considerada “ingenuidade positivista”. Ginzburg assevera que é ingenuidade definir em termos de “representação” a interpretação histórica, criticando a historiografia, não apenas o pós-modernismo, que afirma que a realidade é incognoscível. Com isso não quer dizer que o trabalho do historiador seja ainda hoje o mesmo praticado pela tradição de historiadores metódicos e positivistas do século XIX e boa parte do século XX.

¹⁶⁹ Além da Força Pública, é denunciada a presença do Exército na cidade, Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 510.

¹⁷⁰ O Delegado Adjunto do DOPS Arnaldo de Camargo Pires designa no inquérito, em 25 de junho de 1949, que os investigadores saíssem em diligência assim que algum nome fosse revelado pelas testemunhas inquiridas; mas parece que os investigadores não obtiveram sucesso no início de suas investigações: “Em seguida ainda designo os investigadores Estevam Novazzi, Francisco Muniz Barreto e Paulo da Costa Leite, que aqui se encontram em diligência, para proceder as necessárias investigações no sentido de serem localizados os paradeiros dos indiciados [...] que deverão ser intimados a vir a esta delegacia onde serão qualificados, investigados e identificados.” DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949, p. 32. No relatório de 28 de junho de 1949, endereçado ao delegado do DOPS Arnaldo de Camargo Pires, de Paulo da Costa Leite, “investigador de segurança, lotado na Regional de S. J. Rio Preto, em diligência nesta cidade” relata que “Cumpre-me levar ao conhecimento de V. S. que, percorrendo as localidades de Brasitânia, Guarani D’Oeste, Populina, Dolcinópolis e Vitória Brasil, desde município de Fernandópolis, não me foi possível intimar os acusados referidos no inquérito presidido por V. S., de vê-los que os mesmos se encontram em lugar incerto e não sabido. Visitei as casas de residência de alguns, não os encontrando e nem obtendo quaisquer informes sobre a localização exata desses implicados, – ouvindo apenas comentários que eles se refugiaram para o Estado de Minas, atravessando o Rio Grande.” DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949, p. 65. No relatório de 29 de junho de 1949, também direcionado ao delegado do DOPS, de Estevam Novazzi, relata que “Cumprindo determinações de V. S., segui, em diligência, às localidades de Estrela D’Oeste, Jales, Três Fronteiras, Santa Fé

ou de um indiciado no inquérito policial era expedita a designação de investigadores em diligências para apreensão de “provas”, investigações para a localização de testemunhas e a prisão de indiciados no inquérito, determinados pelo delegado adjunto do DOPS Arnaldo de Camargo Pires. Os nomes e o possível paradeiro dessas pessoas não foram fornecidos a partir de uma simples pergunta.

Ao clima tenso vivido pelos trabalhadores que participaram do movimento ou que, de alguma forma, envolveram-se nos acontecimentos, certamente é necessário associar a pressão, a repressão e a violência, tortura, exercida pelos policiais. Para dissimular a prática coercitiva e autoritária dos investigadores nas narrativas da investigação dos agentes do DOPS presentes nos diversos relatórios contidos no inquérito policial foram comumente usados termos descritivos ou frases que amenizavam e falseavam o relato da prática investigativa: “foram convidados a vir à delegacia dentro do menor prazo possível”¹⁷¹. Como é possível verificar nos relatos dos advogados de defesa¹⁷², na tramitação do processo criminal na Justiça ou mesmo no relato de defesa de Fernando Jacob, implicado no caso e defensor de si mesmo, presente em diversos depoimentos:

Dada a palavra ao doutor Fernando Jacob, por intermédio do Meritíssimo Juiz e por ele reperguntado: - “que muita coação no curso do inquérito policial, sendo que chegaram a Fernandópolis, três delegados e mais de cem praças; que o depoente estava em S. J. do Rio Preto e recebeu (sic) voltar a Fernandópolis, porque lhe disseram que a polícia queria prendê-lo [...]”¹⁷³.

do Sul, e circunvizinhanças, não encontrando os implicados e já identificados, nos acontecimentos desenrolados neste município, na noite de 23 p. 24 do corrente, não obtendo, também, informes sobre o paradeiro dos mesmos, motivo pelo qual deixei de intimá-los a comparecer nesta Delegacia, afim de serem devidamente interrogados.” p. 81. No relatório de 29 de junho de 1949, igualmente encaminhado ao delegado do DOPS, Francisco Muniz Barreto, “Leva ao conhecimento de V. S. que, em cumprimento às ordens recebidas, fui em diligência às localidades de Pedranópolis, Macedônia e Indiaporã, ex-Indianópolis, não conseguindo encontrar os indivíduos que, na noite de 23 para 24 do corrente, de Populina à Fernandópolis, invadiram várias residências e desarmando seus moradores, fazendo, ainda, cerrado tiroteio contra o estabelecimento comercial e residencial de José Honório da Silva, casa esta situada no bairro denominado “Córrego da Capivara”, deste município. Segundo informações obtidas, esses indivíduos após praticarem as violências já consignadas no inquérito presidido por V. S., evadiram-se para o Estado de Minas, atravessando o Rio Grande.” DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949, p. 82.

¹⁷¹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 105.

¹⁷² No processo criminal o advogado Joaquim Franco Garcia assumiu como defensor da maioria dos indiciados; também figura como defensores os advogados Octávio Viscardi e José Afonso de Albuquerque; Fernando Jacob assumiu a defesa “por si”. Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, *passim*.

¹⁷³ Fernando Jacob é qualificado no dia 11 de julho na cidade de São Paulo, na Delegacia Especializada de Ordem Social, pelo delegado adjunto do DOPS Arnaldo de O. Camargo Pires, como brasileiro, natural de Irupí/São Paulo, nascido em 05 de dezembro de 1920, solteiro, profissão de advogado, residente em Fernandópolis. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 255; 510.

Fernando Jacob, defensor de si mesmo, tencionava advogar em defesa dos outros trabalhadores indiciados. Insiste que a ação da polícia política e social ultrapassou os limites do legal e que os depoimentos foram produzidos sob pressão e repressão policial¹⁷⁴. Como não interpretar dessa maneira a “muita coação no curso do inquérito policial”?

Para o mesmo período, a literatura tem se fartado de casos que não torna Fernandópolis uma exceção¹⁷⁵. Em seu depoimento à Justiça, José Antônio Figueiredo, Zé Cearense, ressalva logo no início as circunstâncias em que concedeu o seu depoimento para o inquérito policial:

Cientificado da acusação que lhe é feita, interrogado pelo M. M. Juiz, RESPONDEU: - que o interrogado tem a esclarecer, preliminarmente que não são verdadeiras as suas declarações prestadas na polícia porque esteve preso e foi espancado e somente depois de quinze dias de estar preso é que foi interrogado [...]; que no dia seguinte [24 ou 25 de junho de 1949] o interrogado foi preso e transportado para Rio Preto e daí foi conduzido à várias prisões e levado depois ao Departamento de Ordem Política [e] Social em São Paulo [...]¹⁷⁶.

Zé Cearense parece ter ficado preso por muito tempo e por várias vezes e a estratégia encontrada para minimizar a pena foi declarar que não partilhava mais dos preceitos do comunismo, como é possível verificar em declaração publicada no periódico local¹⁷⁷. Muitos

¹⁷⁴ Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 369. Fernando Jacob narra que, ao ser preso em São Joaquim da Barra, foi levado para a Delegacia Regional de Ribeirão Preto e daí à sede do DOPS, em São Paulo. Logo após, foi deslocado novamente para um presídio na cidade e daí para uma chácara conhecida como “Cruzeiro”, “tratando-se de um local que a Ordem Política costuma usar para desamparar os detentos do benefício de habeas corpus” e fazê-los confessar. Afirma que foi obrigado a confessar tudo o que lhe era perguntado pelos agentes do DOPS, mesmo inverdades, pois já jaziam 3 dias sem comer nada e pressentindo o que poderia lhe acontecer se continuasse nas mãos dessa polícia.

¹⁷⁵ Cf. COSTA, H. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. QUERINO, R. A. **Democracia inconclusa**: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964). 2006. 362 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara. _____. **Mil histórias para contar**: formação de quadros e militância comunista na região de Marília-SP (1947-1956). 2000. 228 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara.

¹⁷⁶ José Antônio Figueiredo, Zé Cearense, é qualificado como brasileiro, natural de Milagres/Bahia, nascido em 05 de janeiro de 1905, casado, corretor de imóveis, Fernandópolis e sabe ler. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 370.

¹⁷⁷ Cf. FERNANDÓPOLIS-JORNAL, Semanário. n. 366, 16 de junho de 1952, p. 3. “Declaração Pública. DECLARO, para conhecimento geral e para todos os efeitos legais e de direito, que, tendo ingressado voluntariamente nas atividades políticas, militei por muito tempo como integrante do extinto Partido Comunista do Brasil. Entretanto, após os esclarecimentos a que conseguir alcançar, graças mesmo aos meus próprios esforços no sentido de alargar meus conhecimentos sobre os verdadeiros fatos da realidade brasileira. RESOLVI, de plena consciência e espontaneamente (sic), renunciar de público toda e qualquer participação passada, presente e futura com tais citadas atividades políticas, integrando-me inteiramente nos postulados do regime democrático, prestigiando dest’arte (sic) e respeitando em todas as suas formas, a ação e os ditames emanados das autoridades governamentais da República brasileira. A presente declaração o faço no pleno uso e gozo de

outros trabalhadores que estavam sendo perseguidos pela polícia ou pela Justiça utilizaram o mesmo expediente. No caso de Zé Cearense, parece que suas prisões não estavam relacionadas apenas ao movimento de 23 para 24 de junho de 1949 em Fernandópolis. Em 24 de fevereiro de 1951 o delegado de polícia Julio de Andrade assinou o Relatório do Inquérito Policial, em que indiciou “Mario Longo e outros”, arquivado no prontuário de José Cearense no DOPS, informando um movimento ocorrido na região de Santa Fé do Sul, em que “pretendiam fazer explodir nas terras da ‘CAIC’¹⁷⁸ em Três Fronteiras, um movimento análogo ao de Porecatu, no Estado do Paraná”:

[...] fizeram imprimir e distribuir fartamente nas propriedades agrícolas entre ‘lotistas’ e camponeses da zona de Três Fronteiras, panfletos idênticos ao exemplar que se vê a fls. 3 deste inquérito. Tais boletins, de linguagem nitidamente comunista, pelo seu construto e dizeres, conclamavam os trabalhadores ao não pagamento das terras compradas [...]¹⁷⁹.

todas as minhas faculdades mentais, de livre e espontanea (sic) vontade, e dela estou dando publicidade por todos os meios ao meu alcance e na Imprensa Oficial do Estado enviando cópia ao Departamento de Ordem Política Social, para os efeitos convenientes e pela via competente. Votuporanga, 9 de junho de 1952.” A cópia da referido Declaração Pública publicada no “Fernandópolis-Jornal” e o Ofício acompanhando a Declaração foi encaminhado aos arquivos do DOPS, sendo os últimos documentos arquivados em seu prontuário. Certamente, as diversas prisões levaram Zé Cearense a repensar, de fato, sua vida, pois, mesmo sendo eleito vereador no final década de 1960, o último documento arquivado em seu prontuário foi o Ofício ao DOPS que acompanhou a Declaração Pública, com firma reconhecida e publicação na imprensa. Possivelmente, por meio das mãos de seu advogado, Zé Cearense afirma: “[...] a) Por consequência de ideologia política contrária ao regime político brasileiro, viu-se o suplicante processado e preso, ora recolhido à Cadeia Pública desta cidade de Votuporanga, sem que contudo tenha participado dos movimentos a que lhes foram atribuídas ações do que resultou a pena que lhe foi imposta; b) Em virtude disso mesmo e atendendo a que o suplicante é casado, vivendo exclusivamente do seu trabalho honesto para manter sua família – esposa e dois filhos menores – chegou à conclusão certa de que havia enveredado politicamente em caminho errado, o que vem lhe acarretando o pesado ônus do afastamento do convívio de sua família, dificultando, assim, os encargos próprios do seu estado civil, com sombrios reflexos no futuro da sua prole, pelo que resolveu, terminantemente renunciar tais atividades políticas e o faz por declaração pública, com firma reconhecida, de modo a não deixar nenhuma dúvida quanto a convicção desta sua resolução definitiva e plena. Assim, juntando à presente uma via da declaração pública que prestou sobre esse importante ato, requer a V. S. se digne determinar seja a mesma anexada ao seu prontuário, com as devidas anotações, para os fins legais. Nestes termos, P. Deferimento. Votuporanga, 9 de junho de 1952.” Cf. Prontuário 73.252 – José Antônio Figueiredo. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁷⁸ CAIC: Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, criada em 16 de julho de 1928. Em 10 de julho de 1958 a CAIC muda sua razão social para Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora. No ano de 1961 a CAIC passou para o controle estadual. O origem da CAIC está relacionado a expansão dos interesses e negócios da burguesia paulista no oeste do Estado de São Paulo com a especulação imobiliária, “a CAIC adquiria terras por onde deveria passar as futuras estradas de ferro, pagando o valor real, para a implantação de loteamentos rurais e urbanos. Em seguida a Companhia Paulista abria as estradas de ferro, acarretando a valorização das terras vizinhas que contavam agora com a infraestrutura.” CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP** (1959-1969). 1980. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, p. 32. Ainda sobre a CAIC, Cf. BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. REIS, N. **Tensões sociais no campo**: Rubinéia e Santa Clara D’Oeste. 1990. 255fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

¹⁷⁹ Prontuário 73.252 – José Antônio Figueiredo. DEOPS/SP, DAESP.

O referido delegado de polícia afirma que Zé Cearense tem responsabilidade no inquérito policial à medida que fazia “propaganda de caráter subversivo, distribuindo jornais e boletins de caráter comunista”¹⁸⁰.

O defensor Joaquim Franco Garcia, nas “razões finais” em defesa dos condenados no processo criminal que indiciou os trabalhadores no movimento de junho de 1949 em Fernandópolis, e diante das considerações do promotor público, afirma que:

Essa é a impressão que aos homens de bom senso deve ter causado a atuação da polícia de Fernandópolis no presente caso. Tal foi o alarde, a onda propalada aos quatro ventos, a repercussão que as autoridades policiais, incumbidas de investigar a ocorrência da madrugada de 24 de Junho de 1949, deram ao fato, que os habitantes das regiões mais longínquas do país pensaram naturalmente que esta zona do oeste paulista se transformara em nova China! Tudo não passou, porém de incontido desejo de cartaz, de ambição de galgar promoções de que se viram possuídas as autoridades policiais que presidiram o inquérito; desejo e ambições essas que custaram o sofrimento, a sevícia e o espancamento de inúmeros trabalhadores rurais de Fernandópolis, levados ao cárcere daquela cidade, de onde muitos deles saíram para os nefandos biombos da Ordem Política e Social de São Paulo, onde lhes eram extorquidos depoimentos e arrancadas confissões a dar visos de verossimilhança à bombástica revolução agrária. Nem Caronte conseguiria vencer o trânsito de detentos de Fernandópolis para as prisões do DOPS, tal a via sacra de padecimentos a que foram arrancados¹⁸¹.

As circunstâncias da produção do inquérito policial e do processo criminal são reveladoras de versões sobre o movimento dos trabalhadores em Fernandópolis. A imagem mitológica de Caronte corrobora o ambiente sombrio de repressão e maus tratos desenhado pelo defensor e vivido pelos trabalhadores no transcorrer do inquérito e do processo criminal. Joaquim Franco Garcia problematiza as motivações subjetivas dos agentes do DOPS no transcurso do inquérito policial – “o incontido desejo de cartaz, de ambição de galgar promoções”. Para o defensor dos trabalhadores, os investigadores e os delegados do DOPS exacerbaram as dimensões políticas do movimento dos trabalhadores, dando a impressão de que “esta zona do oeste paulista se transformara em nova China!”. É provável que essas motivações subjetivas pairassem sobre as cabeças dos agentes do DOPS. Todavia, parece aos agentes do DOPS que o ambiente político estava mesmo acirrado e que os trabalhadores e o PCB pautavam uma “revolução agrária e comunista”. A problematização do inquérito policial e do processo criminal evidencia essas imagens que moldavam a lente dos agentes do DOPS, como será perceber mais abaixo.

¹⁸⁰ Prontuário 73.252 – José Antônio Figueiredo. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁸¹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 612.

O testemunho do prefeito municipal, Libero de Almeida Silveiras, que há muito antagonizava com os sujeitos implicados no caso, também é uma evidência na construção dessa versão oficial do DOPS – as disputas entre os trabalhadores considerados comunistas e o prefeito data, pelo menos, de 1947, ano das eleições municipais na cidade. No mesmo inquérito policial é possível também identificar frases curtas e entremeadas a outras tantas, datilografadas pelas mãos do escrivão Pedro Mannelli e ditadas pelos delegados Arnaldo Camargo Pires e Fernando Mendes de Souza, que constituem em indícios e vestígios de outras narrativas, memórias divididas e histórias de trabalhadores que viviam pressionados pela violência do latifúndio e pela repressão dos latifundiários.

Como é possível verificar em outros inquéritos policiais depositados nos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, ou em narrativas orais, os trabalhadores rurais (pequenos agricultores, colonos, arrendatários, posseiros, em sua maioria) eram continuamente pressionados a deixar suas lavouras e benfeitorias, implicados ou não em inquéritos de esbulho possessório.

Em maio de 1948 ocorreu na cidade um movimento de trabalhadores que protestava diante dos altos preços cobrados dos arrendamentos de terra, e do confisco de bens e benefícios produzidos nos arrendamentos pelos latifundiários. Esse movimento deixou as classes dominantes e dirigentes apavoradas: **“As autoridades, diante dos 940 camponeses, fugiram e deixaram a cidade nas mãos da massa revoltada”**¹⁸². Esse movimento, em termos quantitativos, foi muito mais expressivo do que o movimento que ocorreu em junho de 1949. Nesse momento, chamo a atenção para o ambiente vivido e para as elaborações tecidas diante dos movimentos dos trabalhadores. No inquérito policial é possível perceber a versão oficial do DOPS sendo forjada ao sistematizar as informações e argumentos das testemunhas, algumas circunstancialmente duvidosas – como é o caso do prefeito municipal, do proprietário da jardineira, entre outros, já que se constituíam em proprietários de terras e ansiavam por defender seus interesses de classe diante dos movimentos sociais por direitos trabalhistas, por redução do pagamento da renda e dos movimentos de luta pela terra que passaram a ocorrer na região, até mesmo como a única possibilidade de resolução para os seus problemas.

É provável que a série de movimentos desencadeados pelos trabalhadores na cidade, relacionada aos demais movimentos que ocorriam no interior do Estado de São Paulo naquele

¹⁸² VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1949, p. 2. O periódico é, reconhecidamente, um órgão de imprensa pecebista.

período, tenha pressionado as classes dominantes e dirigentes à criminalização civil e política do movimento de trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis¹⁸³. Historicamente, diante de algumas indefinições políticas e legais¹⁸⁴, as classes dominantes e dirigentes estavam forjando novas práticas políticas e jurídicas para conter os movimentos sociais no campo e na cidade que se disseminavam no Brasil¹⁸⁵.

Ao historiador parece que se constituiu em uma estratégia da defesa no processo criminal (atos de Defesa Prévia, na apelação ao Egrégio Tribunal Federal, ou mesmo nos Termos de Qualificação e Investigatório) – seja por meio dos advogados de defesa ou pelos próprios trabalhadores e suas testemunhas – a argumentação de que os depoimentos colhidos pela polícia, em ocasião do inquérito policial, foram tomados sobre pressão e repressão. É o que informa Zé Cearense ou João Thomaz de Aquino, “[...] que não são verdadeiras as declarações que prestou no inquérito; que tais declarações foram prestadas pelo interrogado em virtude de ameaça de autoridade policial [...]”¹⁸⁶.

É significativo das circunstâncias em que foram produzidos os depoimentos e testemunhos o relato de José Francelino de Resende, que figura como testemunha de acusação no processo crime:

[...] que não é certo que o depoente tenha declarado na polícia todos os pormenores dos fatos narrados na denúncia, sendo que o declarou tão somente o que declarou no

¹⁸³ Cf. O MARMITEIRO – A voz das fábricas em defesa dos trabalhadores. N. 6, Ano I, Junho de 1949. Apud POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 180-181. O periódico faz referência a movimentos de ocupação terras que estaria ocorrendo naquele momento, junho de 1949, no Estado de São Paulo. Não foi possível identificar a autoria desse periódico, mas pelas discussões conduzidas em seu interior se aproximava muito do PCB paulista.

¹⁸⁴ Deve ser considerado que a Escola Superior de Guerra foi criada em 1949 e a nova Lei de Segurança Nacional, Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953; os movimentos sociais no campo e na cidade pressionaram as classes dominantes e dirigentes a se armar, política e juridicamente, para a luta de classes.

¹⁸⁵ Algumas noções são ambivalentes, respeitadas a historicidade dos conceitos é possível o seu uso para outras temporalidades. Esse é o caso das noções de “direito” e de “lei” como uma “arena de conflitos” ou “campos de forças”, discutido por Thompson com o caso da “Lei Negra” na Inglaterra, uma lei de exceção e legalização da pena capital e de criminalização das lutas dos trabalhadores. O historiador critica o reducionismo estruturalista, o marxismo esquemático, na interpretação da lei como um artefato da superestrutura e sua mera determinação pela infra-estrutura econômica, pois o processo histórico é muito mais complexo e contraditório. Assim, Thompson afirma que “A Lei anunciou o longo declínio da eficiência dos velhos métodos do controle e disciplina de classe, e sua substituição por um recurso padronizado de autoridade: o exemplo do terror. Em vez do poste de açoiteamento e do tronco de tortura, dos controles senhoriais e corporativos e maus-tratos físicos contra os vagabundos, os economistas defendiam a disciplina dos salários baixos e da fome, e os advogados a pena de morte. Ambos indicavam uma impessoalidade crescente na mediação das relações de classe e uma transformação não tanto nos ‘fatos’ do crime, mas na categoria – ‘crime’ – em si, tal como definida pelos proprietários. O que agora era passível de punição não era um delito entre homens [...], mas um delito contra a propriedade.” THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 282.

¹⁸⁶ João Thomaz de Aquino é qualificado como brasileiro, natural de Franca/São Paulo, nascido em 22 de março de 1903, casado, lavrador, vereador com assento na Câmara Municipal de Fernandópolis e sabe ler. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 443.

presente depoimento; que o depoente subscreveu as declarações de fls. 24, entretanto, não lhe foi lido o teor dessas declarações [...]”¹⁸⁷.

É provável, realmente, que José Francelino de Resende não tenha lido a sua declaração na ocasião do inquérito policial, embora tenha assinado os dois testemunhos e tenha declarado saber ler e escrever. Ao cotejar o testemunho de José Francelino no inquérito policial e no processo crime, é possível identificar uma mudança brusca na versão apresentada inicialmente. A versão assinada no inquérito policial informa que foi procurado por diversas pessoas em sua residência logo pela manhã do dia 24 de junho e comunicaram o ocorrido. Depois, juntamente com o subdelegado Alfredo Salione (em diligência para capturar os implicados) e José Honório da Silva, saíram em direção à Cachoeira dos Índios, localizada no Estado de Minas Gerais e na divisa com o Estado de São Paulo. José Francelino deslocou-se juntamente com os outros dois para encontrar-se com seu pai, que havia se deslocado até lá em companhia do prefeito municipal Libero de Almeida Silves, mas o encontraram já em regresso na vila de Guarani D'Oeste. José Francelino relata todo o ocorrido, incluindo detalhes referentes à “série de violências”, “invasões de residências”, “desarmamento de moradores e de inspetores de quarteirão”, entre outros “fatos” relacionados ao movimento dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949, afirmando que muitos desses atos cometidos pelos “elementos vermelhos” foram sempre seguidos de “ameaça de morte”. Segundo José Francelino, as informações sobre os “atos criminosos” foram obtidas junto às diversas pessoas em Fernandópolis e Guarani D'Oeste. Enquanto o testemunho no inquérito policial soma quase três páginas, o testemunho perante o juiz de direito limita-se a menos de uma página, considerando os espaços ocupados para a sua qualificação e assinaturas. É, de fato, provável que José Francelino de Resende não tenha feito a leitura de seu testemunho para o inquérito policial perante o escrivão e delegado do DOPS e, assim, desconhecesse o conteúdo do documento assinado. É possível afirmar que tenha confiado nos agentes do DOPS, pois constituíam autoridades policiais, certamente revestidas de imagens positivas e asseguradoras da ordem e da justiça¹⁸⁸.

Sem verificar todas as probabilidades, provas dos fatos e a relação ou o grau de implicação de todos os trabalhadores com o acontecimento, é possível que os agentes da polícia política e social tenham forjados relatos testemunhais e interrogatórios de indiciados

¹⁸⁷ José Francelino de Resende, brasileiro, solteiro, lavrador, com 22 anos na ocasião de seu testemunho e filho de Francisco Francelino de Resende, residente em Fernandópolis e sabe ler e escrever. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 487.

¹⁸⁸ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 22-24; 487. Discutirei essa versão mais adiante.

para construção dos “fatos” – o indiciamento de todos na “Lei de Segurança Nacional”, o Decreto-Lei, nº. 431, de 18 de maio de 1938 – e possibilitar a continuidade da política de controle e disciplinarização dos movimentos sociais. Portanto, o inquérito policial foi produzido seguindo uma perspectiva política e ideológica de criminalização do movimento de trabalhadores.

Inferências nessa direção são passíveis de serem verificadas quando o historiador perscruta as fontes¹⁸⁹. Não constitui exercício de ficção! O deslocamento da versão de José Francelino e de outros sinaliza para indícios de outra narrativa do acontecimento que estava sendo formulada durante o processo criminal. Uma narrativa que desqualifica o movimento de 23 para 24 de junho como um movimento articulado e organizado para irromper a “revolução agrária e comunista” ou de quaisquer vinculações políticas com o PCB. Na construção dessa versão, o advogado de defesa, ao montar os seus argumentos, imputa irracionalidade às práticas dos trabalhadores em movimento:

Não poderíamos dar remate a estas considerações, M. M. Juiz, sem chamar a atenção de V. Excia para os conceitos de FERRI, gênio excelso da criminologia, conceitos repassados de profunda humanidade: ‘O criminoso por paixão política é atacado de hiperestesia. Ao sua sensibilidade muito desenvolvida domina toda a sua existência, quase sempre irrepreensível e cheia de sacrifícios ignorados, de dedicações inquebrantáveis a um ideal nobre e grande. É, de resto, um homem normal que um belo dia, arrastado pelo sonambulismo de um idéia fixa, esquecendo o seu passado, a sua família e as suas relações, comete um atentado cujas conseqüências, boas ou más, são sempre inferiores à ilusões generosas do seu autor. Contudo, estas conseqüências, mesmo quando muito dolorosas, não devem fazer confundir esta espécie de criminosos com outros tipos de criminosos políticos comuns, apesar da identidade exterior e aparente dos atos realizados’ (EURICO FERRI – OS CRIMINOSOS na Arte e na Literatura, cap. IV). Confiando no alto espírito de justiça de V. Excia. esperam os denunciados ser absolvidos; enfim, esperam os denunciados que V. Excia. restitua-lhes a paz e sossego dos seus lares¹⁹⁰.

Essa versão estava sendo elaborada como estratégia da defesa para desqualificar e deslocar o processo criminal da órbita do Decreto-Lei nº. 431, de 18 de maio de 1938, para o Código do Processo Criminal, como narra o defensor Joaquim Franco Garcia. Com essa versão, os advogados de defesa objetivavam despolitizar o processo criminal e desvincular as práticas dos trabalhadores de qualquer movimento organizado ou de qualquer relação com o

¹⁸⁹ Cf. THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 144; 248.

¹⁹⁰ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 616. Sidney Chalhoub verificou a mesma estratégia utilizada por um advogado de um proprietário de escravos do final do século XIX ao defender seus escravos por ter-lhe “metido lenha”, Cf. CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PCB. Essa versão aproxima-se muito do que, de fato, ocorreu para parte dos trabalhadores implicados, que tinham pouco ou quase nenhuma relação orgânica com o partido e vislumbravam resolver ou minimizar os problemas vividos com o arrendamento, com relações de trabalho de exploração, bem como criar formas de luta pela terra.

Anteriormente, já afirmei que o relatório do delegado Fernando Mendes de Souza foi utilizado pelos agentes do DOPS para documentar os prontuários dos trabalhadores indiciados no inquérito policial e fichados naquele Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Também já adiantei a informação de que o referido relatório constitui a versão oficial do DOPS para o movimento de trabalhadores, uma versão que se tornou hegemônica, não somente entre as classes dominantes na região, como também pelo responsável de presidir o processo criminal. Essa versão dos fatos efetivou-se como a memória oficial do movimento de trabalhadores em junho de 1949 e essa tem sido a história hegemonicamente contada, em meio a muitas memórias, a partir daquele tempo. A história narrada no documento apresenta-se como única interpretação possível dos fatos. Não obstante, essa não é bem a história, do próprio processo criminal é possível problematizar muitas memórias e histórias. O relatório do inquérito policial inicia com o anúncio de que fora cassado o registro do PCB em 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e todas as suas atividades político-sociais e organismos considerados ilegais. O delegado avalia esse ato do TSE expressando suas convicções político-ideológicas da seguinte forma:

A impressão geral, causada por essa medida, aliás, das **mais oportunas**, foi a de que a nossa gente se livrara, graças ao espírito patriótico o de nossa Magistratura, do “perigo vermelho”, das atividades positivamente criminosas do “Partido”, sempre orientadas naquele sentido por demais conhecido: a sovietação do País.

À cassação do registro pelo Judiciário, seguiu-se a cassação dos mandatos dos deputados comunistas pelo Legislativo, o que veio reforçar a **impressão do nosso povo** a respeito das atividades comunistas, já então consideradas prática e definitivamente encerradas.

Mas, tal não aconteceu. Tirados novamente à sombra em que estiveram até 1945 e, **de que jamais deveriam ter saído**, desenvolveram os comunistas novas táticas e novos processos. Procuraram no embuste uma saída e, cheios de expedientes como sempre foram, iniciaram as suas práticas criminosas – **sobre uma feição absolutamente diferente**¹⁹¹.

¹⁹¹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 262. (Grifo nosso). No inquérito criminal movido contra os “vereadores de Prestes” em Ribeirão Preto, em ocasião do “II Congresso Municipalista”, o delegado de polícia local afirma: “Em mil novecentos e quarenta e sete, após rumoroso processo judiciário-eleitoral, no decorrer do qual colheram-se dados e provas ainda inéditos para a Justiça, posto que de sobejo conhecidos dos que, na polícia ou na observação dos eventos políticos-sociais da nação, paralela e quotidianamente seguem e estudam os movimentos sociais e o meio ambiente onde teem curso, o Egrégio Superior Tribunal Eleitoral houve por bem cassar ao Partido Comunista do Brasil o seu registro, em razão do que, declarado ilegal, foram suas sedes fechadas, fechados seus comitês e células e colocadas fora da lei suas atividades político partidárias.”

A coloração política e ideológica do delegado Fernando Mendes de Souza em sua narrativa é explicitada logo no início do relatório e aponta qual o conteúdo que o documento terá até o seu fim. A narrativa é construída com a intenção de capturar os sentimentos e anseios compartilhados pelo “povo”, pela “nossa gente” e, assim, apreender a “impressão geral”, expressando o “espírito patriótico” do “povo brasileiro”.

Na construção subjetiva do delegado sobre o estado de ânimo, sobre a perspectiva daqueles que são nomeados como “gente” e “povo” têm-se a intenção objetiva de justificar política e moralmente a posição que orientou a cassação do registro do PCB e dos mandatos parlamentares – para o delegado uma ação “oportuna”. Se a classe política tivesse refletido seriamente, não haveria tirado da ilegalidade o Partido Comunista. Todavia, “desenvolveram os comunistas novas táticas e novos processos”. Essas “novas táticas” e “novos processos” a que se refere o delegado estavam relacionados aos movimentos diversos dos trabalhadores, no campo e na cidade que estavam ocorrendo naquele período. O “perigo vermelho” não refere somente à instituição PCB e os significados a ela atribuídos pelos trabalhadores. O “perigo vermelho” rondava os campos e as cidades, desencadeando movimentos sociais diversos na luta diária por melhores condições de vida, de trabalho e de moradia. Esses eram os “expedientes” dos trabalhadores ao insurgirem e não se manterem nas “sombras”, assim como eram também as lutas mais organizadas politicamente em torno do projeto defendido pelo PCB, mas não necessariamente liderado pelos seus quadros de dirigentes políticos. De fato, o delegado em 1949 apenas consegue compreender a realidade social pelo prisma da instituição PCB, assim como muitos ainda hoje, quando voltam olhares retrospectivos e prospectivos. A perspectiva do delegado é passível de compreensão ao ser assumida por ele a posição política e ideológica da instituição que representa¹⁹².

RELATÓRIO do Inquérito Instaurado Contra os: “Vereadores de Prestes”. Bolívar Barbanti, Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 28 de junho de 1949. Prontuário 76.273 – Mario Longo. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁹² Como já observei antes, o “Manifesto de Janeiro de 1948” orientava politicamente o PCB nesse momento, que, diante da análise conjuntural, propugnava a “revolução agrária e anti-imperialista”. Luiz Carlos Prestes, em documento assinado em maio de 1949, afirma que: “Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra o Imperialismo”, afirma que “É na luta implacável conta a atual ditadura, contra o imperialismo e contra a guerra imperialista, em defesa do petróleo e outras riquezas nacionais, em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, em defesa das liberdades constitucionais, e através da organização da luta pelas reivindicações das massas oprimidas, especialmente aumento de salários, que nos ligaremos às grandes massas, que nos organizaremos nos pontos estratégicos da produção e que, através da popularização da solução revolucionária que indicamos para os problemas brasileiros, conseguiremos impulsionar as grandes massas no caminho da luta pela derrubada da ditadura e a instauração no país de um governo democrático e popular. [...] Foram as grandes lutas de 1948 que puseram a nú o conteúdo essencialmente policial e terrorista da política do governo federal. Sem elas não teria sido possível, igualmente arrancar a máscara democrática dos governadores

O delegado Fernando Mendes de Souza continua o relatório, dissertando e atribuindo significados às táticas do PCB no período. Para fundamentar seus argumentos, destaca a “campanha pela defesa do petróleo” e a “campanha pela paz”¹⁹³, descrevendo-as como “embuste” para aliciar os trabalhadores. As “verdadeiras intenções” do PCB com essas campanhas era reestruturar e organizar o partido e alinhar as políticas do comunismo internacional por meio do Cominform.

Em seu relatório, o delegado avalia e significa as intenções dos comunistas naquele período, demonstrando conhecer parte do programa partidário:

Sempre com a **mentira nos lábios**, esses **falsos pregoeiros** do bem-estar social, vêm procurando aumentar as **nossas dores**, tornar mais agudos os **nossos desajustamentos**, **solapar a nossa economia**, **minar nossas instituições**, **desmoralizar o poder do Estado**, porque sabem que somente nesse **clima de dissolução** poderiam provocar a “revolução democrático-burguesa”, como primeiro passo para a “conquista revolucionária do Poder” e a instauração da “ditadura soviética”¹⁹⁴.

Cada uma das frases escritas nesse relatório, ao julgar os trabalhadores e suas práticas, e o próprio PCB, contém uma carga de valores e moralismo. O ambiente e o campo de relações vividas expressam-se como a luta de classes assumia contornos precisos. A posição de classe expressa nos termos relatório é significativa de uma tendência hegemônica em construção – a afirmação de uma perspectiva capitalista em oposição aos movimentos sociais

udenistas, dos Mangabeiras e Milton Campos, que assassinaram operários e empastelam jornais no mesmo estilo de Silvestre Péricles ou Ademar de Barros. Foram, aliás, as lutas dos operários e camponeses de São Paulo [...]” PRESTES, L. C. Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo. **Problemas**, Rio de Janeiro n. 19, p. 11-79, jun./jul. 1949, p. 61.

¹⁹³ Para Beatriz Ana Loner, a “campanha pela paz mundial” deve ser entendida dentro do campo de relações de poder entre a URSS e os EUA no pós-guerra. A estratégia stalinista direcionava a política dos partidos comunistas para promover a “paz mundial” e evitar o conflito direto com os EUA. “A partir de 47, com os primeiros sinais da guerra fria, a União Soviética, preocupada agora em conter o avanço da superpotência americana, consolidar suas conquistas no leste europeu, embora sem deixar de perseguir um acordo com os americanos para repartição do mundo, ordena uma nova virada no movimento comunista internacional: agora deve-se lutar para garantir a paz mundial, em iminente perigo devido as ações desesperadas do capitalismo em agonia, e assegurar a construção do socialismo na URSS e demais democracias populares.” LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985, p. 24. Segundo o Pedro Pomar, “Estas campanhas receberam do aparato repressivo a mesma atenção dispensada às demais iniciativas da oposição democrática e popular: montar simples mesas na rua para recolher assinaturas em prol da paz mundial implicava o risco de espancamento e prisão. [...] As campanhas pela paz podem ser agrupadas, esquematicamente, em dois períodos. O primeiro diz respeito à movimentação contra uma possível nova guerra mundial, em razão das tensões provocadas pela Guerra Fria. O segundo, a partir de 1950, caracteriza-se pela existência de um objetivo bem definido e concreto: evitar a participação de soldados brasileiros na Guerra da Coreia [...]” Cf. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 77.

¹⁹⁴ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 264. (Grifo nosso).

e a relação mecânica e reducionista desses movimentos ao comunismo. Em Fernandópolis, os conflitos e as lutas sociais diárias permeavam as relações sociais entre os múltiplos sujeitos, não muito diferentes do que ocorria no Brasil naquele momento. As experiências dos trabalhadores, elaborada nessas circunstâncias, encaminhavam muitos trabalhadores a assumir uma posição também de classe, por vezes aproximando-os do PCB.

E a “revolução democrático-burguesa”, a “conquista revolucionária do Poder” e a da “ditadura soviética”? Essa fraseologia expressa, de fato, aspectos do programa do partido naquele momento¹⁹⁵.

Nesse período, parte da imprensa comunista era adquirida nas bancas ou por meio de assinaturas, de fácil acesso, principalmente nas grandes cidades; havia também a publicação de livros, livretos, entre outros. Em cidades como Fernandópolis, a estratégia utilizada era a assinatura de um número significativo de exemplares por um militante, que os repassava aos demais “camaradas”¹⁹⁶.

Nesses materiais estava impresso o programa partidário, notícias internacionais relacionadas à URSS, análises de conjuntura, chamamento da militância às diversas lutas, bem como eram também noticiadas as greves dos trabalhadores e os demais movimentos sociais do período. O que quero é chamar a atenção para a facilidade de acesso a esses materiais, tanto por parte dos trabalhadores quanto do próprio DOPS e demais agentes policiais. O DOPS tinha agentes secretos (SS) espalhados em toda a região, de Fernandópolis a São José do Rio Preto. No acervo do DEOPS, nos prontuários dos trabalhadores, nos prontuários do PCB e mesmo das diversas delegacias de polícia do interior – por exemplo, as que abrangem o eixo Fernandópolis a São José do Rio Preto –, estão recheados de relatórios descrevendo as atividades ou a “agitação comunista” no interior do Estado de São Paulo. É comum encontrar mensagens cifradas solicitando informações e averiguações. Os trabalhadores em suas experiências pareciam saber dessa movimentação do serviço secreto do DOPS agindo na região¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Cf. LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. A pesquisadora chama a atenção para o fato de que o partido naquele momento de autocritica e de radicalização de suas posições não deixa de lado a “teoria” que fundamentava suas perspectivas políticas: o etapismo mecanicista dos modos de produção; o feudalismo que assentava no campo; e stalinismo-leninista.

¹⁹⁶ Prontuários dos trabalhadores que foram fichados no DOPS alguns aparecem como assinantes dos periódicos pecevistas.

¹⁹⁷ A movimentação dos trabalhadores no campo e na cidade parecia mobilizar o DOPS, pois em diversas ocasiões, por meio de radiograma, fora solicitado informações junto a Delegacia de Polícia de Fernandópolis: “Chegou na tarde de ontem ao nosso conhecimento que ‘camponeses’ de Fernandópolis, trabalhados por elementos comunistas, haviam feito naquele município, armados de ferramentas agrícolas, manifestações de

Fernando Jacob, no depoimento do seu interrogatório para o processo crime, insinua sobre a identidade e credenciais do tal Henrique como representante da direção partidária, conjecturando da possibilidade de Henrique Ferreira Dias, assim identificado no processo criminal, ser de fato um agente do DOPS disfarçado. Fernando Jacob afirma que, em conversa que teve com o tal Henrique, interrogou-o “sobre certas particularidades do PCB e ficou sabendo que o mesmo indivíduo não era credenciado do partido; [...] que o interrogado referiu seus amigos que Henrique não somente não era credenciado no partido como poderia ser agente da polícia [...]”¹⁹⁸. Os agentes do DOPS e a polícia estavam sendo preparados e formados para identificar qualquer “desvio ideológico” nas práticas dos trabalhadores e assim evitar o “clima de dissolução”¹⁹⁹.

Definido o ambiente econômico, social e político no Brasil naquele momento, o relatório policial tem a límpida intenção de associar o movimento de junho de 1949 em Fernandópolis às atividades comunistas e ao comunismo internacional:

Porque não é possível, dentro dos postulados clássicos do comunismo bolchevista, ou, mais apropriadamente, dentro da teoria revolucionária da implantação da ditadura proletária, pela tomada violenta do poder, sem a dominação completa dos operários e dos camponeses. Não basta a simples dominação de uma dessas classes mas, sim e necessariamente, a de ambas²⁰⁰.

“Postulados clássicos do comunismo bolchevista”? “Teoria revolucionária da implantação da ditadura proletária, pela tomada violenta do poder, sem a dominação completa dos operários e dos camponeses”? É possível vislumbrar a cena clássica de um militante

regosijo, levados pela notícia de que havia deflagrado e estava vitoriosa em São Paulo uma revolução comunista. Apesar da estranheza do fato, radiografamos, com a nota de ‘urgentíssimo’, ao sr. Delegado local, pedindo informações sobre o caso e estamos reiterando o pedido, de vez que até agora não recebemos resposta.” DE ORDEM SOCIAL, Manifestação comunista de camponeses de Fernandópolis. Comunicado da Chefia. Dr. Delegado Especializado de Ordem Social, 08/06/1949. Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. Pasta. OS 532. DEOPS/SP, DAESP. A resposta: “Resposta Radio 131/75 de ontem vg tenho honra informar a V. S. que nenhuma passeata lavradores comunistas nem outra natureza se verificou neste município em data de ontem e nem recentemente pt sauds. Bruno Rafael, 1º Suplente Delegado Polícia em exercício.” Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha. Radiograma, Fernandópolis, 8/06/1949. Endereço: Dr. Eduardo Louzada Rocha, Deleg. Ordem Polt. E Social DOPS. Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. Pasta. OS 532. DEOPS/SP, DAESP. Com o mesmo teor contido nessa solicitação de informação, outra foi expedida em 07/05/1949.

¹⁹⁸ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 369. Esse parece ser mais uma estratégia da defesa para despolitizar o movimento, desculpabilizar Antônio Alves dos Santos da liderança do movimento, desorientar a Justiça e prejudicar a polícia na captura do “tal” Henrique.

¹⁹⁹ Cf. DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 725 de João Evaristo, 21/11/1950. Estranhamente, nesse prontuário está arquivado um documento do DOPS avaliando a política do PCB, intitulado “NOTAS À MARGEM DAS ÚLTIMAS ‘RESOLUÇÕES DO COMITÊ NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL’”.

²⁰⁰ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 264.

revolucionário discursando perante uma assembléia de trabalhadores, proferindo uma saraivada de palavras de ordens, conclamando a todos para a revolução que se aproximava. Uma utopia ou uma realidade possível para muitos naqueles tempos? ²⁰¹ De fato, o ideal de revolução comunista mobilizou trabalhadores e intelectuais no mundo todo ²⁰².

Por outro lado, os movimentos sociais daquele período estavam dando trabalho para os agentes do DOPS e para o delegado de polícia Fernando Mendes de Souza, em particular. A impressão que passa é a de que, em seus cursos de formação e treinamento, os mesmos foram obrigados a lerem Marx, Engels, Lênin, Luis Carlos Prestes, entre outros, para narrar uma versão dos fatos condizentes com a fratura ideológica que alimentava a Guerra Fria. Afinal, também para os latifundiários e proprietários, aquelas não constituíam palavras destituídas de significados, e sim uma possibilidade ou ameaça real às suas propriedades e à ordem das coisas instituídas. No entanto, essas palavras proferidas pelo delegado de polícia só não são cômicas diante da situação trágica que significou aquele processo criminal na vida dos trabalhadores. Muitos dos implicados no processo crime, trabalhadores simpatizantes do PCB, e também algumas pessoas que mantinham meras relações de amizade com alguns dos trabalhadores implicados, foram presos e perambularam durante dias e meses pelas cadeias de Fernandópolis, Votuporanga, São José do Rio Preto e até nos presídios da capital paulista, sofrendo repressão e tortura nas mãos da polícia e o escárnio de uma cidade dividida.

O preâmbulo do relatório redigido pelo delegado de polícia Fernando Mendes de Souza é concluído assim:

Quase que simultaneamente aos de Ribeirão Preto [II Congresso Municipalista], tinha lugar neste município [Fernandópolis] e vizinhos mais uma ação de grande envergadura do Partido Comunista do Brasil, sem dúvida das mais sérias e graves, ações revolucionárias de agitação e subversão da ordem social vigente ²⁰³.

²⁰¹ Marco Antônio Tavares Coelho afirma em suas memórias: “Cumpro ressaltar que, nos anos de 1948 e 1952, estávamos totalmente fascinados pelos êxitos da revolução na China. Buscávamos apreender as razões de seu sucesso, porque poderiam iluminar nosso caminho, visto que China e Brasil apresentavam algumas semelhanças.” COELHO, M. A. T. **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 109; Cf. WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²⁰² Marco Aurélio Garcia discute como a Revolução Russa de outubro de 1917 constituiu-se em um marco de referência para todo o pensamento revolucionário no século XX e transformou-se no paradigma intelectual e de ação para muitos movimentos. Cf. GARCIA, M. A. Reforma ou revolução/reforma e revolução. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 10, nº. 20, p. 9-38, 1991.

²⁰³ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 265.

O acontecimento em Fernandópolis adquiriu relevância política e deveria ser tratado com a devida seriedade, assim invocava o delegado ao não se esquecer de mencionar o que já havia ocorrido em Marília e Santo Anastácio²⁰⁴. É assim que a “ordem social vigente” era significada. Nessa última cidade a luta dos trabalhadores rurais “a par de fatos sangrentos, a agitação atingia ao máximo no setor rural até então. Presos em flagrante seus principais responsáveis, aguardam agora o julgamento, inclusive pelo crime de assassinio praticado contra a pessoa do cabo José Luís de França”²⁰⁵.

Constitui-se uma prática comum nos relatórios produzidos pela polícia a criação de um item “Dos fatos”. No relatório, a narrativa designa exprimir o acontecimento tal como ocorreu. Aos “fatos” foi considerada a expressão do real de tal forma que objetiva atribuir sentidos às perspectivas político-ideológicas, intenções, anseios, angustias dos trabalhadores em movimento. O inquérito policial compõe-se no principal documento e instrumento do DOPS, pois informa o processo criminal e os prontuários dos trabalhadores implicados no processo crime e arquivados no acervo do DEOPS. O inquérito policial foi deliberadamente produzido com a intenção de criminalizar e enquadrar a todos que, de uma maneira ou de outra, estavam envolvidos ou tinham relação de amizade ou de companheirismo político com o grupo que se deslocou de Populina a Fernandópolis e os demais grupos que estavam mobilizados para a ação, e enquadrados criminalmente no Decreto-Lei número 431, de 18 de maio de 1938, definido como “Lei dos crimes contra a Segurança Nacional”.

A ação do DOPS não se limitava ao objetivo de processar e prender todos os implicados no movimento, mas de instruir o Judiciário, criando e fundamentando a jurisprudência para criminalizar os movimentos sociais de trabalhadores na luta pela terra (ou na luta por direitos trabalhistas, sociais e políticos), como também de marcar uma posição política no ambiente social e político do período. O relatório policial prima por relacionar o movimento de 1949 em Fernandópolis às “práticas criminosas” do “conserto internacional comunista” ou ao “perigo vermelho”. Naquele momento, havia certa dúvida no meio jurídico sobre a pertinência do Decreto-Lei número 431, de 18 de maio de 1938, e posicionar

²⁰⁴ Nessas duas cidades do interior paulista, a organização dos trabalhadores rurais, o avanço de movimentos sociais no campo e a repressão aos mesmos se intensificaram nesse mesmo período. Cf. QUERINO, R. A. **Democracia inconclusa: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964)**. 2006. 362 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara. _____. **Mil histórias para contar: formação de quadros e militância comunista na região de Marília-SP (1947-1956)**. 2000. 228 fls. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara.

²⁰⁵ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 265.

fortemente nessa direção parecia ser a orientação política do DOPS, representando os interesses da classe dos proprietários, enfim, do capital.

Em março de 1949, o DOPS estava atento às denúncias dos latifundiários da região de Fernandópolis e para lá deslocou agentes do serviço secreto para averiguações. Com as diligências, prenderam e qualificaram Alvinho Silva. O relatório produzido afirma o seguinte:

Delegacia de Polícia de Fernandópolis. [...] Devidamente escoltado, faço-vos apresentar Alvinho Silva, chefe comunista em Guarany D'Oeste, deste município – o principal responsável pela agitação existente no meio rural daquela zona. Sua campanha é de aconselhar os arrenda, digo, arrendatários e meeiros a não pagarem rendas, pois esta é a ordem de Prestes. Tal campanha feita com insistência no meio dos trabalhadores rurais vem fazendo prever consequências funestas, pois os proprietários se mostram alarmados e procuram, diariamente, esta Delegacia, para as providências necessárias. O Promotor Público da Comarca ainda não ofereceu denúncia em processo feito de acordo com o Decreto que define crimes solicitadas a Procuradoria do Estado poderão trazer benefícios resultados, com a designação de promotor especial ou com orientação em circular dirigida a todos os promotores do Estado. Apresento a V. Ex.^a os meus protestos de admiração e estima. – Delegado de Polícia (a) Mario Ferraz Fahim [...] ²⁰⁶.

O Delegado de Polícia parece discordar dos procedimentos do Promotor Público por não ter ainda denunciado criminalmente os trabalhadores diante das previstas “consequências funestas” e da indignação dos “proprietários”. Nas declarações que prestou à polícia, Alvinho Silva nega as acusações:

[...] Aos doze dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade de São Paulo, na Delegacia Especializada de Ordem Social, onde se achava o dr. Francisco Petrarca [ilegível], Delegado Adjunto [...], compareceu ALVINO SILVA, filho de Manoel Antonio da Silva e de Olímpia Francisca da Silva, com quarenta anos de idade, de cor branca, estado civil casado, de nacionalidade brasileira, natural de Pitangueiras, Estado de São Paulo, profissão lavrador, residente a Fazenda Sta. Rita, no sítio “**Córrego do Feijão**”, município de Estrela D'Oeste, sabendo ler e escrever, declarou que de agosto de mil novecentos e quarenta e cinco a setembro de mil novecentos e quarenta e sete, em Fernandópolis, esteve estabelecido com armazém de secos e molhados, que cessadas, ali, suas atividades como negociante, o declarante passou a residir na Fazenda Sta. Rita, situada no Município de Estrela D'Oeste, onde, desde então, trabalhava, digo, trabalha na lavoura, cultivando uma pequena parte de gleba, que lhe foi cedida, sem prazo, pelo respectivo proprietário, Snr. Waldemar Alves dos Santos; que o declarante militou nas fileiras do extinto Partido Comunista do Brasil, tendo, mesmo, sido membro da comissão que organizou o “Comitê Distrital de Guarani D'Oeste, no município de Fernandópolis; que como tal, o declarante desenvolveu propaganda eleitoral em favor de candidatos comunistas, naquele município; que entretanto, abandonou as atividades comunistas, bem como ligações com elementos

²⁰⁶ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Ofício ao DOSP, São Paulo – Interessado: ALVINO SILVA: De Fernandópolis, - Assunto: Agitação comunista na zona de Fernandópolis. – Data da distribuição: 11 de março de 1949. Delegado de Polícia Mario Ferraz Pahim. PRONTUÁRIO 91.037 – Alvinho Silva. DEOPS/SP, DAESP.

interessados nas mesmas, ao ser decretada a extinção do Partido Comunista do Brasil, que assim não é verdade [que] esteja o declarante aconselhado, influenciado por quem quer que seja, arrendatários e meeiros de terras na zona em que reside, a não pagarem rendas, que assim, o declarante esclarece não ser verdade que tenha recebido instruções ou ordens de Prestes ou de outros elementos ligados ao mesmo, a fim de aconselhar o não pagamento das referidas rendas [...]²⁰⁷.

Alvino Silva, ao ser preso e inquirido, nega todas as acusações, nega a autoria intelectual das práticas de lutas e também nega que tenha recebido “ordens de Prestes”. Diante da polícia, não era conveniente admitir qualquer coisa que pudesse comprometer e incriminá-lo. Porém, há dúvidas sobre a relação mecânica entre o movimento no meio rural para o não pagamento da renda e as “ordens de Prestes”. Não poderia ter se constituído uma estratégia da polícia relacionar as diversas lutas dos trabalhadores ao PCB e a Prestes com o objetivo de reprimir e criminalizar as lutas dos trabalhadores? A lógica que parecia instruir os delegados de polícia das Delegacias do Interior, como Fernandópolis, e os delegados do DOPS, pautava-se no silogismo entre movimentos sociais dos trabalhadores e o PCB e este ao comunismo internacional. Por outro lado, os trabalhadores rurais de Fernandópolis estavam pautando os problemas vividos e se colocando em movimento social e, por vezes, na mediação do PCB²⁰⁸.

Desde o final do primeiro governo de Getúlio Vargas, os movimentos sociais no campo e na cidade estavam ocupando a cena política e pressionando por mudanças sócio-econômicas²⁰⁹. A repressão patronal e policial parecia não ser suficiente para conter as

²⁰⁷ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento de Ordem Política e Social. Termo de Declarações. 12/03/1949. PRONTUÁRIO 91.037 – Alvino Silva. DEOPS/SP, DAESP.

²⁰⁸ O periódico “Terra Livre”, em abril de 1950, publica um chamamento dos trabalhadores rurais para a luta, de autoria de Alvino Silva e Nestor Vera: “NESTOR VERA e ALVINO SILVA dirigem-se aos camponeses colonos e camaradas de fazendas de café! O lucro dos fazendeiros é hoje 3 vezes maior que no ano passado, porque eles estão vendendo o café a um preço 3 vezes maior que antes. Enquanto os lucros dos fazendeiros aumentam dia a dia, a vida dos colonos e camaradas é cada vez pior. Os contratos e os ordenados dos colonos e camaradas são os mesmos de quando a saca de café limpo custava 400 cruzeiros. Hoje uma saca de café já é vendida a 1.700 cruzeiros. Os contratos não melhoraram. Os ordenados não aumentaram. Pelo contrário, os ordenados baixaram, porque a carestia é maior. As exigências de mais serviço no café e aumento das multas; isso é que estão nos dando os fazendeiros. Por bem, os fazendeiros não melhoram os contratos nem aumentam os ordenados. Mas chegou a hora de obrigar os fazendeiros a pagar mais para os colonos e camaradas. Chegou a hora da colheita e os fazendeiros estão com pressa para colher o café. Chegou então a hora dos colonos e camaradas conseguirem suas melhorias. O único jeito para se conseguir isso é fazer greve. Não colher nem uma baga de café sem conseguir antes o aumento necessário. [...] Os colonos devem exigir também o pagamento das férias e dos domingos e feriados, conforme é de lei e os fazendeiros não pagam. [...]” TERRA LIVRE, ano II, n. 13. São Paulo, 27 de abril de 1950, p. 1. Pela Comissão Organizadora da Associação Estadual dos Camponeses de São Paulo Nestor Vera, Alvino Silva. OS 0041/Pastas Temáticas: Camponeses – Agitação Rural. DEOPS/SP, DAESP.

²⁰⁹ Cf. BARRIGUELLI, J. C. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, v. 2, 1981. Nessa obra o autor reuni diversos documentos, principalmente publicações periódicas, dando notícia dos movimentos sociais no campo. Na literatura já citada sobre os movimentos sociais no campo e sobre o sindicalismo rural é possível evidenciar o ambiente de lutas diversas dos trabalhadores nesse período.

resistências dos trabalhadores diante de um ambiente de expectativas por mudanças substantivas. Havia, de fato, um anseio popular por democratização política e ampliação de direitos. Os próprios dirigentes do PCB, em período anterior a sua cassação política, se mostravam otimistas com o processo histórico e assumia uma posição política de “união nacional”²¹⁰.

Sobre os “fatos” a narrativa do relatório policial do Delegado de Polícia Fernando Mendes de Souza inicia descrevendo a reunião preparatória para o movimento ocorrida em 18 de junho de 1949, na casa de Antônio Joaquim, localizada no Córrego do Feijão. A descrição é fundamentada nos diversos depoimentos colhidos para instruir o inquérito policial. A reunião é assim narrada:

OS FATOS

Antônio Alves dos Santos, vulgo “Antônio Joaquim”, vereador à Câmara Municipal de Fernandópolis, velho comunista e chefe dos elementos “vermelhos” de toda esta região do Estado, em 18 de Junho último reuniu em sua casa, no Córrego do Feijão, comunistas e simpatizantes dos vários povoados das redondezas, sob a alegação de que tinha uma “palavra de ordem do Partido” para lhes transmitir.

Efetivamente, falando aos seus companheiros, ali reunidos em número não superior a vinte, entre os quais se encontravam JOÃO THOMAZ DE AQUINO, também vereador e o líder intelectual do “Partido”, advogado FERNANDO JACOB, além de um tal “HENRIQUE”, enviado especial do comitê estadual do P.C.B. Antônio Joaquim lhes disse que “a revolução agrária” seria deflagrada de um momento para outro em todo o território nacional, afirmando-lhes que se tratava de uma “ordem” e, por isso, só lhes cabia obedecer; explicou mais, que deveriam, sem perda de tempo, se prevenir porque daí há dias teriam em suas casas todas as instruções a respeito, para a execução dos planos²¹¹.

De acordo com as informações do inquérito policial, esse grupo, não superior a vinte pessoas, deslocou-se até a casa de Antônio Joaquim, no Córrego do Feijão, para a reunião do

²¹⁰ Beatriz Ana Loner analisa da seguinte forma esse período: “nessa conjuntura extremamente favorável à sua atuação, o autodenominado partido do proletariado brasileiro manda este proletariado apertar o cinto e contribuir para o crescimento da economia nacional, condena greves e legitima com sua participação a estrutura sindical corporativa, além de estender a mão ao, nesse momento, desprestigiado Getúlio. Em 47, já proscrito, com militantes presos, jornais empastelados, seu registro cassado e seu prestígio popular, bem como número de militantes, em acentuada baixa, esse partido não consegue, ainda, fazer a correção de sua atividade que o momento exige, e exibe uma oposição mais de palavras do que de atos. Em 48, coincidentemente depois de cassarem os mandatos de seus parlamentares, ele finalmente inicia a virada, mas para posições tão radicais que não só não serão entendidas pelas massas, como permanecerão incompreensíveis dos seus militantes. Com efeito, o mesmo Partido que em 45 procurava impedir as greves e em 47 as tolerava, a partir de 48 vai incentivá-las, procurando tirar greves a qualquer preço. [...] Em 50, o mesmo partido da ‘ordem e tranquilidade’ de 45 vai propor a derrubada do governo e a tomada do poder pelos operários, camponeses e setores médios, sob sua direção.” LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 17-19.

²¹¹ PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 265-266.

PCB, para discutir a “palavra de ordem do Partido”. A reunião do dia 18 de junho de 1949 tornou-se um dos principais temas abordados nos depoimentos arrolados no inquérito policial e no decorrer do processo. Esses “fatos” relacionados à reunião preparatória constituem um dos principais argumentos para criminalizar os trabalhadores e indicar a responsabilidade na formulação do “plano revolucionário”.

No inquérito policial há inúmeras referências ao tal Henrique, um dirigente estadual do PCB, que há algum tempo estava na cidade para ajudar Antônio Joaquim na organização e mobilização dos trabalhadores²¹². Esse fato também preocupou os investigadores e os delegados de polícia, já que não conseguiam determinar a identidade desse tal Henrique²¹³.

²¹² PROCESSO CRIME, nº. 140, 23 de agosto de 1949, p. 2-8; 262-275. De acordo com o Promotor Público, Artur Ramos Marques, responsável pelo caso e, de acordo com o Delegado de Polícia Fernando Mendes de Souza, fundamentado nos autos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, Delegacia Regional de Polícia de São José do Rio Preto, os trabalhadores estavam organizados em várias localidades da região. Na Fazenda dos Ingleses, os trabalhadores estavam liderados por Chico Preto, que era o representante do partido na fazenda e que contava com os simpatizantes comunistas Henrique Fernandes, Benedito Antônio de Camargo, Francisco José Batista, Cícero Gonçalves, Brandino Antônio de Camargo, Sebastião Vieira, Marcílio Crispim e Benedito José Cardoso. Estes deveriam marchar para a cidade de Fernandópolis como, de fato, fizeram armados de foices, enxadas e enxadões. No Córrego do Arrodeio, estavam mobilizados José Costa, Miguel Domingues, Manoel Domingues e João Rocha. No distrito de Dolcinópolis o grupo contava com Joaquim de Araújo, Florindo de Souza, Gabriel Vietti Carmino, Francisco Bispo dos Santos, João Martins Corrêa, Avelino Manoel de Lima, José Francisco Custódio, José Rodrigues, Francisco Alves Batista, Antônio Francisco Custódio e Pedro Gonçalves, conhecido como Pedro Modesto. Em Populina, os comunistas estavam sendo liderados por Alvino Silva e Antônio Cabeludo. Também eram comunistas e mobilizados Jerônimo Trazzi, Antônio Pereira dos Santos, conhecido como Antônio Pernambuco, Benedito Domingos, Joaquim de Araújo, José Antônio Figueiredo, conhecido como Zé Cearense, José Costa, Fernando Jacob e Antônio Alves dos Santos.

²¹³ PROCESSO CRIME, nº. 140, 23 de agosto de 1949, p. 508-510. João Pereira Zequinha, em sua declaração como testemunha da defesa, afirma que o nome do “tal Henrique” é Henrique Ferreira Dias. Não foram encontrados na Delegacia de Polícia de Fernandópolis e no acervo do DEOPS prontuários com esse nome. Todavia, o “tal” Henrique reponde publicamente, a carta de um “companheiro de Fernandópolis”, por meio do periódico pecebista “Terra Livre”: **“Carta a um camponês de Fernandópolis.** Meu caro irmão:

Recebi tua cartinha. Muito satisfeito fiquei com os votos de felicidade que vocês me enviaram. Aceito de coração aberto as críticas de vocês. Senti certo orgulho revolucionário ao saber que vocês desejam corresponder-se comigo. Procurando dedicar todo o meu tempo à luta pela libertação da classe operária e do povo, esqueço-me as vezes de outros deveres que se ligam também com esta luta.

A minha demora em te responder não significa subestimação pelos leais e bravos companheiros de Fernandópolis. Ao contrário, a bravura e patriotismo de vocês tem sido um dos maiores estímulos aos meus esforços para servir fielmente a luta pela emancipação de nosso povo. A atuação dos camponeses de Fernandópolis no movimento de massas no Brasil, revigora a minha fé nos grandes destinos do nosso povo e fortalece a minha convicção revolucionária na vitória da classe operária e do povo, contra seus algozes e opressores. E como eu, toda classe operária de São Paulo admira os camponeses de Fernandópolis e orgulha-se de contar para a luta revolucionária com aliados tão valorosos e bravos.

Estou inteiramente convencido da disposição de luta de vocês. Quando dizes que os camponeses aí estão dispostos e prontos para tudo, não fazes mais do que expor de maneira simples e concreta uma situação e um estado de ânimo que realmente existe e rapidamente ganha todos os setores da massa camponesa. Não desconhecemos o espírito de luta e de patriotismo do povo brasileiro. No entretanto, esta situação não está se traduzindo em lutas em ações de massa. E isso significa que não estamos ainda dando em benefício do povo o que podemos dar. Significa que não estamos ainda a altura das necessidades revolucionárias do nosso povo e que não podemos perder um minuto sequer nas nossas tarefas de organização e esclarecimento da massa. [...].

Olhemos para os lares dos nossos irmãos operários e camponeses, onde aumenta cada dia mais a fome, as doenças e a ignorância. A nossa pátria, explorada e escravizada, vendida e ocupada pelo invasor estrangeiro e para maior vergonha nossa destinada pelos imperialistas a servir de base de agressão aos povos livres do mundo.

Nos dias seguintes, aqueles que participaram da reunião foram procurados por Antônio Joaquim ou por Henrique e foram comunicados da data, 23 para 24 de junho, e da senha, “a partida de feijão está pronta”.

Sobre a reunião na casa de Antônio Joaquim, há muitas narrativas. Para os delegados, determinar os participantes da reunião e o conteúdo das discussões ocorridas constituía em prova relevante do crime – planejar a ocupação ou a “tomada das terras dos proprietários e sua distribuição entre os camponeses [...], ou seja, aos trabalhadores rurais, iniciando o movimento com a tomada da cidade de Fernandópolis [...]”²¹⁴. Assim, o interrogatório dos indiciados no inquérito parece que seguiu um roteiro temático-cronológico, em que os trabalhadores foram questionados sobre suas relações com o PCB, a reunião preparatória, o trabalho de contato e arregimentação de outros trabalhadores, a narrativa do levante e, finalmente, foram inquiridos sobre o paradeiro daqueles que se evadiram.

No Auto de Qualificação e Interrogatório, José Francisco Custódio, primeiro indiciado a ser qualificado e interrogado, afirma:

[...] que nessa reunião, Antônio Alves dos Santos, disse aos presentes que os convocara para dar uma palavra de “ordem” do partido comunista; que em seguida esclareceu ele que os comunistas desta zona precisavam se unir para obter de qualquer forma terras as suas lavouras; que disse mais que seria necessário se tornava (sic) para obtenção dessas terras, invadirem a cidade de Fernandópolis, exatamente para que o controle do município pudesse ficar em suas mãos [...]”²¹⁵.

Jerônimo Trazzi em seu interrogatório narra o seguinte sobre a reunião do dia 18 de junho de 1949:

[...] Não, amigo, somente uma rápida, enérgica e consciente intervenção de todos patriotas poderá modificar a situação, impulsionando as massas para o caminho da Revolução. E esta interferência no terreno prático tem que ser sobretudo a luta diária pelas reivindicações populares, através das quais nos ligaremos a massa esclarecendo-a e organizando-a preparando-a enfim, para a realização de sua completa emancipação política e econômica.

Termino desejando muitas felicidades e fazendo votos para que aumente dia a dia a sua vontade de luta e melhore cada vez mais sua compreensão revolucionária. **Do companheiro Henrique**” CARTA a um camponês de Fernandópolis. TERRA LIVRE, ano II, n. 13. São Paulo, 27 de abril de 1950, p. s/n. OS 0041/Pastas Temáticas: Camponeses – Agitação Rural. DEOPS/SP, DAESP. (Grifos do autor).

²¹⁴ PROCESSO CRIME, nº. 140, 23 de agosto de 1949, p. 534. Os objetivos dos trabalhadores foram descritos por diversas vezes no processo. O trecho citado refere Carta Precatória e a síntese elaborada pelo Juízo de Direito da comarca de Votuporanga, por meio do Cartório do 2º Ofício, escrevente Antônio César Simielli, ao Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de São José do Rio Preto para a inquirição de testemunhas residentes fora da comarca de Votuporanga.

²¹⁵ No Auto de Qualificação e Interrogatório José Francisco Custódio é qualificado como brasileiro, natural de Santa Cruz das Poças, Estado de São Paulo, nascido em 31 de outubro de 1900, casado, trabalhador agrícola em Dolcinópolis, sabe ler. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 84.

[...] que Henrique, depois de aberta a sessão, delegado do partido, moço este, baixo, aparentando de trinta a tinta e dois anos, de cabelos castanhos e de cor clara; que esse Henrique, depois de aberta a sessão, disse aos presentes que estava incumbido pelo partido comunista de articular um movimento nesta zona, em ligação com Votuporanga e Tanabi para a efeito “a revolução agrária”; que fez ver a todos a situação do operário agrícola, em face da classe privilegiada dos latifundiários; que discorreu com grande entusiasmo nesse terreno, terminando por dizer que a palavra de ordem do partido comunista era a de se **apossar** das terras desta região, a exemplo do que aconteceria em relação aos comunistas de outras zonas do Estado [...]”²¹⁶.

Sobre a mesma reunião Joaquim Araújo narra que:

[...] Antônio Joaquim disse aos presentes que iria transmitir uma “palavra de ordem” do partido e que assim todos deveriam prestar a máxima atenção; que em seguida esclareceu que os comunistas desta região precisavam se congregar em torno dele, pois dentro de poucos dias, os comunistas de todo o Brasil fariam a revolução agrária, o que traria enormes benefícios uma vez que cada operário agrícola teria a sua gleba de terras própria para plantar; que Antônio Joaquim fez (sic) ver ainda aos presentes que nesta zona estava ele incumbido de chefiar o movimento, com o objetivo principal de tomar Fernandópolis, cujas repartições públicas seriam desde logo ocupadas; que disse mais que em todos os recantos do Brasil a revolução agrária seria irrompida numa mesma ocasião e assim teria de ser um movimento vitorioso; que a seguir usou a palavra o tal Henrique, delegado do partido comunista (sic), moço que atacou as grandes propriedades agrícolas e os seus proprietários, defendendo o operário camponês, afirmando que a estes deveriam pertencer as terras que eles cultivassem [...]”²¹⁷.

O número preciso dos trabalhadores que participaram da reunião não é exato, embora a investigação tenha se ocupado em quantificar e nomear um por um. Segundo os relatórios do delegado Fernando Mendes de Souza e do promotor público Artur Ramos Marques não foram mais do que 20 pessoas. Fernando Jacob, por exemplo, nega em sua defesa que tenha participado da reunião, embora tenha confirmado sua presença em seu interrogatório perante o delegado do DOPS em São Paulo e sua presença também confirmada em muitos outros interrogatórios, relatando até mesmo a divergência entre Fernando Jacob e Antônio Joaquim. Parece mais uma estratégia na defesa de Fernando Jacob²¹⁸.

²¹⁶ Jerônimo Trazzi é qualificado como brasileiro, natural de Monte Alto, Estado de São Paulo, nascido em 20 de junho de 1899, casado, lavrador, residente na Fazenda Santa Rita, Córrego do Gregório, Fernandópolis e sabe ler. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 90-91. (Grifo nosso).

²¹⁷ Joaquim Araújo é qualificado como brasileiro, natural de Rio das Contas, Estado da Bahia, nascido em 16 de dezembro de 1901, casado, trabalhador agrícola em Dolcinópolis e sabe ler. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 124-125.

²¹⁸ No depoimento de Alberto Senra no inquérito policial, além de negar que já algum tempo não era comunista, afirma: “[...] que o depoente se achava no dia dezenove do corrente [19/06/1949] na praça Joaquim Pereira, nesta cidade, quando foi procurado pelo Dr. Fernando Jacob, advogado, aqui residente e seu amigo particular. O Dr. Fernando pediu para conversar, em particular, com o depoente, tendo o Dr. Jacob sido convidado então para ir a sua residência, onde à vontade poderiam conversar, mesmo porque segundo afirmações do Dr. Jacob o assunto

Para a polícia, a participação da reunião é relevante, pois permite identificar os autores intelectuais do plano de “invadir” as terras dos seus proprietários e “tomar” a cidade. Certamente os interrogatórios tiveram o objetivo de criminalizar os trabalhadores que participaram de alguma forma no movimento. Todavia, a partir dos mesmos interrogatórios, os trabalhadores revelam as condições de vida a que estavam submetidos e indicam os projetos que formulavam para tentar mudar essa situação. E. P. Thompson, ao discutir movimentos de trabalhadores, afirma que esses trabalhadores “não são absolutamente bandidos sociais (na acepção de E. J. Hobsbawm) e tampouco rebeldes rurais, mas apresentam alguns traços de ambos os tipos”²¹⁹. Muitos desses trabalhadores se sentiam pressionados pelas condições de suas vidas e premidos por um ideal de revolução, dispondo-se a por em prática o movimento. É provável que entre os trabalhadores estivesse se tornando senso comum à idéia de que a terra é por direito de quem nela cultiva e trabalha, e um caminho para que isso fosse estabelecido poderia ter sido a união dos trabalhadores nessa luta. É como assevera Florindo de Souza, ovelheiro, mas certamente com o sonho de ter uma terra para plantar e viver, em ocasião de seu interrogatório: “[...] cada operário agrícola teria sua gleba para plantar, sem despendar qualquer importância com arrendamento ou coisa parecida [...]”²²⁰. Ou Jorge Rodrigues da Silva, que sinaliza para a razão que o levou a aceitar o convite para participar do movimento: a “reforma agrária”

[...] que na noite de dia vinte e três de junho último foi procurado por Joaquim Araújo e deste recebeu um convite para que viesse naquela mesma noite até a casa do chefe do Partido Comunista desta zona, Antônio Alves dos Santos, vulgo Antônio Joaquim, pois, ali iriam reunir cerca de mil e duzentas pessoas para efetivar a reforma agrária no paiz (sic) e lá seria interrogado posto ao par de todo plano; que a reforma visava conceder gratuitamente terras aos pequenos lavradores e

era dos mais sérios e ele se encontrava numa situação aflitiva; que assim sendo o depoente levou-o para sua casa e uma vez ali o Dr. Fernando Jacob disse-lhe que ia lhe confiar um segredo que se prendia a futuras atividades de um grupo de comunistas chefiados por Antonio Alves dos Santos, vulgo Antonio Joaquim, atividades com as quais ele não estava de acordo e por isso mesmo ia ausentar-se de Fernandópolis, porque se aqui permanecesse, ninguém acreditaria na sua inocência em relação ao caso [...]; que esse plano foi elaborado por Antonio Alves dos Santos, mas não contou com a aprovação de Fernando Jacob; que este, segundo explicou ao depoente, não só discordou da idéia, mas ainda procurou frustrar tal plano, chamando para aqui diversos elementos comunistas, fazendo-lhes ver a loucura que iriam cometer [...]”. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 68.

²¹⁹ THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 77.

²²⁰ Florindo de Souza é qualificado como brasileiro, natural de Calulé, Estado da Bahia, 32 anos, casado, comerciário em Dolcinópolis e sabe ler. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 129. No seu prontuário no DOPS é identificado como “comprador de ovos e frangos”, o popular “oveiro”, Cf. Prontuário 110.611 – Florindo de Souza. DEOPS/SP, DAESP.

barateamento das rendas pagas pelos pequenos agricultores aos grandes proprietários e a vista disso aceitou o convite [...] ²²¹.

A partir das narrativas sobre o movimento e sobre as pressões vividas pelos trabalhadores, muitas outras problemáticas emergem dos interrogatórios, como, por exemplo, a política agrária do PCB e o debate em torno da “revolução agrária” e da “reforma agrária”, presente no final da década de 1940, mas debatido efetivamente nas décadas posteriores ²²². Pela primeira vez em todo o inquérito policial é usado o termo “reforma agrária” para nomear e caracterizar a luta que iriam empreender. Isso é significativo, pois será que indica para um lapso cometido pelo delegado de polícia encarregado do interrogatório, Fernando Mendes de Souza, e do escrivão Pedro Mannelli? O delegado Fernando Mendes de Souza assumiu a condução das investigações em 07 de julho de 1949, entretanto parece que continuou sendo assessorado de perto pelos agentes do DOPS e por seus delegados.

O uso de outro termo no inquérito policial poderia distanciar a luta dos trabalhadores pela terra da política agrária oficial do PCB e a tese de culpabilidade política utilizada no relatório policial poderia ser comprometida. O “Manifesto de Janeiro de 1948” referia-se expressamente a “revolução agrária”, essa se constituía na orientação oficial do partido e a polícia política e social estruturava e fundamentava o caso nessa assertiva. É provável que entre os trabalhadores os termos “revolução agrária” e “reforma agrária” significasse a mesma coisa: terra gratuita para plantar e morar, sem a espoliação dos latifundiários por meio das relações de arrendamento, meia ou assalariamento. A mudança no termo pode indicar que os trabalhadores compartilhavam de um ideal de mudança das relações sociais de produção e da estrutura fundiária na região. O lapso do delegado e do escrivão não evidencia somente que o DOPS operava com a orientação política para criminalizar os movimentos sociais, mas é um indício de que o sentido comum dos trabalhadores estava atravessado pela indignação diante das condições vividas e a disposição para a luta pela terra; a transformação da estrutura fundiária por meio da “reforma agrária” constituía-se em projeto para suas vidas e pelo qual valeria a pena lutar.

²²¹ Jorge Rodrigues da Silva é qualificado como brasileiro, natural de Catanduva, estado de São Paulo, nascido em 28 de setembro de 1918, casado, trabalhador agrícola na Fazenda de Batista Dolci em Dolcinópolis e sabe ler. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 212.

²²² Cf. PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. RANGEL, M. S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. 2000. 372 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295fls. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

Contudo, mesmo envolvidos em tal projeto e com relações de companheirismo e solidariedade para com o projeto em causa, o relato de José Francisco Custódio para o DOPS sobre o movimento em Dolcinópolis é significativo para expressar conflitos de valores e o estado de ânimo dos trabalhadores diante das atitudes que deveriam tomar e enfrentar para encaminhar:

[...] o movimento, ficou composto apenas do declarante, Florindo de Souza, Joaquim Araújo, Chico Bispo, Pedro Modesto, Jorge Rodrigues, Gabriel de Tal, João de Tal e Antônio Francisco, este seu filho; que mesmo esse pequeno grupo discutia o assunto sem entusiasmo, mas em dúvida se atendia ou não a palavra de “ordem” recebida; que assim sendo o interrogado e seus companheiros aguardaram a última instrução a respeito; que chegou mais ou menos as vinte e uma horas, por um portador que não conhece; que segundo tais instruções, o interrogado e seus amigos deveriam apoderar-se de armas, para tanto invadindo as residências e casas comerciais, onde fosse possível encontrá-las, apanhando também toda e qualquer quantidade de munição que achassem; que isto feito deveriam todos então se dirigir até a estrada de rodagem que liga Populina, digo, que liga Populina a esta cidade; [...] diante das instruções que receberam, ficaram, o declarante e seus companheiros de certa forma sem saber o que faziam, pois, faltou-lhe coragem de desarmar os habitantes de Dolcinópolis e bem assim de invadir suas casas; que por outro lado tiveram também dificuldade em arranjar condução e, como tivessem de andar a pé quase quatro léguas, desistiram de acompanhar os planos [...]²²³.

É impossível ao historiador dimensionar o que sentiram e os conflitos de valores vividos pelos trabalhadores diante de um movimento real em que deveriam, com armas em punho, lutar. Seria um anacronismo afirmar que esses trabalhadores foram covardes ao não comparecerem à convocação e, assim, foram responsabilizados pelo fracasso do movimento²²⁴. Isso não está em causa, mas evidencia a diversidade do que compunha os trabalhadores rurais da região de Fernandópolis. O relato de Joaquim José de Santana é relevante nesse aspecto:

²²³ PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 85.

²²⁴ As historiadoras Áurea Sugahara, Rosa Costa e Perpétua de Matos, nas “considerações finais” ao artigo “Semente comunista em solo conservador”, afirmam: “Num estudo sobre o Levante Comunista em Fernandópolis que custou tantas dores e lágrimas, não se poderia esperar um final feliz. Foi um movimento derrotado, os revoltosos foram perseguidos, presos e ainda trazem marcas daqueles acontecimentos. A experiência histórica vivida por esses personagens foi tão marcante, que é possível, ainda hoje, a persistência do medo da repressão quando nos falam: ‘Era o Antônio Joaquim quem recebia, ele era o líder. Estou falando demais... daqui a pouco vêm me buscar...’ (dona Idalina). [...] Como consideraria padre José Jansen, ‘poderíamos aproveitar para mostrar a participação do povo, ou o fracasso do povo, não tem problema... mas que participaram. Pode ser positivo ou negativo, vale muito’.” COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996, p. 308-309. Ainda sobre o fracasso do movimento, Cf. BIZELLI, E. A. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

[...] que o depoente já foi processado juntamente com Antônio Alves dos Santos, isto por ter participado de uma **reunião** durante a qual planejava Antônio, organizar trabalhadores rurais do município com o **objetivo de conseguir a divisão entre todos de determinadas terras**; que acredita o depoente ter Antônio Joaquim envolvido todos os que compareceram a reunião numa verdadeira embrulhada, pois, houve inquérito a respeito; que a reunião foi **tida e havida como subversiva** e ao que parece Antônio Alves dos Santos o que desejava era uma **invasão de terras**; que o depoente pertenceu ao partido comunista quando da sua legalidade mas é certo que deixou as suas atividades nada mais querendo com esse partido ou com os seus adeptos; que recrimina atitude assumida por Antônio Alves dos Santos na noite de vinte e três para vinte e quatro do corrente e que reputa absolutamente **criminosa** é a participação dos elementos que o ajudaram nessa **verdadeira intentona**.²²⁵

A narrativa de Joaquim José Santana é uma evidência das relações de trabalho de exploração e das péssimas condições de vida dos trabalhadores, pois, anteriormente, ele dispôs-se a se reunir para discutir a respeito desses problemas e formular uma alternativa, que passava pela “divisão” das terras. É provável que essa reunião tenha ocorrido em janeiro de 1949²²⁶, pois é o que nos informa o trabalhador agrícola Jacinto Rodrigues em seu depoimento no Auto de Qualificação e Interrogatório: “reunião clandestina para organização de bando armado, reunião essa realizada em casa de Antônio Joaquim, em janeiro do corrente ano [1949]”²²⁷. Jacinto Rodrigues também estava sendo processado pela participação nessa reunião.

Certamente Joaquim José Santana participou da referida reunião porque estava descontente com a sua condição de arrendatário de terras e a possibilidade de plantar e morar em suas próprias terras deve tê-lo enlevado. Não obstante, confessa sua antiga filiação ao PCB e pode-se constituir em mais um indício de que há muito projetava algo diferente para sua vida. Passado seis meses da referida reunião, Joaquim José Santana mudou de opinião e significou a prática como uma “verdadeira embrulhada” – a participação naquela reunião para “divisão entre todos de determinadas terras”, pois fora processado. É possível que essa reformulação esteja relacionada à salvaguarda diante da possibilidade de ser implicado como réu em um novo processo criminal; talvez isso explique ter ele prestado depoimento como

²²⁵ Joaquim José Santana prestou depoimento como testemunha em 26 de junho de 1949, é qualificado como brasileiro, natural de Macaúbas, estado da Bahia, com quarenta e quatro anos de idade, casado, lavrador arrendatário de dez alqueires e meio na Fazenda Sant’Ana, distrito de Brasitânia, sabendo ler e escrever. PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 46. (Grifo nosso).

²²⁶ O inquérito policial não foi encontrado nos arquivos da Delegacia de Polícia de Fernandópolis. A referida reunião é objeto de um processo criminal na Comarca de Votuporanga, possivelmente o Processo Criminal número 113, de 29/04/1949, em que figura como requeridos Antônio Alves dos Santos e outros, mas sem sucesso, já que se encontra “perdido” no arquivo da Recall do Brasil Ltda.

²²⁷ Jacinto Rodrigues, prestou depoimento como indiciado em 13 de julho de 1949, é qualificado como brasileiro, natural de Bebedouro, Estado de São Paulo, nascido a 19/04/1908, casado, residente no povoado de Guarani D’Oeste, pertenceu ao PCB durante a sua existência legal, sabendo ler e escrever. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 217-218.

testemunha apenas dois dias após o movimento de 23 para 24 de junho de 1949 e apresentou sua versão para o movimento: “verdadeira intentona”.

A prática social de militância evidenciada na realização de reuniões com os trabalhadores para discutir projetos diversos constituía-se em uma atividade comum para os trabalhadores, mesmo com o início da repressão mais dura, que coincide com a cassação do registro do PCB e dos mandatos dos parlamentares comunistas. Entretanto, a prática foi mantida e, em janeiro de 1949, a polícia “apareceu” em uma dessas reuniões – indício de que os agentes do DOPS circulavam por essa região em um período de “relativa tranquilidade política”.

Passado poucos dias da reunião do dia 18 de junho de 1949, realizada na casa de Antônio Joaquim, os trabalhadores definiram a data do movimento e a estratégia a seguir. A data escolhida foi a de 23 para 24 de julho. Era nessa noite que começavam as festas de São João e a tradição de comemorar as festas juninas, sempre com muitos fogos de artifício. Era a data propícia, pois ocultaria os possíveis tiros disparados e confundiria a repressão policial. Tudo foi detalhadamente planejado e os trabalhadores em Fernandópolis estariam cumprindo uma “palavra de ordem do Partido”, já que a revolução seria deflagrada em todo país e as células do PCB na região não poderiam deixar de fazer sua parte para o processo revolucionário. Segue a narrativa do relatório:

O dia designado para o “movimento” foi o da véspera de São João, 23 de Junho de 1949. À tarde, foram enviadas para os povoados de Dolcinópolis, fazenda São Pedro [Fazenda dos Ingleses], Macedônia, mais conhecida por “Moscouzinho”, por seu excessivo número de comunistas, Brasitânia e Córrego do Arrodeio, segundo o que se apurou, as instruções prometidas. Para uns, Antônio Joaquim mandara dizer que fossem ao seu encontro em determinado ponto da rodovia que liga a povoação de Populina a Fernandópolis, e, para outros, enviara ordens no sentido de que o aguardassem na cidade, onde ele deveria estar na madrugada de 24, transmitindo a todos nessa ocasião a “senha” para o início da “revolução”: “a partida de feijão está pronta”²²⁸.

Na noite aprazada de São João, no largo da Igreja de Populina, um pouco antes da meia noite, Alvino Silva, Henrique e Antônio Cabeludo, entre outros, armados com carabinas e revólveres, dominaram o Inspetor de Quarteirão José Alves Tosta e o guarda-noturno Leobino Batista Lopes e exigiram a entrega de suas armas. Com o objetivo de armar-se, o grupo também se dirigira para as residências de várias pessoas e exigiram a entrega das armas que possuíam. Em seguida, procuraram o motorista e o proprietário da jardineira que fazia o

²²⁸ PROCESSO CRIME, nº. 140, 23 de agosto de 1949, p. 266.

trajeto Populina a Fernandópolis, já que ambos pernoitavam em hotel de Populina para, no dia seguinte, direcionar-se a Fernandópolis.

De acordo com muitos depoimentos dos implicados no caso, todo esse evento foi marcado por “vivas” à Rússia Soviética, à Revolução Agrária e à Revolução Comunista. De posse da jardineira e de domínio de Anselmo Ventucci, motorista, e Cristiano Mantovani, proprietário, seguiram para Fernandópolis. No caminho, foram encontrando outros comunistas, incluindo Antônio Joaquim²²⁹. Também pelo caminho a Fernandópolis foram apropriando-se de mais armas, nem sempre de forma pacífica e sem resistência, como o caso de José Honório da Silva que reagiu e teve sua casa baleada. Esse fato foi descrito da seguinte forma:

Durante o trajeto de Populina a Fernandópolis, várias outras tropelias cometeram esses comunistas que, preocupados cada vez mais na obtenção de armas e munições, invadiram diversas moradias, desarmando seus proprietários, entre os quais pode ser enumerados: Jerônimo Diogo Faria, morador da fazenda do Dr. Veloso, despojado de duas carabinas de calibres quarenta e quatro e trinta e dois; Antônio Cotrim, inspetor-de-quarteirão de Guarani D'Oeste, que ficou sem seu revólver “HO”, calibre trinta e dois; Elias Sebastião, comerciante estabelecido no mesmo povoado, de quem tomaram duas caixas de balas para revólveres de calibres trinta e oito e trinta e dois, não escapando também de violências o farmacêutico Valfrido de Castro Teixeira e o trabalhador agrícola Alberto Francisco de Oliveira, que tiveram igualmente suas residências invadidas pelo bando à cata de armas e munições. No local denominado Córrego da Capivara, já há doze quilômetros desta cidade, esses bandoleiros cercaram a residência do comerciante José Honório da Silva, cidadão que, tendo resistido ao propósito do bando de desarmá-lo, viu as portas e janelas de sua casa crivadas de balas e ainda ameaçado de morte, para depois ser despojado do seu revólver [...] ²³⁰.

A narrativa produzida pelo delegado de polícia não é objetiva como cogita ser. Narra os “fatos” interpretando-os. Ao construir a sua narrativa, Fernando Mendes de Souza justifica seus fundamentos nos testemunhos e depoimentos que estampam o inquérito policial. A todo o momento o delegado de polícia expressa juízos de valor sobre os trabalhadores rurais e sobre os comunistas, atribuindo significados à ação policial e às práticas dos trabalhadores.

Ao indicá-los e classificá-los como “bando”, “bandoleiros”, ou mesmo como “comunistas” (Antônio Joaquim foi denominado “chefe vermelho”), objetiva criminalizá-los – prática tradicional da polícia brasileira. Todavia, ao denominar as práticas e atitudes dos

²²⁹ No tramite do processo criminal e na sua Instrução Criminal parece ter-se constituído tática da defesa a afirmação de que Cristiano Mantovani, proprietário da Jardineira, havia sido contratado por Antônio Joaquim para conduzi-los de Populina a Fernandópolis e para isso recebido Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros), Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 508v e 510v.

²³⁰ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 267-268.

trabalhadores como “tropelias”, tem-se o sentido *objetivo* de classificá-los como um tropel de pessoas que praticam desordens, assim comprometendo a ordem e a segurança nacional. De forma ambígua, o termo “tropelias” sugere que as práticas poderiam ser inconsequentes e sem uma conotação política. Porém, como o objetivo do delegado é criminalizar as práticas políticas dos trabalhadores, não deixa de caracterizar os trabalhadores e suas ações como conscientes do que estavam fazendo. No próprio prólogo do relatório (ou em outras passagens do inquérito com os demais agentes do DOPS, ao partir em diligências na cidade ou nas localidades em que residiam os trabalhadores implicados no processo, ou ainda ao inquirir aos que prestaram testemunho) o delegado tem o fito de relacionar o movimento ao comunismo internacional (Cominform). Por outro lado, os que foram expropriados são os “proprietários”, os “cidadãos”, o “comerciante”, o inspetor de quartirão, o trabalhador agrícola. Todos caracterizados como sujeitos dignos e trabalhadores honestos, ordeiros e, como consequência, cumpridores dos seus deveres.

Há aqui um aparente paradoxo. Num processo revolucionário seriam consideradas as ações e atitudes dos trabalhadores, ou dos revolucionários, normais e próprias do processo. Essa parece não ter sido a realidade e o ambiente vivido naqueles dias, embora nas páginas do processo criminal e os agentes do DOPS relacionassem o movimento a uma “revolução agrária e comunista”. A conveniência do inquérito policial para criminalizar os trabalhadores descontextualiza o movimento e o define como “tropelias”, estigmatizando e descaracterizando duplamente o movimento dos trabalhadores. A lógica dos agentes do DOPS era inferiorizar e bestializar os trabalhadores, contudo associando suas práticas ao comunismo.

Parece que essa lógica já estava determinada no início do inquérito policial. A “Portaria” de 25 de junho de 1949, assinada pelo Delegado Especializado de Ordem Social, que instituiu o inquérito e designou o Delegado Adjunto Arnaldo de Camargo Pires para presidir o inquérito apenas um dia após os acontecimentos, de pronto, já definiu como o movimento seria narrado e interpretado:

Diante dos graves acontecimentos verificados nesta comarca, na noite de 23 para 24 do corrente, quando elementos comunistas deste município e de Populina, após concerto prévio, armados em bando, cometeram violências e tropelias e para aqui se dirigiram, no intuito de assalto, visando atentados pessoais, saque e mais atentados de caráter material, constitutivos, todos eles, de inúmeras infrações penais, determino sobre os fatos se instaure inquérito policial²³¹.

²³¹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 10.

Ao chegar a Fernandópolis, às três horas e quinze minutos da manhã do dia 24 de junho, o grupo deveria encontrar os demais camaradas para tomar as repartições públicas (Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia) e controlar a cidade. Porém, foram dissuadidos por José Antônio Figueiredo, conhecido na cidade por Zé Cearense e comunista, informando Antônio Joaquim que os demais comunistas que deveriam vir ao seu encontro não haviam chegado e que a polícia já tinha conhecimento do movimento. Zé Cearense preveniu que o movimento havia fracassado. O fato é que o grupo liderado por Chico Preto, da célula da Fazenda São Pedro (Fazenda dos Ingleses), estava próximo à Igreja da cidade, esperando pelos demais até por volta das 7 horas da manhã. A construção da *narrativa objetiva do acontecimento*, desígnio do relatório policial, determinou a exatidão da hora em que chegaram os trabalhadores à cidade ou até por volta de que hora esperaram os trabalhadores defronte a Igreja. Assim narra Fernando Mendes de Souza:

Foi após esses atos de violências que os comunistas chefiados por Antônio Joaquim chegaram às portas desta cidade, para o golpe que haviam concertado: tomada da cidade, cujas casas comerciais e estabelecimentos bancários seriam saqueados; ocupação das repartições públicas, que seriam incendiadas, e depois a entrega das terras do município aos “camponeses revolucionários”²³².

Não é possível determinar se os trabalhadores mobilizados iriam executar todas essas ações. Em uma perspectiva revolucionária, decerto que iriam projetar tomar todos os pontos estratégicos da cidade. Contudo, os testemunhos colhidos para o inquérito policial foram inquiridos sob pressão. O que chama a atenção é o argumento conclusivo do relatório policial: “e depois a entrega das terras do município aos ‘camponeses revolucionários’”. Ao denunciar que umas das intenções dos trabalhadores no “golpe que haviam concertado” era a distribuição de terra aos “camponeses revolucionários” informa mais um crime que seria cometido, esse contra a propriedade privada – um bem inviolável para os capitalistas. Mas ao enquadrar os trabalhadores em mais um provável crime o delegado em seu relatório faz emergir o principal problema vivido na região de Fernandópolis pelos trabalhadores – o problema da terra: concentração fundiária e exploração do trabalhador rural, limites e pressões às diversas lutas naquele período.

²³² PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 268. (Aspas do autor).

Com o objetivo de sintetizar o projeto político do movimento e dos comunistas para os trabalhadores rurais de Fernandópolis, a partir dos testemunhos inquiridos no processo crime, o relatório policial evidencia imagens diversas e mais juízos de valor:

Procurando infiltrar-se no seio dos trabalhadores, entre eles e principalmente o trabalhador agrícola, doutrina-nos, incutem-lhes no espírito a falsidade da solução comunista, tendo-os à vontade para, de um lado enganá-los com promessas vantajosas, e de outro, sujeita-los à coação do “Partido”. E, apesar da resistência do espírito conservador que o trabalhador agrícola vem opondo à infiltração comunista, procuram explorar junto deles a cessão gratuita de terras, a injustiça de uma condição social, o absolutismo dos patrões, a inutilidade de trabalhar para os outros e sua escravização à ganância, a exploração dos intermediários²³³.

Como salientou E. P. Thompson, cada classe tem, inevitavelmente, “um conteúdo normativo, que encontrará expressão nas perguntas feitas às evidências”²³⁴. O historiador produz conhecimento histórico também dentro desses limites. Os entes da Justiça estão sujeitos às mesmas determinações ou opções políticas que assumem. A cada linha escrita no inquérito policial ou no processo criminal emergem juízos de valor que expressam posições de classe. Esses juízos de valor constituem o conteúdo dado às imagens elaboradas sobre os trabalhadores e seus modos de viver. Termos como “infiltrar-se”, “doutrina-nos”, “incutem-lhe”, logo no início da frase, expressa esse conteúdo normativo que rege as práticas da polícia política e social e que intentava disseminar entre a população local que aquelas idéias e projetos, ou quaisquer coisas parecidas com aquele movimento, eram alienígena.

Em História Social o historiador sempre procura o que está nas entrelinhas ou “tecida na contramão, na corrente contrária às aparências”²³⁵. Assim, parece que o trabalho militante de comunistas estava encontrando terreno fértil em Fernandópolis – dadas as condições de existência do trabalhador rural. “As promessas vantajosas” só eram vistas dessa forma pelos trabalhadores em geral e pelo trabalhador rural, em particular, se suas expectativas, anseios e necessidades atravessassem ou se articulassem de algum modo pelo projeto que defendiam os comunistas; muitos trabalhadores rurais eram ou se afirmavam comunistas.

O “espírito conservador” do trabalhador agrícola na região, nas tintas da máquina de escrever dos agentes do DOPS, parece não mais resistir aos argumentos de “cessão gratuita de

²³³ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 264.

²³⁴ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 51.

²³⁵ CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 98.

terras, a injustiça de uma condição social, o absolutismo dos patrões, a inutilidade de trabalhar para os outros e sua escravização à ganância, a exploração dos intermediários”. Os valores dos trabalhadores rurais estavam em transformação naquele momento, pelo menos assim interpretavam os agentes do DOPS. Se verossímil, essa interpretação denuncia tendências para aquele presente. Parecia que, de fato, os trabalhadores rurais da região de Fernandópolis estavam processando uma reelaboração em seus valores e vislumbrando a luta pela terra como uma entre muitas alternativas postas pelo presente.

A reelaboração de valores segue um movimento não-linear e dialético. No movimento histórico, não é possível congelar normas, valores, expectativas, projetos, pois estão sempre em transformação e sendo formulados e reformulados pelos sujeitos históricos premidos pela pressão das circunstâncias vividas. A interpretação da índole do trabalhador rural como conservadora expressa a explicação equivocada ou estigmatizada sobre esses sujeitos históricos. A literatura problematiza incessantemente os trabalhadores em seu processo de formação enquanto classe e suas lutas, por estes conservarem experiências, práticas, valores, tradições. Nesse processo, a “luta conservadora” é para resistir às transformações em seus modos de vida, pois essas mudanças são significadas como perdas²³⁶.

Parece que o momento vivido pelos trabalhadores em Fernandópolis era complexo. Seus valores estão em transformação. Para alguns trabalhadores, a luta – mesmo que armada – pela terra e contra a exploração vivida, era factível e possível de ser enfrentada. Para muitos outros, como relata José Francisco Custódio, “faltou coragem”. A diversidade de experiências dos trabalhadores é o que evidencia as fontes. Embora compartilhassem vivências, costumes, premidos pelas mesmas pressões, perspectivas políticas semelhantes, no que se refere à avaliação das condições de suas vidas e projetos alternativos para sair dessa situação, os trabalhadores não respondiam de um mesmo modo ao chamamento de Antônio Joaquim ou do PCB. O “espírito conservador” do trabalhador rural parece resistir duplamente: cotidianamente aos proprietários e fazendeiros da região, bem como a propostas que não articulassem aos sistemas de valores que moldavam suas vidas.

Por outro lado, expressam-se o terror e o medo dos proprietários de terras (e demais proprietários) em relação ao que essa mudança de valores pudesse significar na vida diária do trabalhador rural: insubordinação e lutas por direitos; em um sentido mais amplo, também a

²³⁶ Cf. THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de A. L. Negro e S. Silva. Campinas: UNICAMP, 2001. _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

possibilidade real da revolução agrária e comunista. Isso porque esse projeto apresentava-se como viável e factível para um conjunto significativo de trabalhadores naquele período. Na ponderação formulada pelo delegado de polícia a “resistência do espírito conservador” dos trabalhadores rurais parecia que não estava direcionada à “infiltração comunista” e sim à exploração do trabalho e à luta pela terra, independentemente da forma como ela pudesse ocorrer, naquele final da década de 1940 e início da década de 1950. Assim, a luta pela terra constituía-se numa possibilidade para muitos.

Outra evidência desse processo histórico e das perspectivas que orientavam os agentes do DOPS pode ser identificada no relatório, quando é estabelecida uma relação entre os movimentos em Santo Anastácio, Marília e Fernandópolis e desses com o “Manifesto de Janeiro de 1948”²³⁷, escrito sob conjuntura da cassação do PCB em 1947:

Voltando suas vistas para os camponeses, lançou Luís Carlos Prestes, secretário do Partido Comunista do Brasil, o “Manifesto”, profusamente distribuído em todo o país, especialmente no interior do Estado de São Paulo, “COMO ENFRENTAR OS PROBLEMAS DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA E DA GUERRA ANTI-IMPERIALISTA”, pelo qual preconiza, orienta e, finalmente, lança os planos de combate e ação a serem intentados pelo “Partido” entre os meios agrícolas. Motivo porque dirigiram-se os militantes comunistas suas atenções para esse setor e o trabalho junto aos camponeses vem sendo desenvolvido de maneira **positivamente assustadora** e com **ótimos resultados**, dada a **simplicidade**, a **ignorância** e, principalmente, a **situação econômica do nosso homem do campo**²³⁸.

Esse trecho do relatório permite algumas conjecturas. É possível inferir que o conteúdo do trecho citado acima do relatório foi exaustivamente debatido no interior do DOPS e só datilografado depois de alguns rascunhos escritos. Parece não constituir apenas uma retórica para criminalizar, e sim uma interpretação do processo histórico fundada na observação e investigação. A partir da pesquisa dos prontuários e das pastas do acervo do

²³⁷ Cf. PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948. Na mesma edição em que foi publicado o “Manifesto de Janeiro de 1948”, o capítulo seguinte, de Carlos Duarte, cujo título “O monopólio da terra e da democracia no Brasil”, ao reproduz “teses para a discussão no IV Congresso do PCB, que deveria ter-se realizado em maio de 1947”: “Nessa tarefa deve o Partido aplicar métodos que lhe facilitem o trabalho, sendo indispensável que abandonemos as formulações mais gerais a fim de apresentar as reivindicações imediatas dos camponeses. A posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas, mas seria errôneo pretender mobilizar essas massas em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras por menores que sejam, à situação de miséria dos camponeses. É pois, da maior importância, saber levantar as reivindicações como as de melhores condições de trabalho, de contratos de arrendamento e garantias ao camponês de poder reformá-lo, liberdade de comércio, diminuição de impostos e fretes, crédito barato, além de outras que possam existir, que variam de Estado para Estado, de Município a Município e até de fazenda a fazenda”. DUARTE, C. O monopólio da terra e da democracia no Brasil. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 43-55, abr. 1948, p. 54.

²³⁸ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 264-265. (Grifo nosso).

DEOPS é possível verificar em todo o interior do Estado de São Paulo os agentes recolhendo dados para informar os arquivos da polícia. O “Manifesto de Janeiro de 1948” constituiu um texto denso dirigido aos quadros partidários. É incomensurável avaliar quantos trabalhadores rurais em Fernandópolis leram e como leram tal “Manifesto”. Todavia, é possível que alguns trabalhadores tenham tido acesso ao “Manifesto de Janeiro de 1948”, diante do circuito de difusão criado pelo PCB, de acordo com as evidências de materiais impressos recolhidos em ocasião dos processos criminais²³⁹ e os prontuários do DOPS.

É significativo que o relatório produzido para criminalizar os trabalhadores implicados no processo crime expresse essa relação entre os acontecimentos em Santo Anastácio, Marília e Fernandópolis. Mais significativo é o trecho final desse relato em que o delegado Fernando Mendes de Souza informa que “trabalho junto aos camponeses vem sendo desenvolvido de maneira positivamente assustadora e com ótimos resultados”. É possível perceber essa relação nas diversas práticas de luta diária no trabalho e as lutas mais organizadas, como as diversas manifestações e concentrações de trabalhadores que ocorreram antes de 1949 (1947 e 1948), as greves de 1950 e 1953, a concentração de lavradores em 1952 no centro da cidade²⁴⁰. A “situação econômica do nosso homem do campo” foi apresentada como fato significativo. Esse trecho do relatório policial é significativo para problematizar as condições de vida dos trabalhadores.

Não apenas no relatório policial como também em outros documentos do DOPS, os seus agentes informam sobre os problemas vividos pelos trabalhadores do campo e suas péssimas condições de vida e como essa “situação” é propícia para a ação dos comunistas – parecendo reclamar que algo deveria ser feito. As atividades profissionais da polícia política e social em suas diligências, colocam esses agentes em contato com a realidade de exploração vivida pelos trabalhadores. Esse “dado” é sempre considerado ao relatar aos superiores ou ao concluir um inquérito policial. Na subjetividade expressa nesses documentos policiais, as condições de vida experienciadas pelos trabalhadores eram significadas como péssimas e difíceis. Os adjetivos utilizados antes da sentença corroboram essa formulação.

A ação dos comunistas não era facilitada pela “simplicidade” e “ignorância” do trabalhador rural, sim pela experiência do “homem do campo”: pelas condições vividas pelos trabalhadores e o modo como estavam tratando esses problemas em suas consciências. Esse processo é significativo, pois compreendo o movimento de trabalhadores de junho de 1949

²³⁹ Cf. PROCESSO CRIME, n. 1462, de 19 de março de 1952, *passim*.

²⁴⁰ Esses movimentos serão problematizados no terceiro capítulo.

como uma evidência de que essa experiência fixa limites e exerce pressões sobre os trabalhadores na formulação de seus projetos de vida; contudo isso não significa que o modo como os trabalhadores trataram ou tratam em suas consciências o vivido segue uma regra predeterminada que os levam a formular projetos e lutar por eles – por exemplo, por novas relações de trabalho e uma estrutura fundiária em que os trabalhadores tenham sua terra para trabalhar. Por circunstâncias que essa pesquisa não propõe investigar, no entanto, muitos trabalhadores resignam-se às condições em que vivem.

O que o delegado em seu relatório denomina de “simplicidade” e “ignorância” não expressa apenas uma visão de classe preconceituosa e estigmatizada sobre os trabalhadores rurais e seus modos de vida, mas expressa também a oposição que os trabalhadores empreendem na vida diária ao projeto burguês de “progresso” e “modernização” da cidade e do campo para todo “interior do Estado de São Paulo”²⁴¹.

A versão dos fatos construída no relatório policial está fundamentada nos relatos dos implicados das testemunhas e das vítimas: as “provas” do delegado Fernando Mendes de Souza²⁴². Os diversos testemunhos relatados assemelham-se muito uns aos outros, dos fatos

²⁴¹ Para a caracterização sociológica do projeto burguês no interior paulista, em particular em Fernandópolis, Cf. BIZELLI, E. A. Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis. 1998. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. _____. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Para uma análise a partir da geografia humana, Cf. NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro.

²⁴² O “Termo de Declaração” e “Assentada”, documentos para o registro dos testemunhos nos inquéritos policiais são menos exigentes na identificação e qualificação das testemunhas. Segue relação das testemunhas: Libero de Almeida Silveiras: 38 anos, casado, brasileiro, natural de Barretos/SP, profissão comerciante e prefeito municipal, sabe ler e escrever; Anselmo Ventucci, 32 anos, casado, brasileiro, natural de Matão/SP, motorista profissional, sabe ler e escrever; José Alves Tosta, 73 anos, casado, brasileiro, natural de Bebedouro/SP, lavrador e inspetor de quarteirão em Populina, sabe ler e escrever; Francisco Francelino de Rezende, 49 anos, casado, natural de Ituverava/SP, funcionário municipal, sabe ler e escrever; José Francelino de Rezende, 21 anos, solteiro, lavrador, natural de Ituverava/SP, sabe ler e escrever; Jonas Gomes de Meneses, 34 anos, casado, brasileiro, natural de Aquidaban/SE, comerciante, sabe ler e escrever; Cristiano Mantovani, 42 anos casado, comerciante, natural de Mogi-Mirin/SP, sabe ler e escrever; José Honório da Silva, 38 anos, casado, comerciante e inspetor de quarteirão, natural de Mirassol/SP, sabe ler e escrever; Leobino Batista Lopes, 37 anos, casado, brasileiro, natural de Juazeiro/BA, guarda-noturno, sabe ler e escrever; Guerino Solidelia, 31 anos, casado, italiano, natural de Treviso, motorista profissional, sabe ler e escrever; José Basílio, 20 anos, solteiro, natural de São José do Rio Preto, comerciante, sabe ler e escrever; Joaquim José de Santana, 44 anos, casado, lavrador, natural de Macaúbas/BA, sabe ler e escrever; José Lucio de Toledo, 28 anos, casado, comércio, natural de Olímpia/SP, sabe ler e escrever; Antônio Cotrin, 42 anos, casado, natural de Vila Velha/BA, operário agrícola e inspetor de quarteirão, sabe ler e escrever; Walfrido de Castro Teixeira, 58 anos, casado, natural de Bom Sucesso/MG, oficial de farmácia, sabe ler e escrever; João Santo, 32 anos, casado, nacionalidade portuguesa, natural da freguesia do Evendo, comerciante, sabe ler e escrever; Alberto Francisco de Oliveira, 67 anos, casado, natural de São Sebastião do Arraial/MG, trabalhador agrícola, não sabe ler e escrever; Elias Sebastião, 23 anos, casado, português, comerciante, sabe ler e escrever; Jerônimo Diogo Faria, 36 anos, casado, natural em Monte Aprazível/SP, lavrador e administrador de fazenda, sabe ler e escrever; Antônio Marques 38 anos, casado,

selecionados para serem narrados até em como foram esses mesmos fatos narrados. Como já afirmei anteriormente, os delegados inquiriram a todos, parecendo seguir um roteiro temático-cronológico.

Ao cotejar os diversos relatos produzidos para o inquérito policial e para a instrução criminal do processo criminal é possível afirmar que o primeiro testemunho colhido pelo delegado do DOPS, Arnaldo Camargo Pires e, não por acaso, do prefeito municipal de Fernandópolis no período, Libero de Almeida Silveiras, instituiu-se como referência na montagem do inquérito policial e processo criminal, sempre referido pelo representante do Ministério Público ao solicitar absolvição ou condenação dos réus. O prefeito municipal formula seus argumentos desconsiderando os problemas vividos pelos trabalhadores no campo e na cidade e atribui ao movimento a razões de interesses partidários e perseguição a sua pessoa. O relato de Libero de Almeida Silveiras em 25 de junho de 1949 aponta para questões que foram “repisadas”, insistentemente, pelos delegados do DOPS nos diversos depoimentos e testemunhos prestados. O prefeito municipal, em sua declaração, afirma que:

[...] por ocasião das eleições municipais em Jales e Estrela D'Oeste, eleições que se verificaram em março do corrente ano, foram incluídos na chapa dos vereadores à Câmara do primeiro destes municípios, dois elementos reconhecidamente comunistas; que o declarante, nessa ocasião, fez ver aos seus companheiros de Jales que era um erro que o município começasse a sua vida tendo no rol dos seus legisladores, vereadores de “Prestes”; que o mesmo se verificou com Estrela D'Oeste, pois, na verdade no seio dos candidatos a vereadores desse município, encontravam-se também elementos comunistas; que reprovando tal situação, o declarante evidentemente passou a ser de certa forma mal visto pelos comunistas que aqui neste município são inúmeros, de três mil aproximadamente; que é certo e igualmente que por ocasião daquelas eleições de Jales e Estrela D'Oeste, apareceram nesta cidade boletins de propaganda política de Jales e Estrela D'Oeste, boletins através dos quais aconselhavam o eleitorado a votar nos candidatos de “Prestes” e nunca nos **reacionários, traíçoeiros do povo**; que em virtude do aparecimento desses boletins algumas detenções se verificaram, não só em Jales como em Estrela D'Oeste, mas também nesse município; que tais detenções ao que parece foram atribuídas à sugestões do declarante e é certo que os comunistas tomaram então verdadeira prevenção contra a sua pessoa [...] ²⁴³.

português, comerciante, sabe ler e escrever; Alberto Senra, 38 anos, casado, médico, natural de Campo/RJ; Ladislau Dias da Costa, 38 anos, casado, lavrador, natural de Barretos/SP, sabe ler e escrever; Antônio Candido Alves, 53 anos, viúvo, trabalhador agrícola, natural do Arraial do Santana/BA, sabe ler e escrever; João Moreira da Silva, 59 anos, casado, comerciante, natural de Cajuru/SP, sabe ler e escrever; José Lourenço da Silva, 30 anos, viúvo, natural de Guapiaçu, trabalhador agrícola, sabe ler e escrever; Joaquim Paulino Ribeiro, 39 anos, casado, trabalhador agrícola, natural de Ribeirão Preto/SP, sabe ler e escrever. Os qualificados e interrogados como indiciados já foram relacionados acima.

²⁴³ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 12. (Grifo nosso). Sobre a exploração da imagem e do culto a personalidade de Prestes, Cf. LONER, 1985.

A partir de sua perspectiva, Libero de Almeida Silveiras advertiu ao delegado adjunto do DOPS sobre as nuances dos debates e disputas na cidade. Seu testemunho expressa em que termos ele e demais correligionários seus eram designados por aqueles sujeitos que foram indicados e identificados como comunistas: “reacionários” e “traíçoeiros do povo”²⁴⁴. Contudo, parece que as razões para isso estavam relacionadas às perseguições e até prisões²⁴⁵ que ocorreram diante de manifestações públicas e reuniões fechadas para organização dos trabalhadores. Parece que as disputas eleitorais em Fernandópolis ocorreram sempre em um clima tenso, mesmo em período anterior, quando os comunistas disputaram as eleições para prefeito, com o candidato José Maria Paschoalick²⁴⁶. As atas da Câmara Municipal de Fernandópolis evidenciam freqüentes conflitos e disputas, não somente por ocasião da emancipação política de Jales e de Estrela D’Oeste, que ocorreu em dezembro de 1948.

Mas o relato de Libero de Almeida Silveiras é significativo quando quantifica o número de comunistas na cidade. É difícil afirmar que o número de três mil comunistas correspondia de fato à realidade, tanto para mais em relação a ser menos que isso. Certamente isso impressionou os agentes do DOPS que haviam se deslocado para a região e, principalmente, confrontado com demais relatórios anteriores do próprio DOPS, compuseram imagens e visões sobre os trabalhadores da cidade²⁴⁷. Mas a narrativa do prefeito municipal

²⁴⁴ No livro sobre a “história de Fernandópolis” foram essas as imagens e memórias produzidas sobre Líbero de Almeida Silveiras: “Era homem de fácil comunicação, tornando-se aos olhos dos outros, logo de início, uma figura marcante e simpática. Pessoalmente, não fazia discriminações quanto às condições sociais e à cor. Sem dúvida, a maior parte de seus amigos, encontra-os entre os mais pobres e humildes. Tinha agudo senso de justiça, em tese; na prática, porém, seu juízo cedia ao impulso dos sentimentos pessoais e até políticos. Mesmo sabendo estar errado um companheiro, dava-lhe apoio e solidariedade, influenciado pelo paternalismo de seu tempo.” COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996, p. 56.

²⁴⁵ Em pesquisa no Fórum de Votuporanga foi possível identificar o Processo criminal n. 98 de 15/03/1949, que tem como autores Fernando Jacob e Antônio Joaquim contra o delegado local. Possivelmente, denunciando os abusos de autoridade relacionados a esses fatos. Todavia, como já relatei anteriormente, esse processo como outros envolvendo esses sujeitos “desapareceram”, por negligência, no arquivo da empresa terceirizada Recall do Brasil Ltda.

²⁴⁶ Prontuário n. 17.555 – José Maria Paschoalick. DEOPS/SP, DAESP. José Maria Paschoalick, fichado no DOPS desde 1940, época que residia em Ourinhos, por “agitar o meio rural operário”, candidatou-se a prefeito em Fernandópolis pelo PRP em coligação com a UDN, ambas as legendas ocupadas pelos candidatos comunistas na cidade, diante da cassação do PCB. Nessa eleição foram eleitos Antônio Alves dos Santos e João Pereira Zequinha. O último renunciou e assumiu o seu lugar João Thomaz de Aquino, auto-declarados vereadores comunistas. Paschoalick foi diretor da escola GEJAP até ter o seu cargo transferido para São José do Rio Preto. O fato foi noticiado pelo periódico pecebista “Hoje” como perseguição política, edição de 5/10/1946. O prontuário de Paschoalick é recheado com denúncias do SS de que ele e sua esposa, também professora, “enviam por intermédio dos alunos, aos pais dos mesmos, boletins subversivos e jornais comunistas”. Em documento de 9 de setembro de 1955 Paschoalick é identificado como presidente da “Liga Camponesa” de Fernandópolis durante a década de 1940. Em 1977 Paschoalick parecia incomodar DOPS, pois nesse ano ainda foi solicitado ao departamento informações a seu respeito.

²⁴⁷ Nos prontuários de Antônio Alves dos Santos e Oswaldo Felisberto, os mais antigos, foram anexados relatórios com levantamento dos comunistas na região de Fernandópolis, em que uma das listas, a de 1946, soma

também é significativa ao apontar outros projetos em disputa na cidade, que pautavam pela crítica ao modelo de propriedade da terra, o latifúndio, e a exploração do trabalhador rural. Pela impressão de Silveiras, esse projeto contava com respaldo popular.

O conteúdo das declarações das testemunhas no caso, vítimas e implicados, parece não diferir muito. É muito provável que o delegado do DOPS, ao inquirir a todo, formulou um roteiro preciso para a abordagem das pessoas durante suas declarações. As diferenças nas narrativas foram pontuais, dependendo da relação do sujeito com os fatos. É o caso de Anselmo Ventucci, motorista da jardineira, que narra o seguinte:

[...] que durante o trajeto de Populina para esta cidade, diziam eles que precisavam assassinar o prefeito deste município, o sargento comandante do destacamento e outras autoridades, para em seguida incendiar a prefeitura e a delegacia, para o efeito desaparecerem os seus arquivos; que diziam ainda que “saqueariam” a cidade isto tudo com a cooperação de outros grupos que igualmente armados aqui deveriam chegar, procedentes de Macedônia, Dolcinópolis e Fazenda dos Ingleses; que diziam mais tratar-se de uma revolução comunista, movimento já vitorioso não só em todo o Estado de São Paulo, mas também no resto do Brasil; que davam vivas a Rússia Soviética, ao Brasil comunista, ao mesmo tempo que davam morra aos reacionários; que comentavam mais que logo após a tomada de Fernandópolis continuariam o seu avanço sobre outras cidades, o que lhe seria fácil uma vez que a Estrada de Ferro já estava em poder dos revolucionários comunistas, que o declarante diante de tudo isso percebeu que o bando, digo, percebeu que todo o bando armado compunha exclusivamente de comunistas [...].²⁴⁸

Ou o relato de Francisco Francelino de Rezende, em 25 de junho de 1949:

[...] que há cerca de três anos reside nesta zona, sendo certo que há um ano vem exercendo o cargo de fiscal municipal; que mais ou menos a quinze, digo, mais ou menos no dia quinze ou dezesseis do corrente, foi o depoente procurado em sua residência pelo médico Dr. Alberto Senra, moço este que muito aflito disse-lhe que precisavam conversar em particular a respeito de um assunto muito sério; que o depoente o atendeu desde logo e é certo que o Dr. Alberto disse-lhe então que o chefe dos comunistas desta região, Antônio Alves dos Santos, que mais conhecido pelo nome de Antônio Joaquim, estava planejando um ataque a esta cidade, naturalmente para um “saque” ou coisa parecida e ainda para dar um golpe contra as repartições públicas, casas comerciais e etc; que o depoente inteirado dos fatos perguntou ao Dr. Alberto Senra como soubera ele dessa situação; que o Dr. Alberto explicou-lhe, sem segredo, que o Dr. Fernando Jacob, elemento também comunista e mentor intelectual dos “vermelhos” é quem o pusera ao par dos acontecimentos [...].²⁴⁹

nove páginas e meia, identificando o nome, local de moradia e profissão. Cf. Prontuário n. 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP; Prontuário n. 111.464 – Antônio Alves dos Santos. DEOPS/SP, DAESP.

²⁴⁸ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 17.

²⁴⁹ Idem, p. 21.

A narrativa de Anselmo Ventucci é incisiva ao apontar as “intenções” daquele “bando armado”, ou de Francisco Francelino de Rezende, o funcionário municipal, tencionando demonstrar a arquitetura do movimento e corroborando o relato de Libero de Almeida Silves. Estes constituíram as principais “provas” em todo o processo. Todos esses testemunhos foram colhidos no dia 25 de junho de 1949 pelo delegado do DOPS Arnaldo Camargo Pires.

Na manhã seguinte e nos dias posteriores ao movimento, esse assunto foi demasiadamente narrado e discutido entre os moradores das diversas localidades da região de Fernandópolis. Nas duas ou três décadas seguintes, esses fatos sempre estiveram presente na memória das classes dirigentes quando ocorria algum movimento social dos trabalhadores. Os demais testemunhos que compõem o inquérito policial (José Alves Tosta, José Francelino de Rezende, José Honório da Silva, Leobino Batista Lopes, Guerino Solidelia, José Basílio, Joaquim José de Santana, José Lucio de Toledo, Antônio Cotrin, Walfrido de Castro Teixeira, João Santo, Alberto Francisco de Oliveira, Elias Sebastião, Jerônimo Diogo Faria, Antônio Marques, Alberto Senra, Ladislau Dias da Costa, Antônio Candido Alves, João Moreira da Silva, José Lourenço da Silva) relatam o fato a partir do “ouvi falar”, “ficou o declarante sabendo”, “segundo foi informado”, “posteriormente soube”, “conversando com Cristiano Mantovani” ou “segundo soube pelo motorista Anselmo e também pelo dono do ônibus, Cristiano Mantovani”²⁵⁰.

Os relatos das testemunhas estavam imbricados com o suposto que orientavam, previamente, os delegados e investigadores do DOPS. Os relatos testemunhais que dão início ao processo disseminaram-se entre outros implicados no caso, que também serviram como testemunhas, compõem a memória hegemônica sobre o movimento de 23 para 24 de junho em Fernandópolis; conquanto, com algumas variações, é possível afirmar que essa versão disseminou-se também entre o restante da população.

O processo crime é iniciado com o “Aditamento à denúncia”, de 3 de setembro de 1949, e a “Denúncia” do promotor público Arthur Ramos Marques, de 17 de agosto de 1949. Na última data protocolada foi enviada a “Denúncia” ao juiz da comarca de Votuporanga, em que os trabalhadores, réus no processo criminal, foram incursos nas penas ou enquadrados no

²⁵⁰ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, *passim*.

Código do Processo Penal²⁵¹. No texto da denúncia o promotor público construiu uma narrativa do movimento que está muito próxima da elaborada no relatório do delegado de polícia ao final do inquérito policial, mas com uma perspectiva jurídica diferente:

[...] que no dia 18 de junho próximo passado, reuniram-se na localidade denominada “Córrego do Feijão” município de Fernandópolis, desta comarca, à noite, na residência de ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS, vulgo “Antônio Joaquim”, antigo Secretário do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em Fernandópolis e vereador com assento na respectiva câmara municipal, sob a presidência do dono da casa os comunistas [...], tratando, nessa reunião, dos planos para uma “revolução agrária”, movimento que seria deflagrado nos próximos dias e que teria âmbito nacional, cujo principal escopo seria a tomada das terras dos proprietários e a sua distribuição entre os camponeses [...]; que a mesma “revolução agrária” segundo a “palavra de ordem”, seria a ocupação das terras da posse de seus proprietários, alguns chamados latifundiários, e a distribuição das mesmas aos camponeses, ou seja, aos trabalhadores rurais, iniciando-se o movimento com a tomada da cidade, cidade de Fernandópolis, apoderando-se os comunistas da Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia, Cartório do Tabelionato e outras repartições públicas, assassinando o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara, o Sargento comandante do destacamento e outras autoridades, saquear casas comerciais e estabelecimentos bancários; [...]. Denuncio-os, pois, a V. Excia.²⁵².

Na narrativa do promotor público, o movimento dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949, começa 5 dias antes, com a reunião na residência de Antônio Joaquim. Para o promotor público, nessa ocasião os planos foram conscientemente traçados para uma revolução agrária, objetivando a distribuição das terras aos trabalhadores rurais, a tomada da cidade, entre outras ações. Como já afirmou o delegado de polícia Fernando Mendes de Souza, não é mais do que um “repisamento” dos “fatos” que nos informa as “provas”. O conteúdo político do movimento pode ser auferido em cada uma das linhas escritas pelo promotor público. Todavia, insurgiu da narrativa de Artur Ramos Marques, representante do Ministério Público, o termo “trabalhadores rurais”, categoria para designar quem receberia as terras desapropriadas dos latifundiários. Essa formulação é significativa, pois nos documentos e na imprensa pecebista os mesmos nomeavam e atribuíam identidade de “camponeses” aos trabalhadores rurais. Isso não significa que o promotor público tivesse uma sensibilidade para com os problemas vividos pelos trabalhadores rurais – em sua complexidade e diversidade – e, muito menos, estivesse antecipando perspectivas historiográficas atuais. Entretanto, a

²⁵¹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 2-7. “Denúncia da Promotoria Pública de Votuporanga” (Artigos: 44 inciso II letra “d” – combinados com artigo 51, 146 parágrafo 1º, 158 parágrafo 1, 288 parágrafo 1º, 359, e serem interrogados observar os art. 498).

²⁵² Idem, p. 2-6.

insurgência de fato foi fundamentar sua denúncia nos artigos do Código do Processo Penal – isso lhe causou muitos inconvenientes na tramitação do processo criminal.

O promotor público Arthur Ramos Marques provavelmente recebeu os autos no dia 5 de agosto de 1949, pois o inquérito policial foi protocolado no Cartório do Júri no dia anterior, registrado em livro próprio, sob o número 140 e enviados os autos ao Promotor Público na referido data. O texto da denúncia dos indiciados recebeu a data de 17 de agosto de 1949. Com data desse mesmo dia, o Promotor Público escreve um manuscrito de 3 páginas justificando a sua denúncia²⁵³. Nesses doze dias entre o recebimento do inquérito policial e a escrita e assinatura da denúncia, o promotor público deve ter lido e relido os autos e, certamente, não deve ter se comunicado com o Juiz de Direito da comarca de Votuporanga, uma vez que, somente depois no “Aditamento à Denúncia”, datado de 3 de setembro de 1949, que o mesmo promotor público declara que “todos os denunciados como incursos nas penas cominadas pela ‘LEI DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL’ (Decreto-Lei, nº. 431, de 18 de maio de 1938)”, mantendo também denúncia de acordo com Código do Processo Penal²⁵⁴. Todavia, o relatório do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza, de 02 de agosto de 1949 (ao todo, um texto de 13 páginas), já relacionava todos os trabalhadores incursos no Decreto-Lei, nº. 431, de 18 de maio de 1938. Teria sido um lapso do promotor público? Ou naquele momento havia divergências com relação à legitimidade do referido Decreto-Lei nº. 431, de 18 de maio de 1938, para a repressão e criminalização dos movimentos sociais?

No manuscrito, o Promotor Público Arthur Ramos Marques formula o seguinte argumento para a sua denúncia:

Denuncio em separado, em 7 (sete) folhas datilografadas de um só lado, sendo a última com data e assinada.

O Dr. Delegado que relatou o inquérito argumenta os fatos à luz da “Lei de Segurança Nacional”. Deixo de fundamentar a denúncia sobre aquele diploma porquanto trata-se de lei inaplicável e assim é por que não há Justiça competente para julgar as infrações penais nele cominadas. O próprio diploma criava o “Tribunal de Segurança Nacional”, órgão este já extinto. A lei que o extinguiu atribui a sua competência aos tribunais militares, entretanto a Constituição Federal de 1946, discriminando a competência dos tribunais militares, não lhe atribui o julgamento dos crimes contra a segurança nacional.

[ilegível], a Justiça cível não é competente para julgar esses crimes, porque não [há] lei constitucional nem ordinária que lhe atribua isto. Por estes motivos limitei-me a incorrer os denunciados nos crimes cominados no próprio Código Penal. As

²⁵³ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 276-278.

²⁵⁴ Idem, p. 1-2. “Aditamento a denúncia da Promotoria Pública de Votuporanga”.

conclusões do inquérito fornecem esta atitude, pois de fato verificou a inflação dos dispositivos evocados²⁵⁵.

Incorre-me a dúvida se o Promotor público não fundamentou sua denúncia na referida Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº. 431, de 18 de maio de 1938), uma vez que aquele “diploma” não mais vigia, “inaplicável, e assim por que não haver Justiça competente para julgar as infrações penais nele cominadas” ou se havia outras motivações subjetivas para tal.

É significativo que o relatório do inquérito policial do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza constituiu no documento em que os prontuários do DOPS, depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, foram documentados, referente aos trabalhadores implicados no inquérito policial. Alguns prontuários constam de outros relatórios elaborados pelo serviço secreto na região, recortes de jornais, bem como o Auto de Qualificação e Interrogatório. O referido relatório do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza conclui que a infração penal para os trabalhadores envolvidos no movimento se insere em crime contra a segurança nacional, já que “os indiciados evidentemente infringiram ao disposto nos números 5, 6, 8 e 16 do artigo 3º. do Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938”²⁵⁶.

Ainda no item “inflação penal”, contido no relatório, o delegado de polícia Fernando Mendes de Souza afirma que seria desnecessário arrolar argumentos sobre a vigência desse estatuto legal, pois a Justiça, em todas as instâncias, tem-se “manifestado unânime” pelo reconhecimento da vigência dessa lei penal, especial para casos como o que ocorreu em Fernandópolis, e seria “pueril” se examinasse a matéria. Todavia, Fernando Mendes de Souza considera necessário citar casos recentes que a Justiça ou que Juízes da 11ª e 12ª Varas Criminais da Capital, e as Comarcas de Santo Anastácio e Ribeirão Preto, decretaram prisão preventiva e instituíram processos criminais por infringir o Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938, concluindo que

[...] as pronunciações do Egrégio Tribunal de Justiça da Capital do Estado e o memorável e lapidar acórdão unânime do Tribunal Federal de Recursos, reconheceram a integral vigência dessa lei reguladora dos crimes contra a Segurança do Estado e de suas instituições. Não nos sentimos, pois, animados e capazes para o comentário desses superiores julgados²⁵⁷.

Ao recorrer à jurisprudência para o caso de Fernandópolis, o delegado tem como objetivo não deixar pairar nenhuma dúvida quanto às motivações dos trabalhadores para com

²⁵⁵ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 276-277. Manuscrito inserido no processo.

²⁵⁶ Idem, p. 270-271.

²⁵⁷ Idem, p. 272.

o movimento; duvidar disso seria “pueril”. Por outro lado, ao construir esse argumento sugere que isso não era tão unânime assim na própria Justiça, pois do contrário não seria necessário enxovalhar de “pueril” os procedimentos contrários a sua assertiva. O promotor público, considerando as conclusões do relatório do delegado do Fernando Mendes de Souza, foi “pueril” ao ignorar a vigência do Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938. Daqui a pouco, o historiador também será chamado de “pueril” por insistir nessas reflexões! Todavia, continuando a problematização do processo criminal, têm-se que as divergências não se limitaram entre o promotor público e o delegado. Elas ganharam corpo com o debate entre promotor público e o juiz de direito da comarca de Votuporanga, Nelson Pereira Leite, responsável pelo caso.

No relatório de vistas do processo criminal o juiz da comarca de Votuporanga atribuiu significados peculiares ao relatar o movimento, mas no geral assume a versão dada pelo delegado de polícia. Em 3 de setembro de 1949 o juiz da comarca de Votuporanga se expressa da seguinte forma ao comentar a denúncia do promotor público:

Apesar de tratar-se de um movimento subversivo contra a ordem social, capitulou o dr. representante do Ministério Público os fatos acima indicados como infrações a vários dispositivos do Código Penal. Assim procedeu, naturalmente, por não ignorar o ponto perfilhado por este Juízo, manifestando em outros processos, julgando-se incompetente para o processo e julgamento dos delitos previstos no Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938, que define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

Com efeito, a competência para o julgamento de tais delitos, competia ao Tribunal de Segurança Nacional; mas esse Tribunal foi extinto pela Lei Constitucional n. 14, de 17 de novembro de 1945. No entanto, dispõe essa lei, que “serão processados e julgados na forma que a lei determinar, os crimes que atentarem contra: a) a existência, a segurança e a integridade do Estado; b) a guarda e o emprego da economia popular.

Posteriormente, o Decreto-Lei 8.186, de 19 de novembro de 1945, estabeleceu, de sua parte, que o processo e o julgamento dos crimes atribuídos em lei ao extinto Tribunal de Segurança Nacional, competem: a) aos Juízes e Tribunais Militares, os que, por definição ou equiparação legal, atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem; b) aos Juízes e Tribunal dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os que, por definição ou equiparação legal, atentaram contra a economia popular, sua guarda e seu emprego.

Entretanto, a Constituição Federal, em seu artigo 108, definindo a competência dos Juízes e Tribunais Militares, estabelece que a Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos por lei, os militares e as pessoas que lhe são assemelhadas. Desse modo, deixou de ser competência da Justiça Militar, o processo e o julgamento dos crimes que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e segurança do Estado e a ordem social, que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n. 8.186, de 1945.

Entretanto, melhor examinando a questão, mudei de orientação, chegando à conclusão oposta a que, até então, me parecia a mais acertada. É que a competência da justiça comum para o procedimento e o julgamento dos referidos delitos, ressalta dos próprios termos da Magna Carta.

Estabelece o § 4º, do artigo 141 da Constituição Federal que a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário, qualquer lesão de direito individual. Interpretando tal dispositivo, Pontes de Miranda esclarece que, no seu conteúdo lógico o § 4º, estatui: a) que a lei ordinária não pode excluir da apreciação judicial, ou judicial control, as próprias leis, nem os direitos individuais que se fundem em normas da Constituição; b) que a lei ordinária não pode excluir da apreciação judicial os direitos individuais que se fundem em leis ordinárias.

Assim, considerando-se que o Decreto-Lei 431, de 1938, não constitui clara e evidente violação constitucional, não será possível negar-se a sua vigência; consequentemente, força é concluir, a competência para o processo e o julgamento dos crimes neles definidos é da Justiça ordinária, uma vez que se lhes não atribuiu competência especial e que, por imperativo da própria Constituição, nenhuma lei pode ser excluída do judicial control²⁵⁸.

Extensa, contudo significativa, é a citação das vistas do processo do juiz da comarca de Votuporanga, Nelson Pereira Leite, uma vez que informa como o Judiciário alterou sua compreensão da legislação sobre crimes contra a segurança nacional, sobre o Decreto-lei 431, de 18 de maio de 1938, e como o Judiciário passaria a se posicionar diante dos movimentos de trabalhadores no Brasil. O Judiciário estava seguindo uma nova política ordenadora de processos sociais. Todavia, parece que as pressões dos movimentos sociais e as disputas jurídicas expuseram as contradições dessa legislação, o que obrigou a instituição de uma nova lei de segurança nacional em 1953 – a Lei de Segurança Nacional, Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953 – tendo-se o início desse processo histórico, parece-me, em 1949.

A intervenção do Judiciário no social para assegurar a “ordem pública” e a “segurança nacional” já era notória desde, pelo menos, a cassação do registro do PCB e de seus mandatos parlamentares. Entretanto, parece que o promotor público não “estava pelos autos”. Logo no início, o juiz de direito adverte o promotor público por ter denunciado os indiciados no processo com o incurso nas penas do Código do Processo Penal. Parecia que o promotor público não estava em sintonia, naquele momento, com o juiz de direito, mas Nelson Pereira Leite solidariza com o representante do Ministério Público à medida que cita qual era sua compreensão da legislação em vigor e historia a sua mudança de opinião ao fazer referência à literatura do Direito, bem como à interpretação dada pelo doutrinador. Ao narrar esse processo, o juiz de direito faz menção a outros processos em que ele havia se manifestado “incompetente para o processo e julgamento dos delitos previstos no Decreto-Lei n. 431”.

A celeuma entre o promotor público e o Juízo de Direito da comarca de Votuporanga nutriu alguns dos argumentos dos advogados de defesa sobre a nulidade do rito processual e

²⁵⁸ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 318-320. (Grifo do autor).

do próprio processo criminal até a apelação no Egrégio Tribunal Federal. O advogado Fernando Jacob, que assumiu sua própria defesa, argumentou que

O processo se acha inquinado de uma nulidade inicial. Primeiramente, entendeu o Dr. Promotor que o acusado havia praticado crime comum, e denunciou-o como incurso nas sanções do art. 359, do Código Penal.

Posteriormente, em virtude de manifestação de V. Excia. sobre o assunto, entendeu o Dr. Promotor Público que o signatário estava incurso no art. 3º, inciso 4º do Decreto-lei nº 431, de 1938, e aditou a denúncia.

Ao oferecer a nova denúncia, a título de aditamento, o digno Dr. Promotor pediu e V. Excia. concordou com a manutenção da denúncia anterior. Para tanto abroquelou-se o Dr. Promotor no art. 19, do referido decreto 431. Com efeito, preceitua o citado dispositivo, que quando na prática de qualquer dos crimes previstos naquele decreto, o agente cometer também crime comum, responderá por este. Até aí tudo muito certo.

O que se não pode admitir, no entanto, é que coexistam duas denúncias, como acontece nesse processo.

O suposto crime comum que teria praticado o acusado, pela sua própria caracterização, seria também um crime político, pois, a única acusação, nos termos do art. 359, que lhe podia caber seria a de exercício de atividade da qual se acha privado por proibição judicial.

Qual seria a atividade suspensa por decisão judicial, que exerceu o acusado? Só poderia pairar a acusação de atividades comunistas, uma vez que o Partido Comunista do Brasil foi extinto por decisão judicial. Mas de qualquer forma não seria esse se deveras existisse, um crime político?

Por aí se vê que o caso presente não houve concurso material ou formal e muito menos o chamado crime continuado. O que existe, nesse processo, à vista da coexistência de duas denúncias é um bis in idem.

E o que se devera perscrutar no caso é qual seria a natureza do dolo específico. Sim, porque o crime político é objeto de uma legislação chamada “especial”. Tanto assim que o Código Penal, em seus artigos 10 e 360 ressalta claramente e a legislação especial. Essa é a nulidade que o acusado pretende argüir, argumentando também com a revogação do Decreto-lei nº 431 de 1938.²⁵⁹

E assim procede por julgar absurdo que uma pessoa possa ser denunciada, ao mesmo tempo, por crime político e comum. No crime político, o dolo é especificamente um, divergindo por inteiro do dolo comum. Desse modo, não se explica que as duas denúncias tenham persistido até esta fase do processo. O crime ou crimes, ou foram comuns ou políticos. Se houve intercorrência, isto deveria ser tratado na matéria dos concursos, e não como crimes autônomos.²⁶⁰

Por fim, o juiz Nelson Ferreira Leite ao condenar e absolver, fundamentou sua sentença no Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938, desconsiderando o Código do Processo Penal. Esse fato indignou o promotor público, que também apelou ao Egrégio Tribunal Federal, sagrando-se vitorioso, pois seus argumentos foram acatados pelos ministros e os

²⁵⁹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 378-379. (Grifo do autor). “Defesa prévia pelo denunciado Fernando Jacob”.

²⁶⁰ Idem, p. 608. (Grifo do autor). “Alegações finais pelo denunciado Fernando Jacob”.

trabalhadores do “indigitado movimento” foram incursos nas penas do Código do Processo Criminal e do Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938.

Nos relatórios anteriores o movimento somente havia sido qualificado como um “movimento subversivo” pelas mãos do delegado Fernando Mendes de Souza. Muitos outros qualificativos já haviam sido considerados para nomear e qualificar o movimento dos trabalhadores em Fernandópolis: “levante comunista”, “revolução”, “revolução agrária”, “golpe”, “sedição”, “movimento agrário”, entre outros. Enquanto o relatório do delegado soma 13 páginas e o relatório do Promotor Público 7 páginas, o relatório do Juiz Nelson Pereira Leite tem apenas 4 páginas. Sobre o “movimento subversivo”, utiliza menos de uma página. O restante de seu texto se dá para fundamentar sua posição jurídica. Sua preocupação é debater com o promotor público sobre a pertinência do Decreto-Lei 431, de 18 de maio de 1938. Nos dois parágrafos que escreveu sobre o movimento dos trabalhadores o qualificou como um movimento revolucionário, com desígnio de transformar a ordem política, social e econômica estabelecida. Não titubeou em afirmar que tratavam de “pessoas armadas, pondo em execução os planos concertados, dando vivas à Rússia Soviética, à revolução agrária e à revolução comunista [...], com o intuito de sublevar a ordem pública”²⁶¹. Na versão do juiz da comarca de Votuporanga, o movimento não tem apenas o fulgente sentido de criminalizar os trabalhadores pelas suas práticas. Além de criminalizá-los, o juiz de direito da comarca de Votuporanga tem a intenção de contribuir para formular uma nova política e uma nova ética, e assim forjar uma tradição no direito – a jurisprudência – que tipifica qualquer movimento social, greve ou manifestação pública de reivindicação de direitos como atos subversivos²⁶².

Não constitui objetivo dessa pesquisa discutir o mérito da questão e avaliar qual interpretação da lei está correta, mas sim problematizar que desse debate emergem versões que informam as memórias sobre o movimento de 1949 dos trabalhadores de Fernandópolis. As narrativas produzidas em todo o processo criminal visam interpretar e determinar a “forma correta de narrar a história”, e assim difundir uma memória sobre o acontecimento.

²⁶¹ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 318.

²⁶² Esse processo histórico, que vai de 1945 a 1950 ou de 1945 a 1964, já foi identificado pela historiografia como “período de redemocratização”, mas também de “democracia autoritária”, Cf. GIOVANETTI NETO, E. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986. Ou de “democracia intolerante”, Cf. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Não é por acaso que haviam acabado de inaugurar a Escola Superior de Guerra, baluarte da doutrina de segurança nacional no Brasil. Todavia, ainda é necessário se debruçar mais sobre esse período em que qualquer adjetivação com o uso da categoria “democracia” parece insuficiente historicamente.

Naquele ambiente de tensão vivido no final da década de 1940 e início da década de 1950, as memórias que construíram histórias estigmatizavam trabalhadores e seus movimentos. O promotor público Arthur Ramos Marques em mais uma narrativa no processo criminal carcomeu 40 páginas, ao escrever mais um relatório fundamentando as **“Razões”** e **“Da instrução criminal resultou a denúncia apenas em parte, motivo porque pedimos a absolvição de diversos denunciados, enquanto opinamos pela condenação de outros”**:

O Dom Quixote voltou mesmo, diria CHERTERSTON, autor da “A volta do Dom Quixote”, se lesse esses autos. Por incrível que pareça, quatrocentos anos após o nascimento de Cervantes e cerca de *dés* (sic) após a morte de CHERSTERSTON, o Dom Quixote venha a “ressuscitar” transformando em chefe de comunistas.

O que há de lamentável é que, ao invés de se limitar a inofensivas tropelias contra simples criaturas (sic) e moinhos abandonados, como o autêntico, ou produzir catilinárias contra o governo de Lord Edem como o aloucado bibliotecário da Abadia, o nosso “Dom Quixote”, no seu “castelo” do “Córrego do Feijão”, planeou nada menos que uma revolução, com saques, subjugação de autoridades, extorsões, comícios e, após todas estas bravatas, **destruibuir** (sic) as terras pelos camponeses, sem qualquer atenção aos direitos dos proprietários.

Ainda mais imprudente do que os seus anteriores, organizou e iniciou o seu tresloucado plano até que lhe avisaram que a Polícia estava informada dele. Não seguindo o exemplo dos dois “Mestres”, entendeu de salvar a pele e desapareceu para onde não podemos alcançá-lo.

Mais feliz do que os precedentes teve a participação de mais de quarenta pessoas e arrumou até um chefe para aliviá-lo da responsabilidade criminal.

Em escassas pinceladas exibimos a síntese da matéria destes autos. Considerando prodigiosa instrução criminal que se processou, formularemos a nossas conclusões. [...] Poderão acusar-nos de fazer literatura. Assim é. Contudo, literatura mais do que comentário de direito positivo são as alegações das defesas prévias apresentadas. Chegou a nossa vês e não queríamos deixá-la passar²⁶³.

O promotor público não titubeia no preâmbulo em que fundamenta as “razões” para condenar e absolver. Parece que aguardou ansioso pelo momento de sentar à frente de sua máquina de escrever para desqualificar os argumentos da defesa. Angustiado, pois foi obrigado a reconhecer a “luta da defesa, com eficiência de louvar seus hábeis condutores, desenvolveu de tal modo que conseguiu desbaratar diversos pontos da denúncia”.

A literatura quixotesca do promotor público, para usar do mesmo expediente, reduz as experiências dos trabalhadores de Fernandópolis a “tropelias” “tresloucadas”. Essa versão do *cavaleiro andante* parece que é a que ficou na memória, pois a prática de desqualificar e deslegitimar as diversas lutas dos trabalhadores tem se mostrado um artifício repetidamente

²⁶³ PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 584-585. (Grifo nosso). O documento “Da instrução criminal resultou a denúncia apenas em parte, motivo porque pedimos a absolvição de diversos denunciados, enquanto opinamos pela condenação de outros” foi assinado pelo promotor público em 25/03/1950.

utilizado. De fato, a pintura do promotor público Arthur Ramos Marques, oriunda de suas “pinceladas”, desenhou um quadro causídico e objetivo das razões que motivou sua escrita: os “direitos dos proprietários” – qualquer sujeito que atentar contra esse *direito sagrado* só pode mesmo ser um Dom Quixote! É assim que Antônio Joaquim foi qualificado pelo promotor público. Ou melhor, pior que Dom Quixote. Esse novo Dom Quixote conseguiu ser mais audaz ao apeter “destruibuir as terras pelos camponeses”. O erro tolo cometido na grafia do verbo pelo promotor público denuncia sua visão de classe e a defesa da classe dos proprietários, pois a prática intentada de “distribuir” as terras poderia “destruir” a propriedade privada.

Esse capítulo historiou a construção histórica e social das memórias divididas e, assim, mapeou a memória efetiva e dominante a partir da problematização do inquérito policial e do processo criminal produzido para criminalizar os trabalhadores do movimento social ocorrido em junho de 1949 em Fernandópolis.

Como é possível compreender os significados da produção desses materiais históricos senão relacioná-los ao processo histórico de criminalização dos movimentos sociais e de produção da memória hegemônica sobre esse acontecimento? Corroborar essa assertiva as disputas em torno das memórias sobre o movimento de 1949 em outros tempos.

Em 2005, na entrevista de Idalina Maldonado (esposa de José Maldonado, ambos conhecidos na cidade pela militância comunista durante as décadas de 1940 e 1950²⁶⁴) e de seu filho Hélio Maldonado, Hélio narrou a seguinte anedota sobre Antônio Alves dos Santos – o Antônio Joaquim:

Hélio: Uma tirada dele... Nós conversando aqui nessa casa, uma tirada dele que me impressionou e que mostrou o, um certo pieguismo, uma certa inocência, mas uma ingenuidade, e ao mesmo tempo uma coisa bonita e elogiável, foi o seguinte, ele confessou sua admiração é... pelo Fidel Castro, uma admiração que ultrapassava qualquer limite.

Vagner: Isso já era bem depois?

Hélio: Isso, bem depois, bem depois, eu tava aqui, já estava casado, nessa casa. Aí ele disse assim: “Eu ainda vou visita o camarada Fidel. Eu pego uma mula boa arreio e vou cortando cá por cima”. Esse “cá por cima” fica pra imaginação de qualquer um, mas seria, vamos dizê, pega aqui pelo Paraguai, subi, lá pelo Equador, atravessa o canal do Panamá, não sei aonde, e é í pra ilha do... “Pego uma mula arreio bem, ponha as tralha boa e vou visitar o camarada Fidel”. Quer dizer, numa fantasia, que podemos chamar de Gabriel Garcia Marques, né, ele iria visitar o Fidel Castro montado numa mula.

Vagner: O senhor lembra quando foi isso, mais ou menos?

²⁶⁴ Cf. Prontuário 73.253 – José Maldonado. DEOPS/SP, DAESP.

Hélio: Isso... poderia ter uns 30 anos. Eu tô com 72 anos, há uns 40 anos²⁶⁵.

Hélio Maldonado argumenta que nessa ocasião Antônio Joaquim estava doente, talvez por essa razão tenha “fantasiado” a possibilidade de ir até Cuba montado em uma mula.

A minha intenção era entrevistar apenas a sua mãe, contemporânea dos acontecimentos de 1949, mas ao chegar à residência de dona Idalina, sua família inteira estava à minha espera. Dona Idalina se sentia receosa em falar sobre o “comunismo e os comunistas” e me questionou se não poderia haver problemas. O que chama a atenção nesse momento é que entre as diversas memórias de Hélio Maldonado sobre Antônio Joaquim, essa imagem do “cavaleiro andante” tenha prevalecido, nutrindo as memórias sobre o movimento de trabalhadores em 1949, usando a imagens de revoluções e loucuras, provavelmente, da obra “Cem anos de solidão” – ou apenas, talvez, tenha se equivocado com relação ao nome do escritor.

A versão hegemônica presente no inquérito policial e o processo criminal espalhou pela imprensa do período – o inverso também pode ser verdadeiro – e disseminaram, no sentido comum, memórias sobre os trabalhadores e seus movimentos. Dessas histórias trato no próximo capítulo.

²⁶⁵ Hélio Maldonado. Fernandópolis, 13/07/2005. Acervo do pesquisador.

CAPÍTULO III

“CHEGA DE FORMAR FAZENDAS PARA OS OUTROS, PARA DEPOIS RECEBER DESPEJO”: ENTRE INTENTONAS, REBELIÕES E LEVANTES, A OUSADIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DE 1949

No capítulo anterior, discuti o processo histórico relacionado à construção histórica e social das memórias do movimento dos trabalhadores ocorrido em Fernandópolis em 1949, explorando fontes produzidas pelo DOPS e pelo Judiciário. Esse fato não transcorreu de forma isolada. É um processo relacional e está imbricado aos interesses de classes em disputa pelas memórias e histórias narradas sobre o movimento dos trabalhadores – evidências de ocultação histórica da questão agrária e da luta pela terra do período.

Nesse processo, a imprensa constituiu-se o local em que o movimento não apenas adquiriu visibilidade e a notícia se disseminou. A imprensa operou como agente na construção de memórias e de histórias sobre os trabalhadores e seus movimentos em Fernandópolis. Entre as diversas maneiras utilizadas na produção de sentidos do passado desse acontecimento, a imprensa, “espaço articulador de projetos políticos e formador de opinião”²⁶⁶, exerceu pressões na formulação de versões de memórias dominantes, hegemônicas e alternativas²⁶⁷.

Pode parecer ambíguo que versões das memórias hegemônicas abordam o movimento de trabalhadores em 1949 em Fernandópolis como “movimento revolucionário”, “levante comunista”, “revolução agrária”, entre outras denominações. Essa aparente ambigüidade na indicação de termos que denominam o movimento de trabalhadores na luta pela terra desvencilha projetos e interesses em disputa, porquanto não apenas nomeou, contudo atribuiu significação e denotou memórias e identidades ao movimento, cimentando as bases para as diversas versões produzidas sobre o movimento, tanto no passado quanto no presente. Quais as circunstâncias para a produção social dessas memórias e histórias? Quais as injunções para as contradições vividas e significadas pelos diversos sujeitos envolvidos nesse processo

²⁶⁶ FENELON, D. R.; CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Introdução. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 10.

²⁶⁷ Cf. GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

histórico? Como transcorreu o processo histórico que fixou limites e exerceu pressões nas experiências vividas e na produção dos sentidos das memórias sobre o movimento?

A imprensa, ao informar os fatos, constrói-os e os inventa. Como afirma Laura Antunes Maciel, ao produzir “uma narrativa sobre os acontecimentos que se apresenta como o próprio acontecimento, reivindicando uma condição de lugar de verdade na produção do entendimento sobre a realidade social”, a imprensa – ao silenciar ou noticiar um acontecimento – molda significados e interpreta as experiências e práticas de trabalhadores em luta, concorrendo para a constituição e difusão de memórias hegemônicas. Nesse sentido, conclui a historiadora, o “ponto central de nossas reflexões passa por uma atenção às disputas e lutas que marcam a produção social da memória, considerando a imprensa um dos lugares privilegiados para a construção de sentidos para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social²⁶⁸”.

A imprensa do período está situada em um campo de disputas, muitas vezes “deformando a realidade”, erigindo significados para os processos históricos e seus diversos acontecimentos. Cada periódico assume posição nesse enredado “repertório de notícias”²⁶⁹ vinculadas naquele período. Assim, limitar-me-ei a problematizar a edição ou a página em que o acontecimento “virou” notícia.

Não tomarei como objeto cada periódico pesquisado na análise de suas propriedades específicas ou da problematização da linguagem²⁷⁰. O objetivo é discutir as diversas narrativas sobre o movimento difundidas por meio da imprensa. Por outro lado, é imprescindível considerar que, naquele final de década de 1940 e início da década de 1950, a imprensa constituía-se por grupos empresariais capitalistas, controlados ou não por empresas familiares, mas estabelecendo-se enquanto redes de poder, produzindo e veiculando notícias em um ambiente de luta de classes.

²⁶⁸ MACIEL, L. A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. p. 15.

²⁶⁹ BARBOSA, M. E. Sobre história: imprensa e memória. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.

²⁷⁰ Sobre “linguagem” e o uso da imprensa como fonte para a produção do conhecimento histórico, Cf. WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. CRUZ, H. F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000. CRUZ, Heloisa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 11-36, jul.dez. 2008. MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 89-135, jul.dez. 2008.

Como evidência da força exercida pela imprensa daquele período, uma das narrativas produzidas pela imprensa, no caso a narrativa produzida pela revista “O Cruzeiro”, corroborou a interpretação sociológica de Edimilson Antônio Bizelli²⁷¹ sobre o levante de trabalhadores de 1949 em Fernandópolis²⁷².

A produção dessas pesquisas situa-se em um tempo específico, no início dos anos de 1990, prolongando-se por essa década. Na cidade, o ambiente social e político vivido desde a década anterior, estava marcado por movimentos sociais na luta por direitos de moradia, creche, asfalto, energia elétrica, água encanada, entre outros (que ocorriam na periferia), mediados ou não pela formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fernandópolis²⁷³. Nesse período, há na cidade uma confluência de muitas lutas populares por direitos à cidadania e melhores condições de vida, em que os trabalhadores protagonizam a cena histórica, incluindo a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade e o lançamento de candidaturas populares. É um momento em que os trabalhadores, nas CEBs e em outros movimentos populares – relacionados ou não com a Igreja –, solidarizavam-se a outras lutas sociais, tais como a luta pela reforma agrária, por exemplo, com iniciativas de organização de trabalhadores na luta pela terra. Parece que em Fernandópolis o processo histórico problematizado por Eder Sader, em que novos personagens entraram em cena²⁷⁴, também foi experienciado pelos trabalhadores. Edimilson Antônio Bizelli, em uma rápida referência aos movimentos sociais em Fernandópolis, sinaliza para esse processo:

Ainda que não seja nosso objetivo o estudo dos movimentos sociais, acreditamos ser necessário algumas considerações gerais. (SADER, 1988). [...] Na realidade, a década de 1980 registra uma maior participação dos trabalhadores nas lutas por suas

²⁷¹ Cf. BIZELLI, E. A. Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis. 1998. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. BIZELLI, E. A. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

²⁷² Os movimentos sociais de trabalhadores em Fernandópolis não têm motivado o interesse de produções acadêmicas, sobretudo a produção do conhecimento histórico que privilegie a perspectiva relacional do processo histórico. O “levante comunista de 1949” não foi objeto de nenhuma obra ou pesquisa específica, sendo tratado, apenas, marginal e rapidamente, como capítulo de um livro sobre a cidade, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 280-310.

²⁷³ Essas experiências históricas de luta apresentam-se como possibilidades a serem pesquisadas. Aqui situo, brevemente, esses movimentos sociais na cidade, como circunstâncias ao ambiente vivido na cidade.

²⁷⁴ Cf. SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

reivindicações econômicas. “Em 1981 é fundado o CULTRAPE – Centro União dos Trabalhadores de Fernandópolis – que organizou e mobilizou trabalhadores em torno da compra comunitária que congregava de 100 a 120 famílias... É desta organização inicial que começam a despontar lideranças locais e que irá desembocar na formação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em 1986 (e que realiza a primeira greve da categoria em 1987)”²⁷⁵. [...] Por último, alguns líderes locais são recrutados para exercerem atividades na CPT, CUT, Secretaria Agrária do PT contribuindo ainda mais para o esvaziamento dos movimentos de reivindicação²⁷⁶.

De fato, o autor não privilegia como objeto em suas pesquisas as experiências de trabalhadores e os movimentos sociais múltiplos ocorridos na cidade. A referência a Sader e aos sujeitos que “entraram em cena” é efêmera e casual. Todavia, a narrativa de Bizelli sobre os movimentos sociais que ocorreram a partir do final da década de 1970 e sobre o movimento de 1949 é relevante, pois informa uma perspectiva sociológica e historiográfica em que os sujeitos históricos diversos, os trabalhadores em particular, pouco têm a dizer²⁷⁷. Contudo, essas efêmeras referências aos movimentos sociais formulados por Bizelli possibilitam iniciar a problematização dos processos sociais de construção de memórias sobre o movimento de trabalhadores em 1949:

[...] A memória de antigos moradores registra, na escura noite de 23 de junho e madrugada de 24 de [junho de] 1949, a ocorrência de acontecimentos que causaram perplexidade pelo inusitado dos fatos em uma cidade que recém estava sendo construída e que tinha apenas 10 anos de fundação: a invasão e ocupação da cidade por trabalhadores da zona rural sob o comando de membros do Partido Comunista Brasileiro (sic) da região e localidade. Na ocupação, seriam presas e eliminadas as autoridades locais, como o Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Delegado de Polícia e “pessoas de influência”, e seriam ocupados os prédios públicos, queimando-se o **Cartório que tinha as escrituras das propriedades agrícolas**; os bancos seriam saqueados e as casas de comércio, juntamente com os prédios públicos, seriam abertos para a ocupação dos trabalhadores.

No entanto, o movimento de invasão fracassara por dois motivos: o primeiro, a falta de organização fez com que houvesse desencontro das várias frentes das inúmeras vilas próximas à sede do município e que convergiriam para a cidade. As dificuldades de transporte e comunicação da época contribuíram para que algumas dessas frentes, impedidas de chegar na madrugada combinada, desistissem da invasão. O segundo motivo, é que quando a frente vinda da Vila Populina (hoje,

²⁷⁵ O trecho entre aspas é uma entrevista realizada por Bizelli com Léo Huber, em 1991.

²⁷⁶ BIZELLI, E. A. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 222-223. Em sua tese de doutorado Bizelli (1998) diversifica os sujeitos entrevistados, porém mantém a mesma perspectiva.

²⁷⁷ No *sítio* da Prefeitura Municipal de Fernandópolis, as pesquisas de Bizelli são utilizadas pelo poder público municipal para informar e corroborar uma determinada “história” da cidade. Sobre o movimento de trabalhadores o *sítio* informa que: “1949: 23/24 de junho. Deflagrada a Revolta Agrária por simpatizantes de Luiz Carlos Prestes. Houve tentativa de invasão da cidade por adeptos locais de Prestes. Encena-se resistência armada. O exército se aquartela ao lado da Igreja Matriz.” Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS. **Município**. Histórico. Histórico da ocupação. Disponível em: <<http://www.fernandopolis.sp.gov.br/Portal/Principal.asp?ID=12>> Acesso em 04 abr. 2008.

município) adentrou o perímetro urbano e teve um pequeno enfrentamento com um personagem local, foi avisada de os de que (sic) outras vilas não havia conseguido chegar até a cidade e que, com os disparos havidos, algumas pessoas armadas já os esperavam na praça local: “As pessoas se armaram com o que tinha: revólver, carabina, faca, paus. Ficaram escondidas atrás dos bancos do jardim da praça, atrás das árvores, das casas. Havia muita tensão e medo, e ninguém sabia no que ia dar. Mas eles foram embora. Depois, veio a polícia de São José do Rio Preto e de São Paulo” Ao que tudo indica, esse movimento se inseria nos objetivos do “Pleno Ampliado” de 1946 realizado pelo PCB no Rio de Janeiro, onde a análise do processo brasileiro recomendava sair da cidade e tornar-se forte no campo, tendo a “classe camponesa como aliada fundamental da classe operária” na revolução democrático-burguesa²⁷⁸.

A produção de significados formulados por Bizelli minimiza – e assim despolitiza – as lutas de trabalhadores na cidade e no campo. Parece que os “acontecimentos” causaram “perplexidade” não apenas aos “antigos moradores”, mas também ao pesquisador, pois Fernandópolis estava “apenas” no início de sua construção e a “invasão” da cidade por trabalhadores parecia (e parece) incomodar. O sociólogo reduz o movimento desses trabalhadores aos “objetivos do ‘Pleno Ampliado’ de 1946 realizado pelo PCB”. A primeira versão que relaciona o movimento de 1949 ao “Pleno Ampliado de 1946” é da revista “O Cruzeiro”²⁷⁹ e parece ser a fonte do pesquisador, conforme nota de rodapé que insere.

De fato, o PCB reorientou a sua política a partir de 1945; no entanto, se é possível estabelecer alguma relação entre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis, em 1949, e qualquer mediação política de militantes do PCB, essa relação pode ser estabelecida a partir da cassação do PCB em 1947 e do documento “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista”, redação atribuída a Luiz Carlos Prestes e conhecido como

²⁷⁸ BIZELLI, E. A. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 92-93. (Grifo nosso). O primeiro trecho entre aspas na citação é identificado em nota de rodapé como uma “entrevista com os moradores Francisco Leão e Jaques Arnaldo da Silva, em março de 1991”.

²⁷⁹ O CRUZEIRO, 01 de outubro de 1949, p. 69-70. Nessa edição da revista o articulista afirma, textualmente: “O deputado comunista Pedro Pomar, que escapou à cassação dos mandatos por ter-se abrigado sob a legenda do PSP, em janeiro de 1946, quando se realizou no Rio a assembléia do Comitê Nacional do Partido, denominada “Pleno Ampliado”, foi o relator do “informe” sobre “o trabalho no campo”. Ali, diz o dirigente vermelho: – ‘Para o Partido Comunista realizar seus objetivos, precisa em primeiro lugar sair da cidade e tornar-se forte no campo. Estaremos, assim, compreendendo a enorme experiência do movimento revolucionário de todos os países, que indica ser a classe camponesa a aliada fundamental da classe operária na revolução democrático-burguesa. Organizar e mobilizar os trabalhadores agrícolas, das aldeias e fazendas, para a luta política, é a tarefa que nos cumpre realizar sem demora, para a formação da “União Nacional”. O trabalho de organização dos camponeses deve começar pelas formas mais rudimentares de associação – pelas reuniões nos próprios pontos de convergência dos camponeses; nas feiras e nos locais mais próximos das fazendas. É de importância o trabalho de organização dos camponeses e assalariados agrícolas, feitos pelo médico, pelo advogado, pelo farmacêutico, pelo professor, pelas pessoas que estejam em contato com os camponeses. Não há dúvida que esses elementos, que vivem nos municípios do interior, são dos mais indicados para iniciar esse trabalho, sendo por isso necessário ajudá-los politicamente, a fim de que essa tarefa não sofra solução de continuidade.’”

“Manifesto de Janeiro de 1948”²⁸⁰. Todavia, essa relação deve ser feita com cuidado. Os trabalhadores em Fernandópolis pautavam suas lutas e a elaboração de projetos para as suas vidas a partir de um referencial intrínseco aos seus modos de vida, ao modo como tratavam as suas experiências de vida em suas consciências.

As condições e relações de trabalho vividas pelos trabalhadores informavam a relação e o diálogo que poderiam estabelecer com projetos vindos de fora (PCB). Parecia quase um consenso entre os trabalhadores a concepção de que as condições experimentadas de vida eram de exploração e de injustiça e a valorização de que a terra deveria pertencer a quem nela trabalha²⁸¹. Alguns nomeavam esse processo de “reforma agrária”, outros de “revolução agrária”, outros ainda não sabiam como nomear o processo.

Ao narrar, o sociólogo assume uma perspectiva não apenas teórica e metodológica, mas também política. Aos mais avisados, a última frase é uma circunlocução, pois no processo de produção do conhecimento as opções teórico-metodológicas nunca são neutras e apolíticas. Bizelli faz referência a “antigos moradores”: Qual a identidade desses “antigos moradores”? Que posições assumiram no decorrer de suas vidas? Como foram produzidas essas memórias? Bizelli entrevista algumas lideranças sindicais e populares e “moradores” dos bairros de periferia; muitos não foram identificados na pesquisa. Entretanto, as narrativas orais, com a utilização de trechos de entrevistas e a “informação” por elas fornecidos, foram utilizadas apenas para informar e ilustrar o “presente” e o “passado”. O uso da categoria “moradores” por Bizelli para identificar os “moradores” dos bairros periféricos ou os “antigos moradores” evidencia, dialeticamente, uma perspectiva sociológica que parte, aparentemente, de um viés marxista; contudo não se percebe o movimento histórico premido por contradições, antagonismos e interesses realmente vividos por pessoas que “moram” e trabalham na cidade ou no campo e que estabelecem relações sociais diversas e se posicionam politicamente sobre as suas condições de vida: moradia, trabalho, alimentação, lazer, segurança, educação, entre outros.

Os “antigos moradores”²⁸² foram apresentados como um grupo homogêneo e “portadores” de uma “memória coletiva” sobre o passado da cidade e sobre o movimento de trabalhadores em 1949, porém podem ser identificados como sujeitos da classe dirigente ou a

²⁸⁰ Cf. PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

²⁸¹ As diversas narrativas orais no primeiro capítulo e os depoimentos dos trabalhadores no segundo capítulo informam que a questão fundiária era discutida entre os trabalhadores e a luta pela terra uma das possibilidades.

²⁸² A lista de entrevistados do pesquisador: Francisco Leão, Jaques Arnaldo da Silva, Jarbim Arnaldo da Silva, Osmundo Dias de Oliveira, Armando Farinazzo, Waldalice Renesto, entre outros.

ela articulada na cidade que, historicamente, assumiram sempre uma posição de classe. Não é por acaso que inicia a sua narrativa pautando-se na “memória de antigos moradores” e na afirmação de que os acontecimentos ocorreram na “escura noite de 23 de junho”. O tom sombrio atribuído ao ambiente parece “escurecer” os antagonismos e os diversos projetos em disputa, como o próprio movimento dos trabalhadores. Para o pesquisador, a “memória coletiva” dos “antigos moradores” expressa como o movimento deve ser lembrada e narrada. Em um esforço de explicação, o sociólogo advertiu que:

[...] os acontecimentos deixaram suas marcas no tempo e suas versões nas memórias, apesar do ‘aventureirismo’ (sic) e dos equívocos políticos (sic), eles não deixavam de refletir a situação de penúria a que estavam submetidos os trabalhadores da zona rural [...] pondo claramente as contradições do desenvolvimento da frente pioneira [...] ²⁸³.

O vivido por esses trabalhadores, sem dúvida alguma, fixou limites e exerceu pressões sobre suas experiências e sobre o movimento de trabalhadores e, certamente, expressam as contradições do projeto hegemônico para cidade naquele momento. Essa formulação é muito diferente da que afirma os movimentos de trabalhadores como “reflexo” da “situação de penúria a que estavam submetidos”, principalmente quando caracteriza o movimento como “aventureiro” e “equivocado” politicamente. Parecem ser essa uma das diversas “versões nas memórias” dos “antigos moradores”.

A história pública do movimento foi composta por diferentes versões desse passado e expressa histórias cindidas por memórias divididas ²⁸⁴. As memórias produzidas sobre os trabalhadores e suas lutas no final da década de 1940 e início da década de 1950 traz a marca da experiência ²⁸⁵ vivida em um campo de forças e de lutas de classe. Quando Bizelli não estabelece uma relação entre o presente e o passado, opera a despolitização do processo histórico e reafirma uma tradição de narrar o movimento de trabalhadores desvinculados de suas necessidades, interesses e expectativas; como se apenas a instituição do PCB os articulava e os mobilizava. Assim, os movimentos de trabalhadores foram (são) significados

²⁸³ BIZELLI, E. A. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 94.

²⁸⁴ Cf. PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996b. _____. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. *História, mito, rituais e símbolos. História & Perspectiva*, Uberlândia, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun.2002. _____. **La ordem ya fue ejecutada**. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

²⁸⁵ Cf. SAMUEL, R. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo: Educ, n. 14, p. 41-81, fev. 1997, p. 44.

como “alienígena” ao momento histórico da cidade, ou mesmo “equivocado” politicamente, pois atravancaria o “progresso” da cidade. Essa apreensão do processo histórico está relacionada aos objetivos e problemáticas de Bizelli em suas pesquisas²⁸⁶. A perspectiva estrutural de Bizelli não permite que os sujeitos históricos de classes em conflito ganhem visibilidade no seu texto e essa perspectiva marca a forma como interpreta o movimento de 1949 e o “lugar” em que as lutas dos trabalhadores ocuparam na história da cidade.

O movimento de trabalhadores de 1949, o “levante comunista” ou “revolução agrária”, repercutiu e ganhou visibilidade na imprensa regional e na imprensa brasileira do período. Como o movimento de trabalhadores de 1949 foi demudado em notícia e narrado pela imprensa? Há relatos e evidências de distribuição e circulação de boletins, panfletos e jornais alternativos e pecebista na região. Quais as relações desses materiais e as diversas práticas de organização e mobilização nas lutas dos trabalhadores? Em que medida a luta pela terra foi formulada a partir da mediação de militantes do partido e dos materiais que eles portavam? Como a elaboração desses diversos materiais de imprensa corroborou a produção de processos sociais de memória, atribuindo sentidos ao presente e ao passado?

Logo no dia seguinte ao movimento, em 25 de junho de 1949, os jornais estavam imprimindo notícias sobre o acontecimento em Fernandópolis. As narrativas produzidas pelos diversos periódicos pautaram-se de uma mesma perspectiva política de análise sobre o movimento, diferenciando-se na adição ou não de mais “informações” sobre o acontecimento, bem como na contundência de suas afirmações narrativas.

²⁸⁶ O pesquisador definiu como seus objetivos compreender o processo de urbanização no interior do Estado de São Paulo considerando dois “grandes” períodos de sua trajetória: primeiro, a expansão da economia cafeeira, relacionado com a ferrovia, indicados como fator central na ocupação do território, seu povoamento, a fundação de cidades e, no segundo período, refere-se “as mudanças ocorridas com a modernização agrícola e [...] formação de complexos agroindustriais”. O sociólogo discute a questão urbana e define sua tese como o processo de urbanização no interior paulista e Fernandópolis está relacionada à formação dos complexos agroindustriais; e esses relacionados aos projetos de “modernização” do interior do Estado, ou ao processo de “urbanização do campo”. O processo histórico foi visto como a busca dos “inícios” e de como as “variações de ritmos incide de maneira diferenciada no território global do Estado, criando-criando, mudando-reformulando espaços regionais. O processo histórico e sua relação com a estrutura econômica são vista como “reflexos”. Para o autor, o processo histórico é controlado pelo Estado com o objetivo definido de integração nacional, em que “os conhecimentos tecno-científicos, assumiram, progressivamente, o papel unificador dos novos subespaços produtivos [...], que visavam à integração nacional, ou seja, um mercado unificado que promovia uma divisão territorial do trabalho em escala nacional”. Nesse contexto, ao assinalar a passagem do “café à industrialização e desta à concentração industrial”, outro “agente dinâmico dessas mudanças é o grande capital local ou multinacional”. Cf. BIZELLI, E. A. Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis. 1998. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. _____. O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

O jornal “A Notícia”²⁸⁷, de São José do Rio Preto, preocupou-se em informar e direcionar o olhar de seus leitores ao estampar na primeira página a seguinte manchete: **“Ameaçada de alteração da ordem no município de Fernandópolis”**. A problematização de materiais de imprensa extrapola a análise do conteúdo da frase ou do texto em si. A forma como o título foi dado à manchete, o lugar que ocupa na página, o tamanho da fonte, entre outros elementos da linguagem são portadores de significados. Nesse caso, o título da notícia impresso em letras garrafais, proporcionalmente maior que o próprio texto da notícia, informa as intenções do periódico. Em uma primeira linha aparece “Ameaçada de alteração da ordem” com o tipo em negrito. Na linha abaixo “No município de Fernandópolis” com o tipo um pouco menor. O texto da notícia traz:

Segundo informações fidedignas que obtivemos, a ordem pública, ante-ontem, no município de Fernandópolis, esteve ameaçada de alteração. De acordo com as referidas informações numeroso grupo armado teria promovido algumas arruaças, com o propósito de intimidar alguns elementos da cidade, entre os quais estariam o prefeito sr. Libero Silveiras, o médico dr. Waltrudes Baraldi e o sargento comandante do destacamento local.

Entretanto, ao que parece, não houve vias de fato.

Conhecedor dos acontecimentos, o delegado Regional dr. Benjamin de Oliveira Abade, logo se pôs em comunicação com a Secretaria de Segurança, a qual fez seguir imediatamente para aquele município um delegado especial. É ele o dr. Arnaldo Pires de Camargo, que fará o um relatório completo do que na realidade ocorreu em Fernandópolis²⁸⁸.

O responsável pelas “informações fidedignas”, o delegado regional Benjamin de Oliveira, parecia não ter ainda conhecimento do que, de fato, havia ocorrido em Fernandópolis, mas adiantou-se em relatar que a “ordem” fora ameaçada, e o jornal conferiu autenticidade às informações. O delegado especial do DOPS (essa identidade não foi informada na reportagem) deslocado a Fernandópolis seria o responsável para narrar o “que

²⁸⁷ Cf. ARANTES, L. **Dicionário Rio-pretense, a história de São José do Rio Preto de A a Z**. 2 ed. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2001. p. 189. “Notícia, A – diário fundado em 30/11/1924, pelo professor Dario de Jesus e o advogado Nelson da Veiga. Em 9/8/1925, Dario de Jesus deixou a sociedade e Nelson da Veiga tornou-se diretor e redator. Em 16/9/1928, o jornal foi vendido para Manoel dos Reis Araujo Neto e Olympio Rodrigues dos Santos. Em 5/4/1936, Leonardo Gomes comprou a parte de Araújo Neto e comandou o jornal até 1970, quando transferiu a direção para seus filhos Edson e Fausto Gomes. Quatro anos depois, em 1974, Fausto passou a sua parte para Edson, que por sua vez, vendeu o jornal para o advogado Nivaldo Carrazone. Com a falência do *Dia e Noite* em 1981, Carrazone obteve na Justiça a posse das suas máquinas, na qualidade de depositário fiel, melhorando a impressão de *A Notícia*, que passou a ser impresso em sistema de off-set. Em 1985, Nivaldo Carrazone paralisou as atividades de *A Notícia*, que só voltou a circular em 23/9/1990, sob a direção do professor Marco Antônio dos Santos e edição de Adalberto Pini, paralisando novamente as atividades em 12/3/1996. Ao longo de sua existência, *A Notícia* contou com vários redatores e colaboradores tais como Gerson Ferraz de Camargo (com 16 anos só em *A Notícia*), Justino de Carvalho, Floriano de Lemos, Ângelo Joaquim Corrêa, Leônidas Jericó e Alaor dos Santos.”

²⁸⁸ A NOTÍCIA, São José do Rio Preto, n. 6.797, 25 de junho de 1949, p. 1.

na realidade ocorreu”. O que os eventos sugestionaram era que a “ordem pública” “esteve ameaçada” diante das “arruaças” do “grupo armado”.

No próprio jornal “A Notícia”, ocupando parte significativa do topo do jornal no mesmo dia 25 de junho de 1949, o seguinte artigo não assinado apresenta a manchete: **“Não cremos que a política de sub-divisão de terras resolva o problema do aumento da produção”**. Em seu interior, o articulista discutiu a pertinência econômica de projetos de reforma agrária para a produção de alimentos e que isso estava provado como “inoportunas e inadequadas” a partir de experiências de reforma agrária de alguns países, sem fazer referências a tais países. Assevera que o que ocorre no Brasil é a “falta de trabalhadores rurais, excesso de terras com produtividade anti-econômica, e organização comercial desfavorável ao produtor agrícola”. E conclui que:

[...] a partilha dos chamados latifúndios, entre os trabalhadores rurais, tornando-os proprietários, mesmo com distribuição gratuita de terras, seria um verdadeiro presente de grego. É o mesmo que oferecer um canga a um boi, dizendo: “Isto é seu! Com esse adereço no pescoço, você terá a honra de [ilegível] a puxar o carro da nação! Para compensação dos seus sacrifícios não há de lhe faltar milho nem capim [...]”²⁸⁹.

Os editores do jornal “A Notícia” não dissimula os seus preconceitos de classe com relação aos trabalhadores rurais e suas potencialidades na produção agrícola e na direção política e econômica, como também não faz questão de ocultar qual a sua posição diante qualquer proposta de reforma agrária, mesmo que a “distribuição da terra” aos trabalhadores seja mediante pagamento parcelado, como parece propor o projeto do deputado estadual Ernesto Monte, discutido pelo articulista. Esse artigo, publicado logo acima do relato sobre a “ordem ameaçada em Fernandópolis”, é significativo à medida que está relacionado às tensões vividas em torno da luta dos trabalhadores rurais por direitos e pela terra na região de São José do Rio Preto. O município de Fernandópolis está localizado a pouco mais de 100 quilômetros de São José do Rio Preto.

Os conflitos em torno das condições de vida e das relações de trabalho no campo vinham ocorrendo, pelo menos, desde o início da segunda metade da década de 1940 na região. Índícios nessa direção foram os conflitos em torno da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. Durante o ano de 1946 foi lançado como

²⁸⁹ A NOTÍCIA, São José do Rio Preto, n. 6.797, 25 de junho de 1949, p. 1.

candidato a deputado estadual pelo PCB²⁹⁰ Antônio Tavares de Almeida, advogado e residente na região, que atuava principalmente no campo. Juntamente com outros trabalhadores, Tavares de Almeida²⁹¹ mediu a organização da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. O jornal pecebista “Hoje”, em 6 de novembro de 1946, apresentou uma série de cinco artigos do então candidato Tavares de Almeida sobre as relações de trabalho no campo e direitos trabalhistas emanados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicados nos dias seguintes:

Durante muitos anos as massas trabalhadoras dos campo estiveram à margem de qualquer proteção social. [...] promulgada a Consolidação da Leis Trabalhistas foram os assalariados dos campos atingidos por alguns benefícios, dentre os quais se destacou a concessão de férias anuais e remuneradas. Tudo porém, ficou no papel. Nenhum fazendeiro deu importância ao texto legal. [...] Diversas organizações surgiram nas fazendas das zonas mais progressistas. Delas, destacou-se pela sua atuação a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. A entidade, entre várias reivindicações levantou o direito a férias. E, como os fazendeiros não as quisessem pagar muitos colonos se dirigiram a Justiça, reclamando seus direitos. Para combatê-los erguer-se a Associação Agropecuária de S. José do Rio Preto que levantou inúmeros sofismas, caluniando, intrigando e pedindo que as autoridades usassem de violência contra “os agitadores comunistas”. O assunto, porém, começou a interessar advogados, juízes e técnicos²⁹².

No final do ano de 1946, o periódico “Hoje” assumiu a campanha dos candidatos paulistas pelo PCB. A série de artigos publicados sobre os direitos dos trabalhadores rurais e essa apresentação aos artigos de Tavares de Almeida, impressos no periódico, evidencia não apenas a campanha, mas a posição política do periódico pecebista. Todavia, expressam os conflitos vividos pelos trabalhadores em suas lutas por melhores condições de trabalho e vida. Como também expressa a organização de diversas formas de luta e os conflitos em torno da organização da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, não reduzidos ao período das disputas eleitorais e a essa cidade. A eleição constituía-se em um momento privilegiado para a politização de alguns temas e na mobilização dos trabalhadores.

O uso da CLT para mobilizar e organizar os trabalhadores rurais na aplicação, ampliação e conquista de direitos trabalhistas, alguns já garantidos pela CLT, como salário

²⁹⁰ HOJE, 04 de novembro de 1946, p. 3.

²⁹¹ Em 1946, Antônio Tavares de Almeida era presidente da 22.^a Sub-Secção da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo – e assistente jurídico da Divisão Regional do Departamento Estadual do Trabalho. Os mesmos artigos foram publicados no jornal “A Notícia”. Cf. Ofício do Delegado Regional de Polícia de São José do Rio Preto Mario de Góes Calmon de Brito ao Delegado DOPS/SP, de 30 de outubro de 1946. Prontuário N.º 6585 – Associação Agro-Pecuária de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

²⁹² HOJE, 06 de novembro de 1946, p. 1.

mínimo, férias, aviso prévio, entre outros, constitui em uma estratégia para a mediação da relação entre os trabalhadores rurais e a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto e os diversos enfrentamentos com os latifundiários, representados pela Associação Agropecuária de São José do Rio Preto. O fragmento do documento fornece elementos para a compreensão das lutas dos trabalhadores rurais ocorridas em todo Brasil e que certamente pressionaram a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963)²⁹³. O periódico pecebista “Hoje” evidencia que os trabalhadores fizeram uso da CLT como instrumento de suas lutas por direitos logo após a sua promulgação – o documento citado é de 1946.

Embora essas questões não constituam o objeto dessa pesquisa, as experiências desses trabalhadores possibilitam problematizar e melhor compreender as relações de trabalho, o exercício da exploração e da dominação por parte dos “fazendeiros” e “proprietários” e, por outro lado, a resistência dos trabalhadores rurais, bem como as circunstâncias da produção da notícia sobre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis e o posicionamento do jornal “A Notícia”. Metodologicamente, constitui-se no movimento de “ir e vir”, a “lançadeira” sugerida por Alessandro Portelli²⁹⁴.

A organização dessa associação evidencia as circunstâncias vividas e as lutas dos trabalhadores no eixo Fernandópolis/São José do Rio Preto. Evidencia também as estratégias de organização a partir da mediação do PCB. O boletim intitulado “**Aviso aos Trabalhadores Rurais**”, assinado pela Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, foi distribuído aos trabalhadores rurais da região e apreendido pelo delegado de polícia da cidade de Mirassol, A. Ribeiro de Andrade, e anexado ao ofício de denúncia ao Secretario de Segurança Pública do Estado de São Paulo, documenta o Prontuário do DOPS da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto.

O boletim chama a atenção dos trabalhadores (“trabalhadores da roça, meeiros, terceiros, colonos, camaradas, empreiteiros, retireiros e arrendatários”) para a proximidade do período de colheita e da necessidade de regulamentar suas relações de trabalho a partir dos “contratos agrícolas”, que os trabalhadores devem celebrar e assinar com seus respectivos

²⁹³ Angelo Priori assevera que os latifundiários tinham a real dimensão de que a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural não significaria apenas um instrumento para “controlar as relação de trabalho no campo como também um paliativo a uma ameaça mais séria: a luta pela reforma agrária”. PRIORI, A. A Justiça do Trabalho e os trabalhadores rurais: um debate acerca da legislação rural trabalhista brasileira. In: PRIORI, A. (Org.). **O mundo do trabalho e a política: ensaios interdisciplinares**. Maringá: EDUEM, 2000. p. 85.

²⁹⁴ Cf. PORTELLI, A. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

“patrões”. Esses novos “contratos agrícolas” podem constituir-se em garantias de seus direitos e de melhores condições de trabalho e salário, bem como pasto para animais, correto benefício de seus produtos, lenha, café, instrumentos de trabalho como peneiras, rastelos, sacos e também a “livre locomoção pela fazenda”. Nenhum trabalhador deveria entrar em nova fazenda ou dar início a um novo trabalho sem o devido contrato assinado, com testemunhas, em “carteira agrícola”²⁹⁵, e sem antes procurar a Associação ou a “Liga Camponesa” para verificar se “está tudo de acordo com os tratos que fizeram”. Na “cardeneta agrícola”, o trabalhador deveria exigir que fossem especificados os “lançamentos de fornecimentos” “por coisa comprada ou fornecida e não debitadas pelo total da compra ou fornecimento, **como é de mau costume**”. O boletim conclui que a Associação “é formada e dirigida pelos próprios trabalhadores da roça, dará a estes, mesmo que não sejam seus associados, assistência gratuita”²⁹⁶.

É significativo que os movimentos sociais estivessem pautando essas questões ainda na metade da década de 1940, questões que constituíram, posteriormente, disputas jurídicas na Justiça do Trabalho²⁹⁷. O jornal pecebista “Hoje”, em 24 de maio de 1947, relatou, euforicamente, a sentença do Juiz de Direito favorável ao direito de férias aos trabalhadores rurais. A extensa reportagem que ocupa quase a totalidade da página é justificada “a fim de esclarecer e orientar os camponeses, advogados e estudiosos do assunto”. Ainda na reportagem, “iniciamos hoje, com o brilhante parecer do Dr. Otávio Gonzaga Junior, Juiz de Direito da Comarca de Monte Aprazível”. A sequência da reportagem parece reproduzir a

²⁹⁵ Sobre as “carteiras agrícolas” ou “cadernetas agrícolas”, Cf. . **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295fls. Doutorado (Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, p. 54. Na obra a autora afirma que o “decreto 6437 de 27/03/1907, que criou as ‘*cadernetas agrícolas*’ e definiu de forma mais precisa as relações entre ‘*colonos*’ e ‘*fazendeiros*’, explicando uma preocupação com a ‘*conciliação dos interesses de classe*’ (sic) e deixando bem claro o caráter das intenções subjacentes a ela. É interessante ainda chamar a atenção para o fato que já então falava em ‘*operários agrícolas*’, referindo-se a ‘*empreiteiros*’ e demais formas de trabalho, indicando uma leitura que reduzia a complexidade inerente às relações de trabalho predominantes, mas que também apontava para o tipo de relação que se almejava implantar. Esse aspecto deve ser ressaltado na medida em que [...] a definição do que é ‘*empregado*’ não é simples como pode parecer à primeira vista e implicou numa disputa política que perpassaria parte importante dos debates sobre a organização dos trabalhadores do campo a partir da década de 30, estendendo-se até os anos 60”. (Grifo da autor).

²⁹⁶ BOLETIM Aviso aos Trabalhadores da Roça. Prontuário N.º 71358 – Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP. A cópia do boletim foi realizado por Clóvis da Veiga, DOPS. (Grifo nosso). O boletim original pode ser encontrado em: BOLETIM Aviso aos Trabalhadores da Roça. Prontuário N.º 6585 – Associação Agro-Pecuária de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP. O Prontuário do DOPS organizado para o Partido Comunista Brasileiro também foi documentado com uma cópia desse Boletim, Cf. BOLETIM Aviso aos Trabalhadores da Roça. Prontuário N.º 2431, 14.º volume. DEOPS/SP, DAESP.

²⁹⁷ Ângelo Priori, discuti a Justiça do Trabalho e processos trabalhistas de trabalhadores rurais na defesa de seus direitos, como férias, salário mínimo, no Paraná, como fato apenas a partir de 1956. Cf. PRIORI, A. A Justiça do Trabalho e os trabalhadores rurais: um debate acerca da legislação rural trabalhista brasileira. In: PRIORI, A. (Org.). **O mundo do trabalho e a política**: ensaios interdisciplinares. Maringá: EDUEM, 2000, p. 83-99.

sentença que informa que Bartolomeu Ortis, como reclamante, apresentou a reclamação perante a Justiça contra Abdala Saad, argumentando “que trabalhou como colono no período de setembro de 1944 a setembro de 1945, perfazendo os salários mensais de Cr\$ 695,00; que durante esse tempo não recebeu as suas férias, pelo que requer o pagamento das mesmas em dobro, ou seja, a condenação do reclamado”. Não houve conciliação entre as partes nas diversas audiências. A defesa argumentou que Bartolomeu Ortis não deveria ser considerado empregado, já que era colono de café, assim, na realidade constituía-se em um empreiteiro, “agindo com independência e sem qualquer horário”. Além disso, o trabalhador havia cultivado cereais e algodão, não apenas no cafezal como também em “terreno solteiro”; que não ganhava por dia e sim por contrato de empreitada, cultivando em outras terras. Por fim, a defesa argumentou que o “reclamante” não recebia o salário reclamado e trabalhara no café apenas onze meses, “mesmo que se admita o contrário”, fundando sua defesa no Artigo V do Decreto-Lei, n. 2.308, de 13 de Junho de 1940. Contrário, o Juiz argumenta, resumidamente, que o “colono” constitui-se num empregado à medida que a relação de trabalho fora assentada na “permanência, remuneração e subordinação” do trabalhador, muito embora sua especificidade²⁹⁸. É fato que a sentença desse juiz não se transformou em jurisprudência e a questão seria discutida em acórdão no Tribunal Superior do Trabalho (TST) apenas em 1959²⁹⁹. Contudo, municiou os movimentos de trabalhadores e suas reivindicações no interior do Estado de São Paulo.

Parece que depois da denúncia do delegado de polícia de Mirassol a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto passou por um processo de investigação pelos agentes do DOPS. Em relatório datado de 17 de outubro de 1947, de autoria atribuída ao Delegado Especializado de Ordem Política, João Queiroz de Assumpção Filho, há o seguinte relato:

Dr. Sr. Delegado Auxiliar. A representação de fls. 2 e 3, do dr. A. Ribeiro de Andrade, Delegado de Polícia de Mirassol nos da conta das atividades nocivas do P.C.B através (sic) da “Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto” que com outra coisa não é senão a mesma “Liga Camponeza” (sic), que há bem pouco tempo, foi mandada fechar pelo Exmº. Sr. Secretario da Segurança Pública. Relativamente à “Liga Camponeza” (sic) esta Especializada concluiu uma sindicância administrativa, sobre as providências tomadas para seu fechamento, sindicância essa que (sic) se pediu fosse encaminhada ao M. J. N. I. para apreciação do caso. Cientes os comunistas de que as atividades do M.U.T. União

²⁹⁸ HOJE, Sábado, 24 de maio de 1947, p. 3.

²⁹⁹ PRIORI, A. A Justiça do Trabalho e os trabalhadores rurais: um debate acerca da legislação rural trabalhista brasileira. In: PRIORI, A. (Org.). **O mundo do trabalho e a política**: ensaios interdisciplinares. Maringá: EDUEM, 2000.

Sindical dos trabalhadores e Liga Camponeza (sic) não são permitidas pela polícia em face de não terem personalidade jurídica que lhes assegure (sic) o direito de funcionamento no território nacional, resolveram, agora, criar a “Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto” que outra coisa não é senão a mesma “Liga Camponeza” (sic), conforme já o dissemos. Pelo documento de fls. 3, verifica-se que essa associação se dispõe a perturbar os serviços da lavoura e preparar terreno para os seus planos inconfessáveis. Juntamos a esse, por cópia, o radio circular n°. 6, de 7-6-946 que mandou fechar as chamadas “Ligas Camponezas” que já se alastravam pelo Estado de São Paulo³⁰⁰.

A partir da defesa do cumprimento de determinados preceitos da CLT, o objetivo era mobilizar os trabalhadores na luta por direitos e para a luta pela terra. O caminho seguido pela Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto baseava-se no:

[...] acordo do Conselho Regional do Trabalho, de São Paulo, de 22 de setembro de 1945; [na] sentença do dr. Carvalho Neves, Juiz de Direito de Mirassol, de 12 de setembro de 1946; e sentença do Juiz de Direito da 1.ª Vara desta Comarca, homologando um acordo entre o colono João Laurindo e o patrão Manoel Reverendo Vidal, cujos autos se acham arquivados no Cartório do 1º Ofício desta Comarca [...]³⁰¹.

O documento do DOPS evidencia não apenas a emergência dessa prática, como também as estratégias utilizadas pelos trabalhadores ante a repressão desencadeada pela Secretaria de Segurança Pública e pelo DOPS, ou seja, a organização de associações de trabalhadores rurais. Internamente, o PCB paulista as nomeava de “ligas camponesas”³⁰².

O fechamento da Associação é também noticiado pelo periódico “Hoje” no dia 24 de maio de 1947. A narrativa foi politizada e circunstanciada com a cassação do PCB e a onda de cassação de diversas associações de trabalhadores. Em nota do correspondente local, provavelmente editada pelos redatores do periódico, afirma que “Foi fechada a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Rio Preto. Essa arbitrária medida, foi executada pelo delegado de polícia local, sob a alegação de que cumpria ordens superiores”. É publicado que a Associação lutava pela “reforma agrária, por melhores condições de vida, de trabalho, reforma dos contratos de arrendamento, mais respeito dos latifundiários aos camponeses”³⁰³, entre outros.

³⁰⁰ CÓPIA AUTÊNTICA DO PARECER N° 102-OP com reverência ao Protocolo 11.659, que se encontra arquivado na Secret. Segurança Pública, em Protocolado n° 26854 de 26.9.946. Prontuário 71358 – Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

³⁰¹ COMUNICADO da Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de S. José do Rio Preto. Prontuário 6585 – Associação Agro-Pecuária de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

³⁰² Essa discussão foi realizada no primeiro capítulo da tese.

³⁰³ HOJE, Sábado, 24 de maio de 1947, p. 3.

Às vésperas do movimento em Fernandópolis, o periódico comunista “A Classe Operária”, em 14 de maio, em letras garrafais, estampa em suas páginas a seguinte manchete: **“Os Camponeses de Fernandópolis Em Luta Contra o Latifúndio”**, provavelmente motivados pelo “Manifesto de Janeiro de 1948”. As páginas desse periódico manteve sempre a questão agrária e a luta dos trabalhadores rurais em pauta, com reportagens ou artigos de Jacob Gorender, Calil Chade, Luiz Carlos Prestes, entre outros. Embora a reportagem sobre os “camponeses de Fernandópolis” edificara as práticas de lutas dos trabalhadores, é possível identificar indícios da movimentação anterior ao movimento que ocorreria no mês seguinte:

Fortalece o espírito de luta da massa camponesa em Fernandópolis, Estado de São Paulo. E na luta realizaram contra a exploração dos “tatuíras” os camponeses contam com o apoio, o estímulo de dois representantes de Prestes que elegeram a Câmara Municipal: os vereadores João Tomás de Aquino e Antônio Joaquim.

Esses vereadores de Prestes levantam, incansavelmente, as reivindicações dos camponeses na Câmara, onde eles enfrentam a mais feroz resistência dos representantes dos latifundiários que lá constituem maioria. E assim mostram aos camponeses que só tem realmente caminho a luta organizada para tornarem realidade as suas reivindicações.

CONSTROEM UMA ESTRADA ENFRENTANDO OS “TATUÍRAS”

Numa das sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis, o vereador Antônio Joaquim pediu que fosse atendida a reivindicação do povo de Dolcinópolis, povoado do município que desejava ligar-se diretamente à sede, por uma estrada mais curta, de 29 quilômetros apenas.

Contra essa legítima [pretensão] dos moradores de Dolcinópolis, que se apoiava numa subscrição com mais de 400 assinaturas, levou-se raivosamente o pessedista Eufhy Jalles, que desejava que a estrada fizesse uma grande curva para atingir a localidade onde o vereador dutrista tem o centro de seus interesses [Jales]. Nos debates o representante dos latifundiários chegou a afirmar que os abaixo-assinados “não valiam nada”.

Sabedores desses debates os camponeses e o povo de Dolcinópolis dispuseram-se a fazer a estrada por conta própria, quisessem ou não a Câmara e o prefeito. E assim foi feito: – no dia seguinte, 176 homens se lançaram ao trabalho, rasgando a estrada, que é hoje uma pujante demonstração de que quando o povo luta, ele é a Câmara, é o Prefeito e é a Justiça.

A PALAVRA DOS CAMPONESES

A custa de tantos sacrifícios sofridos nos anos anteriores, com [escorchante – termo presumível] contratos de arrendamento pelo prazo de um ano, que fazem o nosso camponês viver como cigano, de um lado para outro, **cada mês de agosto que surge**, os camponeses do município de Fernandópolis estão se libertando de uma vez da escravidão semi-feudal do latifúndio. O que eles dizem agora é que **“no próximo agosto suas mudanças não estarão jogadas nas estradas, ou em cima de carros de bois, de fazenda para fazenda”**. E isso por quê? Porque, no município de Fernandópolis, os que se dizem donos das terras, quase que em geral, serão desmoralizados com os [sucessivos desmandos], os “grilos”, de modo que ninguém chega a saber quem é o dono das terras.

Em meio a essa confusão enorme, dos pretensos donos da terra – os camponeses julgam que elas serão melhor aproveitadas com o cultivo. E o cultivo só é feito pelos trabalhadores do campo. Daí a razão porque resolveram não abandonar as terras

onde se acham, em muitos pontos do município. “**Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo**”, é o que afirmam.³⁰⁴

A autoria do texto da reportagem (não assinada) do periódico “A Classe Operária” é provável que seja de Calil Chade, o militante e repórter que sempre tratava das questões agrárias e da luta pela terra no interior do Estado de São Paulo, ou de Fernando Jacob, correspondente local do periódico “Notícias Hoje”³⁰⁵. Cotejando e relacionando a reportagem e as atas das sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis, é possível rastrear a atuação e o expediente de formular requerimentos e indicações dos comumente conhecidos na cidade como “vereadores de Prestes”: Antônio Alves dos Santos e João Thomaz de Aquino. Por diversas vezes, solicitaram visitas e atendimentos médicos para as povoações que não os possuíam, bem como a criação de escolas municipais para as povoações o aumento da quota de óleo comestível diante do racionamento. Apresentaram também denúncia contra a prática de “câmbio negro” a diversos produtos, por exemplo, o controle ou o “câmbio negro” das enxadas de marca “Duas Caras” e seu fornecimento aos trabalhadores a preço de tabelamento³⁰⁶.

³⁰⁴ CLASSE OPERÁRIA, n. 174, 14/05/1949, p. 10. (Grifo nosso).

³⁰⁵ Fernando Jacob como correspondente local do periódico “Notícias Hoje” sempre enviava textos e informações sobre a cidade. Em 1 de fevereiro de 1949 escreveu carta, assinada e identificada com papel timbrado de seu escritório de advocacia, ao Sr. José A. Carvalho, Diretor Responsável de “Notícias Hoje”, reclamando de algumas reportagens sobre Fernandópolis publicadas no periódico e solicitando a publicação da notícia sobre a construção da via de ligação de Dolcinópolis a Fernandópolis: “Por outro lado, não foi publicada ainda a reportagem daqui enviada sobre a construção, pelos camponeses [da] rodovia Dolcinópolis-Fernandópolis. Este movimento, o mais importante já efetuado por nós e merece [ser] divulgado. Reclamamos, portanto, a publicação.” Mais adiante o Diretor (em 9/02/1949) responde a Fernando Jacob que a reportagem sobre a estrada fora publicada no dia 3 de fevereiro de 1949. Ao tudo indica, o texto-reportagem publicado no periódico “Classe Operária” em 14/05/1949, retomava diversas reportagens publicadas a respeito de Fernandópolis pelo periódico pecebista paulista “Notícias Hoje”. É, no mínimo, intrincado o fato de que todas essas correspondências documentam o prontuário da Delegacia de Polícia de Fernandópolis junto ao DOSP. No caso da carta de Fernando Jacob ao Diretor do periódico “Notícias Hoje” constituía-se em documento original – certamente, uma evidência da prática do DOPS de interceptar as correspondências que consideram duvidosas e perigosas. Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. Pasta. OS 532. DEOPS/SP, DAESP.

³⁰⁶ A escassez de gêneros de primeira necessidade e das práticas do racionamento após 1945 foi objeto de discussão de diversos historiadores. Vera Lucia Viera afirma que “com a falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como pão, o leite, o açúcar, o carvão e outros, de que se começa a ter notícias a partir de 1946 e que se estenderá por todo o período. As inúmeras comissões de abastecimento que o governo organiza para resolver a questão, atestam bem a gravidade do problema e a ineficiência governamental para resolvê-lo. Raciona-se o pão, tabela-se o macarrão, e desaparecem o óleo, o azeite e as gorduras; fazem-se filas para comprar o café e declara-se, inúmeras vezes, guerra a carestia através de tentativas infrutíferas de tabelamento de preços, que só resultam na institucionalização do câmbio negro. [...] Assim é o surgimento do câmbio negro em virtude da escassez de gêneros alimentícios e a carestia de vida provocada pela situação de após guerra e da falta de organização das condições de atendimento às necessidades da população [...]. De 1946 a 1948, o problema da carestia invade o cotidiano desses trabalhadores. Os produtos básicos somem da frente do consumidor e este tem que se ver com enormes filas e a precariedade nas condições de abastecimento.” VIEIRA, V. L. **Cooptação e resistência**: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950. 1989. 283 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 13, 88, 194. Ainda sobre o racionamento, Cf. VARUSSA, R.

A partir das Atas da Câmara Municipal de Fernandópolis é possível verificar que Antônio Joaquim sempre fundamentava as suas reivindicações com abaixo-assinados de trabalhadores rurais e pequenos comerciantes dos diversos lugarejos, que naquele tempo pertenciam ao município de Fernandópolis. Solicita ainda providências das Comissões de Preços e Arbitramento de Aluguéis, com o objetivo de resolver os problemas de habitação e do elevado preços dos aluguéis cobrados na cidade. Solicita também que a Câmara oficie o Secretario da Saúde do Estado de São Paulo, já que “graça na povoação de Indianópolis [Indiaporã], neste município, uma epidemia de varicela e pedindo providências”. Nas sessões seguintes, cobra para que o médico chefe da Casa da Saúde oficie a Câmara sobre a vacinação contra a varicela da população de Indianópolis³⁰⁷.

Outra prática dos vereadores era a leitura de textos nas sessões da Câmara Municipal de Fernandópolis, provavelmente publicações de periódicos comunistas. Outras vezes, elaboraram moções dirigidas ao Presidente da República contra os atos antidemocráticos do governo federal, as quais foram sempre rejeitadas. Em umas dessas moções, Eufhy Jalles³⁰⁸, vereador e conhecido por ser truculento latifundiário, grileiro de terras na região e ferrenho opositor de Antônio Joaquim, afirma textualmente que os **“termos insultuosos em que a mesma foi redigida”**³⁰⁹ impossibilitava a aprovação da moção.

Entre os diversos problemas vividos, diante da questão agrária em Fernandópolis, as experiências dos colonos e arrendatários de terra parecem apresentar-se no principal foco de tensão e conflitos. Mesmo considerando que possa ter havido alguma elaboração política valorativa por parte do periódico pecebista, não deixa de ser significativa a afirmação de que “no próximo agosto suas mudanças não estarão jogadas nas estradas, ou em cima de carros de bois, de fazenda para fazenda”. A assertiva evidencia a disposição para alguma forma de luta, que passava pela resistência aos “pretensos donos da terra”.

J. **Trabalho e legislação**: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiá/SP, décadas de 40 a 60). 2002. 210 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 210. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 37-38; COSTA, H. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995. p. 55.

³⁰⁷ LIVRO DE ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS. 1948/1949. O relato acima foi baseado nas reuniões dos seguintes dias: 16/08/1948, p. 42; 01/09/1948, p. 43; 01/09/1948, p. 45-46; 01/10/1948, p. 47-48.

³⁰⁸ Sobre as práticas de grilagem de Eufhy Jalles, Cf. NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro.

³⁰⁹ Cf. LIVRO DE ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS. 20/02/1948, p. 25; 01/04/1948, p. 29-30; 15/05/1948, p. 33; 15/05/1948, p. 33-34; 01/06/1948, p. 35; 15/03/1948, p. 28. (Grifo nosso).

Os trabalhadores sem terra arrendatários estavam sempre sujeitos a não terem a terra para plantar no período de produção seguinte. Parte significativa dos “pretensos donos da terra” arrendava as glebas de matas ou de terras sem o devido preparo agrícola para os arrendatários por períodos variados³¹⁰. Os contratos, geralmente, poderiam ir de um a três anos, mas eram sempre rompidos pelos “pretensos donos da terra”. Os colonos com contratos de assalariamento mensal ou de meeiros também sentiam seus direitos sendo desrespeitados a cada ano. O que nas mãos do redator do periódico foi caracterizado como “libertação da escravidão semi-feudal do latifúndio”, para os trabalhadores tinham um sentido *objetivo*: “o cultivo só é feito pelos trabalhadores do campo. Daí a razão porque resolveram não abandonar as terras onde se acham, em muitos pontos do município. ‘Chega de formar fazendas para os outros, para depois receber despejo’”.

Esse deslocamento do jornal “A Notícia” e de sua nota **“Ameaçada de alteração da ordem no município de Fernandópolis”** permite problematizar e historiar as circunstâncias e pressões para os conflitos e da luta de classe no Noroeste do Estado de São Paulo e, assim, mapear a posição do jornal e situar o ambiente e as pressões para o movimento de trabalhadores em 1949, em Fernandópolis³¹¹. A construção social de sentidos, pelo jornal “A Notícia” está marcada por esse ambiente de lutas dos trabalhadores rurais em toda a região.

Quais interesses em divulgar pela imprensa o movimento ocorrido nos limites territoriais do Estado de São Paulo com os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul? A construção social da memória sobre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis naquele ano de 1949 estava pressionada pelos diversos movimentos sociais que ocorriam pelo campo e pela cidade e pelas pressões ideológicas em torno da Guerra Fria. Naquele momento, uma “revolução” anticapitalista constituía-se em possibilidade e projeto para muitos. Certamente, isso preocupava as classes dominantes, pois a notícia sobre o movimento não ficou restrita e

³¹⁰ A prisão de Alvino Silva por “incitar” os arrendatários de terra na região a não pagarem renda evidencia esse processo, Cf. DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Ofício ao DOSP, São Paulo – Interessado: ALVINO SILVA: De Fernandópolis, - Assunto: Agitação comunista na zona de Fernandópolis. – Data da distribuição: 11 de março de 1949. Delegado de Polícia Mario Ferraz Pahim. Prontuário 91.037 – Alvino Silva. DEOPS/SP, DAESP. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Departamento de Ordem Política e Social. Termo de Declarações. 12/ 03/ 1949. Prontuário 91.037 – Alvino Silva. DEOPS/SP, DAESP.

³¹¹ Pedro Pomar trata, em dois parágrafos de sua pesquisa, o movimento em Fernandópolis. Para o pesquisador, o movimento de 1949 de Fernandópolis figura como um dos incidentes do período, cuja circunstância é descrita “refletindo a confluência provável de três determinantes: o endurecimento da repressão, a radicalização das ações dos comunistas e o agravamento das condições de vida da população”. Para Pomar, o movimento no presente é um “episódio ainda pouco conhecido, teria havido um conflito armado envolvendo um grupo liderado pelo vereador comunista Antônio Joaquim, com desdobramentos em Guarani do Oeste, Populina e Indianópolis, ‘onde foram efetuadas algumas prisões’[...], mas são obscuras as finalidades dessa suposta tentativa.” POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 169.

secreta entre os agentes do DOPS e disseminou-se pela imprensa do período e estampou as bancas de jornais.

O jornal “Folha da Tarde”, sem impingir ao acontecimento a ênfase que esse adquiriu em outros periódicos, divulga nota modesta em que informa: “**Regressou de Fernandópolis o delegado da Ordem Social**”. A seguir, um pequeno texto “Regressou ontem a esta capital o delegado Louzada Rocha, titular da Ordem Social, que esteve em Fernandópolis, presidindo ao inquérito instaurado em torno da **agitação comunista** ali ocorrida há dias”³¹².

O jornal “Oeste Paulista”, editado e impresso em Votuporanga, uma semana após os acontecimentos em Fernandópolis publica sua versão dos fatos. O título da matéria de primeira página, “**Intentona comunista**”, relaciona o movimento ocorrido há pouco mais de 30 quilômetros de distância de Votuporanga aos acontecimentos de 1935, que ficaram vulgarmente conhecidos como “Intentona comunista de 1935”:

Os comunistas do Município de Fernandópolis, em dias da semana passada, realizaram a **subversão da ordem** naquele município.

Coordenaram entre si um ataque a cidade de Fernandópolis, onde pretendiam saquear repartições públicas e estabelecimentos bancários e comerciais.

Pelo **plano engendrado**, deveriam chegar os comunistas de várias cidades, ao mesmo tempo, para a realização do saque.

Para isto, o grupo que partiu de Populina, tomou de assalto, à mão armada, uma jardineira e depois um caminhão, encaminhando-se para Fernandópolis, onde deveriam vir de outros lugares porém, ali verificaram que os demais não apareceram falhando assim o **plano diabólico**.

Retiraram-se então ao passarem pela casa de um comerciante residente na estrada de Populina, realizaram um tiroteio contra a casa, obrigando o proprietário a lhes entregar armas e outros objetos, fugindo em seguida.

O **movimento** foi encabeçado pelo conhecido chefe comunista Antônio Joaquim, pelo morador de Fernandópolis por apelido “Cearense” e outros.

A polícia sendo chamada, enviou de São Paulo um forte contingente para prisão dos **desordeiros**, conta já terem sido presos mais de 30 comunistas, continuando as prisões dos que são encontrados³¹³.

No relato do jornal “Oeste Paulista” há algumas imprecisões factuais como, por exemplo, a referência ao tiroteio contra a casa de José Honório da Silva, que teria ocorrido no retorno da jardineira de Fernandópolis, o que na verdade ocorreu no trânsito de Populina a

³¹² FOLHA DA TARDE. São Paulo, 01 de Julho de 1949, p. 6. (Grifo nosso). Um pouco acima da nota citada, outra nota faz referência ao movimento em Fernandópolis: “Pedida a prisão preventiva de 14 ‘vereadores de Prestes’. Ribeirão Preto, 30 (Correspondente Regional) – A reportagem foi informada de que as autoridades policiais concluíram o inquérito instaurado contra elementos comunistas acusados de agitação, levada a efeito há dias, em consonância com a agitação ocorrida na região de Fernandópolis. Sabe-se que a peça policial, enviada à Justiça, compreende o pedido de prisão preventiva para 14 ‘vereadores de Prestes’.”

³¹³ OESTE PAULISTA, Votuporanga, n. 215, 3 de Julho de 1, 949, p. 1. (Grifo nosso).

Fernandópolis. Uma semana após o movimento, a versão do “Oeste Paulista” adiciona mais informações ao acontecimento. Uma semana foi suficiente para qualificar o movimento como comunista com o objetivo de “subverter da ordem”, qualificar seus participantes como “desordeiros” e identificar suas “principais lideranças”. Não se tratava, unicamente, de “arruaças” com o propósito de “intimidar” o prefeito e o presidente da Câmara Municipal.

Quais os sentidos de “ordem” para os contemporâneos do movimento de 1949 em Fernandópolis? O “plano engendrado” previam “saques” e “tomar a cidade”, caracterização relevante para criminalizar policial e politicamente o movimento. Para compreender esse processo, o título da reportagem, “Intentona comunista”, é revelador, uma vez que direciona o olhar e molda significados sobre o movimento que o texto da reportagem apenas corrobora, já que o termo significa literalmente “intento louco”, “plano insensato”, “conluio”, entre outros qualitativos. A versão que relaciona o movimento em Fernandópolis à “Intentona de 1935” não é ingênua, pois situa os dois eventos como extemporâneos. A associação dos dois movimentos visa emoldurar o movimento de trabalhadores em Fernandópolis na mesma circunstância e perspectiva política do “levante de 1935”³¹⁴, acrescido do novo ambiente da Guerra Fria, e, assim, criminalizar o movimento, justificando a repressão e as prisões.

No dia seguinte ao movimento, o centenário jornal de São Paulo, o “Correio Paulistano”, trouxe em sua primeira página a seguinte manchete, com todas as letras em maiúscula: “**LEVANTE COMUNISTA EM FERNANDÓPOLIS**”. A manchete é proporcionalmente maior que o texto que informa o acontecimento:

Segundo apurou a reportagem credenciada junto ao Departamento de Ordem Política e Social, na cidade de Fernandópolis houve um **levante comunista**, ignorando-se até o momento suas proporções. Ontem, mesmo, em avião especial, seguiram para aquela cidade os delegados Arnaldo Pires de Camargo e Tomás Palma Rocha e mais vinte praças da Força Pública. Foi, também, preso, ontem, o conhecido elemento comunista Jorge Herlain Filho, que vinha de Curitiba e que se acredita estar ligado ao movimento de Fernandópolis³¹⁵.

³¹⁴ Sobre 1935, Sergio Silva resenha diversas obras e conclui que “Os nomes escolhidos para identificar 1935 geralmente já indicam a linha mais geral de análise e a opção política, ideológica, do autor, historiador, jornalista, cientista social”, SILVA, S. 1935: ilusão, loucura e história. **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP/IFCH, n.º. 2, p. 63-88, 1995. p. 65. Ainda sobre o movimento de 1935, Cf. PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³¹⁵ CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 28595, Sábado, 25 de Junho de 1949, p. 1. No topo da página está estampada uma reportagem sobre a preocupação com a queda da produção agrícola para aquele ano, sem apontar as causas, com a seguinte manchete: “À margem da última estimativa oficial da produção. ‘O declínio verificado mostra bem ser imprescindível tomar o poder público a máxima atenção no sentido de reanimar a lavoura’. ‘Quase um milhão de sacas de café a menos; menor também a de arroz de 2 milhões e meio; a de milho inferior a três milhões e 700 mil sacas; e também o algodão avaliado em cerca de um milhão a menos de arrobas, eis as

A nota em primeira página no “Correio Paulistano” é significativa não pela extensão ocupada em toda a edição daquele dia de 25 de junho de 1949, mas sim pela expressividade e corroboração que a versão de sua narrativa produziu em relação às memórias construídas sobre o movimento. As memórias e referências hodiernas ao movimento parecem convergir à noção de que se tratava de um “levante comunista”, com articulações diversas no interior do PCB.

Pouco menos de um mês depois, em 20 de agosto de 1949, o “Correio Paulistano” dava continuidade à cobertura do evento no interior do Estado. Ocupando a primeira página do jornal e usando letras em negrito, maiúsculas e garrafais, publicava-se o seguinte: **“O movimento revolucionário comunista partiria da periferia para o centro. Novos detalhes do plano vermelho para tomar o poder – prefeito do Distrito Federal demite funcionários comunistas”**³¹⁶. Abaixo segue parte do texto da reportagem:

Rio, 19 (“Correio”) – Divulgam-se, pouco a pouco, os detalhes do tenebroso plano comunista, destinado a subverter a lei e a ordem em todo o território nacional. Segundo dados obtidos pela nossa reportagem, o movimento revolucionário iniciaria-se nos Estados de maior importância econômica e industrial do país, ou seja, São Paulo, Minas Geras, Rio Grande do Sul, Bahia e a região Nordeste, convergendo (sic) então para a Capital Federal.

Iniciaram-se, de acordo com o plano, os “Comícios Pró-Paz” em várias cidades das regiões citadas, transformando-se, depois, em agitações, e, finalmente, em franca rebelião contra as autoridades constituídas. [...].

É possível afirmar que as diversas frações da burguesia industrial e agrária acreditavam que era verossímil uma “revolução comunista”, dado o ambiente de lutas no campo e na cidade desde 1945. Alguns historiadores chegaram assemelhar aquela conjuntura do final da década de 1970 e início da década de 1980 – quando os trabalhadores como sujeitos históricos e conscientes do processo vivido elaboraram projetos diversos para as suas vidas, ou “quando novos personagens entraram em cena” – ao ambiente social e político vivido com muitas expectativas após a Segunda Guerra Mundial, em que os trabalhadores forjaram práticas de lutas diversas, revigorando os sindicatos e fortalecendo o partido que mais se aproximava pragmática e politicamente dos trabalhadores – o PCB³¹⁷.

diferenças da estimativa anterior’ – Declaração do sr. Alberto Prado Guimarães, presidente do Sindicato de Usineiros de Algodão ao ‘Correio Paulistano’”. (Grifo nosso).

³¹⁶ CORREIO PAULISTANO, São Paulo, n. 28.642, Sábado, 20 de Agosto de 1949, p. 1.

³¹⁷ Cf. COSTA, H. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995. NEGRO, A. L. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. **História**, São Paulo, n. 21, p. 251-282, 2002.

Em 1949, o PCB se articulava e se movimentava, pressionado pela cassação de seu registro e dos mandatos parlamentares (bem como de alguns membros do executivo), pela ilegalidade do partido e por conta do realinhamento de seu projeto político, com a “guinada à esquerda”³¹⁸. Esta se deu com o posicionamento expresso no “Manifesto de Janeiro de 1948”, adotando como estratégias de luta a “agitação”, mobilização, a “campanha pela paz”, deixando de lado a perspectiva política de “união nacional”. O “tenebroso plano comunista” que estava sendo divulgado alinha-se nesse ambiente de múltiplas contradições no social e de ambiguidades no interior do partido³¹⁹. É certo que muitos sujeitos em Fernandópolis estavam próximos ou militavam no PCB e provavelmente vivenciaram esse ambiente ambíguo no interior do partido, em que a “revolução agrária” era a “palavra de ordem” – convém enfatizar que na cidade ocorreram divergências – pelo menos, entre Fernando Jacob e Antônio Joaquim – na apreensão dessa política do PCB.

O “Diário da Noite”, na segunda-feira, dia 27 de junho de 1949, estampava no topo da primeira página, ocupando espaço significativo e utilizando quatro tipos diferentes de letras e

³¹⁸ O “Manifesto de Janeiro de 1948 impulsionará, também, uma nova linha sindical, que reproduzirá, com sinais trocados, as tensões existentes entre as direções partidárias e as bases sindicais do partido no período de ordem-e-tranquilidade. Disposto a jogar “a maioria da população contra o governo”, o PCB estimulará greves a qualquer custo, bem como a criação de sindicatos paralelos. Se antes os sindicalistas comunistas lutavam para garantir a autonomia da classe frente ao colaboracionismo pregado pelo partido, agora teriam de resistir à orientação partidária de produzir greves mesmo à revelia da massa trabalhadora, e de fundar entidades sindicais alternativas fadadas, na maioria dos casos, ao fracasso.” POMAR, P. E. R. **Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia**: o jornal Hoje (1945-1952). 2006. 192 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo., p. 36-37. Sobre o “Manifesto de Janeiro de 1948”, Cf. LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

³¹⁹ Para Hélio Costa, no período pós-1945 o PCB não se constituía em “bloco monolítico em que a sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo”. Costa conclui que “Havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas ‘apertarem os cintos’, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido.” Cf. COSTA, H. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995, p. 8. Fernando Teixeira da Silva, muito próximo das observações de Costa, afirma que “A classe operária, pelo menos até meados de 1947, deu mostras irrefutáveis de atuação autônoma [...]. Em face combativa dos comunistas talvez tenha sido compartilhada por muitos trabalhadores. Tratava-se não mais do PCB das palavras de ordem e pela ordem e que exigia ainda novos furos nos cintos dos operários. Afinal, não foram poucos os trabalhadores que se filiaram e acreditaram em um outro PCB: aquele que se defrontava com a exploração econômica, com os poderes dominantes, e se colocava à frente das reivindicações dos trabalhadores.” SILVA, F. T. **A carga e a culpa**. os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968. São Paulo – Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 111-113. Beatriz Ana Loner, ao discutir as “lentes do PCB”, afirma que, no final da década de 1940 e início da década de 1950, o PCB, politicamente, recebia orientação do Kominform, influências e contatos diretos com o PCUS (ênfatisando as diversas disputas internas), influências da Revolução Chinesa – para isso, além de dialogar com Caio Prado Júnior, enfatiza a viagem de Marighella à China, além da influência da conjuntura nacional e das divisões internas do PCB. Cf. LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

com tamanhos variados, a seguinte manchete: **“Pretendiam tomar Fernandópolis de assalto 23 homens armados. Invadiram residências e saquearam casas de comércio. Fracassado o plano dos comunistas – homiziados os criminosos no Mato dos Garcia”**³²⁰. No centro dessa mesma página e utilizando, proporcionalmente, um espaço bem maior ao destinado a notícia anterior, o “Diário da Noite” noticiava que **“Na China Vermelha. Rebelião anti-comunista irrompeu o movimento em várias províncias. Informações da própria agência do General Mao”**. Esse periódico, como todos os demais periódicos dos “Diários Associados”, assumia uma posição política anticomunista e significava como “subversão da ordem” qualquer movimento social dos trabalhadores. O texto da reportagem é extenso e ocupa também outra página daquela edição:

Segundo informações colhidas pela reportagem do DIARIO DA NOITE no Departamento de Ordem Política e Social, comunistas de Fernandópolis, de Populina e do distrito de Estrela do Oeste (sic), haviam concertado um plano para atacar aquele distrito e a cidade de Fernandópolis, Antônio Areu dos Santos (sic), vulgo Antônio Joaquim, vereador comunista em Fernandópolis e, antigo elemento da Coluna Prestes, foi o articulador daquele grupo.

Na noite de 23 para 24 deste mês, foram despachados portadores a elementos comunistas de Populina, Macedônia, Dolcinópolis, Fazenda dos Ingleses, Guarani do Oeste e Brasitânia, em nome daquele vereador (concluiu na 16.a página) apazando um encontro nas proximidades de Fernandópolis, para a madrugada do dia 24, quando então deflagraram a **revolução camponesa** ou **revolução agrária**. Tomariam a cidade, ocupariam a delegacia de polícia, a estação de Rádio Patrulha e a Prefeitura, saqueariam (sic) bancos, destruiriam o arquivo policial e cometeriam atentados pessoais.

Corriam notícias de que o plano estava conjugado em todo Estado. Cerca de 23 horas, um grupo de nove comunistas, chefiados por Antônio Joaquim, todos já identificados, assaltaram Populina, invadiram residências e casas de comércio, de onde saquearam armas e munições, assaltaram e desarmaram o inspetor de quarteirão e o guarda-noturno local, acabando por tirar da cama o motorista da jardineira de Fernandópolis a Populina, que ali pernoite, obrigando-o sob coação armada, a conduzi-los naquele veículo, onde também fizeram embarcar o proprietário da jardineira.

No caminho, ainda invadiram residências, tomando armas e atacaram o domicílio do inspetor de quarteirão José Honório da Silva, no Córrego Capivara, com o qual trocaram tiros.

O **bando**, segundo informações que obtivemos, veio até a entrada de Fernandópolis, onde José Antônio Figueiredo, vulgo, José Cearense, para aí designado, os avisou de que o **movimento** havia fracassado nas outras localidades já citadas.

Era o grupo, nessa altura composto de 14 homens e concluíram eles, então, não ser possível assaltar a cidade com tão reduzido número. Voltaram no mesmo ônibus, até Guarani do Oeste, onde acabou a gasolina do veículo. Aí obrigaram um caminhão (sic) a conduzi-los e neles prosseguiram até o Mato dos Garcia, onde se internaram estando sendo procurados. Em **março do ano passado**, o delegado de Fernandópolis já havia instaurado um inquérito contra o mesmo Antônio Joaquim, que organizara esse mesmo plano de assalto agora posto em prática.

³²⁰ DIARIO DA NOITE, São Paulo, Ano XXV, n. 7.529, segunda-feira, 27 de Junho de 1949, p. 1. (Grifo nosso).

Figura esse vereador como principal indiciado no referido inquérito, com mais dez elementos. O inquérito instaurado em março foi enviado ao juiz de Votuporanga em 12 de abril.

Para tomar as providências exigidas, seguiram de avião para aquelas localidades, enviados pelo sr. Ribeiro da Cruz, diretor do DOPS, os delegados Louzada Rocha e os adjuntos Arnaldo Camargo Pires e Palma Rocha, bem como vinte praças da Força Pública, dirigidos por oficiais³²¹.

Até aquela data, 27 de junho de 1949, apenas 3 dias após o movimento, a versão dos fatos apresentada pelo “Diário da Noite” é a primeira narrativa que mais informa e densamente descreve o movimento de trabalhadores de Fernandópolis. O jornal procura afiançar a verossimilhança da narrativa pela carga descritiva e informativa da reportagem e ao indicar que as informações foram colhidas junto ao DOPS. Pela primeira vez o movimento é relacionado a uma “revolução camponesa” ou “revolução agrária”, talvez porque se buscava relacionar o movimento em Fernandópolis ao “Manifesto de Janeiro de 1948”. Antônio Alves dos Santos é identificado como “articulador” do “plano concertado”, e informa-se que Antônio Joaquim participara na Coluna Prestes³²². A associação de Antônio Alves a Prestes não é fortuita. Tem o sentido de substanciar politicamente o movimento e os sujeitos envolvidos, situando o processo no ambiente da Guerra Fria.

A reportagem comete algumas imprecisões factuais ao afirmar que Antônio Joaquim participara do grupo que iniciara o movimento em Populina. Antônio Joaquim entra na jardineira apenas quando essa passa pelo Córrego do Feijão, entre Populina e Guarani D’Oeste, onde se encontrava o local de sua moradia. Antônio Joaquim é identificado também como aquele que não é mais réu primário ou mero militante comunista, pois já havia “concertado plano de assalto” parecido em ano anterior³²³.

Alguns termos utilizados no texto (tais como “concertado um plano”, “revolução camponesa”, “revolução agrária” e “o bando”) chamam a atenção pelos significados atribuídos ao movimento e pela repetição dos mesmos termos em outras reportagens e no relatório policial produzido para o inquérito instaurado³²⁴. Como salientei anteriormente, o

³²¹ DIÁRIO DA NOITE, São Paulo, Ano XXV, n. 7.529, segunda-feira, 27 de Junho de 1949, p. 1 e 16. (Grifo nosso).

³²² Não foi verificada nenhuma evidência sobre a participação de Antônio Alves dos Santos na Coluna Prestes, mas é um fato narrado por muitos.

³²³ Em janeiro de 1949 Antônio Joaquim e outro foram também indiciados por organizar e participar de uma reunião para mobilização de trabalhadores rurais. Cf. PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949. O processo indicado pelo periódico não identificado pelo historiador na pesquisa realizada no Fórum de Votuporanga.

³²⁴ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949.

DOPS fornece as informações aos diversos órgãos de imprensa que noticiaram os fatos – como foi informado nas próprias reportagens problematizadas. Identificar a autoria das versões da memória hegemônica produzida leva-me a problematizar que o “texto” da versão hegemônica foi sendo tecido por diversas “mãos”, formulado no processo entre o noticiar o acontecimento pela imprensa e a produção do relatório final do inquérito policial.

A formulação de uma versão dos fatos parecia preocupar os “Diários Associados” e, para tanto, deslocou para Fernandópolis o jornalista Arlindo Silva e o fotógrafo Peter Scheier. A reportagem foi inicialmente publicada no jornal “Diário de São Paulo” e, posteriormente, na revista “O Cruzeiro”. O ambiente tensamente vivido parecia justificar tal empreendimento. A reportagem no jornal “Diário de São Paulo” ocupa o topo da primeira página e da última página da edição do dia 16 de agosto de 1949. A manchete denota os sentidos atribuídos ao movimento em seus dizeres: **“Rebelião fracassada no sertão paulista. Tentaram os comunistas uma ‘revolução agrária’ na região de Fernandópolis”**³²⁵. A reportagem torna público, de forma intrincada, muitos dos aspectos que foram descritos no relatório do inquérito policial, assinado no dia 02 de agosto pelo delegado de polícia Fernando Mendes de Souza e remetido no mesmo dia para a Justiça Pública, a Comarca de Votuporanga.

A narrativa do jornalista descreve o movimento não se limitando às entrevistas com as pessoas envolvidas, mas também utiliza fartamente o inquérito policial produzido sobre o caso, trazendo ao final uma “relação completa dos revoltosos” que compuseram o movimento. Alguns trechos da reportagem é uma verdadeira cópia do relatório do inquérito policial, relatando a reunião preparatória, a “palavra de ordem do partido” com instruções para o “levante vermelho”, os diversos atos decorridos do deslocamento de Populina a Fernandópolis, informa que “os outros bandos haviam falhado”, que houvera uma “onda de pânico e desespero”, entre outros pontos abordados na reportagem. A reportagem enfatiza também que “Antônio Joaquim, que chefiou a rebelião, pertenceu a celebre ‘Coluna Prestes’, em 1924”.

A narrativa é iniciada com uma anedota referente ao momento de chegada do avião com os repórteres no “aeroporto” da cidade – descrito, ironicamente, como uma pista no meio de um pasto acidentado:

“O Senhor deve pedir um soldado para guardar o avião”. Percebemos logo que o ambiente nesta longínqua e novíssima cidade do **sertão paulista**, depois da

³²⁵ DIÁRIO DE SÃO PAULO, São Paulo, 16 de agosto de 1949, p. 1.

revolução fracassada dos comunistas, era de temor e de inquietação. Essa recomendação daquela **gente boa e simples** ao comandante Natividade tinha sua razão de ser plenamente justificada. Assim, logo que chegamos à cidade, fomos à Delegacia de Polícia e pedimos um praça para montar guarda ao famoso “Beechcraft” dos “Diários Associados”. O delegado cedeu dois soldados do seu destacamento, os quais passaram toda noite junto ao aparelho. Jantaram, de marmita, sentados nas rodas do “Beech” e dormiram debaixo de suas asas. Embora essas providências pareçam exageradas para o público leitor, elas nada mais foram que uma prevenção contra qualquer tentativa de represália dos comunistas, porque toda a pequena cidade estava sabendo da chegada, ali, dos repórteres de “O Cruzeiro” e “Diários Associados”. E os comunistas sabem que a **diretriz da cadeia associada é de guerra aberta contra todas as formas de extremismos**. A nossa viagem para Fernandópolis teve por fim fixarmos para os “Diários Associados” um **documentário** honesto do **levante vermelho** que aqui ocorreu há dias, e cujas marcas continuam vivas, atestando a **violência do saque**³²⁶.

O repórter dos “Diários Associados” informa ao leitor que a posição da rede de imprensa e comunicação é de “guerra aberta” a todos os movimentos sociais, caracterizando-os de “extremismos”. Produzir uma narrativa com o desígnio de cravar uma versão dos fatos por meio de um “documentário honesto do levante vermelho” indica a posição dos “Diários Associados”, não apenas para aquele “ambiente longínquo e novíssimo do sertão paulista”, mas a posição de classe que orientavam as reportagens produzidas sobre os trabalhadores e sobre o PCB – e, é óbvio, sobre os movimentos sociais em todo o Brasil. As imagens formuladas sobre a cidade expressa o estranhamento com os fatos decorridos naquele lugar, “cuja marcas continuam vivas”. A vivacidade³²⁷ dos acontecimentos e a energia que ainda parecia mover aquela “gente boa e simples” da cidade parecem atordoar os repórteres; o clima de “temor e inquietação” parecia pairar sobre a cidade. A narrativa de Arlindo Silva abre brechas e permite dimensionar os significados para aqueles que viviam em Fernandópolis naquele momento, não apenas os relacionados aos acontecimentos da noite do dia 23 para a manhã do dia 24 de junho, mas também a repressão policial desencadeada junto à população da cidade e o clima de terror criado em decorrência à presença do DOPS e da força militar deslocada para a cidade. Certamente tudo o que estava acontecendo era inusitado e alterava a rotina da cidade.

Ao definir como os movimentos sociais devem ser compreendidos – a prática jornalística de “fixar” um “documentário honesto” – o periódico elaborou narrativas que “deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer certa Memória capaz de

³²⁶ DIÁRIO DE SÃO PAULO, São Paulo, 16 de agosto de 1949, p. 1. (Grifo nosso).

³²⁷ Cf. GINZBURG, C. **Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989. _____. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

cunhar uma História certa”³²⁸. A reportagem do “Diário de São Paulo” constitui-se em uma prática social que formaliza uma posição política determinada sobre os movimentos sociais, procurando orientar, além de práticas de repressão e controle, a composição de uma memória pública sobre os movimentos de trabalhadores e, em particular, o que ocorreu em 1949 em Fernandópolis. O que estava em disputa na correlação de forças assumida pelos “Diários Associados” constituía-se na “fixação” da “memória certa”, ou melhor, da sua narrativa histórica, da sua verdade, daquele movimento social de trabalhadores ocorrido em Fernandópolis.

O texto da reportagem situa o movimento em Fernandópolis junto aos demais eventos que estavam ocorrendo no interior do Estado de São Paulo, tais como os de Santo Anastácio, e afirma que:

Todavia, o movimento que irrompeu neste município de Fernandópolis, situado próximo à fronteira de Minas e Mato Grosso, no noroeste extremo paulista – é o mais **ousado** que até hoje se conhece, partido dos comunistas de São Paulo. Porque se trata de uma **rebelião armada**, com o propósito de conquistar uma cidade, e daí partir numa **marcha revolucionária**, rumo ao centro do Estado, visando atingir, finalmente a Capital. Foi uma **revolução fracassada**. Os grupos que deveriam marchar de vários pontos, ao mesmo tempo, sobre a cidade de Fernandópolis, falharam na hora precisa. Entretanto, as armas apreendidas, e os furos deixados em portas e janelas de moradores do município, dão bem uma **idéia** do que foi a **rebelião** que **estourou neste deserto sertão paulista**. O **movimento fracassou**. Mas o que as autoridades federais devem ter em conta não é isso, mas sim a **idéia criminosa** que chegou a ganhar forma concreta. Os comunistas, com demagogia e mentira, conseguiram convencer os **homens simples** que **trabalham na roça** e estes aderiram à “**revolução agrária**” [...] ³²⁹.

O repórter Arlindo Silva desnudou e escreveu com todas as letras o que preocupava os setores dirigentes e as classes dominantes e proprietárias com o movimento em Fernandópolis em 1949: a questão agrária. Na avaliação do repórter, o movimento havia “fracassado”, mas era considerável o simples fato daquele projeto ou da “idéia criminosa” ganhar concretude, com a possibilidade de erodir a “ordem” estabelecida, entre outras coisas, a propriedade privada da terra e do capital. Pior: “conseguiram convencer os homens simples que trabalham na roça e estes aderiram à ‘revolução agrária’”. A “ousadia” do que poderia ter ocorrido, não

³²⁸ PROJETO PROCAD/CAPES, PUC/SP, 2000, p. 5 *apud* ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (orgs.). **Histórias**: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 17.

³²⁹ DIÁRIO DE SÃO PAULO, São Paulo, 16 de agosto de 1949, p. 1. (Grifo nosso).

deveria ser negligenciada pelas autoridades e o “Diário de São Paulo” estava ali para alertar a todos do “mal” que significou aquele movimento.

A edição de 16 de agosto de 1949 do jornal “Diário de São Paulo” marca esse território de disputas políticas e de disputa de projetos nesse processo de composição das memórias divididas sobre o movimento. A reportagem foi reproduzida em “fac-símile” e usada na campanha eleitoral de 1963 como panfleto apócrifo abundantemente distribuído na cidade, diante da candidatura de Fernando Jacob a prefeito, um dos indiciados no “levante comunista”. O “fac-símile” da reportagem foi recheado de textos depreciativos do movimento de 1949. A manchete do panfleto, **“A História se repete”**, é seguida logo abaixo pela assertiva **“Em 1949 o candidato comunista Fernando Jacob já quis assaltar a Prefeitura de Fernandópolis!”**. Ao pé das duas páginas, após a reprodução da edição do “Diário de São Paulo”, a seguinte sentença: **“Quem crê em Deus não vota em comunista”**. Na segunda página do panfleto **“Comunistas deram tiro no Coração de Jesus”**, fazendo alusão ao tiroteio ocorrido na casa de José Honório de Silva, em que um entre a saraivada de tiros acertou o quadro do Coração de Jesus. Para concluir, o panfleto imprimiu os seguintes dizeres:

[...] Provando ser real e verdadeiro esse importante documento [...]. Documento verdadeiro que mostra e prova a realização da “Revolução Agrária”, na qual o comunista Fernando Jacob, teve participação ativa, chefiando a rebelião fracassada e deixando incautos lavradores nas mãos da Polícia. Fernando Jacob fugiu, mas foi preso em São Joaquim da Barra. Fernando Jacob sempre foi agitador, sempre fez vítimas, sempre levou intranquilidade aos lares³³⁰.

As disputas políticas de meados da década de 1960 recompõem as memórias sobre o movimento de 1949 e expõem o ambiente de disputas acirradas sobre o projeto político para cidade. As marcas daquela experiência de 1949 foram retomadas para fazer lembrar o que estava em jogo para as classes dominantes: a propriedade. Essas marcas sobrepuseram (e sobrepõem) o processo de construção histórica e social da memória sobre o acontecimento de 1949 em Fernandópolis. Os periódicos dos “Diários Associados”, incluindo a revista “O Cruzeiro”, constituíram-se em material de referência para a composição das memórias hegemônicas sobre as diversas lutas dos trabalhadores e, em particular, sobre o movimento de

³³⁰ A HISTÓRIA SE REPETE. Em 1949 o candidato comunista Fernando Jacob já quis assaltar a Prefeitura de Fernandópolis! PANFLETO (Apócrifo), 1963. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Educacional de Fernandópolis – CDP/FEF.

1949 em Fernandópolis, subscrevendo histórias sobre a cidade e sobre os movimentos sociais³³¹.

Historicamente, corroborou nesse “empreendimento” a série de quatro reportagens editadas para a revista “O Cruzeiro”, intitulada “**A 5.^a COLUNA VERMELHA NO BRASIL**”, publicada nas edições dos dias 10, 17 e 24 de setembro e 1º. de outubro de 1949. Nessa série de reportagens, maquiavelicamente (não consigo agora pensar em outro termo que não esse) a revista “O Cruzeiro”, que pertencente ao grupo empresarial-capitalista “Diários Associados”, construiu narrativas que expressaram categoricamente estar o Brasil sendo alvo de uma conspiração comunista e a estratégia passaria por iniciar a “revolução vermelha” pelo interior do Estado de São Paulo. Para isso, “noticiaram” a prisão de um “espião soviético” e suas “confissões”, o projeto de “tomada do poder” como “objetivo final”, a penetração dos “agentes do ‘Kominform’ em São Paulo” e, por fim, na edição do dia 01 de outubro de 1949, a “Insurreição dos trabalhadores rurais”, tratando, detalhadamente, do acontecimento em Fernandópolis. Nessa última edição da revista “O Cruzeiro”, a reportagem ocupou sete páginas distribuídas entre as páginas 69 a 92. A série de reportagens é assinada pelo repórter Arlindo Silva, o mesmo autor da reportagem para o “Diário de São Paulo”. As reportagens foram amplamente ilustradas com reproduções de documentos do DOPS (manuscritos, organogramas, entrevistas, diários, fotografias, periódicos, entre outros materiais), com o evidente objetivo de provocar um “efeito de verdade” na série, já que o DOPS era visto como “uma trincheira poderosíssima na luta contra o plano de subversão dos vermelhos” e, assim, portador “da verdade” sobre os fatos. Portanto, a revista “O Cruzeiro” justifica a série de reportagens nos termos:

Começamos a divulgar hoje uma série de reportagens sobre as atividades subterrâneas dos comunistas no Brasil. A documentação que acompanha e ilustra de maneira insofismável a narrativa do repórter, foi fornecida, com exclusividade a O CRUZEIRO pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo – uma trincheira poderosíssima na luta contra o plano de subversão dos vermelhos. O material que vamos publicar se refere mais particularmente à fermentação comunista no poderoso Estado de São Paulo, o qual, por ser a fonte principal da riqueza econômica do país, e também a unidade mais moderna e mais progressista, reunindo cerca de 600 mil operários só na indústria – é, por isso mesmo, o foco de maior efervescência política, e campo preferido pelos escravos de Moscou para sua campanha de agitação³³².

³³¹ Cf. DIÁRIO DE SÃO PAULO. O caso de Fernandópolis. 17 de dezembro de 1944 apud COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al.. **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 44-45. O periódico era comercializado em banca na cidade, conforme noticiado nas páginas do semanário da cidade “Fernandópolis-Jornal”.

³³² O CRUZEIRO, 10 de setembro de 1949, p. 79.

O “empreendimento” dos “Diários Associados” não permite que paire dúvidas sobre suas intenções e de seu posicionamento político e ideológico, situando o material como uma prática social que pode intervir no social com o desígnio de direcionar os rumos do porvir. Ao narrar sua versão sobre o acontecimento, a revista “O Cruzeiro” significa o movimento e apetece definir “o que ocorreu de fato”, forjando imagens e associações de idéias e projetos que, de fato, não tinham tal amplitude ou conexão como o periódico em sua “insofismável” narrativa procurava demonstrar. As narrativas construíram memórias não apenas do movimento ocorrido em Fernandópolis, mas sobretudo corroboraram a tradicional imagem do Estado de São Paulo como “a unidade mais moderna e mais progressista” – o “carro chefe da nação”.

A última reportagem da série, “**A 5.^a COLUNA VERMELHA NO BRASIL – IV: Insurreição dos trabalhadores rurais**”, cujo subtítulo expressa a memória dividida sobre o movimento, ao afirmar – com certa ambigüidade – os trabalhadores como sujeitos em seu movimento social. A narrativa ambígua limitou-se ao subtítulo da série jornalística, pois logo abaixo, no texto que informa a “IV” reportagem, esses mesmos trabalhadores rurais foram descritos depreciativamente como “homens simples do campo”, sujeitos a “politização [...] visando à formação de ‘Ligas camponesas’”.

Antes de tratar do “O LEVANTE ARMADO EM FERNANDÓPOLIS”, título de um dos diversos itens que compõem a última reportagem da série, o jornalista teceu um preâmbulo em que se utilizou trechos de discursos atribuídos a dirigentes partidários, narrou rapidamente acontecimentos em Santo Anastácio, com a preparação e organização de um “congresso camponês”, e a assembléia anual da “Cooperativa Mista Agrícola”, realizada no dia 20 de março de 1949, bem como os conflitos daí decorrentes entre a polícia e os trabalhadores, destacando o envolvimento de Olinto Bagatelli e Nestor Vera. Em Presidente Bernardo, informa o repórter, o médico José da Silva Guerra também buscava mobilizar os trabalhadores rurais para o “congresso camponês” em Santo Anastácio. Com a intervenção da polícia, o “congresso camponês” fora dissolvido, mas em meio à tensão decorrente da ação da polícia e a resistência dos trabalhadores, muitos saíram feridos e o cabo José Luís de França, “recebendo um tiro mortal no ventre [...], veio a falecer na ‘Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças’, em Presidente Prudente”³³³.

³³³ O CRUZEIRO, 01 de outubro de 1949, p. 72.

A narrativa sobre o movimento ocorrido em Fernandópolis fora assim relacionada aos diversos movimentos de trabalhadores e a mediação do PCB no interior do Estado de São Paulo. Abaixo, parte do texto da reportagem:

[...] Mas a obra **subversiva dos vermelhos** faz-se sentir em todas as latitudes, e é assim que teve lugar na localidade de Fernandópolis no extremo noroeste do Estado, o mais **ousado** cometimento dos comunistas em São Paulo: a tentativa de tomar a cidade pelas armas e iniciar a marcha pelo interior do Estado. Fernandópolis fica no chamado “sertão paulista”, onde apesar disso, pode-se encontrar com facilidade sempre um campo de aviação. Quando o autor dessa reportagem desembarcou lá, no “Beecherft” dos “Diários Associados”, os populares que logo acercaram o aparelho disseram ao Comandante Henrique Natividade: – “O senhor deve pedir um soldado para guardar o avião”.

Chegáramos à pequena cidade alguns dias depois da **sublevação dos homens do campo**, e percebemos que o ambiente ali era de temor e inquietação, mesmo tendo fracassado aquela pequena **revolução comunista**. Assim, fomos à delegacia de polícia e pedimos uma praça para montar guarda ao “Raposo Tavares”. O delegado cedeu dois soldados, os quais passaram a noite junto ao aparelho. Comeram marmitta sentados nas rodas dele, e dormiram debaixo das suas asas, com armas embaladas à mão.

O que as nossas mais altas autoridades federais devem ter em conta, em face da **rebelião** de Fernandópolis é o seguinte: com demagogia, promessas e lábia doutrinária, os comunistas conseguiram convencer os **colonos** das fazendas do município a tomarem parte na “**revolução agrária**”. Este é um detalhe sumamente grave: o controle do **trabalhador rural**, do qual depende, em grande parte, o homem da cidade. É verdade que o **levante** de Fernandópolis fracassou: os grupos que deveriam marchar de vários pontos sobre a cidade, ou não compareceram os (sic) chegaram atrasados. Mas o principal em vista é que os **pobres homens da roça** acreditaram na palavra ardilosa dos **vermelhos**, e à sombra deles marcharam para a **loucura**. Isto posto, vejamos como se processaram os acontecimentos.

PALAVRA DE ORDEM DO PARTIDO COMUNISTA

Antônio Alves dos Santos, conhecido por “Antônio Joaquim”, vereador de Prestes à Câmara Municipal de Fernandópolis, velho comunista e chefes dos vermelhos na região, no dia 18 de julho (sic) último reuniu em sua casa, no sítio chamado “Córrego do Feijão”, comunistas e simpatizantes do PCB, dos vários povoados das redondezas, sob a alegação de que “tinha uma palavra de ordem do Partido para lhes transmitir”. Com efeito, Antônio Joaquim disse aos seus “camaradas” ali reunidos, cerca de 20 pessoas, que a “**revolução agrária**” seria deflagrada de um momento para outro em todo o território nacional. Os **camponeses precisavam ter suas terras** e a única forma de conseguirem esse intento era a **revolução armada**. Dessa maneira, conclamava-os a tomarem parte no **movimento**, afirmando que se tratava de uma “ordem” e que, por isso mesmo, só lhes cabia obedecer. Explicou que todos deveriam se preparar sem perda de tempo, porque dali a alguns dias receberiam todos as instruções para o **levante**. O dia escolhido para a irrupção do movimento foi o da véspera de São João, 23 de junho. Era um dia propício, porque os fogos estouravam em todos os cantos. De modo que os tiros que teriam de ser disparados passariam por simples bombinhas e rojões. Na tarde daquele dia, foram enviados para os povoados de Dulcinópolis (sic), Fazenda São Pedro, Macedônia (mais conhecida como “Moscouzinho” pelo elevado número de comunistas ali residentes), Brasitânia e Córrego do Arrodeio as instruções prometidas. Para uns, Antônio Joaquim recomendou que o esperassem na cidade, onde ele deveria estar na madrugada de 24; para outros, determinou que aguardassem em determinado ponto da rodovia que liga o povoado de Populina a Fernandópolis. Juntamente com essas instruções, Antônio Joaquim transmitiu aos seus companheiros de rebelião a “senha” para o movimento, a qual era: “**a partida de feijão está pronta**”.

ASSALTOS A MÃO ARMADA

O movimento se originou na vila de Populina, por volta das 23 horas do dia 23, véspera de São João. Ali, pouco mais de dez comunistas, todos eles empunhando revólveres e carabinas, assaltaram o “inspetor de quarteirão” e o guarda-noturno locais, desarmando-os. Ato contínuo, invadiram as casas de vários comerciantes, obrigando-os a entregarem suas armas. Em seguida, de armas na mão, forçaram o motorista da “jardineira” que pernoita no povoado e que faz a linha Populina-Fernandópolis, a tomar a direção do veículo, para transportá-los à cidade visada. Ocupando a “jardineira” aos gritos de “Viva a revolução agrária”!, “viva a revolução comunista”! e “viva a Rússia soviética”! os rebeldes tomaram rumo de Fernandópolis. Em caminho, apanharam no “Córrego do Feijão” o chefe Antônio Joaquim, o qual assumiu o comando do assalto [...]³³⁴.

A narrativa extensa reproduz, em muitos momentos, trechos do inquérito policial³³⁵ aberto para o caso e a reportagem publicada, anteriormente, pelo “Diário de São Paulo”³³⁶. A reportagem ainda relata que o movimento na cidade “fracassou” porque os outros grupos, (“bandos”) que estavam mobilizados não chegaram a Fernandópolis. Por fim, destaca o “Segundo Congresso das Municipalidades”³³⁷, que ocorreu em Ribeirão Preto entre os dias 12 e 17 de junho, em que muitos “vereadores de Prestes” foram presos e indiciados; encerrando a reportagem, “a palavra do General Scardela Portela” – no período, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo – em que afirmava que “O comunismo foi o maior veneno lançado no espírito humano no decorrer do século XX. É uma teoria absurda e inadmissível sob todos os pontos de vista [...]. Em São Paulo estamos agindo com a máxima energia contra estes perturbadores da ordem pública [...]”³³⁸.

Nesse processo de construção social das memórias a imprensa capitalista se impôs como articuladora da versão daquele tempo vivido. Nas palavras de Laura Antunes Maciel, “a definição de quais memórias merecem ser preservadas ainda é, em grande medida, pautada pela hierarquia elaborada no exercício da dominação social e política do conjunto da sociedade, na determinação do que é ou não memorável ou preservável”³³⁹. Nesse ambiente político e social marcado de lutas diversas de trabalhadores e de uma intrincada temporalidade

³³⁴ O CRUZEIRO, 01 de outubro de 1949, p. 82 e 88. (Grifo nosso).

³³⁵ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 747 de José Honório da Silva e outros. 25/06/1949; PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949.

³³⁶ DIÁRIO DE SÃO PAULO, São Paulo, 16 de agosto de 1949.

³³⁷ Cf. POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. A segunda parte dessa obra trata do “Congresso das Municipalidades” ocorrido em Ribeirão Preto/SP e das atividades do PCB na região.

³³⁸ O CRUZEIRO, 01 de outubro de 1949, p. 92.

³³⁹ MACIEL, L. A. De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 277.

de disputas de projetos políticos e de disputas ideológicas situadas no domínio da Guerra Fria memórias foram narradas sobre o movimento de trabalhadores em Fernandópolis.

Calil Chade, também conhecido como Oto Santos³⁴⁰, militante pecebista, que escrevia com frequência nos periódicos “A Classe Operária” e “Voz Operária”, produziu o seguinte relato sobre o movimento social dos trabalhadores de 23 para 24 de junho de 1949, publicado com o título **“A luta dos camponeses de Fernandópolis”**, no periódico “A Voz Operária”:

O sertão situado em torno de Fernandópolis, na Alta Araraquarense, tem sido, neste último ano, uma zona de sérias lutas dos camponeses contra a exploração do latifúndio e contra a política de Adhemar, que protege os interesses dos grileiros e grandes proprietários de terra.

Em maio do ano passado [1948] a massa camponesa invadiu a cidade a fim de exigir a libertação dos seus produtos confiscados pelos latifundiários e pelas autoridades bem como para protestar contra os altos preços cobrados pelo arrendamento da terra. As autoridades, diante dos 940 camponeses, fugiram e deixaram a cidade nas mãos da massa revoltada.

No princípio deste ano, por ocasião das eleições municipais, o terror e a violência policial do Sr. Adhemar desencadeou nessa zona, a fim de impedir que os camponeses elessem livremente os seus representantes. Todo o terror fascista não intimidou a massa, que continuou lutar [ilegível] com mais energia pela conquista de suas reivindicações.

Toda a região de Fernandópolis é tomada por vastos latifúndios pertencentes aos frigoríficos estrangeiros e a uma dúzia de grileiros, como [ilegível], Jales, Ludgreen [ilegível], Garcia e outros.

Nesses grilos, onde comumente há choques armados entre os capangas dos pretensos donos das terras, são explorados milhares de camponeses que pagam preços os mais absurdos pelo arrendamento.

Há muitos anos que se desenvolve no meio da massa de arrendatários uma luta vigorosa pela redução do preço cobrado pela “renda” da terra. É o que os camponeses tem visto [é] aumentar esse preço, ao mesmo tempo que o governo Adhemar joga sua polícia para perseguir aqueles que lutam contra a fome e a exploração crescente. Neste ano a situação dos camponeses agravou-se mais.

O custo de vida se tornou muito mais sério e a falta de assistência aos trabalhadores da terra chegou ao auge. O veneno para matar as pragas do algodão só era encontrado no cambio negro e [...] preço de 70 e 90 cruzeiros. A falta do veneno determinou que a maior parte da colheita do algodão fosse destruída pela lagarta e pelo [ilegível]. Além disso, na época da colheita os preços dos produtos, como algodão, milho, amendoim e arroz, sofreram grande baixa, prejudicando os interesses dos arrendatários em favor dos grandes compradores.

É diante dessa situação e da necessidade urgente que os arrendatários têm de se libertar das explorações impostas pelos grileiros e tatuíras, que os camponeses se ergueram pela conquista de seu pedaço de terra próprio, livre do arrendamento.

³⁴⁰ Informação fornecida por Lyndolpho Silva em 2 de abril de 1990, na entrevista concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa, no Instituto Cultural Roberto Morena, Cf. COSTA, L. F. de C. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. **Estudos. Sociedade e Agricultura**. Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 2, Julho/1994, p. 67-88. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/flavio2.htm>> Acesso em: 23 ago. 2008.

As suas lutas anteriores lhes mostraram que isso só poderia ser conquistado através de uma luta mais enérgica, em que tinha que enfrentar a reação da polícia protetora [...] (Trecho ilegível de 4 linhas, aproximadamente, descrevendo o início do movimento). Nessa ação eles contaram, naturalmente, com apoio de toda massa, como tão bem ficou demonstrado pela população camponesa de Populina que festejava o São João.

A reação da polícia fascista de Adhemar não se fez esperar na defesa dos grileiros, contra a massa camponesa esfomeada e miseravelmente explorada.

Procurando apresentar a luta dos camponeses como uma ação isolada dos comunistas, a polícia procura acobertar a sua ação de defesa exclusiva dos grileiros. A atitude do vereador de Prestes, Antônio Joaquim, à frente da massa, é a atitude justa que devem tomar os legítimos defensores dos interesses dos trabalhadores que o elegeram. O delegado fascista Louzada da Rocha, que é hoje o laçao enviado para todas as ações terroristas contra os camponeses, atirando a polícia contra os trabalhadores que lutam contra a fome, silencia com relação a todos os conflitos armados entre capangas, que se sucedem no sertão paulista, seja nos grilos da Sorocabana, da Paulista, da Noroeste ou da Araraquarense. Isso caracteriza bem o que é o governo de Adhemar, que persegue os trabalhadores, explora o povo e acoberta os crimes dos grileiros Nabiene Tolosa, Moura Andrade, Pisa Sobrinho, Jales, Garcia e também outros.

Mas a reação procura, agora, usar de uma nova tática. É a de silenciar e não fazer estardalhaço pela “imprensa sadia” como fez com a luta de Santo Anastácio. É que ela sabe quanto é grave a situação no campo e como cresce a combatividade dos camponeses que cada dia estão mais dispostos a lutar com energia contra a exploração e o terror. A própria imprensa dos latifundiários procura silenciar sobre um acontecimento tão importante porque pretende criar uma falsa ilusão de que tudo no campo vai indo muito bem [...] ³⁴¹.

A narrativa de Calil Chade constitui-se em uma evidência desse processo social de construção histórica e social de memórias que se cindem por interesses de classe em luta. Sua narrativa foi produzida nesse ambiente de tensões, marcada por suas perspectivas políticas e “estruturas de sentimentos” valorados e realmente vividos e sentidos ³⁴².

O jornalista Chade era, confessadamente, militante comunista brasileiro nas décadas de 1940 e de 1950. Suas formulações teóricas e políticas – isto é, os referenciais dos quais partia para compreender o processo histórico e sua transformação – estavam revestidas de uma leitura de época, uma perspectiva histórica etapista e linear, partilhando de noções de que

³⁴¹ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1949, p. 2. Os trechos ilegíveis são decorrentes das condições dos micro-filmes do referido periódico.

³⁴² Cf. WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 134. O autor está preocupado com as questões do presente e as relações de historicidade dos processos, o caráter ativo da experiência social e das relações sociais; na obra define “estruturas de sentimento” como “O termo é difícil, mas ‘sentimento’ é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’”. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas.”

o campo brasileiro conservava resquícios feudais³⁴³ e identificando a diversidade de trabalhadores rurais à noção “camponeses”, como fica evidenciado em sua intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em novembro de 1954³⁴⁴. Todavia, é justamente isso que torna relevante a narrativa de Chade, pois expressa o “desejo revolucionário” e “sonho de outro mundo possível³⁴⁵”. Historicamente, uma determinada elaboração a partir de relações sociais experimentadas e significadas.

O entorno da cidade, nos limites territoriais entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, é descrito pela forte imagem dual de “sertão” dominado por grileiros e seus capangas. Antes de abordar o movimento, Chade procurou descrever o

³⁴³ O historiador Caio Prado Junior, militante do PCB e crítico dessas interpretações pecebistas, argumenta que não é possível a “transposição de tal situação [feudalismo e o latifúndio feudal] e conjuntura para as condições do Brasil. As coisas se passaram historicamente entre nós, e por isso continuaram a se manifestar de maneira completamente distinta. E por mais que se queira enquadrar o nosso caso na teoria inspirada em circunstâncias como aquelas que descrevemos [o feudalismo europeu] e que não encontram semelhança alguma, próxima ou remota, na formação e na realidade brasileira, não se consegue mais que uma grosseira caricatura que os fatos ocorrentes em nosso país se recusam terminantemente a reproduzir. [...] O conceito de latifúndio feudal ou semifeudal é inaplicável e inteiramente descabido no que respeita ao Brasil [...]”. PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 60. Para uma discussão da questão agrária e projetos de reforma agrária em Caio Prado Junior, Cf. RANGEL, M. S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. 2000. 372 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SILVA, L. R. O. **A crônica da reforma agrária em Caio Prado Júnior e nos textos pecebistas**. 2002. 189 fls. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

³⁴⁴ Cf. SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. **Problemas**, n. 64, dez. 1954 – fev. 1955. Disponível em: < http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/agraria.htm > Acesso em 18 out. 2008. Naquela ocasião caracteriza da seguinte forma o campo brasileiro e a questão agrária: “1 - A imensa maioria dos camponeses no Brasil é constituída de camponeses sem terra. Para uma população economicamente ativa de 11 milhões e 500 mil pessoas no campo, existem apenas 2.100.000 propriedades agropecuárias. Os habitantes do campo, economicamente ativos, isto é, os assalariados agrícolas e camponeses que não possuem terra, são aproximadamente 10 milhões. 2 - Os grandes proprietários de terra que dispõem de mais de 500 hectares monopolizam as terras no Brasil. Representando 3% do número total dos proprietários de terra e 0,7% da população ativa no campo, esse punhado de latifundiários domina atualmente 63% da área global das propriedades agropecuárias. 3 - Cerca de 1.995.000 proprietários, possuidores de áreas de terra inferiores a 500 hectares, são donos de 37% da área global das propriedades agropecuárias. Na sua grande maioria esses proprietários constituem a massa de camponeses pobres, médios e ricos, possuidores de terra própria. 4- Nas relações de produção do campo, subsistem, em toda parte e sob as mais diversas formas, restos feudais e escravistas: o trabalho gratuito e obrigatório, que é a subsistência da prestação pessoal de serviço; a «meia» e a «terça»; a negação dos mais elementares direitos civis e democráticos; o sistema das coações econômicas e extra-econômicas, por dívidas, etc. Mesmo naquelas economias onde maior tem sido a penetração capitalista, subsistem restos feudais e escravistas, utilizados pelos latifundiários e pelos camponeses ricos para arrancar maior renda da terra e maiores lucros. 5 - Existe em nosso país imensas reservas de terras. São as chamadas terras devolutas. Essas terras correspondera a 3/4 da área geográfica do país. A área total das propriedades agropecuárias corresponde apenas a 23% da área geográfica do Brasil. A área cultivada não vai além de 10% da área total das propriedades, representando cerca de 2% da área geográfica. 6 - O desenvolvimento desigual da economia nacional é particularmente acentuado no que se refere à nossa economia agropecuária. Este desenvolvimento desigual da economia agrária tem como causa fundamental o monopólio da terra; ou seja o regime latifundiário-feudal que constitui a base da exploração do nosso país pelos imperialistas. É disto que decorrem as graves deformações de economia nacional e os mais funestos resultados para a vida de nosso povo.”

³⁴⁵ PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n°. 10, p. 41-58, dez/1993, p. 45-46.

ambiente vivido pelos trabalhadores rurais, em particular, pelos arrendatários de terra, como sendo envolto de necessidades, antagonismos e expectativas, ao organizarem-se em movimento de luta por direitos e na luta pela terra.

É significativa a informação de que a cidade já houvera sido ocupada pelos trabalhadores no ano anterior, evidência de que os conflitos em torno das relações de trabalho e da luta pela terra foram anteriores a 1949. Evidência de um processo histórico complexo, que não principiava e muito menos encerrava em 1949.

As tensões vividas em torno da defesa de seus respectivos projetos na cidade já havia levado os trabalhadores a vislumbrar a ocupação da cidade como uma possibilidade em 1947. A notícia foi vinculada no periódico “Hoje”, por mais que os redatores do jornal pecebista, naquele ano, buscassem desconversar a respeito por acreditarem na reversibilidade da legalidade do PCB e na política de “união nacional”³⁴⁶. Notícia o periódico com a manchete **“Manobra diabólica dos reacionários de Fernandópolis desmascarada pelo Secretário de Segurança”**:

Fernandópolis. Os raposas reacionários do PSD deste município, logo que tiveram conhecimento pelo rádio, da notícia do fechamento do PCB, arquitetaram um plano diabólico a fim de provocar desordem nesta cidade e com ela talvez a desejada intervenção federal no Estado. Tudo isso é lógico, cumprindo ordens dos seus patrões, Morvan, Costa Neto, etc. Fizeram com que o delegado local se deixasse levar pelos seus boatos alarmistas. Assim sendo, disseram ao delegado que mais de 60 famílias de camponeses armados, estavam prontos para invadir a cidade em sinal de protesto pelo fechamento do PCB e que matariam todo mundo que encontrassem na mesma. O delegado, assustado com o falso boato, telegrafou ao Secretário da Segurança pedindo reforço de tropas ante o ‘Assalto esperado’ ... Como era natural, o Coronel Flodoaldo Maia, que conhece muito bem a manha dessa gente, negou-se a enviar o reforço pedido, mandando que o delegado regional de Rio Preto, fosse verificar ‘in loco’ o que havia. Aqui chegando, encontrou, essa autoridade, tudo em ordem, reinando a mais completa calma em toda região³⁴⁷.

Para aqueles trabalhadores, a ocupação da cidade aparecia como uma forma de resolução de seus problemas; promover concentrações e manifestações de trabalhadores pelas ruas da cidade estava se constituindo em prática de luta. A invenção dessa prática parecia útil

³⁴⁶ Irineu Luís de Moraes relata, em suas memórias que, diante da política partidária daquele momento, precisou se deslocar para cidade Miguelópolis com o objetivo de desmobilizar a militância, que acreditava que o seu papel era resistir à cassação do registro do PCB e do fechamento de sua sede, Cf. WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 96-99.

³⁴⁷ HOJE, São Paulo, ano II, 17 de maio de 1947, p. 2 apud BARRIGUELLI, J. C. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, v. 2, 1981.

no enfrentamento das “formas de controle” e do exercício da exploração e dominação pela burguesia agrária e urbana de Fernandópolis. As experiências vividas e pensadas por esses trabalhadores levaram a formular práticas como essas e a compor seus “repertórios de resistência”³⁴⁸, estabelecidos no contrateatro encenado pelos trabalhadores nas diversas lutas diárias no espaço do campo ou da cidade³⁴⁹.

Partindo de perspectivas semelhantes à de Chade, Carlos Marighella também enfatiza a ocupação da cidade ocorrida em 1948, em texto elaborado para a publicação na revista “Problemas”, em janeiro de 1949, com o título “**Nossa Política**”:

Ao lado dessas greves tão ricas de experiências, verificamos por outro lado que as massas camponesas se lançaram à luta, enfrentando a reação dos senhores feudais e a polícia, sem atender aos apelos do padre, do advogado ou do coronel. Essas lutas dos camponeses se revestiram das mais variadas formas, desde os comícios contra o alto preço dos arrendamentos, até os desfiles e demonstrações em praça pública contra os latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, onde a cidade foi dominada pelos camponeses, e as autoridades fugiram³⁵⁰.

Em uma direção similar, a narrativa de Mauricio Grabois, escrita em maio de 1949, também publicado na revista “Problemas”, relaciona esse movimento ao “Manifesto de Janeiro de 1948”:

Demonstrações e comícios de camponeses contra o alto preço dos arrendamentos e por outras reivindicações [...]. Importante manifestação nesse sentido foi a que realizaram em Fernandópolis, Estado de São Paulo, cerca de 900 camponeses, desfilando pela cidade de armas na mão e pondo em fuga as autoridades locais.

[...] Não orientamos suficientemente as massas camponesas em suas lutas e ainda vacilamos em dar-lhes perspectivas claras para enfrentar a reação dos latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, Estado de São Paulo, quando foi realizada uma demonstração de massa de cerca de 900 camponeses, convocados para uma ação prática contra os latifundiários e que foram dissolvidos por ordem de camaradas nossos, quando já o prefeito, o delegado e demais autoridades municipais tinham fugido³⁵¹.

A autocrítica em tom de lamento de Grabois dimensiona os significados que adquiriu para alguns quadros partidários aqueles movimentos de trabalhadores rurais e suas lutas. Ao

³⁴⁸ Cf. HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. L. SOVIK. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003, p. 229.

³⁴⁹ Cf. THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. A. L. Negro, e S. Silva. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 227-267.

³⁵⁰ MARIGHELLA, C. Nossa política. **Problemas**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 16, jan. 1949, p. 7.

³⁵¹ GRABOIS, M. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. **Problemas**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 20, ago./set. 1949, p. 25.

desvelar um dos principais problemas vividos pelos trabalhadores arrendatários e sem terra da região de Fernandópolis, o número de 900 “camponeses” ou mais é significativo não pelo quantitativo que ele poderia expressar naquele momento, mas pela potência desses sujeitos ocupando a cidade, dando visibilidade ao problema da terra e as suas reivindicações.

A “oportunidade perdida”, lamentada por Grabois, está muito próxima ao que Alessandro Portelli identificou em sua pesquisa junto a trabalhadores e militantes comunistas na Itália – os sonhos ucrônicos: “não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter ocorrido”³⁵² se o partido tivesse se posicionado de maneira diferente e não tivesse desmobilizado os trabalhadores³⁵³. Parece que as críticas às versões externas e as autocríticas às posturas políticas partidárias direcionavam em perspectiva histórica a narrativa sobre os movimentos sociais no campo e na cidade como campo de possibilidades, se determinadas práticas e atitudes tivessem sido diferentes³⁵⁴.

Na intervenção no IV Congresso PCB, Chade formula uma crítica interna à política partidária do período anterior e examina o movimento de 1949 em Fernandópolis, textualmente afirmando o “sectarismo” partidário em substituir as “lutas da massa pela vanguarda. Um exemplo típico dessa forma sectária de ação nós o temos na luta que ocorreu em Fernandópolis”³⁵⁵.

No artigo publicado no periódico “Voz Operária” Chade chama a atenção para a “imprensa sadia”. De acordo com Chade essa imprensa havia silenciado diante dos

³⁵² Alessandro Portelli, analisando entrevistas de trabalhadores e militantes comunistas na Itália, identifica um processo semelhante de questões colocadas em torno do “tema da oportunidade perdida” à medida que a política de “união nacional” e o “compromisso histórico” passaram a ocupar a agenda do PCI (Partido Comunista Italiano) após a Segunda Guerra Mundial. Cf. PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, Educ, nº. 10, p. 41-58, dez/1993, p. 49-51.

³⁵³ Sobre esse processo histórico a historiadora Beatriz Ana Loner afirma que: “A preocupação fundamental de Stalin em suas conversações com os aliados era dividir o mundo em esferas de influência de tal forma que fossem resguardadas a segurança soviética e o controle do leste europeu, ao mesmo tempo que se evitasse conflitos entre as 2 grandes potências: URSS e EUA. A política de ‘união nacional’ desenvolvida pelos partidos comunistas, na Europa e outros continentes, servia a estes interesses. Isto trouxe como consequência, na Europa, a frustração da revolução na França e na Itália, seu esmagamento na Grécia e proporcionou a burguesia a folga necessária para reconstruir sua dominação, nestes e nos demais países. Encontrou ela nos comunistas, neste período, seus mais fiéis aliados, não só heróicos lutadores contra os nazistas, não só bons advogados em suas relações com as massas trabalhadoras, mas também excelentes ajudantes na reconstrução econômica, social e política dos diversos países nos moldes burgueses.” LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 24.

³⁵⁴ Torna-se relevante ressaltar que tanto Grabois quanto Marighella compunham os quadros da direção do PCB naquele momento. Movidos pela autocrítica e avaliação política do período anterior a cassação do registro do PCB e dos mandatos parlamentares, período anterior este em que apostaram em uma política de conciliação de classe e de união nacional – na perspectiva de uma revolução democrático-burguesa.

³⁵⁵ SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 64, dez. 1954/fev. 1955.

acontecimentos em Fernandópolis. Todavia, o movimento de 1949 foi tratado por essa “imprensa sadia” talvez não da forma e com o espaço que desejava Chade. Significativamente, os interesses do silêncio da imprensa são identificados: não dar visibilidade ao um movimento que poderia tornar-se paradigma e estímulo para as lutas dos trabalhadores no interior do Estado de São Paulo.

As “notícias” vinculadas pela “imprensa sadia”, problematizadas nessa pesquisa, foram consideráveis para um movimento circunscrito, por essa mesma imprensa, em uma só noite, mas que de imediato teceu narrativas estabelecendo relações entre o movimento e alguma trama conspiratória internacional de perspectiva comunista, que, nas palavras de Chade, a imprensa apresentou o movimento “como uma ação isolada dos comunistas”. As narrativas de Chade (na “Voz Operária”, em 1949, e no IV Congresso PCB, em 1954) em nenhum momento caracterizaram o movimento de trabalhadores em 1949 em Fernandópolis de “revolução comunista” ou de “revolução agrária”. Seus argumentos situam o movimento naquele ambiente de lutas dos trabalhadores rurais que, pressionados por circunstâncias diversas de exploração e desiludidos com o pagamento da “renda” ou com os “despejos”, “ergueram pela conquista de seu pedaço de terra próprio, livre do arrendamento [...], através de uma luta mais enérgica”. É muito provável que Calil Chade tenha cogitado que situar e relacionar àquelas lutas dos trabalhadores à órbita do PCB não constituía a forma mais adequada de defendê-los diante da repressão policial e política do DOPS. De forma perspicaz, Chade denuncia que “a história escrita pelas classes dominantes não registra e procura encobrir a verdade do que tem sido no Brasil a luta sangrenta dos camponeses pela conquista de terras ou pela defesa de suas terras”³⁵⁶. Essa sua fala, cinco anos depois do movimento de 1949, mapeia, acredito, a produção social da memória e os sentidos atribuídos pela “imprensa sadia”.

Paradoxalmente, o periódico “**O Marmiteiro – a voz das fábricas em defesa dos trabalhadores**”, na coluna “Noticiário”, no final da segunda página, expressa-se da seguinte forma sobre as lutas dos trabalhadores rurais ocorridas em junho de 1949:

Alta Araraquarense – Os camponeses do sertão da Alta Araraquarense não resistindo mais as miseráveis condições de vida, a que eram submetidos, resolveram tomar as terras. Assim, penetraram nas grandes fazendas, e nos “grilos” **ocupando terras** e as estas horas devem estar **marchando para os povoados** onde irão buscar do que **comer e vestir**. Este é um exemplo a ser seguido pelos operários das cidades. Ficar

³⁵⁶ Idem, Ibidem.

parados e indiferentes é morrer míngua. Lutar por meio de greves e outros movimentos é conquistar os melhores dias para os nossos filhos³⁵⁷.

O editor do periódico “O Marmiteiro” termina o exemplar com a frase “Leia e passe adiante este jornal”. O periódico de duas colunas parece ser publicado em duas páginas e impresso em mimeógrafo. O exemplar número 6 trata de vários temas, entre eles, o “Congresso de Vereadores” ocorrido em Ribeirão Preto, no período de 12 a 16 de junho. O periódico caracteriza o evento como um conluio dos integralistas e latifundiários para reformar – “rasgar” – a Constituição e retirar a liberdade de pensamento, de palavra e reunião, liberdade de associação, liberdade de imprensa, enfim, “legalizar a ditadura de Dutra”, bem como para impor aos trabalhadores o trabalho de “estrela a estrela”. Notícia também a militância dos “vereadores de Prestes” no “Congresso das Municipalidades” e denuncia a repressão e prisão a esses vereadores. A nota marginal no periódico enfatiza as lutas dos trabalhadores rurais, reivindicada como estratégia e exemplo para o operariado das cidades, defendendo ainda a “união” entre “camponeses e operários” para superar o imperialismo norte-americano.

Por outro lado, de forma intrincada, a nota evidencia que as diversas lutas sociais no campo estavam ocorrendo articuladamente e eram esperadas para aquele momento. O ambiente social vivido pelos trabalhadores rurais parecia propício para a ocupação de terras. Presumivelmente, premidos pelas circunstâncias políticas do momento e orientados pelo “Manifesto de Janeiro de 1948”, alguns militantes se deslocaram pelo interior do Estado de São Paulo para uma determinada “palavra de ordem do partido”. Parecia ser essa a informação em Fernandópolis.

Não menos intrincado, em 1946 já circulava no interior do DOPS informações sobre um possível “levante comunista” na região de Fernandópolis:

CORFORME determinações de V. S. procedi investigações em torno da situação política de Fernandópolis, apurando o seguinte:

Em Fernandópolis grande parte da população é adepta ao Partido Comunista Brasileiro (sic). Apurei que, um mês atrás (sic), os principais elementos do Partido estiveram na Capital do Estado, afim de receberem ordens para tomarem parte num **levante comunista**, que devia ser geral no País, de onde voltaram aguardando novas

³⁵⁷ O MARMITEIRO – A voz das fábricas em defesa dos trabalhadores. N. 6, Ano I, Junho de 1949 Apud POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 180-181. O periódico foi apreendido pela polícia em Ribeirão Preto; havia sido distribuído no “II Congresso das Municipalidades” e é anexado pelo autor. (Grifo nosso).

oportunidades para o citado levante. Os cabeças do Partido tem o **costume** de promoverem bailes nas fazendas das imediações, sem o consentimento do Delegado de Polícia local, afim de transformarem os ditos bailes em reuniões políticas, tanto que, o Dr. Castelo Branco, Delegado local, mesmo sem ter o auxílio de praças da Força Armada, vai somente acompanhado do escrivão de polícia, afim de impedir tais irregularidades, correndo assim grande perigo, por ser ele odiado pelos comunistas. Suspeita-se na cidade, que o Partido está de posse de grande armamento de diversas qualidades. [...]. João Lino Jacinto, investigador³⁵⁸.

É impossível determinar se os trabalhadores estavam organizando um “levante comunista” em 1946. Como também é impossível perscrutar como aqueles, que foram identificados como comunistas pelo investigador João Lino Jacinto, narravam para si mesmos o processo histórico que estavam vivendo. A pesquisa sobre esse processo histórico em 1946 está limitada pelos arquivos do DOPS. Todavia, esses mesmos materiais históricos já problematizados na pesquisa evidenciam que os trabalhadores em Fernandópolis não iniciaram suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como a luta pela terra, com o “levante comunista” de 1949. E, tão pouco, essas lutas estavam reduzidas às pautas que emanavam do PCB. Diante desse processo histórico, a explicação histórica situa-se no campo de possibilidades. A compreensão desse processo histórico direcionou a pesquisa para o início da década de 1950.

O primeiro jornal da cidade foi o “Fernandópolis-Jornal”. O periódico foi criado em 1945 como uma empresa de Orlando Lopreto³⁵⁹, com a colaboração de Jayme Baptista Leone. A partir de 1947, o jornal passa para a propriedade de Jayme Leone, que era seu principal redator, mas contava com diversos colaboradores. O “Fernandópolis-Jornal” sobreviveu até o ano de 1996. Todavia, os exemplares entre os números 102 e 257 não estão disponíveis para a pesquisa, que estende o ano de 1948 a 1950³⁶⁰. O periódico não usa muitas ilustrações e mantém colunas fixas no decorrer do período pesquisado. A tiragem regular foi de 1000 exemplares, com distribuição em toda região. É comum, nesse periódico, publicidades de

³⁵⁸ RELATÓRIO dos investigadores João Lino Jacinto e Francisco Aristodemos Decimo de Angelis, em deligência mediante OFÍCIO n. 6.383, de 27/06/ 1946, OFÍCIO da Delegacia Regional de Polícia de São José do Rio Preto, n. 1.070, OFÍCIO n. 261 da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, 22/7/1946. CÓPIA fielmente do original, assinada (Dinha Martins de Souza Campos) em São Paulo, 20 de setembro de 1946. (Raimundo Roberto de Paula. Chefe do Arquivo Geral DOPS, p. 2. PRONTUÁRIO 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP. O referido relatório documenta prontuários de diversos trabalhadores fichados no DOPS e citados e identificados pelo Serviço Secreto. Cf. Prontuário 73.252 – José Antônio Figueiredo. DEOPS/SP, DAESP. (Grifo nosso).

³⁵⁹ Orlando Lopreto foi fichado no DOPS, “acusado” de ser “simpatizante comunista”. Cf. Prontuário 73.261 – Orlando Lopreto. DEOPS/SP, DAESP.

³⁶⁰ O periódico “Fernandópolis-Jornal” foi organizado como uma empresa familiar, pelo menos a partir da direção de Jayme Leone. Por questões de interesse familiar e político os números de 102 a 257 não foram disponibilizado para essa pesquisa; o que dificultou muito, já que compreende o período em que ocorreu o movimento de trabalhadores de 1948 e 1949 na cidade.

diversas cidades: Jales, Santa Fé do Sul, Votuporanga e São José do Rio Preto. Sobre os diversos movimentos dos trabalhadores no período de 1946 a 1950 o “Fernandópolis-Jornal” silencia.

O diretor-redator do periódico, Jayme Leone, assume, em muitos momentos, um posicionamento firme na defesa do “progresso” e da “ordem” no município. Em colunas fixas do periódico (“Notas Diversas” e “Secção Livre”) foi possível acompanhar diversos debates sobre os projetos de cidade e sobre as lutas dos trabalhadores no período. O “levante comunista de 1949” foi um dos temas debatidos nessas secções. O fato de ocorrer movimentos de trabalhadores – tal como em torno do preço do algodão e a luta contra as multinacionais *Sanbra S/A* e *Anderson Clayton Company Ltda*, ou a presença e concentração de trabalhadores na cidade – leva o redator e outros articulistas do periódico a retomar 1949 como contraponto ao narrar. Torna-se, assim, possível mapear os limites e as pressões do processo histórico de construção social das memórias e histórias sobre o movimento de trabalhadores em 1949. Em 25 de maio de 1952 escreve-se na primeira página do periódico “Fernandópolis-Jornal”:

Causou reboliço a concentração de lavradores que se tentou fazer nesta cidade. Marcada para o dia 22 de maio às 13 horas, conforme informara um boletim esparramado aos milhares por toda a região de Fernandópolis, graças à intervenção da Delegacia de Polícia local não chegou a realizar-se. Enorme foi a onda de boatos sobre a ação policial de prevenção contra esta reunião de caráter suspeito. Os dizeres desse boletim, de fundo subversivo, iniciando-se por uma pretendida defesa dos interesses da lavoura terminavam por caluniar as autoridades constituídas chegando mesmo ao absurdo de afirmar que o Rhodiatox, veneno norte-americano era o causador da paralisia infantil e da febre amarela.

Aos nossos leitores queremos dizer que, excetuadas as prisões de pessoas suspeitas, não chegou ao nosso conhecimento qualquer ação menos decente ou antidemocrática dos agentes policiais aos quais esteve, e está, entregue a sorte e defesa dos lares fernandopolenses.

Natural que, com as medidas tomadas pela Polícia, diminuto foi, nesse dia, o movimento comercial da cidade; à tarde não poudes (sic) ser efetuada a procissão programada na festa que vinha fazendo em benefício da Igreja Matriz local, por falta de gente.

A noite, a conselho das Autoridades que pediam ao Povo que evitasse aglomerações, foi pequeno o footing na rua Brasil, artéria principal da nossa urbe. Transcorreu, pois sem incidentes o dia 22 de maio, dia que os adversários do progresso de Fernandópolis escolheram para vir aumentar a série de dificuldades com que já lutamos. No dia da Ascensão do Senhor, justamente, nem uma procissão se poudes (sic) fazer, posto que os habitantes da cidade se arreceiavam (sic), apesar da perfeita manutenção da ordem, de que algo pudesse haver.

Esperamos que os homens de responsabilidade de Fernandópolis meditem bem sobre esse grave problema que temos a resolver.

Ou os fernandopolenses destroem (sic) com eficiência e calma esses focos de confusão, de incompreensão política e de desserviço ao nosso progresso, ou teremos que nos conformar com um retrocesso certo e humilhante.

As autoridades cumpram o seu dever, como estão cumprindo. O Povo, as suas obrigações. Os Partidos Políticos que entre nós são avestruzes, reúnam-se e façam suas depurações, organizem-se, estudem os nossos problemas e se tornem atuantes.

Na própria Câmara de Vereadores, estabeleça-se a vigência dos ditames da nossa lei máxima, a Constituição da República. O que é fato, é que é chegada a hora de se dizer: quem não fôr (sic) amigo de Fernandópolis, de São Paulo e do Brasil, desapareça do nosso meio, escafêda (sic), suma e já vai tarde, porque grande, imensamente grande, já foi o mal que nos tem causado essa gente.

Saberemos nós, se a cousa assim continuar, secundar a ação dos nossos poderes constituídos, reagindo à altura com bons princípios e melhores ações, contra os malefícios daqueles que já tentaram, por duas vezes, promover desordem e confusão em Fernandópolis.

Um comércio dos mais brilhantes, uma população das mais ordeiras, como os nossos, não podem permitir, de braços cruzados, que se faça de Fernandópolis uma propaganda tão má tão pejorativa, tão humilhante – um foco de comunismo.

Queremos trabalhar, e haveremos de o fazer. Queremos progredir e progrediremos³⁶¹.

O relato, em nuança autoritária de Jayme Leone, sobre a concentração de trabalhadores no dia 22 de maio (dia do aniversário de emancipação política da cidade e feriado religioso), cujo movimento tinha com objetivo politizar o debate em torno da ação das multinacionais, traz em seu interior diversas imagens e memórias sobre a cidade, seus diversos projetos em disputa, bem como sobre os trabalhadores e suas lutas.

Para o redator do “Fernandópolis-Jornal”, que rememora os movimentos de trabalhadores de 1948 e de 1949, a cidade não era e não deveria ser um ambiente a ser ocupado pelos trabalhadores, pois “já tentaram, por duas vezes, promover desordem e confusão em Fernandópolis”. A concentração de trabalhadores no espaço da cidade, com suas lutas, promoveram “desordem” e “confusão”, prejudicou o comércio, a celebração e festa religiosa³⁶²!

³⁶¹ FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. Concentração de lavradores a 22 de maio. Notas diversas, n. 359, 25/05/1952, p. 1.

³⁶² Na mesma página o redator informa que a cidade receberá a visita para o mês seguinte do Bispo da Diocese, afirmando: “Nunca foi mais oportuna a visita do nosso Pastor de almas. Nunca, como agora, foi tão necessário levar ao Povo, pela palavra convincente e harmônica do seu Pastor, a doutrina do amor do perdão e da tolerância de Jesus Cristo. Agora, como sempre, cabe bem esclarecer o Povo sobre a necessidade real do respeito às autoridades, como mostrar a beleza e a utilidade da disciplina, e, ainda, o valor e a conveniência de uma política de calma e de amor. Tudo isso, porque não dizê-lo?, já se vai tornando esquecido, entre nós. A palavra fluente e cativante de D. Lafaeite certamente influenciará a todos os nossos munícipes, do mais alto em posição ao mais humilde de posses. E há de fazê-los sentir, no mais fundo do seu íntimo a obrigação de dedicar-se mais à caridade do que à política. Mais obras e menos discursos. Mais amor e menos ódio. Quem melhor do que S. Excia Revma. para dizer-nos tudo isso?” Cf. FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário, n. 358, 25 de maio de 1952, p. 1.

Os significados que o articulista elabora sobre a relação da cidade como foco de comunismo – como algo “pejorativo” e “humilhante” para o bom desenvolvimento do “progresso” e da “ordem” – expressa elementos para a construção do projeto de cidade, da versão sobre o movimento de 1949 e da memória hegemônica sobre o passado da cidade. O espaço da cidade é visto como um ambiente a ser ocupado apenas por aqueles que querem fazer a cidade “progredir”. Mas, quais os significados desse projeto de “progresso”? O debate em torno da produção do algodão na região parecia acirrar os ânimos entre trabalhadores e seus patrões, arrendatários, pequenos agricultores, entre outros, e as multinacionais instaladas na cidade – *Sanbra S/A* e *Anderson Clayton Company Ltda.*

A presença das multinacionais, com a publicidade em torno do uso de inseticidas na produção agrícola, com a imposição do tipo de algodão a ser produzido, bem como o rebaixamento do preço por arroba a ser pago, geravam diversos conflitos de interesses³⁶³. Esse fato é logo usado para politizar a presença das multinacionais no Brasil e situar o imperialismo norte-americano. O boletim indigitado pelo articulista do “Fernandópolis-Jornal” foi arquivado no prontuário do DOPS da Delegacia de Fernandópolis:

A Comissão Provisória de Defesa do Algodão, composta de pequenos produtores da Alta Araraquarense, convida a todos os plantadores de algodão, arrendatários, posseiros, meeiros, sitiantes e outros para a grande CONCENTRAÇÃO DE PLANTADORES DE ALGODÃO DE TODA A ARARAQUARENSE que será realizada no dia 22 de maio, a 1 hora da tarde para discutirem o seguinte:

1º – Garantia de um preço mínimo justo e compensador por arroba de algodão porque o preço de Cr\$ 55,00 estabelecido pelo sr. Getúlio Vargas não é suficiente.

2º – Financiamento imediato a todos os plantadores, na base do preço mínimo acertado pelos produtores reunidos nesse dia.

3º – Moratória de 2 anos para as dívidas de todos os plantadores como já foi dada pelo governo aos fazendeiros e compradores de zebu.

4º – Pela entrega da sacaria a preço barato e na medida da necessidade do plantador e sem compromisso de venda obrigatória do algodão a máquina que forneceu o saco.

5º – Formação da COMISSÃO DE DEFESA DOS PRODUTOS, ou Defesa do Algodão que irá lutar pelo seguinte: 1- Baixa do arrendamento; 2- Liberdade de plantio; 3- Semente boas e contra o cambio-negro; 4- Veneno bom e sem cambio-negro; 5- Classificação justa é fiscalizada pelos próprios produtores; 6- Abolição dos impostos aos pequenos produtores como já foram abolidos pelo governador Garcez para as máquinas Sanbra e Clayton que dominam o mercado algodoeiro em toda a Araraquarense; 7- Defesa contra a febre amarela e a paralisia infantil. Esta última doença provocada pelo veneno norte-americano, Radiotox, vem matando e aleijando centenas de crianças; 8- Criação de Associações de arrendatários, meeiros, posseiros e sitiantes em todos os municípios da Alta Araraquarense; 9- Que todo o dinheiro destinado pelo Presidente da República, sr. Getúlio Vargas, para a preparação da guerra seja entregue aos pequenos produtores, arrendatários, meeiros, posseiros e

³⁶³ Sobre a territorialização das multinacionais no interior do Estado de São Paulo, até o ano de 1948, Cf. Figura 3, nos ANEXOS.

sitiantes, tanto plantadores de algodão como de arroz, amendoim, etc., como meio de melhoria de vida e aumento da produção.

Que todos os lugares, os plantadores de algodão sigam para Fernandópolis no dia 22 para debater e acertar medidas em defesa dos seus produtos. Nessa grande reunião devem ser levados os parentes, amigos, as mulheres e as crianças.

O lugar da GRANDE CONCENTRAÇÃO DOS PLANTADORES DE ALGODÃO será anunciado por rojões.

DIA 22 DE MAIO À 1 HORA DA TARDE, milhares de plantadores, mulheres e crianças se reunião em FERNANDÓPOLIS. – VIVA a UNIÃO de TODOS!³⁶⁴

Ruy Barbosa Cardoso publica na revista “Fundamentos”, em agosto de 1948, um estudo produção do algodão no Estado de São Paulo, em que afirma:

Há alguns anos atrás, era comum ouvir-se dizer que em São Paulo se realizara um milagre: - o milagre do algodão. Com efeito, a produção paulista de algodão que em 1930 fora de 4 mil toneladas de pluma, ou cerca de 3% de toda a produção brasileira, subira vertiginosamente, de ano para ano, até alcançar, em 1944, a considerável safra de 463 mil toneladas, representando 78% da produção nacional e colocando o Brasil como o quarto produtor mundial do ‘ouro branco’. São Paulo era citado, constantemente, como a região que, em menos de duas décadas, registrara o maior desenvolvimento de produção em toda a história dessa matéria-prima, em qualquer parte do mundo³⁶⁵.

Todavia, no final da década de 1940, o produto já não apresentava os mesmos índices de produtividade. Certamente as pressões para o aumento do lucro das multinacionais do algodão, naquele momento, foram interpretadas pelos arrendatários e pequenos produtores de Fernandópolis como uma espoliação.

O final da década de 1940 e início da década seguinte foram tempos de muita mobilização dos trabalhadores rurais em seus locais de trabalho. Calil Chade, escrevendo em meados de 1951 no periódico “A Classe Operária”, faz críticas à atuação do PCB em período anterior e defende uma posição política contrária ao que chamou de “espontaneísmo”, asseverando que o “período das colheitas” constituía-se na melhor “ocasião para o desenvolvimento de lutas no campo”, propondo concentrações de arrendatários e pequenos proprietários como forma de mobilização, luta e espaço propício para a politização. No

³⁶⁴ BOLETIM. Dia 22 de maio as 13 horas – 1 hora da tarde EM FERNANDÓPOLIS GRANDE CONCENTRAÇÃO DE PLANTADORES DE ALGODÃO DE TODA A ARARAQUARENSE. Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. Pasta. OS 532. DEOPS/SP, DAESP. No verso do boletim há o seguinte manuscrito: “Apreendido em [Córrego do] Rodeio no dia 19/5/52. [ilegível] Oswaldo Felisberto, João Pereira Zequinha”.

³⁶⁵ CARDOSO, R. B. Esplendor e decadência do algodão em São Paulo. **Fundamentos**, São Paulo, v. 2, n. 3, ago. 1948, p. 170-193.

preâmbulo em defesa de suas posições, desenha um quadro das lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais no período de 1948-51:

Durante o ano de 1950 registraram-se no Estado de S. Paulo 25 greves de **colonos de café**, 5 greves de **assalariados agrícolas**, uma greve de **empreiteiros** no trato do café, além de vários **movimentos de resistências** de **arrendatários** pela baixa do arrendamento e contra o despejo.

A análise dessas **lutas no campo** nos revela, em primeiro lugar, que a sua quase totalidade se deu no período das colheitas, repetindo-se o que já vimos nos anos de 1948 e 1949. Das 21 greves de colonos de café, 15 foram **levantadas** em torno da reivindicação de aumento do preço pago para a colheita. As outras greves de colonos giraram em torno das mais variadas reivindicações, como contra o atraso do pagamento, contra as multas, pelo direito de colher antes os mantimentos próprios, por aumento de serviço de arruamento, esparramação de adubo, etc.

Das greves de assalariados agrícolas, 4 foram em usinas de açúcar, principalmente de cortadores de cana e uma greve de apanhadores de algodão. Em todas elas, a reivindicação central foi a de aumento de salários, quer para o corte de cana, quer para a apanha do algodão.

As lutas dos arrendatários se desenvolveram durante as colheitas, pela baixa do arrendamento e se estenderam depois contra as ameaças e as medidas de despejo.

Já tiveram início no Estado de São Paulo as colheitas do algodão e dos cereais e se aproxima o início da colheita do café e da safra do açúcar. As perspectivas de lutas, neste ano, são as maiores do que no ano passado, pois que se agravou consideravelmente a situação dos colonos, dos arrendatários e dos pequenos proprietários³⁶⁶.

Diante dessas circunstâncias, na região de Fernandópolis ocorreram diversas greves. Na Fazenda Santa Isabel e Fazenda Avandava, em 1950, depois que os colonos ficaram meses sem receber salário, saindo estes vitoriosos³⁶⁷. Nos dias 17 e 18 de agosto de 1953, na Fazenda Birole, os colonos fizeram greve de dois dias contra o “ato criminoso do fazendeiro”. De acordo com a carta enviada por Benedito Barbosa da Silva ao periódico “Voz Operária”:

Os colonos nessa fazenda, que são mal remunerados, percebem salários que não chegam para matar a fome, são vítimas de outras arbitrariedades. O patrão não levando em consideração a presença de colonos na lavoura, mandou pulverizar o cafezal em julho último com um veneno que intoxicou muita gente. Os trabalhadores, vítima do tóxico, tiveram vômitos e dores de cabeça. O protesto foi geral. Os colonos avisaram o fazendeiro que, durante a colheita não pulverizasse mais com veneno. Se o fato ocorrer novamente, eles paralisariam o trabalho. Mas, o fazendeiro não se emendou. Segunda-feira, 17 de agosto, mandou pulverizar de novo o cafezal. Os colonos não vacilaram. Apesar das ameaças dos fiscais e do administrador, paralisaram a colheita e reiniciaram o trabalho somente no dia 19,

³⁶⁶ CLASSE OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 01 de junho de 1951, p. 2. (Grifo nosso). O tema também foi tratado nas páginas de diversas edições do periódico “Voz Operária”.

³⁶⁷ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1950, p. 13; VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1950, p. 9 e 12 apud MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, p. 273-274.

quando não mais havia perigo para a sua saúde. A) Benedito Barbosa da Silva – Fernandópolis³⁶⁸.

Pode-se presumir aqueles tempos, além de difíceis de serem vividos, foram tempos de muitas lutas dos trabalhadores. Muito provavelmente os trabalhadores desconfiavam dos benefícios das alterações nos modos de produzir no campo. Pelas suas vivências, o uso do agrotóxico não poderia fazer bem algum.

As tensões em torno da produção do algodão, das condições de trabalho e os projetos em disputa naquele momento foram debatidos na Câmara Municipal de Fernandópolis, desvelando interesses e posições políticas assumidas diante dos movimentos:

[...] Com a palavra o v. [vereador] **Oswaldo Felisberto**, discorre sobre a cultura do algodão dizendo ser essa a base de nossa economia e cuja economia é um instrumento para o trust americano. [...] Volta a falar novamente nas irregularidades deste Município: fala sobre a política internacional lendo então, o trecho de um discurso cujo autor não foi mencionado o nome, e cujo trecho era alusivo ao assunto defendido pelo orador. Pede que seja consignado em ata um voto de desaprovação pelo fato de sr. Presidente ter feito soar a campainha cassando-lhe a palavra porque, diz ele, ser extranhavel (sic) a atitude do Presidente nesse momento, pois que quando foi preso nesta cidade, ninguém tocou a campainha. Diante da atitude hostil do orador, o sr. Presidente cassa-lhe novamente a palavra. Com a palavra pela ordem, o vereador **A. Senra** diz que nessa sessão foi abordado o assunto palpitante do momento, qual seja a defesa do preço do algodão, mas infelizmente, a apreciação desse problema foi desvirtuada; não vai aí nenhuma crítica. Infelizmente tomaram novos rumos a discussão aqui na Câmara, pois ouvimos um distinto colega [dr. Edilberto Pinho] **profetizar nuvens negras** para a nossa Pátria, não uma revolução branca, mas em **cores sombria, o derramamento de sangue**. Não entrarei no mérito da questão, se teremos ou não revolução, pois não tenho dados concretos para aí chegar; a minha ignorância nesse sentido impede-me de saber se vai haver ou não revolução. A nossa finalidade é zelar, antes de tudo, pelo bem estar do nosso município. Estou de acordo que se telegrafe aos poderes competentes, para que tome providências urgentes enérgicas, **resolvendo a situação do trabalhador rural**. No tocante ao preço do algodão, fazemos críticas aos poderes quando às medidas tomadas de emergência para o amparo do **lavrador**, pois elas deviam ser com grande antecipação. A **situação trágica da lavoura** poderá trazer imensa dificuldade ao Governo da República. Em aparte, o v. O. Felisberto pergunta onde a base fundamental dessa situação política ou social ao que responde o orador seria entrar em aula de economia ou sociologia. Discordo do colega O. Felisberto porque entre nós se há pontos de vista que se coincidem, **há diferenças de colorações políticas**, diferenças da maneira necessária de corrigir os erros que aqui no Brasil existem. Acredito que os trusts, como a Sanbra e a A. Clayton, precisam de encontrar uma ação enérgica contra eles, pois que nos Estados Unidos existem leis que castigam os trustes, no entanto, aqui, isto passa por despercebido. Sou hoje um cidadão completamente anti-comunista; ao que aparteia com ironia o v. O. Felisberto, dizendo, isto é, que eu não sei. O comunismo não admite meio termo. O comunismo não admite a crença em Deus, o comunismo é anti-espiritualista – ao que aparteia o v. Felisberto acintosamente, é mentira – e eu sou espiritualista, tenho a crença e jamais poderei professar a ideologia comunista. A minha atitude como brasileiro, será contra qualquer que queira mandar no Brasil, quer russo, que seja

³⁶⁸ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1953, p. 2.

americano. Devemos pedir ao Governo que zele pelo interesse do lavrador, do produtor, mas enérgica e decididamente. Com a palavra novamente o v. Felisberto, agradecendo a benevolência do sr. Presidente em conceder a palavra, depois de lhe ter cassado por duas vezes: comenta diversos assuntos voltando a hostilizar a imprensa local e o sr. Secretário do Ginásio com palavras ameaçadoras e dizendo que não deve favores ao sr. Prefeito, e nem ao Padre e nem a Maçonaria, tendo novamente a sua palavra [cassada], em virtude de estar desvirtuando o assunto³⁶⁹.

Naquela legislatura Oswaldo Felisberto havia sido eleito vereador e identificado como comunista e Alberto Senra, em período anterior a 1949, estivera próximo das pessoas identificadas como comunistas na cidade. Após os conflitos oriundos do movimento de trabalhadores em 1949, Alberto Senra passou a negar qualquer relação política com o comunismo e com os comunistas. É significativo que na Sessão Ordinária do dia primeiro de abril de 1952 os vereadores estivessem tratando desses problemas. Mais significativo ainda o fato da Ata da referida sessão ser publicada pela imprensa local, justamente, na edição do dia 22 de maio de 1952, dia da concentração dos trabalhadores no centro da cidade. O redator do “Fernandópolis-Jornal” justifica-se que ficara um tempo sem noticiar as sessões da Câmara Municipal diante das reclamações dos vereadores, que afirmaram estarem suas falas sendo transcritas de forma equivocada; o redator diz que a redação do jornal só retornaria a publicar as Atas das reuniões que estiverem prontas e sua publicação seria na íntegra.

Certamente os boletins com o chamamento para a concentração no centro da cidade já estavam sendo distribuídos nas fazendas da região e o movimento já era de conhecimento de muitos – e, é óbvio, do redator do “Fernandópolis-Jornal”. Como forma de fazer um contraponto ao movimento dos trabalhadores, o redator noticia naquela edição a viagem de uma “comissão de lavradores” ao Rio de Janeiro, munidos de um memorial sobre o problema, para falar com o Presidente da República e com o presidente do Banco do Brasil, com o fim de tratar da “situação aflitiva” em que se encontravam os “lavradores”. Como resultado, a comissão trouxe na bagagem a promessa de financiamento direto do algodão pelo Banco do Brasil e uma posição sobre o sistema de pesagem das usinas. Ao que parece, os trabalhadores não participaram de tal comissão e nem da elaboração do memorial.

Em meio a diversas discordâncias, o debate entre Oswaldo Felisberto e Alberto Senra parece convergir na compreensão de que a prática de truste na região se constituía maléfica aos interesses dos “plantadores de algodão” e algo contra as empresas *Sanbra S/A* e *Anderson*

³⁶⁹ ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS EM SUA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 1 DE ABRIL DE 1952 apud FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário, n. 358, 25 de maio de 1952, p. 1. (Grifo nosso).

Clayton Company Ltda deveria ser feito: “uma ação enérgica contra eles”. Senra afirma que tal prática não era tolerada nos Estados Unidos e no Brasil passava despercebida, remetendo a solução do problema ao âmbito do Estado. Parece que Felisberto, e outros de seus “camaradas”, mediarão a organização da concentração dos trabalhadores no centro da cidade e vislumbraram no movimento social a resolução do problema.

A notícia sobre uma possível concentração dos trabalhadores em 1952 chegou ao DOPS e para Fernandópolis foram deslocados os seus investigadores:

Em cumprimento às determinações de V. S., seguimos para a Regional de Rio Preto e da lá para FERNANDÓPOLIS, depois de recebermos instruções do Delegado Regional, com referências à grande concentração de plantadores de algodão de toda a Alta Araraquarense, que deveria realizar-se dias 20 e 22 do corrente, respectivamente em SANTA SALETE e FERNANDÓPOLIS. Depois de entrarmos em entendimentos com o DR. VALTER DE CASTRO, Delegado de Fernandópolis, pusemo-nos em campo afim de localizarmos os promotores da referida concentração e os distribuidores de boletins que percorriam a zona algodoeira, afim de desarticular e fazer abortar o referido movimento, que ora de caráter estritamente comunista, conforme pode-se verificar pelos boletins que acompanham este relatório. Depois de percorrermos aquela vasta zona da Alta Araraquarense, onde foi feita farta distribuição de boletins, convidando os lavradores para aquela reunião, concluímos que três, pelo menos, seriam seus distribuidores, isto devido as informações colhidas serem de tipos diferentes, que percorriam determinadas regiões; porém um deles conseguimos identificar. Trata-se de um conhecido elemento comunista de Rio Preto, pai de ISMENIA MACHADO, cuja filha é elemento de destaque no partido e que atualmente toma parte na diretoria da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo. O referido distribuidor de boletins só não caiu em nossas mãos em virtude de termos chegado um pouco tarde à Fernandópolis, pois já havia sido feita a distribuição dos mesmos. Contudo, percorremos toda a zona feita por eles, recolhidos os boletins e avisando a todos por onde passávamos que não fossem aquela concentração, pois que a mesma era plano comunista. Em nossos trabalhos tínhamos esperança de deitarmos mãos naqueles agitadores, mas infelizmente não o conseguimos. São os seguintes os lugares por nós percorridos e nos quais foram feitas distribuições de boletins: BRASITÂNIA, GUARANY D'OESTE, OUROESTE, PATRIMÔNIO DO SOL, CÓRREGO DO PERDIDO, CORREGO DO CATETO, TABOLETA, RODEIO, MACEDÔNIA E POPULINA. Neste último lugar, fizemos a detenção de alguns elementos comunistas, como medida preventiva e de desarticulação. São eles: - ANTÔNIO AUGUSTO FERNANDES – elemento conhecido e que está sendo processado. ALFREDO MESQUITA – Também conhecido como distribuidor de jornais “HOJE” e “TERRA LIVRE”, pois o mesmo como ovelheiro tem grande facilidade para tal tarefa. JOSÉ TAVARES – Camponês. FLORINDO DE SOUZA – um dos membros do levante de Fernandópolis, em 1949. ANTONIO DE PAULA – carpinteiro, residente em BRASITÂNIA e distribuidor de jornais “HOJE” e “TERRA LIVRE”. Em Fernandópolis, pelo mesmo motivo, ou seja, o de preservar a ordem pública, detivemos o conhecido agitador GEROSINO PEREIRA, não se dando o mesmo com os conhecidos elementos vermelhos OSWALDO FELISBERTO, vereador de Prestes e Professor no Ginásio do Estado local; João Pereira Zequinha, corretor; e DR. ALBERTO SENRA, também vereador de Prestes; em virtude de terem os mesmos fugidos por ocasião da detenção de GEROSINO, assim como mais alguns vermelhos de Fernandópolis que também fugiram, o que nos facilitou grandemente o trabalho para a não realização do planejado comício comunista, que iria realizar-se dia 22 nesta cidade. O policiamento organizado e dirigido pelo delegado local, com portes de armas na véspera e dia da concentração, comunicado pela rádio local, vigilância em todas as

entradas da cidade, etc., foi de uma eficiência tamanha, que nem um foguete conseguiram soltar (como pretendiam fazê-lo). Isso vem demonstrar o enfraquecimento do partido naquela região. [...] ³⁷⁰.

Os movimentos sociais dos trabalhadores pareciam preocupar as classes dirigentes e dominantes na cidade, pois estas não titubearam em informar o DOPS sobre as atividades que estavam sendo organizadas e sobre os boletins que estavam sendo distribuídos. Para o prontuário de Oswaldo Felisberto não foi feita cópia do referido boletim, documentando apenas o prontuário da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, mas é presumível que conteúdo do boletim estivesse definido a partir de suas intervenções na Câmara Municipal. Em 1952, o expediente de relacionar as lutas dos trabalhadores ao PCB, para assim criminalizá-lo policial e politicamente, é mais uma vez evidenciado pelas prisões desencadeadas e por aqueles cujo investigador desejava prender.

A repressão empreendida efetivou mais de 80 prisões naquele dia na cidade de Fernandópolis. A concentração dos trabalhadores não ocorreu como foi planejado, porém “agitaram” a cidade naquele dia e os problemas vividos pelos trabalhadores foram denunciados, tornando-se públicos.

A “concentração dos trabalhadores” e o problema do algodão ganharam as páginas do periódico “Voz Operária”. Em reportagem sobre o assunto, afirmou-se que a “crise do algodão” era de responsabilidade de “Getúlio”, “Sanbra” e “Clayton”. A mesma reportagem denunciou os problemas do monopólio exercido por essas empresas e a campanha realizada para o uso de veneno nas lavouras, que para difundir ainda mais seu uso, “Sanbra” e “Clayton” fizeram intensa propaganda, com slogan assim reproduzido pelo periódico: “Plante algodão e colha 400 arrobas passando muito veneno”. A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo também foi responsabilizada à medida que organizou caravanas de orientação para o interior paulista, estimulando o uso de veneno. Diante disso, muitos “plantadores de algodão” fizeram uso do veneno, mas a produção girou entre 45 a 100 arrobas por alqueire. O uso do veneno levou muitos algodoads ao definhamento ou à danificação das maçãs antes destas abrirem ³⁷¹.

³⁷⁰ DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – Serviço Secreto – São Paulo – Data 26/5/1952 – Classificação: Assuntos Gerais Sobre Serviços, - Sub-Classificação: Ambientes não especificados. Investigação em torno de elementos comunistas de Fernandópolis, Santa Salete e adjacências. Despacho: Arquivo Geral – SP, 27/5/1952 (a) Arnaldo Pires de Camargo. Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

³⁷¹ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, n. 158, 31 de maio de 1952, p. 9.

Quase um mês depois, o tema ainda ocupava as páginas do periódico, que informava sobre as greves e concentrações de trabalhadores rurais, sitiantes, meeiros, arrendatários e camaradas, que se espalharam pelo interior do Estado de São Paulo, principalmente nas zonas algodoeiras, ainda dando destaque ao movimento:

Em Fernandópolis, uma grande comissão de camponeses marcou uma concentração para o dia 22 de maio. O apelo da comissão repercutiu grandemente e, no dia marcado, centenas de camponeses afluíram [ilegível] em caminhões e a pé. A polícia a serviço de Anderson Clayton e da Sanbra, ocupou todas as entradas e efetuou mais de 80 prisões, inclusive do líder camponês, Sebastião Dinart. A polícia permitiu, porém, em seguida, em Fernandópolis, uma concentração promovida pela FARESP. A massa camponesa, que compareceu, demonstrou seu descontentamento, através de apartes aos oradores³⁷².

Os problemas vividos pelo trabalhador rural, a “situação da lavoura” e os movimentos organizados pelos trabalhadores incomodavam muito as classes dominantes e dirigentes de Fernandópolis naquele momento, o que pressionou os “proprietários” a se organizarem. Os latifundiários não apenas promoveram uma concentração, apoiada pela Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo – FARESP, mas a fundação da Associação Rural de Fernandópolis, futuro Sindicato dos Proprietários Rurais de Fernandópolis³⁷³.

O redator do “Fernandópolis-Jornal” parecia perceber esse processo conflituoso e os diversos projetos em disputa na cidade. No jornal, o redator do periódico coloca em pauta o projeto defendido para a agricultura naquele momento:

Mecanização da lavoura: nos últimos três anos vem a lavoura fernandopolense utilizando-se dos meios modernos de plantio. Principalmente a cultura de algodão. Plantio completamente mecanizado, com o combate sistematizado das pragas por

³⁷² VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1952, p. 9.

³⁷³ CONVITE AOS LAVRADORES. “Os abaixo assinados vêm pelo presente convidar todos os lavradores do município e da região, para uma reunião que deverá se realizar no próximo dia 26 do corrente as 13 horas, na Máquina Triunfo, a fim de se tratar da fundação da Associação Rural de Fernandópolis, bem como de outros assuntos relacionados com os interesses da classe. Fernandópolis, 22 de julho de 1953. Edison Rolm, Prefeito Municipal; Arlindo Alves Garcia, lavrador; José França Moraes, lavrador, Antônio Brandini, lavrador e vereador.” Percebe-se que o termo “lavrador” é amplo e descreve desde grandes proprietários de terra ao trabalhador arrendatário. O referido convite foi disponibilizado pela direção do Sindicato Rural de Fernandópolis. No periódico “Fernandópolis-Jornal” a reunião foi noticiada: “Sociedade Rural. Por iniciativa de vários senhores desta cidade, entre os quais destacamos os nomes de Antonio Brandini, Carlos Ferrari, Manuel Verdi, Clodoaldo Benez e Egidio Bariani (pessoas que assinaram os convites), estão sendo expedidos convites a todos os lavradores (fazendeiros, sitiantes e arrendatários) do Município e da Região, para uma reunião, que será a 2ª. Em que se discutirá o assunto referente à constituição de uma Sociedade Rural, para defesa dos interesses da lavoura em geral. Essa reunião terá lugar no prédio da Máquina Triunfo, nesta cidade, às 14 horas, do dia 09 de novembro p. vindouro. Na 1ª. Reunião, em que foi debatida a criação dessa Sociedade foi aberto um livro de presença que já está subscrito por mais de 50 pessoas.” FERNANDÓPOLIS-JORNAL, Semanário. Notas diversas. 04 de novembro de 1952, n. 404, p. 1.

meio de inseticidas modernos, a produção de algodão cresce a olhos vistos, alcançando a média de 400 arrobas por alqueire. Os Srs. Senji Okyama e Inocência de Paula Eduardo, entre outros, tem-se destacado, como introdutores em nosso meio, da lavoura mecanizada. Por outro lado, constituíram-se entre nós, firmas vendedoras de inseticidas que, a longo prazo e sob intensa e constante ação de propaganda, teem (sic) levado os nossos lavradores a uma gradativa modificação dos seus métodos de Plantio. YOSHIDA IKEDA e, agora, OKYAMA KONISHI & CIA., são duas firmas que vem tendo ação de envergadura no seio da colônia japonesa local. Nessa data, por intermédio dos Srs. O. Konishi & Cia., acabam de chegar a esta cidade 8 tratores Massey Harris. Conversando ainda com o Sr. Shojiro Konishi, dele obtivemos a informação de que nova remessa de 14 tratores vai chegar a breves dias, havendo ainda a possibilidade de colocação de um numero maior. Recebendo a visita do Sr. Lucio Batistela, agrônomo da Companhia Química Rhodia Brasileira, disse-nos o Sr. Konishi, que foram firmadas na Região muitas lavouras que obtiveram a produção de 400 a 430 arrobas por alqueire, mediante o emprego do inseticida dessa Companhia; continuando assim, disse-nos o Sr. Konishi, Fernandópolis será, em pouco tempo, uma das maiores zonas algodoeiras do Estado, mantendo dessa forma o seu ritmo de progresso³⁷⁴.

A mecanização da agricultura parecia não se constituir apenas em um empreendimento capitalista visando aumentar a produtividade da produção agrícola, mas também em uma estratégia para conter os diversos movimentos sociais na região, apresentando o projeto de mecanização como inevitável naquele momento. É intrigante o fato desse empreendimento capitalista, visando à mecanização da agricultura, ser defendido no início da década de 1950³⁷⁵.

O projeto capitalista de mecanização da produção agrícola vinha sendo proposto já há algum tempo na cidade³⁷⁶. O periódico “Fernandópolis-Jornal” noticiou nas edições do dia 22 e 29 abril de 1951 o “desfile” das “máquinas modernas” na comemoração cívica do dia 21 de abril e, no dia seguinte, uma “demonstração de maquinaria agrícola” pelos “Irmãos Marão”, representantes da “Cia. Massey Harris”:

Em terreno ao lado do Ginásio Estadual, fomos ver a exibição dessa maquinaria tão útil e necessária ao trabalho agrícola. Estavam presentes os Srs. José Athayde Neto, Inspetor de Vendas, Sr. Giglio Piatti, Inspetor Técnico, recém vindo de Buenos Aires e Hans Lutmer jornalista de São Paulo. Todos da Cia. MASSEY HARRIS, a cargo dos quais esteve adita demonstração.

³⁷⁴ FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. Notas diversas. 08 de abril de 1951, n. 269, p. 4.

³⁷⁵ Essa é uma questão que merece melhor problematização, pois é comum a literatura apontar esse fato para as décadas seguintes no Brasil, descrevendo-o, tradicionalmente como “modernização da agricultura” ou ainda, de uma perspectiva dominante, como “modernização conservadora”.

³⁷⁶ É significativo da perspectiva desse projeto a publicação no periódico, diversas a partir do segundo semestre de 1952, na forma de box em páginas variadas, do seguinte reclame: “Capitalista. Empate seu dinheiro em construções em Fernandópolis. Seja inteligente e patriota. Fernandópolis merece e precisa atrair homens de grandes recursos como Adhemar Cunha.” ou “Capitalista. Empate seu dinheiro em construções em Fernandópolis. Seja inteligente e patriota. Fernandópolis merece e precisa atrair homens de grandes recursos para tomarem parte no seu progresso.” FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 17 de agosto e 11 de setembro de 1952, n. 382 e 389, p. 4 e 2, respectivamente.

Expondo máquinas construídas após 100 anos de experiências e especialização, essa Companhia, por intermédio dos Irmãos Marão veio (sic) trazer aos lavradores fernandopolenses a **1.ª demonstração técnico-científica de maquinaria agrícola**, por nós já vista nessa cidade.

Na presença de um grande público, onde percebemos **lavradores e não lavradores**, ofereceu-se nos a possibilidade de ver a **força**, a **rapidez**, e a **perfeição do trabalho** executado. Pelo que sabemos, foi tão interessante e elucidativa a demonstração que, no dia seguinte, foram adquiridas as máquinas expostas, assim como outras mais. 5 japoneses e 3 brasileiros disseram-nos foram os adquirintes. Num total de cerca de 20 máquinas, já compradas. **Fernandópolis orienta seus passos no sentido da lavoura mecanizada**³⁷⁷.

As demonstrações públicas das máquinas – expressão de força e articulação política e econômica entre a burguesia industrial e a burguesia agrária – e de suas vantagens na produção agrícola são acompanhadas de orientação técnica – educação – por parte das empresas dos implementos agrícolas e do Banco do Brasil, que concede o crédito agrícola seguindo determinada “política agrícola”, e da indicada Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Na reportagem de cunho publicitário presente no “Fernandópolis-Jornal”, o articulista afirma a região de Fernandópolis como uma das “zonas de maior produção [algodão e café] do Estado, isto porque se têm intensificado entre nós a mecanização e o uso de inseticidas. Sabemos que várias firmas existem na cidade vendendo inseticidas de diversas marcas, em grande escala”. Na continuidade da “reportagem” é informado que um dos sócios da firma Okyama, Konishi & Cia viajou há dias para “palestrar” junto aos lavradores e “orientar” no combate ao “Bicho Mineiro”, que atacava os cafezais da região. Na estrada que liga Jales a Fernandópolis, Shojiro Konishi indagou sobre a produção a um “lavrador”, que, no momento, “cuidava de seu cafezal”: “a terra aqui é de primeira, este café já está com 4 anos, mas a seca é tão forte que as folhas estão pintando de preto e caindo diariamente. Se assim continuar, da florada deste ano somente vingará 40%. Se Deus quiser isso não acontecerá”. Konishi, proprietário de empresa representante comercial de inseticidas na cidade, aproximou-se dos pés de café e mostrou ao lavrador os insetos que estavam ali corroendo as folhas e concluiu:

³⁷⁷ Cf. FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 22 de abril de 1951, n. 272, p. 4; FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 29 de abril de 1951, n. 273, p.1 e 4. Em edição futura é publicado o seguinte: “**Concentração rural de maquinarias agrícola**: promovida pelo Sr. Inocêncio de Paula, fazendeiro neste município, vai ser feita, no próximo mês de Julho, uma grande concentração dos fazendeiros deste município, proprietários de maquinaria agrícola. Nessa ocasião, serão debatidos assuntos agrícolas, e far-se-à um estudo comparativo dos diversos métodos de plantio, assim como dos resultados que vem sendo obtidos até o momento pelos agricultores fernandopolenses. A título de curiosidade, informamos que o Sr. Inocêncio de Paula possui (sic) na sua propriedade um conjunto de 4 tratores, entre eles um TD, que faz derrubadas e prepara terreno para os demais. Fomos convidados para essa concentração que promete resultados utilíssimos para o futuro agrícola do nosso município.” FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. Notas Diversas. 03 de junho de 1951, n. 278, p. 1 e 4. (Grifo nosso).

“Sr. Lavrador, 100% da cafeicultura do Estado de São Paulo se acha atacada pelo Bicho Mineiro, mais de 70% das folhas de cada cova estão contaminadas com larvas do Bicho Mineiro”. E mais adiante a assertiva: “agricultores, é preciso modificar o modo de tratamento das lavouras”³⁷⁸. A reportagem-propaganda é concluída com a orientação de como usar o inseticida e intentava moldar uma nova prática para a atividade agrícola.

A narrativa acima é significativa à medida que se multiplicaram na imprensa local o tema da produção agrícola e da mecanização da lavoura, principalmente a produção do algodão. A educação “do homem do campo” parecia constituir-se em projeto levado a efeito por agentes diversos, não se limitando ao Estado, como a educação escolarizada, mas por meios diversos que incluía a imprensa e a presença de técnicos agrícolas ou representantes comerciais imbuídos em incutir e moldar novos valores e novas práticas agrícolas.

A amplitude do problema parecia “sensibilizar” o articulista e redator do “Fernandópolis-Jornal”, pois publica carta/artigo de João Alves Pereira sobre **“O homem da lavoura e o momento atual”**, em que busca reproduzir os sentimentos e expectativas dos “homens do campo”, em janeiro de 1952:

Ouvimos freqüentemente a voz do homem do campo: “será que chove”, “Deus tarda, mas não falha”, e assim por diante, meses e meses, passando até noites sem dormir, pensando no correr do ano. Quando esses fatores vêm ao seu encontro, ele colhe bastante; mas então, na época da venda, o preço cai vergonhosamente.

Temos, como exemplo, todos os anos o caso do arroz, que o lavrador colhe, depois daquele esforço e é obrigado a vender, imediatamente, pelo preço que vigorar na praça.

Este preço, então, se reduz, e o pobre do homem, tendo compromissos a saldar com o negociante que o custeou um ano todo, com o farmacêutico que lhe forneceu remédios, é obrigado, como já disse, a cedê-lo a qualquer preço.

Esse ano o lavrador já desacorçoado pendeu para o lado do algodão, correndo todos os riscos que corre com o arroz e mais outros que ele defende com o peso de uma máquina, que transporta nas costas, respirando o cheiro do veneno que o ataca dos pés a cabeça. Sabe Deus porque preço irá ele vender esse algodão.

O fato é que a produção do arroz diminúe (sic) e nós de algodão não podemos viver, não nos alimentamos.

E a vida continua cada vez mais difícil tudo sobe o preço do açúcar, da farinha, do querosene, e de tantas outras cousas, que a gente não sabe por que encarece. Só sabemos que, se continuar nessa marcha, o nosso destino é desconhecido e inseguro³⁷⁹.

³⁷⁸ FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 08 de julho de 1951, n. 283, p. 4. O parágrafo foi elaborado a partir dessa reportagem-propaganda, que ocupou uma vertical, usando o espaço de duas colunas margeadas. Os títulos da reportagem-propaganda foram os seguintes: “Fernandópolis e o algodão”; “O café e o Bicho Mineiro”; e “Combate ao Bicho Mineiro”. Ao final é informado o endereço das empresas aonde o lavrador poderá comprar o veneno.

³⁷⁹ FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 20 de janeiro de 1952, n. 324, p. 3.

As experiências dos trabalhadores rurais estruturam os sentimentos que orientaram o processo de atribuição de significados ao vivido. O texto da carta-artigo, publicado em janeiro de 1952, assume as formas de um lamento e busca traçar e interpretar o ambiente vivido pelos “homens do campo”. É significativo como o problema vai ocupando, edição após edição, as páginas do periódico, não dando unicamente visibilidade ao projeto de agricultura mecanizada, mas expressando as expectativas e dificuldades vividas diante da oscilação do preço dos produtos agrícolas e do trabalho árduo, “respirando o cheiro do veneno que ataca dos pés a cabeça”.

Antes da concentração dos trabalhadores na cidade, planejada para 22 de maio de 1952, o redator do “Fernandópolis-Jornal”, Jayme Leone, informa no periódico que, em função da atividade que exercia³⁸⁰, havia percorrido toda a região na semana anterior a publicação da edição do dia 08 de maio de 1952. Afirma que mesmo não “conhecendo bem o assunto” buscou “enfronhar na matéria” e “ouvir as mais diversas opiniões”. Diante disso, assevera que a maioria dos “lavradores” sentiu-se “mais animada com o financiamento obtido do Governo”, mas o problema persiste à medida que não há uma padronização na produção do algodão e as empresas compradoras valorizam o algodão tipo 5, dificilmente produzido pelos “lavradores”. Jayme Leone chega a afirmar que “a ganância, a desumanidade até, da maioria dos compradores, pequenos e grandes, levam os plantadores ao desespero, à irritação, à luta”. Porém, o articulista, como se verificou em sua nota sobre o movimento e concentração dos “homens do campo” na cidade, reprovava a “luta”, mesmo diante da “ganância” e da “desumanidade” de empresas como *Sanbra S/A* e *Anderson Clayton Company Ltda*³⁸¹. Ao final de sua nota, sentencia: “De uma simples desavença comercial, há

³⁸⁰ Além de redator e proprietário do jornal, Jayme Leone formou-se médico no Rio de Janeiro e fora uns dos primeiros médicos a fixar residência na cidade.

³⁸¹ Em abril de 1953 o problema do algodão ainda estava repercutindo em Fernandópolis e a prática dos trabalhadores mediando a organização dos plantadores de algodão assumiu a forma de boicote: “Agrava-se a situação comercial de Fernandópolis. Caminhões e mais caminhões seguem carregados para as praças de Votuporanga e Mirassol, tirando do comércio local o seu meio de vida. Os leitores sabem bem que o município de Fernandópolis e a nossa região são essencialmente agrícolas. Não temos ainda indústrias que nos garantam a subsistência como acontece em outras cidades do Estado como S. José do Rio Preto, Araraquara e São Carlos, por exemplo. Sustenta-nos a produção agrícola. Ora este ano mais que no ano passado grande é o número de agricultores que estão desviando produtos da nossa produção, como o algodão, para as praças de Votuporanga e Mirassol. Caminhões e mais caminhões, desta zona e até Santa Fé do Sul, Três Fronteiras e outras localidades buscam essas cidades. É fato digno de registro. Chegados a Votuporanga, disse-nos pessoa de nosso comércio a Mirassol e Rio Preto, o preço pago pelo algodão é o mesmo que aqui, acrescido de Cr\$3,00 de carroto por arroba. Sabe-se que o preço do algodão está tabelado pelo governo. Vendido o produto lá se ficam os lavradores nas praças citadas, fazendo compras, nada deixando praticamente para adquirir aqui em Fernandópolis. Perguntamos: que sobrarão ao comércio local para negociar, principalmente agora que subiram o Imposto de Indústria e Profissão, os ordenados, os alugueis e o custo de vida em geral? Nada. O que se divisa, então é o

quem se aproveite desses atritos para levar o desassossego às massas motivando uma agravação da questão social, que, diga-se de passagem, não é lá muito boa”³⁸².

Os “plantadores” se irritaram e foram à “luta”, como disse Leone, parecendo antecipar o movimento de trabalhadores do dia 22 de maio de 1952, e que por ele fora interpretado como mais uma “agitação dos comunistas”. Avultavam os problemas vividos pelos trabalhadores rurais e arrendatários sem terra: a dificuldade para saldar suas dívidas de financiamento com o banco, o monopólio exercido pelas empresas multinacionais determinando o preço e o tipo de algodão³⁸³ que deveria ser produzido, agravados pela “mecanização da produção” por parte de alguns grandes produtores, e, não menos relevante, o uso de inseticidas na lavoura. A concentração de trabalhadores na cidade denunciava os malefícios realmente sentidos pelos trabalhadores que “respirava[m] o cheiro do veneno” o dia todo.

Poderia constituir uma estratégia de mobilização (ou talvez desconhecimento) dos mediadores e lideranças do movimento imprimir “boletim” – para Leone, “de fundo subversivo” – conclamando os trabalhadores para a “defesa dos interesses da lavoura” em concentração e ato na cidade, argumentando que seria o “Rhodiatox, veneno norte-americano” o “causador da paralisia infantil e da febre amarela”, malefícios do uso de inseticidas na lavoura. Entretanto, o trabalhador da roça sabia que o uso do veneno o “ataca dos pés a cabeça”. Na prática do trabalho diário, os trabalhadores percebiam que os problemas de saúde aumentavam e atribuíam esses malefícios ao uso de inseticidas. Para passar o veneno, o trabalhador transporta o pulverizador, máquina de passar o veneno, sobre suas costas durante o dia todo. Não raro, o pulverizador verte sobre o trabalhador o inseticida. Certamente, introduzir o uso dos novos implementos agrícolas, defensivos e inseticidas não fora tranquilo e contou com muita resistência por parte dos trabalhadores.

A indústria “Companhia Química Rhodia Brasileira” chegou a veicular publicidade e orientação de uso do Rhodiatox nas páginas do “Fernandópolis-Jornal”. Não deixa de ser irônico, dada as condições de trabalho no campo e dos interesses capitalistas em aumentar a

agravamento da situação comercial de Fernandópolis. Porque gastar mais 3 cruzeiros, se o preço é o mesmo?!, se perguntou-nos o nosso amigo comerciante. Será que a lavoura de Fernandópolis está contra o seu comércio? Para que temos a grande e bem montada usina da firma ANDERSON CLAYTON e a Samba?” FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 16 de abril de 1953, n. 449, p. 1.

³⁸² FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 08 de maio de 1952, n. 354, p. 1.

³⁸³ Segundo informação do Semanário, o prefeito municipal de Fernandópolis recebeu um abaixo-assinado contendo 500 assinaturas solicitando a esse intermediação junto ao governo do Estado um classificador de algodão para dirimir problemas entre os produtores e as empresas compradoras de algodão. Cf. FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 08 de maio de 1952, n. 354, p. 4.

produtividade, o fato de a empresa química alertar para o caso de acidente ou envenenamento por Rhodiatox (Parathion). O envenenamento poderia ocorrer por ingestão, respiração e, principalmente, por contato com a pele – os sintomas eram “dor de cabeça, cansaço mal-estar (tristeza), náuseas, vômitos, diarreia, sede intensa, suores profundos, escurecimento da vista, dores de estômago”. Sugeria-se, ao final, que se caso alguns desses sintomas fossem verificados, o trabalhador deveria tomar “1 grânulo de atropina a 0,001g”, não devendo retornar ao trabalho, orientando ainda a procura de um médico com urgência. A própria publicidade fornece indícios das condições de trabalho, das práticas e dos usos de inseticidas no interior das lavouras ao “orientar” que os trabalhadores deveriam:

[...] não desentupir o bico do pulverizador com a boca (soprando); não tomar alimentos ou fumar sem lavar muito bem as mãos e o rosto; não usar, para cozinhar ou beber água, vasilha que haja servido como embalagem do inseticida. [...] ao abrir o saco, ter o cuidado de não receber o pó no rosto; não pulverizar nem polvilhar contra o vento; proteger o nariz e a boca com um lenço, ou melhor ainda, usar máscaras; conservar os trabalhadores sempre a distância um do outro; guardar o inseticida em depósito fechado, afastado do lugar de trabalho e moradia, e ao abrigo das crianças; [...] ao pulverizar, ter o cuidado de não se molhar com o líquido das plantas já pulverizadas; usar macacões de mangas compridas, lavados diariamente; não fazer as misturas do inseticida com as mãos; não trabalhar com máquinas furadas, que vazem o líquido, usando nas costas, por prevenção, um impermeável; lavar-se e mudar de roupa imediatamente, quando acidentalmente se ficar molhado com o inseticida; tomar banho geral, após o trabalho, com sabão (da cabeça aos pés) somente com água fria, diariamente, e, em seguida, vestir roupa limpa³⁸⁴.

Diante das circunstâncias vividas pelos trabalhadores rurais, é presumível que os “acidentes” ocorriam rotineiramente e os trabalhadores rurais “sentiam” os sintomas ocasionados pelo uso do veneno, ou que, infelizmente, a consequência fosse a mais trágica. O uso de inseticidas nas lavouras levou trabalhadores rurais à greve de dois dias de trabalho em 1953. Tragicamente, nos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis referentes à década de 1950, há vários casos de suicídio utilizando-se do “Rhodiatox, veneno norte-americano”³⁸⁵.

³⁸⁴ Fernandópolis Jornal. Semanário. 04 de fevereiro de 1951, n. 262, p. 2.

³⁸⁵ Apenas como exemplo, o caso em que o Delegado de Polícia informa que “Chegando ao meu conhecimento que hoje, por volta das oito horas, na Fazenda Araraquarense, localizada no distrito de Meridiano, deste município, [...] suicidou-se ingerindo forte dose de veneno ‘Rhodiatox’, determino que A. esta, seja instaurado inquérito policial”. Prontuário 39, Suicídio. 30/08/1954 – Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Optou-se por omitir a identidade do trabalhador rural arrendatário que, de acordo com as declarações presentes no inquérito policial, no ano anterior havia contraído uma dívida de cinco mil cruzeiros diante da péssima colheita. Caso semelhante é o que ficou registrado no Prontuário 298, Suicídio. 3/12/1956. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Há outros casos de suicídio registrados usando outros venenos.

O combate aos movimentos sociais por meio da imprensa na cidade não se restringiu ao diretor e redator do “Fernandópolis-Jornal”. O periódico abriu suas páginas e secções para que os colaboradores enviassem seus artigos. Na “Secção Livre” do periódico, o ex-comunista Jonas Gomes de Menezes³⁸⁶ escreveu diversos artigos combatendo as práticas políticas dos trabalhadores e comunistas. Nos artigos **“As cobaias comunistas”**, **“Os comunistas são selvagens”**, **“Porque deixei de ser comunista em junho de 1949”**, **“Os malandros comunistas praticam o crime”** e **“A quinta coluna comunista”**, respectivamente, Jonas Meneses narra o movimento de junho de 1949 e expressa projetos, sentimentos e valores vividos naquele período:

As cobaias comunistas

Eu fui comunista para todos efeitos não fugindo a minha linha de civilização, ou melhor sempre de boas intenções. Mais felicamente (sic) antes de cometer o crime a mão divina deu-me força, para repentinamente recusar o caminho da desordem. É na realidade uma desgraça para humanidade a luta comunista. Sofre quem deve e quem não deve. Até hoje não Brasil, os comunistas só deram ao seus companheiros, fome, miséria, desamparo as famílias e cadeia por causa das suas instigações ao crime de sabotagem (sic), desrespeito às leis do país, e tudo quando for contra o bom desenvolvimento do país.

Eu, quando comunista nunca recebi daqueles meus companheiros qualquer instruções de civilização, de trabalho, de dedicação ao máximo. Encontrei foi mais dificuldades na vida. Eu pensava que era comunista mas eu estava servindo de Cobaia para ser feita experiência a qualquer momento como muitos foram na **fracassada tentativa de assalto em Fernandópolis em junho de 1949**³⁸⁷.

Os comunistas são selvagens

Os comunistas são selvagens porque para eles não existe Deus, Pátria e Família. Para eles a Rússia e Stalin são sempre os mais certos do Universo. Os comunistas são selvagens porque eles não procuram colaborar com uma reforma social por meios pacíficos, de acordo com os tempos e a compreensão universal. O verdadeiro comunista sabe que eles são tão selvagens que não podem ganhar nenhuma parada por meios pacíficos e sim por meios subversivos. Eles não tem mãe, filhos e esposas. Em primeiro lugar, é o partido comunista (sic) da União Soviética. Haja visto que o partido comunista (sic) do Brasil tem jogado muitos incautos na cadeia, na miséria, na morte. Eles falam em democracia mais, se um comunista discorda de cometer um crime pelos seus chefes planejado, eles saem às ruas e pelos jornais, noticiando de traidor o comunista. Só um comunista sair aconselhando aos companheiros para não aceitar tal resolução, que eles procuram convencer os outros que aquele é trotskista. Os comunistas do Brasil não adotam muito os intelectuais no partido porque sabem que eles não se deixam ludibriar facilmente pela mentira. Daí a preferência que eles tem pelo camponês e o operário que levam vida dificultosa, devido à sua incapacidade de vencer na vida. Se eu tivesse compactuado com a **intenção comunista de 24 de Junho de 1949**, eu estaria como herói comunista, mais já fusilado ou trancafiado dentro de quatro paredes. Que vantagem, hein!

³⁸⁶ Jonas Gomes de Menezes foi proprietário de uma “agência” de revistas e jornais em Fernandópolis. Escreveu diversas vezes no “Fernandópolis-Jornal”, entre elas para uma nota com o título “Ditadura em Fernandópolis”, em 31/01/1952, n. 327, p. 3, para denunciar a truculência do suplente de delegado local, Francisco Costa.

³⁸⁷ MENEZES, J. G., As cobaias comunistas. **Fernandópolis-Jornal**, Secção Livre, n. 352, 01/05/1952, p. 4. (Grifo nosso).

Fedelhos comunistas, eu sou traidor deles, mais para a minha família, os meus amigos e parentes, o meu Brasil, o meu governo, eu sou um brasileiro, patriota porque reservista não compatua com a subversão das leis do país. Não pegarei armas contra a minha pátria³⁸⁸.

Porque deixei de ser comunista em junho de 1949

Deixei de ser comunista, porque recebi ordem de um companheiro mais picarêta (sic) do que eu, de arranjar mais quatro companheiros e, mediante tal ordem, tomar de assalto a residência do senhor João Garcia obrigar a ele entregar as armas que possuía, e, se o mesmo senhor reagisse, para o matar. Mediante tal ordem eu não vacilei e respondi ao picarêta (sic) que não era possível eu executar tal ordem recebida assim individualmente. Só, mediante uma reunião dos demais companheiros e o que ficasse assentado, nós faríamos. Foi feita reunião, mediante seis ou sete pessoas, e ficou certo para ninguém daquela reunião fazer parte de tal absurdo. Imediatamente, mandou-se um aviso para Populina, que eu não sei onde foi, a fim de comunicar que nós em Fernandópolis não estávamos de acordo com os planos de tomar de assalto a cidade de Fernandópolis. No dia seguinte ao da reunião, apareceu na minha casa um vagabundo com o nome suposto de Henrique. Pois, amigos leitores, o mascarado Henrique, que aqui ninguém conhecia e nem conheço, veio especialmente saber porque nós aqui da cidade não estávamos de acordo com o assalto. Eu respondi que foi uma resolução dos dirigentes da cidade. Então disse o vagabundo: pois é, o troco vem, mesmo assim; só falta o Jacob avisar a polícia. Jonas Gomes de Menezes³⁸⁹.

Os malandros comunistas praticam o crime

Nem todos que são comunistas são malandros. Na fracassada intentonia (sic) comunista a Fernandópolis em junho de 1949, tinha dois malandros desconhecidos, de botina rasgada e paletó roto. Um, eu sei o nome suposto era Henrique, e o outro carêca. Pois bem, esses dois malandros sabiam perfeitamente o crime que alguns coitados aqui iam cometer, inclusive eu bobão. Quando me lembro digo, só por Deus eu recusei ou então porque não tenho índole de vagabundo, ó a vergonha que eu passei de muitas pessoas saberem que eu era comunista e estava acontecendo um assalto por meus companheiros; foi o bastante para que eu pensasse que, escapando daquela nunca mais os malandros comunistas me pegavam em outra.

Conheço alguns comunistas em Fernandópolis. Tem fazendeiros, comerciantes, gerente de casas comerciais, sitiantes, empregados de lojas, charreteiros, chauferes e tem mais. Estão vivendo de trás da cortina, como boa gente. Mais quem não te conhecer, que te compre. Depois que eu deixei de ser comunista, vivo sossegado, melhorei de vida, porque não sou contra Deus e nem vivo com a malícia na cabeça de combater o capitalismo e as autoridades constituídas. Desejo bem para todos e mesmo que seja um desgraçado comunista ainda dou conselho para abandonar o erro e entrar no caminho da verdade. Se houver alguma pessoa que me chame de comunista em algum lugar deve ser um desclassificado, que não tem argumento, e nem condições para falar pessoalmente comigo³⁹⁰.

A quinta coluna comunista

Os comunistas são indivíduos bárbaros e covardes. Pelo menos ficou provado no levante revolucionário de 1935, quando eles apunhalaram, calculadamente, à noite, os seus colegas militares que se achavam dormindo, só porque os mesmos militares eram contra o ideal comunista. São esses comunistas que vivem no meio de nós querendo se passar por boa gente. Há muitos indivíduos por aí que dizem não ser comunista, mais vivem batendo palmas para os atos dos bandidos comunistas. E, quando a polícia dá uma batida nos bárbaros-covardes, esses que dizem não serem

³⁸⁸ MENEZES, J. G. Os comunistas são selvagens. **Fernandópolis-Jornal**, Secção Livre, n. 360, 29/05/1952, p. 3. (Grifo nosso).

³⁸⁹ MENEZES, J. G. Porque deixei de ser comunista em junho de 1949. **Fernandópolis-Jornal**, Secção Livre, n. 361, 01/06/1952, p. 3.

³⁹⁰ MENEZES, J. G. Os malandros comunistas praticaram o crime. **Fernandópolis-Jornal**, Secção Livre, n. 363, 08/06/1952, p. 3.

comunistas ficam mordidos de cachorro louco e não se conformam, enquanto ao mesmo tempo ficam com medo se sobrar qualquer coisa para eles, e até fazem uma viagensinha (sic) de arranque para dizer que nada tem com os acontecimentos. Estes são da Quinta Coluna Comunista que vivem querendo agradar a Deus e ao Diabo, afim de poderem fazer a sabotagem melhor, e poderem incentivar os testas de ferro melhor para a prática do crime. Cuidado com eles.

A carapuça assenta na cabeça de quem merece.

Os meus artigos tem sido assinados religiosamente pelo autor; quem não gostar e quiser venha tomar satisfação comigo, pois já estou aguardando a tempo³⁹¹.

É significativo que um ex-comunista tenha espaço e escreva na imprensa da cidade depondo sobre o comunismo, sobre os comunistas e sobre o movimento de junho de 1949, expressando opiniões contrárias ao movimento e corroborando, contraditoriamente, o projeto de cidade da “ordem” e do “progresso” defendido por Leone. Por outro lado, os pequenos artigos expressam a diversidade política e de tendências, apontando para um campo de possibilidades – vividos e amplos.

Menezes informa que participara de algumas reuniões do partido em 1949 e que após a reunião de organização ocorrida em 18 de junho daquele ano na casa de Antônio Joaquim, no Córrego do Feijão, da qual Menezes não participara, ele e outros seis membros do partido se reuniram em Fernandópolis para deliberar pela não participação no movimento, na “intentona comunista de Junho de 1949”, relacionando o evento ao movimento de 1935. Jonas Gomes de Menezes tinha 34 anos em 1949 e um dia após os acontecimentos, prestou declarações no inquérito policial relatando que soube dos planos de “invasão de terras a ser levado a efeito no povoado de Populina e também um ataque a esta cidade” em conversa com Fernando Jacob no dia 20 de junho. Em suas declarações, argumentou que fora convidado por Antônio Alves dos Santos para participar do movimento, mas que havia declinado, alegando que se tratava de uma “idéia absurda”. Considerando-se amigo do prefeito municipal, Libero de Almeida Silveiras, foi à sua procura e narrou tudo o que soubera e o aconselhou que tomasse cuidado e as providências que julgasse necessárias. Naquela ocasião, Menezes nega que tenha recebido qualquer “incumbência dentro desse plano verdadeiramente infernal que os comunistas procuraram levar a efeito; que não é verdade também tenha recebido a incumbência de assassinar o sr. Francisco Arnaldo ou quem quer que seja”³⁹². Diante da polícia parecia coerente negar qualquer responsabilidade nos acontecimentos, bem como parecia seguro informar que repassara ao prefeito municipal todas as informações.

³⁹¹ MENEZES, J. G., A quinta coluna comunista. **Fernandópolis-Jornal**, Secção Livre, n. 3742, 12/06/1952, p. 2.

³⁹² PROCESSO CRIME, n. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 25-26.

Parece certo que Menezes havia se colocado contra o movimento e trabalhou na cidade pela sua desmobilização. Todavia, é certo que sua postura o tenha colocado em dificuldades com os antigos companheiros. Menezes também parecia ser um sujeito controvertido para as classes dirigentes da cidade. Em diversas ocasiões se posicionou contra os interesses capitalistas de empresas instaladas na cidade. Talvez seja por essa razão que tenha vendido sua agência de jornais e revistas a Jayme Leone e mudado da cidade.

Diante dessas contradições e pressões vividas é que se deu o processo de construção histórico e social de memórias sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis. As tensões em torno das memórias e histórias narradas mobilizam os trabalhadores na luta para afirmar memórias e histórias de classe. Percebem o quanto é relevante para a mobilização e organização da classe a celebração de uma memória de classe, com seus marcos históricos, datas e eventos.

Um ano após o movimento de trabalhadores em Fernandópolis foi organizada uma festa em Populina, de onde os trabalhadores saíram para o movimento em direção a Fernandópolis, na noite de 23 para 24 de junho de 1949. Com o título **“Aniversário da luta em Fernandópolis”**, o periódico do PCB “Voz Operária” noticia que no “sertão de Fernandópolis” os trabalhadores se mobilizaram contra a exploração dos latifundiários:

[...] No dia 23 de junho [de 1950], comemorado o aniversário do **levante**, os camponeses realizaram um “terço” e um grande baile, em que compareceram mais de 350 pessoas. Falaram ao povo o líder camponês Zé Cearense e o vereador de Prestes, Mario Longo, que alegria [...]. Mario Longo – Votuporanga, 28 de junho de 1950.³⁹³

Mario Longo, autor do comunicado publicado na imprensa pecebista, vereador e trabalhador residente em Votuporanga naquele período, foi processado por participar como “vereador de Prestes” no “II Congresso das Municipalidades” em Ribeirão Preto, ocorrido em junho de 1949³⁹⁴. Não apenas para Mario Longo, que participou e compartilhou do evento comemorativo em Populina, mas certamente para muitos de seus companheiros, o movimento ocorrido em Fernandópolis em 1949 tratava-se de um “levante” e constituía-se num marco da luta dos trabalhadores na região, um momento em que os trabalhadores compartilharam sonhos e projetos para suas vidas. Para Mario Longo, a celebração, constituía-se num espaço de sociabilidade, de “alegria”, além de solidariedade e luta.

³⁹³ VOZ OPERÁRIA, n. 61, 22/07/1950, p. 10. (Grifo nosso).

³⁹⁴ Prontuário 76.273 – Mario Longo. DEOPS/SP, DAESP.

A questão relevante é o fato de que em 1950 parecia significativo celebrar a luta de trabalhadores por seus direitos e a luta pela terra. Entretanto, alguma coisa se perdeu nesse processo histórico que, dialeticamente, relaciona presente e passado, e as lutas dos trabalhadores daquele período parece não compor as tradições e memórias dos trabalhadores no presente.

A memória dividida de alguns sujeitos entrevistados limita-se em afirmar que as memórias do “acontecimento” restringem ao medo que provocou na cidade a “ameaça comunista” ou que não se recordam do fato. E a partir dessa perspectiva, o movimento dos trabalhadores em 1949 é caracterizado como algo que não aconteceu ou reduzido à tentativa de “invasão” da cidade. As disputas políticas em torno de quais memórias e histórias devem ser narradas e rememoradas marcam as histórias da cidade e, nesse embate, a correlação de forças parece ter sido ganha pelas classes dominantes e dirigentes da cidade.

CAPÍTULO IV

“SITUAÇÃO DIFÍCIL AQUELE TEMPO”: MEMÓRIAS EM MOVIMENTO E OS LEVANTES DOS TRABALHADORES

Historiar as disputas da memória sobre os modos de vida e de luta dos trabalhadores, como contraponto a problematização do movimento dos trabalhadores de junho de 1949, possibilita perscrutar os movimentos da memória. Os movimentos sociais no campo, as lutas dos trabalhadores em Fernandópolis, talvez em toda a região Noroeste do Estado de São Paulo, de meados da década de 1940 até meados da década de 1960, pautava-se pela disputa pela vida – por condições melhores de vida e relações de trabalho menos exploratórias.

Os deslocamentos dos trabalhadores para essa região territorialmente abrangida pelas divisas do Estado de São Paulo com os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, vindos de áreas paulista de produção de café em crise – de Minas Gerais e de vários Estados do Nordeste brasileiro – foram formulados como projetos de vida, cujo significado estava expresso no acesso à terra para o trabalho e para a produção das condições materiais de vida, mesmo que fosse por meio da compra parcelada da terra. As disputas e os conflitos em torno da propriedade fundiária têm a marca daqueles tempos em que a grilagem constituiu-se na prática rotineira para a concentração da propriedade privada e na apropriação da renda da terra³⁹⁵.

Essas circunstâncias pressionam a construção histórica e social de memórias sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis. Nesse processo histórico, a construção dos sentidos do passado ocultou as diversas práticas de luta dos trabalhadores por direitos e as diversas lutas pela terra, atribuindo-lhes outros significados, geralmente associando-os ao crime ou ao comunismo. Seja como for, a relação construída objetivava a criminalização policial e política das lutas dos trabalhadores. Todavia, no movimento histórico da memória é possível identificar sujeitos e experiências dissidentes e lutas em todo esse período.

³⁹⁵ Para os conflitos em torno da propriedade fundiária e do processo de grilagem da terra no Noroeste do Estado de São Paulo, bem como a expansão dos negócios da burguesia agrária paulista, Cf. NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro. Vera Chaia enfatiza o empreendimento empresarial dos cafeicultores paulistas nesse processo de “colonização” do interior do Estado de São Paulo, desencadeado pelo CAIC e conluio com o Estado, fazendo uso de intensa propaganda, desde a década de 1920, Cf. CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP** (1959-1969). 1980. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. O historiador Biscaro Neto afirma que esses trabalhadores deslocaram-se para a região movidos pelo “imaginário da terra prometida”, Cf. BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Desde o início da investigação histórica, um dos objetivos da pesquisa constituía a problematização dos significados atribuídos para o “levante comunista” pelos trabalhadores que se colocaram em movimento naquele período. Nos capítulos anteriores foi possível materializar evidências desse processo de significação. Assim, os diversos movimentos organizados pelos trabalhadores, desde meados da década de 1940, estavam relacionados às lutas contra relações de trabalho de exploração e por melhores condições de vida, e a luta pela terra produziu forma e conteúdo a muitas delas. A partir dos processos criminais, dos prontuários do DOSP e dos periódicos, emergiram experiências diversas de lutas que ocorreram antes e depois de junho de 1949.

As narrativas orais produzidas para a escrita do artigo sobre o “levante comunista” e para a história da cidade³⁹⁶ não tematizaram outras experiências de lutas dos trabalhadores. A impressão que se tem ao concluir a leitura do livro³⁹⁷ é a de que os trabalhadores não se constituíram como sujeitos históricos na cidade, ante a mitificação e edificação de algumas personagens construídas como “pioneiras” e forjadoras da “ordem” e do “progresso” da cidade.

Impossibilitado de produzir entrevistas com os trabalhadores que participaram daqueles movimentos no final da década de 1940 e início da década seguinte, pois os trabalhadores que não faleceram, mudaram-se de Fernandópolis e não encontrei indícios de localização desses trabalhadores, iniciei a produção de outras narrativas privilegiando entrevistas com trabalhadores que vivenciaram uma trajetória de vida de alguma forma dissidente e que residiam na região e no campo naquele período. A questão que me motivava em relação às entrevistas era perscrutar sobre os modos de vida naquele período e, assim, no decorrer das entrevistas, questionava sobre as reminiscências relacionadas ao “levante comunista” de 1949. Assim, entrevistei Antônio Gilioti, Amélia Silvestrin, Aurora Luiza F. de Oliveira e sua filha Neusila de Oliveira Gilioti (respectivamente, sogra e esposa de Antônio Gilioti), Helvio Pereira da Silva, Jacira Fortunato Godoy e seu marido Arlindo Vitulozza Godoy, e Joaquim Baptista Lacerda³⁹⁸.

³⁹⁶ Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

³⁹⁷ PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

³⁹⁸ Cf. “Fontes”. Os demais sujeitos foram entrevistados por manter alguma relação com o “levante comunista” ou com os sujeitos relacionados com o movimento. Dista dessa relação a entrevista com Antenor Ferrari, proprietário fundiário e ex-prefeito municipal, e Mario de Matos, comerciante. Ambos residiam na cidade no final da década de 1940.

Em termos metodológicos, situava as entrevistas a partir da experiência de pesquisa de Alessandro Portelli, quando ampliou e diversificou o horizonte de entrevistados sobre o massacre das Fossas Ardeatinas³⁹⁹ e para além dos sujeitos diretamente implicados no acontecimento, de forma a problematizar as diversas versões sobre o acontecimento e, assim, historicizar a construção social de memórias sobre o movimento dos trabalhadores de 1949. Nesse capítulo, problematizo apenas as entrevistas de Jacira Fortunado de Godoy e de Antônio Gilioti.

A representatividade da narrativa de Jacira Fortunato foi evidenciada pelos procedimentos narrativos da entrevista e pela experiência vivida e compartilhada socialmente com outros trabalhadores. Jacira Fortunato nasceu em 27 de julho de 1939, na cidade Mirassol, na região Noroeste do Estado de São Paulo. Portanto, quando concedeu a entrevista, estava com 67 anos e aposentada. Conheço Dona Jacira há muito tempo, pelo menos desde o final da década de 1980. Naquele momento, a conheci na militância nos diversos movimentos sociais dos trabalhadores e nos movimentos relacionados às CEBs na cidade de Fernandópolis. Em certa ocasião, Jacira Fortunato também militou no movimento negro. Na última década, os problemas de saúde a tem acometido, mas isso, e muito menos a relutância familiar, não a tem impedido de participar de diversas atividades. Com essa descrição é necessário afirmar que Jacira nunca assumiu posição de grande liderança na CEBs, nos movimentos sociais, populares e no partido em que é filiada, o PT.

A entrevista com Jacira Fortunato foi produzida em sua residência no Jardim Paulista – bairro de tradição de movimentos dos trabalhadores na luta por infraestrutura urbana a partir do início da década de 1980. A moradia de Jacira Fortunato está localizada defronte ao Clube das Mães, local de reunião e celebração da CEBs. É desse bairro popular que foi lançado o primeiro candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores em 1982 – Antônio Silvestrin.

No dia agendado para a entrevista, 24 de maio de 2007, cheguei até sua casa e logo percebi que, para entrevistá-la, deveria também entrevistar seu marido, o senhor Arlindo de Godoy. Esse fato deixou-me intrigado em relação às relações familiares de Jacira Fortunato. Assim, dirigi as primeiras questões para Arlindo de Godoy, que afirmou que desde o momento em que conseguiu pegar um tijolo em suas mãos começou a ajudar o pai no trabalho da produção de tijolos em uma olaria em Populina. No deslocamento para a cidade de

³⁹⁹ Cf. PORTELLI, A. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectiva**, Uberlândia, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun.2002. _____. **La orden ya fue ejecutada**. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

Fernandópolis, no início da década de 1960, já casado, começou a trabalhar como servente de pedreiro e alguns dias depois comprou ferramentas para trabalhar como pedreiro, pois já havia aprendido a profissão. De fato, a entrevista constitui um acontecimento na vida familiar e Arlindo de Godoy intentava participar desse evento.

Atenta ao relato de seu esposo, Jacira Fortunato interveio na narrativa:

Jacira Fortunato: Que a olaria sempre se trabalha de madrugada, né Arlindo? Maior parte é de madrugada que trabalha em olaria. Então sempre tem um tempo, assim, quer dizer, na roça e na olaria. No serviço deles aí.

Agora, eu fui mais da roça mesmo, né. Isso há muito antes deles, quando eles faziam esse trabalho de olaria, o outro lado da minha vida, então era roça. A gente morava cada 5 ou 6 anos morava num lugar, né. Então, nós temos **uma história muito grande** aqui pro lado de Santa Isabel, São João do Marinheiro, esses lado aqui onde gente morou muitos anos, fomos criada por ali. Aonde meu pai era caçadô de bicho, né. Então, fui criada mais nessa região onde se plantava na beira dos corgo assim, nós plantava o quê comê, de bebe, por ali. E tinha lá a vaquinha, outra hora. Vaca não, cabrito, né. Nós somo criada mais com leite de cabrito. Que **naquele tempo**, pra gente que morava nesses **fundão**, assim, era difícil o gado. Então a gente vivia muito com a carne do bicho, cabrito, que nós tinha assim, pra cria, nós era uma família grande, a gente tinha bastante cabra que dava leite pra família, né. Então, nós vivemo mais de carne de bicho, também.

Vagner: Por isso que a senhora falá que o pai da senhora era caçador?

Jacira Fortunato: Era, então, meu pai era caçador. Ele era caçador, era pescador, naquele tempo nós tinha varal de peixe assim porque ele pescava também, então a gente foi criado com esse tipo de carne, né. E tinha sempre as rocinha, na beira do corgo, assim, tinha as roça aonde meu pai cuidava daquilo ali. Então, a gente vivia daquele pouco. Vivia daquilo. E depois a gente mudou pra Santa Isabel e lá eu já tinha meus 8 ou 9 anos e dali então meu pai começou roça e a família foi crescendo e mudamo lá pra Populina, pro lado onde ele, o Arlindo morava pra lá, quer dizer, sem conhecê, né⁴⁰⁰.

Tanto no agendamento da entrevista, quanto no enunciado da pergunta inicial, mostrei o interesse de ouvir suas histórias sobre a vida na roça, o modo de vida no campo. A maior parte do período em que viveu no campo ocorreu enquanto Jacira era solteira e vivia com os pais e irmãos. Depois de uns dois ou três anos de casada, veio morar em Fernandópolis, no início da década de 1960.

A “história muito grande” de Jacira Fortunato está relacionada à trajetória de vida de seu pai, Aníbal Fortunato. Foi a partir dessas circunstâncias que construiu sua narrativa; a trajetória de trabalho do pai mediou todas as suas reflexões e definiu o enredo de sua entrevista. Naquele tempo, quando habitavam à beira dos córregos, quando “plantavam o quê

⁴⁰⁰ Jacira Fortunato de Godoy. Fernandópolis/SP. 24/05/2007. Acervo do pesquisador. A entrevista durou, aproximadamente, 70 minutos. (Grifo nosso).

comer e o quê beber”, o trabalho de Aníbal Fortunato parecia como de um agregado de fazenda. Jacira Fortunato informa que, em troca da terra para plantar, da mata para caçar e do rio para pescar, o pai distribuía sal para o gado do “patrão” pela fazenda. Todavia, sem nenhum contrato de trabalho.

No período anterior ao processo de formação de fazendas, parecia ser comum a presença de trabalhadores morando e trabalhando à beira dos rios e brejos, geralmente onde as terras eram mais férteis e próprias para a plantação de roças. A literatura tem descrito essa região, no período final do século XIX até meados do século XX, de presença significativa de agregados e posseiros, além dos arrendatários de terras⁴⁰¹.

As imagens idílicas elaboradas sobre “aquele tempo” em que era criança e que o pai plantava roça à beira dos córregos, caçava e pescava, contrasta com as imagens formuladas para o período posterior vivido pela família. A caça e a pesca estavam imbricadas aos meios de reprodução da vida, em momento cuja carne bovina era custosa e de difícil inclusão na dieta dos trabalhadores. É significativo o modo como Jacira Fortunato narra o fato de que, apenas depois de muito trabalho, a família conseguiu comprar uma vaca para o provimento de leite. Contudo, a caça e a pesca estavam imbricadas aos modos de vida no campo, não constituindo apenas atividades de sociabilidade e lazer. Jacira Fortunato narra que o pai sempre saía com um companheiro para essas caçadas e pescarias e retornavam com muita caça e pesca. Para preservar o alimento o procedimento era salgar a carne e deixar secar ao sol. Assim, tinham “mistura” para muito tempo.

O historiador Nazareth dos Reis, em pesquisa sobre a luta dos trabalhadores arrendatários no movimento que ficou conhecido como “arranca capim” – ocorrido durante a década de 1950, em Rubinéia e Santa Clara D’Oeste, na época vilas pertencentes à cidade de Santa Fé do Sul –, identifica processo semelhante no período anterior à formação das fazendas para empreendimentos agropecuários. O historiador relata que se deslocou ainda jovem com a família para a região, na década de 1940:

⁴⁰¹ Cf. MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984. REIS, N. *Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D’Oeste*. 1990. 255fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. 1980. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro.

Ali a vegetação era espessa, mata cerrada, salvo uma clareira aqui ou acolá à margem do rio onde os primeiros moradores cultivavam um arrozinho, pequena porção de milho, algumas moitas de bananeiras e poucos pés de mandioca: tudo para subsistência sem nenhuma finalidade comercial. O milho e a mandioca, por exemplo, além de servirem para o alimento eram também usados para ceva de peixes no rebojo das águas à sombra do ingazeiro ou da figueira, debruçados sobre o leito do rio onde o curimatá, a piapara e o caranho circulavam em cardumes se debatendo na superfície das águas, principalmente ao cair da noite. Ainda na margem do rio, de quando em quando, um carreiro de bicho por onde desciam bandos de catetos ou queixadas, a anta, a paca ou a cutia nas caladas da noite escura em busca de água ou de salinidade existente na terra dos barrancos que eles lambiam, ou então para se enlamear nos barreiros produzidos por eles mesmos.

Bastava um jirau fixado acima de cinco metros no emaranhado da galhada, uma espera pacientemente do caçador ali engastado, uma espingardilha do tipo pica-pau de carregar pela boca (no caso de animais pequenos, para os grandes tinha de ser no mínimo uma cartucheira muito bem carregada). Um tiro certo ao clarão do farolete, seguro junto ao cano da arma, era o suficiente para, no dia seguinte em casa, se ter carne o bastante para toda a família.

Por serem as laterais ribeirinhas cobertas com bastante várzeas, era comum o alagado dessas faixas na época das cheias, e depois, com o refluxo das águas, ficavam as lagoas periódicas ou permanentes onde a pesca era fácil e abundante⁴⁰².

É provável que as condições de vida desses trabalhadores, no período anterior ao da formação das fazendas na região, como posseiros ou arrendatários, não foram como caçar e pescar. Jacira Fortunato e Nazareth dos Reis, ao perscrutar o passado, construíram imagens nostálgicas e idílicas ante o porvir, para o qual ambos teceram suas narrativas. Jacira Fortunato, sobre a trajetória do pai Aníbal Fortunato enquanto arrendatário de terra despejado. Nazareth dos Reis, sobre as lutas pela terra dos arrendatários de terra diante a espoliação e a exploração nas fazendas Mariana e São João do Bosque, do latifundiário José de Carvalho Diniz.

Esse procedimento narrativo está muito próximo daquele descrito por Raymond Williams com a noção “estruturas de sentimentos” e com a metáfora “escada rolante”, que “entrava em movimento” nos relatos dos narradores, um após o outro, ao identificar no período presente um momento de transformação e ruína dos modos de vida anteriormente vividos no campo. O movimento da “escada rolante” das narrativas nostálgicas e idílicas direciona-se, indefinidamente, ao passado. O outrora é sempre definido como tempo de “felicidade”:

⁴⁰² REIS, N. Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste. 1990. 255fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 37-38.

Terra salubre, alegre, frutuosa;
 Lá a primavera mais cedo chegava
 E o cálido verão mais se quedava;
 Recantos de inocência, de lazer,
 Onde menino, eu só via prazer⁴⁰³.

Williams assevera que o relevante não é a “veracidade histórica”, mas “sim a perspectiva histórica” e a necessidade metodológica de historicizar e explicar esse processo histórico.

A partir de meados de década de 1940, a região Noroeste paulista (ou, como era descrita na época, a Alta Araraquarense – ou “sertão” de São José do Rio Preto), constituía-se objeto do projeto de apropriação e exploração capitalista da terra em expansão, engendrando o tempo em que não mais era possível viver à beira dos córregos para caçar, pescar e trabalhar na plantação das roças. Um tempo em que os conflitos em torno da posse da terra tornam-se mais regulares.

É significativo o fato da família de Jacira Fortunato deslocar-se de uma fazenda para outra a cada 5 ou 6 anos. Ou, o que é mais provável, que esse tempo de 5 ou 6 anos constituía-se no período reivindicado pelos trabalhadores para suas permanências nos arrendamentos das terras, pois os latifundiários estavam diminuindo o tempo de permanência dos arrendatários de terra após a derrubada da mata e a preparação da terra⁴⁰⁴. De fato, no trabalho de formação das fazendas, os latifundiários estavam firmando contratos de dois ou três anos:

Jacira de Godoy: Aí lá, então, foi aonde que meu pai deixou daquela vida que tinha e nós fomos toca roça, porque a família já tava grande, já todo mundo trabalhava, eu e meus irmãos, aí nós fomos tocá roça mesmo. Fomo tocá roça i, i, nesse lugar lá onde nós fomo tocá roça, a gente teve uma decepção muito grande...

Vagner: Porquê?

Jacira Fortunato: Porque é... meu pai combinou com o patão tudo da gente derrubá o mato e fazê e tocá a roça 6 anos, assim, uma coisa pela outra, né. E depois de 6 anos, então, aí então, nós cedia para ele. Aí nós mudava. Até 6 ano tudo que colhia era nosso. Aí nesse meio de tempo, então foi aonde que nós derrubamo o mato e nós era em 6, 7 irmão e meu pai, fizemo tudo o serviço na roça, plantamo o café e

⁴⁰³ WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 23. O poema citado foi atribuído por Williams a O. Goldsmith, em *The deserted village*. Na página 25 Williams afirma que “Pode-se afirmar que a nostalgia é universal e persistente; só as nostalgias dos outros incomodam. Pode-se argumentar de modo convincente que as lembranças da infância têm uma importância permanente.”

⁴⁰⁴ No periódico “Fernandópolis-Jornal” é comum encontrar reclames com o seguinte anúncio: “Terras de graça. Para plantio no período de 2 anos. Fazenda Marinheiro. Estrada de Pedranópolis, com o sr. Ernesto”. FERNANDÓPOLIS-JORNAL, n. 417, 21 de dezembro de 1952, p. 1.

quando o café tava com um, mais ou menos, um meio metro já fora da cova, que a gente plantô, aí descombinô com o patrão...

Vagner: Descombinô porquê?

Jacira Fortunato: Descombinô porque a roça já tava pronta e tava dando bastante lucro, né. Nós já tinha animal, já tinha criação de porcos, tudo nesse lugar, né. Já tava. Aí então ele quis mudá o sistema, achô que ele ia precisá da terra e que não tinha mais. E meu pai fez aquele **contrato** com ele só, assim, **na conversa**, quer dizer, não passou papel, nada, entende? Aí isso foi mês de junho, **eu me lembro**, foi no mês de junho. Aí de repente foi o oficial de Justiça lá, e nós **não era acostumado** com essas coisa, foi o oficial de Justiça e falô que tinha que desocupá. Tinha que desocupá, tinha visto falá que **nós tava querendo invadi as terra**, né.

Vagner: Mas vocês já tava lá morando?

Jacira Fortunato: Já tava lá morando, já fazia... 6 anos que nós tava lá. Nós entrô lá era mata, entendeu? Era mata. Aí, aí meu pai ficou esperando, vendeu umas coisinha ali pra vim Fernandópolis, primeiro nem não era Fernandópolis, era Estrela, nós morava, era Estrela que a gente... Aí, naquilo que era pra vim, era pra vim, meu pai descuidô porque, **palavra de homem naquele tempo era palavra**, né. Aí de repente veio o aviso que se nós não mudasse dentro de quarenta e cinco horas, tava escrito lá, que ia fazê **despejo**. E nessas altura a gente tinha uma mudança muito grande, sabe, a gente já tinha animal, a gente já tinha até uma vaca, então a mudança era grande. Aí, então, meu pai veio pra Fernandópolis e nós ficamo lá duvidano, né! Que poderia acontece aquilo, os vizinho de sítio, tudo, revoltado com aquilo, tudo mundo. Aí quando na manhã chegô o caminhão pra fazê o despejo. *(Nesse momento chegou uma vizinha e foi atendida pelo Arlindo)*.

Aí foi de manhã, rapaz, eles chegaram e foram dando tiro pra cima, sabe, foi um fuzuê mesmo. Aí os vizinho tudo veio e ajudô, nós pegamo a mudança tudo. Fomo pô nas casa dos vizinho, levamo. Isso foi cedinho que eles chegaram, quando foi lá pra duas horas fecho a porteira de entrada. Então, o que ficou lá ficô. E meu pai veio pra Fernandópolis, era mês de julho o juiz tava, **parece que tudo já tava preparado**, o juiz tava de férias. Aí então, nessa veis aí nós fomo lá pra Populina, que isso foi aqui em..., como chama? Isso foi em Turmalina, na fazenda em Turmalina. Aí quando nós fomo pra Populina, já com uma cabeçada muito grande, né, porque teve que vendê muita coisa ali pra vizinhança e alugá um caminhão grande pra levá a mudança. Fomo pra Populina pra fazenda do Junqueira. Aí começamo tudo de novo. **E meu pai ficou pra cidade quase um mês ainda na cidade caçando esse patrão**. O juiz não atendia, porque era mês de julho, era férias, e meu pai procurando, não achava patrão, que o patrão tinha ido viajá também⁴⁰⁵.

O procedimento narrativo “eu me lembro” e “história muito grande” foram utilizados para auferir autenticidade e representatividade ao relato. A narradora expressa ao pesquisador que a história narrada foi uma história vivida – verdadeira. E a “história muito grande” foi vivida nas margens dos córregos, no “fundão”. Contudo, parecia que a vida não era mais possível ser vivida assim e seu “pai deixou daquela vida que tinha” e foram “tocar roça”⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ Jacira Fortunato de Godoy. Fernandópolis/SP. 24/05/2007. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

⁴⁰⁶ Sobre o caso do senhor Aníbal Fortunato, pesquisei nos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis e da Delegacia de Polícia de Estrela D'Oeste, mas não identifiquei nenhum prontuário com os nomes Aníbal Fortunato ou João Dias. É provável que muitas ações da polícia na defesa dos interesses dos latifundiários contra os trabalhadores ocorreram sem a tramitação de inquérito policial e, assim, sem processo na Justiça.

Nesse tempo anterior, o trabalho e as vivências familiares à beira dos córregos parece não significar a mesma coisa que “roça” para Jacira Fortunato. Certamente, ocorreram alterações na rotina familiar, nos ritmos e dinâmicas de trabalho, enfim, nas relações de trabalho, pois a partir daí sua família era de arrendatários na formação de fazendas. Arrendar a terra constituía a prática e estratégia utilizada pelos latifundiários na formação das fazendas sem investir nenhum recurso ou utilizar poucos recursos financeiros, pois, ao final do contrato, os trabalhadores arrendatários de terra deveriam plantar o capim para a formação de pasto para a pecuária.

Aníbal Fortunato percebeu que a família estava numerosa e que muitos estavam jovens, quase adultos. É provável que Aníbal tenha projetado utilizá-los na plantação de uma roça maior, no arrendamento de terras, na formação de fazendas. Como também é provável que a reprodução da vida familiar não fosse mais possível daquele modo, plantando à beira do córrego e vivendo da caça e da pesca; assim, buscou uma vida melhor para a família – os filhos estavam crescendo e os valores relacionados às suas obrigações de pai exigiam dele outras atitudes. Isso tudo justificava a alteração nos modos de vida e nos modos de reprodução da vida familiar. Todavia, também é preciso considerar que famílias vivendo e trabalhando a beira dos córregos e rios começaram a incomodar os latifundiários que queriam formar as fazendas de gado e temiam a “invasão das terras”⁴⁰⁷.

Os latifundiários, ao verem que a terra estava preparada para a plantação do capim e produzindo, utilizavam o expediente do “despejo” para dispensar os trabalhadores, constituindo-se esta numa prática rotineira e violenta para apropriação da renda da terra e para a concentração fundiária⁴⁰⁸. Em muitas circunstâncias, depois da mata derrubada, com um ou

⁴⁰⁷ O historiador Nazareth dos Reis ao se referir ao “extremo Noroeste paulista”, afirma que a prática do despejo era realizada por “jagunços”: “Era esse tipo de serviçal, então, usado desde o início da década de 50 [em Fernandópolis, talvez, esse processo tenha começado um pouco antes], para efetuar, paulatinamente e bem dosada, a limpeza das barrancas dos rios: enxotar aqueles pirangueiros que muito antes ali haviam chegado e que, de repente, passaram a ser classificados como posseiros, intrusos, grileiros; e que precisavam se submeter às determinações dos novos donos que chegava (o que era difícil de se conseguir) ou desocupar a área. E a forma relativamente comum era o despejo quase sempre com certo grau de violência, dependendo do grau de resistência. Jofre Correia Netto, em interrogatório a que foi submetido, na delegacia de polícia em Santa Fé do Sul, depôs nos seguintes termos: ‘existe um descontentamento geral contra adesão (sic) do Juízo de Direito dessa Comarca, proferida no dia 30 de maio de 1956, ordenando um *despejo* de 38 famílias de arrendatários na barranca do rio, que lá já residiam, alguns de 2 a 3 e 10 anos; que na ocasião foram pedidas providências às mais altas Autoridades do País, esclarecendo *haverem sido queimadas* toda a safra de cereais daquele ano, pertencente àquelas famílias, cujos elementos saíram só com a roupa do corpo.’ REIS, N. Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D’Oeste. 1990. 255fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 78-79. (Grifos do autor).

⁴⁰⁸ Na entrevista de Aparecido Galdino Jacintho ao historiador Natal Biscaro Neto, o Aparecido ou Galdino, como também ficou conhecido, foi benzedor e líder religioso na região, ficando preso de 1970 a 1979 por conta das suas pregações por uma “vida em comum”. Aparecido Galdino afirma que sua conversão se deu justamente

dois anos de trabalho, os latifundiários imediatamente queriam plantar o capim para a criação de gado⁴⁰⁹. Por outro lado, os trabalhadores ansiavam prolongar os contratos de arrendamento, pois a terra proporcionava uma renda maior depois de alguns anos da mata derrubada. Certamente o proprietário da terra, o tal de João Dias, como informou Jacira Fortunato, não desejava que a família de Aníbal Fortunato cumprisse ou prolongasse o contrato.

As histórias que foram narradas por Jacira Fortunato sobre as experiências familiares com o arrendamento de terras e formação de fazendas foram histórias carregadas de “decepção”. Na narrativa, foram construídas duas temporalidades distintas que significam mudanças nos modos de viver e alterações nas relações trabalho. Jacira Fortunato informa que seu pai fora analfabeto a vida toda e apenas quando vislumbrou a possibilidade de se aposentar retirou seu registro de nascimento e demais documentos pessoais, pois a “palavra de homem naquele tempo era palavra”. Essas mudanças nas relações de trabalho estavam relacionadas à introdução de uma nova lógica do mercado e do capital, alterando relações paternalistas⁴¹⁰. Ao refletir sobre a trajetória de trabalho familiar, Jacira Fortunato ainda narra:

Jacira Fortunato: Aí é, aí meu pai ficou por aqui, **desnor-teou**, nós fomo pra lá, meus irmão já era moço já, eu também, eu também. Aí fomo to-cá roça de novo. Pegamo um pasto prá, prá, desbravá o pasto, arrancá toco, tudo, prá torná passá arado outra vez, pra torná começá a roça outra vez. Isso já era na fazenda do Junqueira. Aí ali nós ficamo uns, acho que uns 5 ano também. Aí eu casei também. Meu pai também **descombinô** ali, nós fomo arrumá outra fazenda beirando o rio, fazenda do Jaú, de

num processo de despejo, certamente, o mesmo despejo narrado por Jofre Correia Neto. Assim, Aparecido Galdino Jacintho narra que: “Eu só deixei de ser amigo deles (fazendeiros), quando um dia, na volta de uma viagem ao Estado de Goiás, onde eu havia ido buscar uma boiada, vi os jagunços do Zico, os policiais e o Armando Pereira, queimarem as taperas da barranca do rio. Eles jogavam no rio as panelas e os trens de cozinha daqueles coitados, ateando fogo nas taperas. Em meio aos gritos de mulheres, crianças, o fogo engolia tudo o que estava à volta. Os porcos tiveram que ser soltos para não morrerem queimados. Naquele momento, em meio a tanto desespero, dor, lágrimas e violência o Zico disse-me: - ‘Estava faltando você para ajudar-me a tirar esse povo que invadiu minha fazenda’. Eu disse: - ‘Não, Zico. Você tem é que ajudar esse povo, arrendar um pedaço de terra para que, aos poucos, eles formem a fazenda’. Ele disse-me: - ‘Então você está contra mim?’ - ‘Não, Zico, esse serviço eu não faço, pois quero bem a todo mundo.’ Foi nesse exato momento que eu deixei de lado aqueles com os quais sempre convivi e tive bom relacionamento. Deixei os grandes fazendeiros para ficar ao lado dos mais pobres, dos humildes e miseráveis.” BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 120-121.

⁴⁰⁹ Durante as décadas de 1950-60 a prática do despejo dos trabalhadores, posseiros ou não, foi utilizada em diversos Estados brasileiros como decorrência da luta pela terra. Nesses processos, a prática da grilagem de terra foi utilizada intensamente, principalmente em regiões que passaram por valorização imobiliária e a prática da especulação imobiliária como decorrência dos interesses de grupos empresariais específicos ou grileiros propriamente ditos, a partir do início da década de 1950, como é o caso do Noroeste do Estado de São Paulo, problematizado nessa pesquisa. Para as mesmas práticas no interior do Estado do Rio de Janeiro, Cf. GRYNSPAN, M. Luta pela terra e identidades sociais. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, vol.5, suppl., p. 255-272, jul.1998.

⁴¹⁰ Cf. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Principalmente, os capítulos “Patrícios e plebeus” e “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”.

um tal de Jaú. Aí lá eu casei e minha família continuô, assim, sempre pegando roça, terra, assim né. E quando tava tudo prontinho, o patrão...

Vagner: Aí no Junqueira a senhora falou que descombinô, mas descombinô por quê?

Jacira Fortunato: Descombinô porque era **uma situação difícil aquele tempo**, né, porque, nós fomo dali de Turmalina já com pouca coisa, né. E lá na fazenda do Junqueira é, nós fomo mora num lugar aonde era invernada e, então, nós tinha animal, né, é porco, tudo essas coisa, então não podia criá muita coisa ali, então teve que vendê tudo ali, que não podia ficá lá...

Vagner: Porque que não podia?

Jacira Fortunato: Não podia porque eles...

Arlindo de Godoy: **Até hoje!**

Jacira Fortunato: A fazenda tinha gado, então, a gente não podia tê o nosso, entende? Porque tinha que pagá, naquele tempo, acho que era pagá, não sei como é que era. Então, é vendê meu pai não queria. Nós tinha animal, tinha uns 4 animal, cabrito tivemo que vendê tudo, aí meu pai descombinô, que a cabeça do meu pai era outra, porque nós ainda tinha mais tempo lá naquela fazenda, porque tudo. A colheita melhor que nós ia fazê era aquele ano lá em Turmalina, na fazenda do João Dias. Aí então, meu **pai já era outro, assim, nervoso, porque a palavra do homem não valia**, isso, aquilo. Aí nós fomo lá pro Jaú.

Arlindo de Godoy: Pro Junqueira.

Jacira Fortunato: Não. Saímo do Junqueira, o Junqueira foi aonde nós, que meu pai descombinô porque teve que vendê o pouco que nós trouxe da outra fazenda, né. Aí então, fomo lá do Junqueira e de lá mudamo pro Jaú. Lá fomo traveis terra pegá terra, como é que fala, pegá mato, derrubá o mato traveis, pra torná fazê roça de novo, quer dizê, tudo na base da conversa, né. E lá eu casei, meu pai ficou lá, descombinô também, foi pra uma outra fazenda da Água Limpa, também. [...] Aí meu pai, depois, ficou com os filho, os menino, moço também, não queria trabalhá lá no sítio, na fazenda, porque vivia sempre mudando, sempre mudando. Aí resolveram vendê tudo o que tinha lá e comprá uma casa aqui na cidade. Isso foi em 1962⁴¹¹.

“Até hoje!” os trabalhadores rurais que moram no campo não cultivam mais a terra e não tem mais suas “criações”, conforme são nominadas as aves, porcos e gado destinadas à subsistência familiar. As alterações nas relações de trabalho denunciadas por Arlindo de Godoy marcam o movimento histórico de rupturas nas formas trabalho no campo e de deslocamentos dos trabalhadores para a cidade.

Para compor suas recordações, Jacira Fortunato apóia-se nos diversos deslocamentos familiares de um trabalho para outro até, definitivamente, o deslocamento para a cidade. No trabalho da memória, os deslocamentos foram justificados sempre pela quebra do “contrato” celebrados “na conversa”. Todavia, é Jacira Fortunato que narra à história familiar e avalia que “pai já era outro, assim, nervoso, porque a palavra do homem não valia”. Mesmo assim, é significativa a construção em torno da noção “descombinô”, que expressa os conflitos de valores e de interesses presentes nas relações sociais e nas relações de trabalho. O modo de

⁴¹¹ Jacira Fortunato de Godoy. Fernandópolis/SP. 24/05/2007. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

resistência encontrado pelo pai Aníbal Fortunato para não se deixar subjugar aos interesses dos “patrões” e “proprietários das terras” foi deslocar-se continuamente de uma fazenda para outra até o deslocamento definitivo para a cidade. Nesse processo, os trabalhadores disputam a vida – o que está em disputa são as possibilidades de sobrevivência material e os seus modos de vida.

A entrevista com Jacira Fortunato foi ensejada pela problematização elaborada durante a pesquisa sobre o processo histórico e social de construção de memórias sobre o movimento dos trabalhadores de 1949. Assim, inseri uma pergunta sobre o movimento:

Vagner: Vocês disseram que moravam lá em Populina, ou próximo, vocês não ouviram falar de um movimento que aconteceu em 1949, movimento comunista, que eles saíram lá de Populina e vieram aqui pra Fernandópolis, que iam ocupá a cidade?

Jacira Fortunato: Meu pai que contava isso.

Vagner: O pai da senhora contava?

Jacira Fortunato: Meu pai contava, mas eu não lembro disso, não. Porque meu pai contava essa história pra nós que aquela cidade tinha, que aquela cidade tinha essa história, que no passado tinha acontecido aquilo, mas era passado também, eu sou de 39.

Vagner: Mas ele contava o quê?

Jacira Fortunato: Meu pai contava né que... Até meu pai era contra o comunismo. Meu pai contava muita história de Getúlio Vargas, né. Na morte de Getúlio mesmo, isso eu me lembro bem, aconteceu aquela história, na boca dos velhos, se reuni e falava muito sobre isso, sobre comunismo, que era o fim do mundo, quem tinha, tinha que dá pra quem não tinha. Até quando aconteceu mesmo essa saída nossa lá di, aqui de Turmalina, me parece que nos papel até falava, o patrão nosso tinha colocado, entrado nas terras, ali né, bem dizê, invadido as terras. Ele manejo um negócio muito bem controlado pra que nós saísse.

Vagner: E esses documentos a senhora tem ainda?

Jacira Fortunato: Não, não tem esses documentos. Não estou falando pra você... Foi anos antes de nós casá. Meu pai deve tê pegado... Essa carta que chego. Era uma papeleira que o oficial de Justiça trouxe pro meu pai. Me lembro que o oficial de Justiça chegou e leu aquilo lá. Aí meu pai foi no filho de um vizinho nosso e ele leu⁴¹².

“Eu não lembro disso, não”, assim responde Jacira Fortunato. Em 1949, esta tinha apenas 10 anos de idade e o fato de não ter presenciado o acontecimento é compreendido por ela como alguém que não é qualificada como narradora desse evento, embora seu pai tivesse contado à família os acontecimentos que ocorrera na vila de Populina. A cidade era visitada apenas em dias de festas e de celebrações religiosas e quando a família necessitava de

⁴¹² Jacira Fortunato de Godoy. Fernandópolis/SP. 24/05/2007. Acervo do pesquisador. (Grifo nosso).

comprar algo que faltava em casa e, nesse último caso, geralmente era o homem que se deslocava até a cidade.

A memória sobre as histórias narradas pelo pai está relacionada à morte Getúlio Vargas. Ao construir sua narrativa, Jacira Fortunato relaciona o movimento de 1949 ou o “comunismo” ao despejo vivido pela família em Turmalina. Para narradora, o argumento do “patrão” era de que eles tinham “entrado nas terras”, “invadido as terras”, algo significado por ela como uma prática comunista.

No presente, Jacira Fortunato é solidária para com a luta dos sem-terra por reforma agrária. Todavia, a memória do ato interpretativo do seu pai sobre o “comunismo”, “que era o fim do mundo, quem tinha, tinha que dá pra quem não tinha”, expressa como muitos trabalhadores interpretaram os diversos movimentos de luta pela terra ocorridos na região, mediados ou não por trabalhadores politicamente próximos do PCB. A memória desse ato interpretativo certamente expressa como, por muito tempo, Jacira Fortunato interpretou o fato de sua família ter sido despejada das terras arrendadas pelo seu pai. É provável que a ação da polícia ao criminalizar os movimentos de luta pela terra associando-os ao comunismo tenha corroborado essa interpretação de muitos trabalhadores.

Os despejos dos trabalhadores arrendatários de terra, os interesses dos arrendatários em prolongar os contratos de arrendamento e, como resistência aos interesses dos latifundiários, a luta contra o pagamento da renda da terra, constituíam argumentos da luta pela terra em Fernandópolis e em toda a região Noroeste do Estado de São Paulo, como foi discutido nos capítulos anteriores. A questão agrária foi pautada, seja pelos trabalhadores, pela imprensa comunista ou pela própria polícia, na defesa dos interesses dos latifundiários, sempre a partir dessa pauta e perspectiva.

A prática do despejo dos trabalhadores arrendatários foi cotejada nos arquivos da Delegacia de Polícia de Fernandópolis e na Delegacia de Polícia de Estrela D’Oeste. No caso da última delegacia de polícia, sem a mesma facilidade encontrada na primeira delegacia de polícia.

A pesquisa nos prontuários arquivados na Delegacia de Polícia de Fernandópolis foi inicialmente desenvolvida para identificar e digitalizar o inquérito policial aberto para o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 e para perscrutar as trajetórias dos trabalhadores implicados como réus daquele movimento, pois desconfiava-se que, no processo de criminalização dos movimentos dos trabalhadores, aqueles sujeitos estariam

fichados e com prontuários abertos. De fato, alguns daqueles trabalhadores possuíam prontuários na Delegacia de Polícia de Fernandópolis: Antônio Alves dos Santos, José Antônio Figueiredo, Leopoldino Fernandes de Siqueira e Oswaldo Felisberto. O levantamento, leitura e digitalização foram empreendidas a partir do ano de 1949, ano em que inicia os arquivos de prontuários na Delegacia de Polícia de Fernandópolis, até o ano de 1960. O arquivo referente a esse período estava totalmente desorganizado, com muitas caixas e pastas de prontuários espalhados pelo chão da sala improvisada para o depósito dos documentos. Sem uma relação adequada de nomes, crimes e seus respectivos prontuários, senti a necessidade de verificar caixa por caixa os prontuários. Nessa pesquisa em busca dos trabalhadores inquiridos como réus no processo criminal do “levante comunista”, encontrei outros sujeitos e muitas outras histórias relacionados aos modos de viver, morar e trabalhar no campo, que os limites dessa pesquisa não permitem problematizar. Inúmeros foram os casos: homicídio e de tentativa de homicídio; suicídio e de tentativa de suicídio; sedução; prostituição; furto; agressão; segurança nacional; esbulho possessório; entre outros.

Os prontuários de esbulho possessório – evidências da complexidade da questão fundiária, da disputa pela terra e da prática do despejo – chamou-me a atenção para a incidência desse fato no segundo semestre de 1949. O esbulho possessório constituiu num instrumento jurídico cujo reclamante/requerente/vítima questiona a legalidade da posse da terra do requerido diante da prática de “invasão da terra”, asseverando que a posse da terra está sendo “esbulhada”⁴¹³.

⁴¹³ Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. “Capítulo III – Da Usurpação. Art. 161 – Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia: Pena – detenção, de um a seis meses, e multa. § 1º - Na mesma pena incorre quem: **Usurpação de águas**. I - desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias; **Esbulho possessório**. II - invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório. § 2º - Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada. § 3º - Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.” Recentemente, foi proposto, como Projeto de Lei do Senado n. 43, de 2008, uma “atualização” do referido Art. 161, com o acréscimo de um parágrafo: “§ 4º Se o esbulho possessório é cometido em imóvel rural, por mais de três pessoas associadas: Pena – reclusão, de um a dois anos, e multa.” A “Justificação” para o feito do senador é a seguinte: “A **gravidade da questão agrária** no Brasil, que se materializa na crescente sucessão de conflitos fundiários, exige medidas contundentes, entre as quais se incluem **proposições legislativas** que alvitrem soluções de **cunho pragmático** e contribuam, assim, para a **pacificação** geral dessas divutas (sic). Apenas **com maior severidade a invasão de terras** é, indiscutivelmente, uma dessas necessárias medidas. Já hoje, aqueles que insistem em violar o **legítimo direito dos proprietários de glebas rurais** podem ser **criminalmente** responsabilizados por esbulho possessório [...]. Ocorre, porém, que a pena prevista para essa figura penal é de simples detenção, de um a seis meses, e multa.” A “obra-prima” é de autoria do senador Marconi Pirillo e constitui em mais uma peça na construção hegemônica sobre a luta pela terra e na criminalização dos movimentos sociais. PROJETO DE LEI DO SENADO n. 43, de 2008. Diário do Senado Federal, quinta-feira, 28 de fevereiro de 2008, p. 3726. (Grifo nosso).

Nesse ano de 1949, o número significativo de inquéritos policiais de esbulho possessório cotejados com os anos posteriores não se verificou com a mesma frequência e quantidade. É difícil ponderar se no período anterior a 1949 utilizou-se do expediente do inquérito policial de esbulho possessório para a legitimação da posse da terra em Fernandópolis e na região, devido à ausência desses documentos na Delegacia de Polícia de Fernandópolis; os arquivos da referida delegacia estão disponíveis a partir do início do ano de 1949. Para o período anterior, talvez esses inquéritos tenham sido abertos em Votuporanga ou Tanabi. Todavia, eles foram diminuindo à medida que a pesquisa avançou para meados da década de 1950⁴¹⁴.

Próximo do lugar em que a família de Aníbal Fortunato vivia da caça, da pesca e da plantação na beira do córrego do Marinheiro há uma experiência significativa de esbulho possessório. O declarante e vítima é João Deolindo de Pádua, que residia no córrego dos Quirinos, vila de Santa Isabel do Marinheiro, pertencente à Pedranópolis, que no período era distrito de Fernandópolis:

Que cerca de seis anos vem o declarante exercendo as funções de administrador e arrendatário de uma propriedade pertencente a Antonio Paracatu de Oliveira, propriedade essa que é de vinte alqueires de terras; que há questão de dois anos o declarante firmou com Antônio Paracatu de Oliveira, digo com Domingo Martinez e sua esposa dona Argemira Paracatu Martinez um compromisso de compra e venda sobre os direitos que os mesmos herdeiros de terras já mencionados; que é conflitante do imóvel já aludido o snr. José Ferraz Negrão, o qual há muito vem procurando entrar na posse desses vinte alqueires, sendo mesmo que sobre o assunto já certa vez José Ferraz Negrão tentou propor contra o declarante alguns processos sobre incêndio e mesmo esbulho possessório em que aparece como pivô os mesmos vinte alqueires; que em fim de agosto José Ferraz Negrão arrendou parte das terras do declarante ao snr. Pedro Miguel da Silva e seus filhos Liozinho Miguel da Silva e João Miguel da Silva os quais já haviam roçado cerca de três alqueires. [...] que como o declarante já há tempos conhece o snr. José Ferraz Negrão e sabe também de

⁴¹⁴ Por razões desconhecidas pelo pesquisador e por aqueles que, no presente, são responsáveis pelos arquivos da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, a maioria dos inquéritos policiais de esbulho possessório não se encontram no interior dos prontuários. Segue relação de prontuários cujos inquéritos policiais foram motivados por esbulho possessório: Prontuário 363 – Benjamim Antonio Martins e outros. Vítima Francelino Alves. Esbulho Possessório. 4/7/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuário 364 – Sebastião Marcelino Miranda e outros. Vítima João Joaquim da Mota. Esbulho Possessório. 15/6/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuário 365 – José Rodrigues Machado e outros. Vítima Manoel Lopes da Silva. Esbulho Possessório. 11/8/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuários 375; 702 – Pedro Gonçalves e outros. Requerente Benedito Pinto Ferreira Braga. Esbulho Possessório. 15/7/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuário 358 – Indiciados Francisco Ciapina e outros. Vítima Luis Orsi. Esbulho Possessório e danos. 16/8/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuário 362; 709 – Requeridos José Francisco dos Santos e outros. Requerente Roque Martins. Ocorrência: Esbulho Possessório. 3/8/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuário 702 – Pedro Gonçalves e outros. 15/07/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Prontuário 695 – Fernandes José Marcelino, Euclides Lopes de Souza e outros. Vítima Teotônio Monteiro de Barros Filho. Falsidade Ideológica e Esbulho Possessório. 14/7/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Não consegui ter acesso aos processos na Justiça, oriundos da remessa desses inquéritos a Comarca de Votuporanga, pelas razões já assinaladas na Apresentação da Tese.

seus propósitos de querer se apossar por meios violentos da terras que de fato e de direito tem o declarante a posse [...] ⁴¹⁵.

Para o administrador e arrendatário de 20 alqueires de terra, pequeno proprietário de mais 20 alqueires de terra e lavrador João Deolindo de Pádua, a petição e denúncia de esbulho possessório constituía-se num instrumento para a garantia da posse da terra que se encontrava em disputa. Parece certo que parte dessas terras estava em litígio e dadas como garantia de dívidas. Ao titular anterior a perda dessas terras era quase certa.

O arrendatário de terra Pedro Miguel da Silva, citado por João Deolindo, depôs como testemunha no inquérito policial e afirmou:

[...] que em agosto desde ano o depoente e seus dois filhos, contrataram com José Ferraz Negrão, fazendeiro proprietário nos Córregos dos Quirinos, neste município, o arrendamento de uma área de sete alqueires de terras, na base de quinze por cento e de deixar formado, após o termino do contrato, capim formado para pasto; que a mando de José Ferraz Negrão seu cunhado Fausto de tal, juntamente com o depoente e seus filhos montaram a cavalo e após alguns quilômetros, Fausto lhe indicou uma área de terra, autorizando-os a que ali fizessem suas plantações; que ainda no mês de agosto o depoente e seus filhos principiaram seus serviços, roçando o mato existente nas terras [...]; que depois de tombado e ateado fogo numa área de dois alqueires e uma quarta, o depoente, através de pessoas que trabalham na própria fazenda de José Ferraz Negrão, ficou sabendo que aquela área já tinha sido por duas vezes roçada e embargada por João Deolindo de Pádua, que está na posse dessa terra e se diz dono da mesma ⁴¹⁶.

O arrendatário de terras Pedro Miguel da Silva percebeu logo que estava sendo usado pelo fazendeiro Ferraz Negrão na disputa da terra com João Deolindo. A solidariedade entre os trabalhadores – “pessoas que trabalham na própria fazenda” – permitiu a Pedro Miguel ter acesso a informações sobre o novo “patrão”. Soube que não era a primeira vez que Ferraz Negrão arrendava aquelas terras que estavam em disputa e que João Deolindo de Pádua conseguira embargar o arrendamento outras vezes. Pedro Miguel percebeu que poderia perder todo o trabalho já desenvolvido junto com mais dois filhos naquelas terras. Isso o levou a renegociar o contrato com Ferraz Negrão, exigindo novas terras, e terras que já estivessem preparadas para a plantação. A reivindicação foi atendida.

⁴¹⁵ João Deolindo de Pádua, brasileiro, natural de Barretos/SP, 37 anos, lavrador, casado, residente no Córrego dos Quirinos, Fernandópolis, sabe ler e escrever. Termo de Declaração. INQUÉRITO POLICIAL. João Ferraz Negrão – Indiciado. João Deolindo de Pádua – Vítima. Prontuário 01 – João Ferraz Negrão. 18/09/1953. Delegacia de Polícia de Fernandópolis-SP.

⁴¹⁶ Pedro Miguel da Silva, brasileiro, natural de Olímpia, 48 anos, casado, lavrador, residente na fazenda São José de propriedade de J. Ferraz Negrão, analfabeto. Termo de Declaração. INQUÉRITO POLICIAL. João Ferraz Negrão – Indiciado. João Deolindo de Pádua – Vítima. Prontuário 01 – João Ferraz Negrão. 18/09/1953. Delegacia de Polícia de Fernandópolis-SP.

O arrendatário de terras Pedro Miguel, desconfiado de que poderia ser objeto da astúcia de Ferraz Negrão, não titubeou em deixar registrado em seu testemunho na Delegacia de Polícia de Fernandópolis de que a plantação do capim se daria após o termino do contrato. O tempo do contrato não foi revelado nos autos, porém os latifundiários da região estavam sempre rompendo os contratos e exigindo a plantação do capim para a formação de pastos para a pecuária antes do termino dos contratos. O contrato de Pedro Miguel certamente era mais um daqueles contratos celebrados na “conversa”, “na palavra”, como informou Jacira Fortunato sobre os contratos celebrados por seu pai com os latifundiários com os quais trabalhou. Para Pedro Miguel é provável que essas circunstâncias fossem vislumbradas. Assim, considerou aquele momento ali na Delegacia de Polícia de Fernandópolis uma oportunidade para se resguardar de possíveis desmandos do “patrão” e registrar – por escrito – no inquérito policial as suas relações contratuais de trabalho, já que era analfabeto.

Como indiciado no inquérito policial de esbulho possessório, o fazendeiro José Ferraz Negrão também apresentou a sua versão dos fatos:

[...] que há questão de quatro ou cinco anos adquiriu quarenta alqueires de terras, no local denominado “Córrego dos Quirinos”, deste município, do senhor Lazaro Rodrigues da Costa, conforme certidão do Cartório do Segundo Ofício da Comarca de Votuporanga, que oferece para ser juntada neste inquérito; que por essas terras pagou a importância de quarenta mil cruzeiros, que logo depois veio a conhecer o indivíduo João Deolindo de Pádua que residia na cidade de Votuporanga, que ali vivia sem uma ocupação fixa, vivendo de pequenos negócio; que depois de muita insistência o interrogado levou João Deolindo de Pádua, como seu camarada, para nas terras acima mencionadas tirar madeiras; que posteriormente Deolindo, em vista de estar no mato localizado longe da sede e a fim de facilitar seu serviço de tirar madeira, solicitou do interrogado autorização para com sua família ocupar um ranchinho na beira dos córregos dos Quirinos, local esse ainda hoje ele se encontra; que com isso Deolindo usando de má fé vendeu vinte alqueires que tinha sob sua posse como agregado do acusado ao snr. Antonio Paracatu de Oliveira, fato esse que somente veio a ter conhecimento seis meses depois; [...] que diante dessa situação o interrogado, não teve dúvidas em demandar contra Paracatu e Deolindo, tendo ganho de causa na ação possessória, porém não pode receber até agora essas terras porque Deolindo de lá não arredou os pés; [...] possui a verdadeira escritura das terras, conforme já disse acima e junta neste inquérito, sendo que Deolindo ali está como um invasor e um inimigo perigoso que constantemente portea arma de fogo. Que o indiciado já foi processado pela Comarca de Catanduva, pelo crime de homicídio, do qual saiu absolvido⁴¹⁷.

Diante dessas circunstâncias, eu também andaria armado!

⁴¹⁷ José Ferraz Negrão, brasileiro, natural de Catanduva, 53 anos, agricultor, residente no Bairro do Marinheiro, fazenda São José do Morro Alegre, Fernandópolis/SP. INQUÉRITO POLICIAL. João Ferraz Negrão – Indiciado. João Deolindo de Pádua – Vítima. Prontuário 01 – João Ferraz Negrão. 18/09/1953. Delegacia de Polícia de Fernandópolis-SP.

Sobre os mesmo sujeitos conflitantes nesse processo de esbulho possessório há mais dois outros prontuários abertos: o primeiro, em 13 de setembro de 1949. Nesse inquérito, José Ferraz Negrão é o autor⁴¹⁸. O terceiro, em 27 de maio de 1955; nesse, o autor e vítima é João Deolindo de Pádua⁴¹⁹. No último inquérito policial de esbulho possessório, as versões apresentadas estão próximas das versões do segundo inquérito policial de esbulho possessório, de 18 de setembro de 1953. Na verdade, no primeiro inquérito, em 13 de setembro de 1949, a queixa inicial não foi de esbulho possessório e sim sobre furto de madeiras e danos causados por fogo atado na mata: “estelionato e danos”. Entretanto, a versão declarada por Ferraz Negrão foi muito diferente das versões posteriores. Na versão produzida em 1949, Ferraz Negrão afirmou que “dentro dos vinte alqueires da penhora achava-se, como agregado e arrendatário de Pedro Arruda Alvarenga, desde julho de 1948, o indivíduo João Deolindo”. Um pouco mais adiante em sua declaração, informa que “o declarante não tem nenhum contrato com João Deolindo e o mesmo se acha apenas como intruso nos vinte alqueires mencionados, recusando-se a sair dessas terras”⁴²⁰. Essa versão de 1949 é muito diferente daquela de 1953, em que João Deolindo de Pádua é descrito como morador em Votuporanga e que ali “vivía sem uma ocupação fixa, vivendo de pequenos negócios” e que, depois insistência de João Deolindo, o declarante havia levado como seu “camarada” para as referidas terras.

Frente à impossibilidade de ter acesso aos processos na Justiça, oriundos da remessa desses inquéritos (a pesquisa nos cartórios da região é uma possibilidade, porém não foi o empreendimento possível durante a vigência dessa pesquisa), histórias como essas de João Deolindo e Pedro Miguel apresentam-se como possibilidades abertas para outras investigações. A história de disputa pela posse da terra a partir dos inquéritos policiais de

⁴¹⁸ Prontuário 712 – Vítima José Ferraz Negrão. Indiciado João Deolindo. 13/09/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis.

⁴¹⁹ Prontuário 282 – Requerente João Deolindo de Pádua. Requerido João Ferraz Negrão. 27/05/1955. Delegacia de Polícia de Fernandópolis/SP. João Deolindo afirma que: “[...] Nesses últimos dias, [João Ferraz] mandou uma turma de trabalhadores abrir picadas, nas terras de posse do Requerente, isto no dia 25 de julho p. p., e derrubando as matas, retirando mesmo todas as madeiras aproveitáveis, e agora com o indisfarçável intuito de esbulhar a posse do Requerente vem esticando cerca, n’uma metragem mais ou menos de trezentos metros, que já se encontram esticados. O requerente foi ao local para repelir esse pretensão, não tendo entretanto, ali encontrado o principal responsável pela invasão, mas encontrou seus trabalhadores [...] [...] que ratifico em todos os seus termos a petição inicial, com a qual propõe queixa-crime contra o indivíduo JOSÉ FERRAZ NEGRÃO, residente em Santa Izabel, deste município, por crime de esbulho possessório, por quanto esse indivíduo, pela quarta vez tenta se apoderar de terras pertencentes do declarante, conforme prova com documentos que junta com sua petição; que além do crime de esbulho, José Ferraz Negrão está tirando dessas terras que pretende esbulhar, grande quantidade de madeiras de lei, redundando esse seu gesto em considerável prejuízo para o declarante [...]”

⁴²⁰ Prontuário 712 – Vítima José Ferraz Negrão. Indiciado João Deolindo. 13/09/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis.

esbulho possessório são histórias abertas e sem desfecho, pois as informações constantes nos inquéritos policiais não permitiram concluir quais dos conflitantes na disputa pelas tais terras sagraram-se proprietário dos vinte ou quarenta alqueires de terra. Os inquéritos policiais que informam os prontuários não estão completos e os documentos arrolados para instruir os referidos inquéritos policiais não foram copiados, como foram feitas cópias de Petições, Termo de Declaração, Assentada de Testemunha, Relatório final, oriundos de cópias produzidas a partir de formulários datilografados com papel carbono. Contudo, essa intrincada história de disputa de terra possibilita compreender as diversas relações sociais rotineiramente experimentadas pelos trabalhadores arrendatários sem terra e suas lutas pelo trabalho e pela terra na região.

De modo nada enleado, em outro caso de esbulho possessório identificado nos prontuários da Delegacia de Polícia de Fernandópolis, o autor faz uso da petição para “informar” o delegado do possível paradeiro dos “elementos participante” no “movimento contra a ordem pública” – o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis:

Por fim, o requerente traz ao conhecimento de V. Excia. que, por informações vindas de suas terras, cuja autenticidade não pode apurar, nestes últimos dias teriam entrado nas terras, com o objetivo de aí se abrigarem contra pesquisas da Polícia, diversos elementos participantes de recente movimento contra a ordem pública verificado nesta região, especialmente neste município⁴²¹.

Qual o motivo para insinuar de que nas “suas terras” estariam “abrigando” os participantes do “recente movimento contra a ordem pública”? Talvez, ciente de que o DOPS se encontrava em diligências na região e conhecendo a sanha da polícia política e social, formulou tais considerações para pressionar a ação investigadora e repressora da polícia e, assim, ter os seus problemas particulares resolvidos agilmente.

Pela petição arrolada no inquérito policial, o “requerente” havia se tornado “legítimo senhor e possuidor de uma gleba de terras com a área de mil cento e sete e meio alqueires paulistas, situada no quinhão n. 32 da Fazenda Araras [antiga Fazenda da Ponte Pensa], hoje [agosto de 1949] localizada no município de Jalles”. O autor requerente do esbulho

⁴²¹ CÓPIA Autêntica de Requerimento e de Documentos de números 1 a 5. Petição, p. 3. Prontuário 695 – Fernandes José Marcelino, Euclides Lopes de Souza e outros. Vítima Teotônio Monteiro de Barros Filho. Falsidade Ideológica e Esbulho Possessório. 14/7/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis.

possessório, Teotônio Monteiro Barros Filho, advogado e professor de direito da Universidade de São Paulo, residente na capital, avalia:

[...] que com a aproximação dos meios de transporte e em razão de outras causas, o referido imóvel, nestes últimos anos, vem apresentando sensível valorização, entrando a despertar cobiças que são estimuladas pelo fato de residir o proprietário na Capital do Estado, embora mantenha na gleba os seus já referidos prepostos ⁴²².

O quê esse advogado e professor da USP queria com toda essa extensão de terra no interior do Estado de São Paulo, nos limites dos Estados de Minas Gerais e hoje Mato Grosso do Sul? No relatório do inquérito policial do delegado de polícia Fernando Mendes de Souza, o mesmo delegado do “indigitado” relatório policial sobre o movimento de 23 para 24 de junho de 1949 em Fernandópolis, afirmou que,

Analisando-se seus depoimentos, conclui-se que realmente os indigitados cometeram os delitos que lhes são imputados, usando para este fim meios indevidos e falsidade, muito embora conhecessem eles a situação do imóvel, objeto de seus apetites. [...] Nesse inquérito ficou perfeitamente esclarecida a responsabilidade de cada um dos indiciados que idealizaram o [ilegível] plano esbulharem terras que são conhecidas como de propriedade da vítima, praticando ainda o delito previsto no artigo 299 do CP., numa tentativa de mais um “grilo”, que é uma das piores e mais terríveis pragas desta grande e rica zona do Estado ⁴²³.

Alguns conflitos pela posse da terra na região envolveram disputas jurídicas que datam o início do século XX, já que nessa região a posse legal ou jurídica da terra data também as primeiras décadas do século XX. Todavia, há notícias de que desde meados do século XIX povos indígenas e trabalhadores viviam pelas margens dos rios cultivando a terra, caçando na mata e pescando nos rios ⁴²⁴. É, no mínimo, enredado o fato de que os requeridos no referido

⁴²² CÓPIA Autêntica de Requerimento e de Documentos de números 1 a 5. Petição, p. 1. Prontuário 695 – Fernandes José Marcelino, Euclides Lopes de Souza e outros. Vítima Teotônio Monteiro de Barros Filho. Falsidade Ideológica e Esbulho Possessório. 14/7/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis.

⁴²³ RELATÓRIO do Inquérito Policial – Fernando Mendes de Souza. Prontuário 695 – Fernandes José Marcelino, Euclides Lopes de Souza e outros. Vítima Teotônio Monteiro de Barros Filho. Falsidade Ideológica e Esbulho Possessório. 14/7/1949. Delegacia de Polícia de Fernandópolis.

⁴²⁴ Em outras notas informei algumas pesquisas que tratam desse assunto, mas a recente pesquisa sobre a fazenda Ponte Pensa é significativa, Cf. NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro. Sobre as demais fazendas, que abrangiam todo o território que ia das margens do rio São José dos Dourados às margens dos rios Grande e Paraná, e sobre o processo de grilagem ainda não temos uma pesquisa de fôlego. Essa imensa área estava dividida em doze latifúndios, alguns abrangia a extensão de centenas de milhares de alqueires, no final do século XIX e início do século XX: Fazenda Marimbondo, Fazenda do Ranchão, Fazenda Iagora, Fazenda São Pedro, Fazenda São José, Fazenda Voador, Fazenda Prata, Fazenda Carilho, Fazenda Marinho, Fazenda Pádua Dinis, Fazenda Água Vermelha, Fazenda

inquérito policial sejam acusados de praticarem o “grilo” – poderia afirmar-se que seria irônico se não fossem trágicas essas vivências para os trabalhadores! Essa pesquisa não prima por desvencilhar esse tortuoso processo de grilagem da terra na região. E muito menos se alguns arrendatários e posseiros lançaram mão da prática de “grilagem” e falsearam documentos para legalizar a posse da terra. Essa problemática histórica – a grilagem da terra na região de Fernandópolis – ainda precisa ser mais bem pesquisada.

O que importa, nesse momento, é a perspectiva histórica do requerente e do delegado de polícia. Parece ao historiador que o aparecimento de inquéritos policiais instaurados para apurar a ocorrência de esbulho possessório no segundo semestre de 1949 está relacionado ao movimento dos trabalhadores de junho de 1949. Para os “proprietários de terra”, o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 significou uma ameaça às “suas propriedades” quando reivindicavam a reforma agrária ou a “revolução agrária”. Alvino Silva já havia sido preso em março de 1949 por defender, junto aos arrendatários de terra, o não pagamento da renda⁴²⁵. A imprensa comunista já alertava em maio que, em agosto, os trabalhadores não iriam suportar mais a prática do despejo⁴²⁶. E em junho de 1949, o movimento dos trabalhadores. Em algumas circunstâncias, a luta e a disputa pela terra articulada por um, dois, três sujeitos – arrendatários de terras, posseiros e outros trabalhadores – pode ter assumido essa forma descrita pelo delegado de polícia como “grilo”. A prática era utilizada por latifundiários na região e forjar uma possessão de terra pode ter se apresentado como uma alternativa para alguns trabalhadores, lançando mão do mesmo expediente. Ainda mais quando o dito “senhor e legítimo possuidor” residia a centenas de quilômetros distantes dessa região do Estado. Ainda mais com essas terras sofrendo valorização imobiliária com o avanço da construção de ferrovia e cidades nessa região do Estado de São Paulo, com as possibilidades de se especular com a venda dessas terras por alguma empresa “colonizadora” ou pelo próprio “senhor e legítimo possuidor dessa gleba de terras com a área de mil cento e sete e meio alqueires paulistas”. Contudo, essa não é uma questão relevante nesse momento.

A sanha do delegado em “praguejar” o tal “grilo” inquirido em inquérito policial de esbulho possessório constitui-se relevante, nesse momento. Mas, de qual processo de grilagem se referia o delegado de polícia Fernando Mendes de Souza? Certamente, se referia

Santa Rita; Cf. COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis**: nossa história, nossa gente. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 14-16.

⁴²⁵ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Ofício ao DOSP, São Paulo – Interessado: ALVINO SILVA: De Fernandópolis, - Assunto: Agitação comunista na zona de Fernandópolis. – Data da distribuição: 11 de março de 1949. Delegado de Polícia Mario Ferraz Pahim. PRONTUÁRIO 91.037 – Alvino Silva. DEOPS/SP, DAESP.

⁴²⁶ CLASSE OPERÁRIA, n. 174, 14/05/1949, p. 10.

às lutas dos trabalhadores pela terra nessa região do Estado de São Paulo, as quais estavam sendo criminalizadas como estelionato, falsidade ideológica e esbulho possessório. Apenas esses crimes, quando não era possível enquadrar a disputa e luta pela terra nos termos da Lei de Segurança Nacional. Outros “grilos” de terra parecem não incomodar o delegado de polícia.

Certamente os latifundiários começaram a utilizar dos inquéritos policiais de esbulho possessório para expulsar, despejar os trabalhadores das terras. É provável que o “proprietário das terras” as quais Aníbal Fortunado era arrendatário tenha utilizado a mesma prática de despejo⁴²⁷.

A problematização do processo histórico e social de construção da memória sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 e perscrutação sobre os modos de vidas dos trabalhadores rurais motivou a entrevista com Antônio Gilioti, diante de parte de sua trajetória de trabalho como trabalhador rural. Antônio Gilioti ocupou-se de diversas atividades no trabalho no campo: assalariado rural (colono), oveiro, medidor de café, produtor de mudas de café, entre outras atividades. Igualmente relevante para a escolha de Antônio Gilioti na produção da entrevista foi a sua trajetória de militante do movimento popular na cidade, no caso, a partir do final da década de 1970.

Com Antônio Gilioti realizei duas entrevistas. A primeira, em 21 de maio de 2007. No dia 24 de maio de 2007 realizei uma entrevista com Dona Aurora Luiza Ferreira de Oliveira, juntamente com sua filha, Neucila de Oliveira Gilioti, esposa de Antônio Gilioti. A entrevista com dona Aurora ocorreu diante da manifestação de que tinha muitas histórias para contar. De fato, narrou histórias familiares em que relatou a dureza da vida no campo, principalmente no

⁴²⁷ Como é possível verificar pelo noticiado no periódico Fernandópolis-Jornal em julho de 1955, o despejo firmava-se como prática dos latifundiários, conforme nota assinada por José Beran: “Rumoroso Despejo Abala a População Fernandopolense. 150 famílias, sem teto e abrigo, são despejadas do bairro da Abelha, no Imóvel Marinheiro, nesta comarca. Por intermédio do srn. Edison Rolim, Prefeito Municipal, entregamos ao Senhor Governador, quando de sua visita a cidade de Araçatuba um memorial circunstanciado, em face do qual, nós, os ocupantes da gleba da Abelha, solicitamos a sua intercessão junto ao Dr. Fernando Marrey, no sentido de prorrogar o despejo por 30 dias, afim de ultimarmos nossas colheitas e desocuparmos o imóvel pacificamente. Em seguida, dirigimo-nos a São Paulo, onde fomos saber do Senhor Governador, a solução do nosso pedido. Efetivamente as providencias foram tomadas e o prazo concedido. Ao regressarmos satisfeitos, de havermos conseguido um paliativo, fomos informados que o dr. Marrey não sustou o despejo, faltando à palavra empenhada ao Senhor Governador e a comissão que entendeu-se diretamente (continua na 6.a pg.) com ele. Nada mais solicitamos senão um medida de caráter humano. O que fazer se fomos enganados? Resistir ao despejo? Não. Trata-se de uma medida judicial, que deverá ser acatada. Com esse prazo sairíamos das terras sem o vexame do despejo violento, pondo em polvorosa nossas famílias, vitimas que foram de um trabalho árduo de 15 anos, em terras que adquirimos com escrituras, pagando anualmente os impostos, edificando toda sorte de benfeitorias e formando lavouras de café. Um item solicitado no memorial já ficou prejudicado. Aguardamos agora, do Senhor Governador, outras providencias que possam amenizar a situação das 150 famílias desamparadas [...]”. FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário. 22 de julho de 1955, n. 602, p. 1-6.

trabalho de formação de fazendas, na derrubada de matas e plantação de lavouras. Durante as diversas visitas a família Gilioti, Antônio manifestou o interesse de continuar a entrevista, pois ainda havia coisas a relatar sobre seu trabalho durante a década de 1970 na Cobral, uma fábrica de fécula e farinha de mandioca e empacotamento de diversos outros produtos. A segunda entrevista com Antônio Gilioti foi realizada em 3 de julho de 2007. Na verdade, queria denunciar o trabalho sem o devido registro e aponta que, em certa ocasião, a empresa rasurou a sua Carteira de Trabalho, motivo pelo qual teve de trabalhar por mais 9 meses para se aposentar. Com certo receio e depois da insistência de sua esposa, Neucila, também denunciou que ele e outros trabalhadores da Cobral foram coagidos a assinarem documentos para a direção da empresa abrindo mão de direitos sobre a posse de terras, talvez em Rondônia. Parece que a empresa havia utilizado os nomes e os documentos dos trabalhadores para a apropriação de terras concedidas pelo governo do período. Antônio Gilioti afirma, pelas suas vivências, que a exploração dos trabalhadores ocorreu igualmente na cidade, não apenas no campo. Esse enredo acompanhou as duas entrevistas, porém apenas compreendi ao final da segunda entrevista com Antônio Gilioti.

Do mesmo modo como formulei perguntas sobre a memória do “levante comunista de 1949” aos outros trabalhadores entrevistados sem relação familiar para com os trabalhadores que participaram do movimento de trabalhadores de junho de 1949 ou proximidade política com o PCB naquele momento, questionei Antônio Gilioti a respeito do “movimento comunista”. E sua resposta foi enfática:

Antônio Gilioti: A... lembro. Então, eu era novinho, novo ainda não entendia bem, eu só entendia que a minha mãe, que já é falecida falava: “óia não usa nada vermelho não porque a polícia pega, né”. E era bem verdade, saia na cidade não se via ninguém com uma camisa vermelha, nada, porque onde tava o movimento, de uma camisa ou de um vestido vermelho as policias pressionavam e se fosse preciso levava pra cadeia. E não gostava de ver rodinha também de pessoas conversando logo batia ali e esparramava! Então era... era um regime meio, meio duro, viu! Não me lembro mais o regime que era, se era militar, eu acho que não era militar ainda não, né? Militar foi em sessenta e quatro, né?⁴²⁸

O trabalho da memória de Antônio Gilioti leva-o a relacionar o movimento comunista à cor vermelha e à repressão policial. A construção elaborada por Gilioti expressa como ele, um trabalhador, significou o período anterior a 1964 no Brasil. Antônio Gilioti não soube definir as pressões para as lutas daqueles trabalhadores em 1949. Assim, não relacionou o

⁴²⁸ Antônio Gilioti. Fernandópolis/SP. 21/05/2007. Acervo do Pesquisador. (Grifo nosso). Antônio Gilioti nasceu em 4/05/1940 em Santa Adélia/SP.

“levante comunista” à luta pela terra ou à reforma agrária. Contudo, a narrativa de Antônio Gilioti é densa e permitiu problematizar o campo de possibilidades vividas e projetadas pelos trabalhadores a partir de meados do século XX.

A entrevista com Antônio Gilioti constitui-se num evento relevante, não apenas para a família Gilioti, mas para a investigação. É uma entrevista representativa de experiências compartilhadas socialmente pelos trabalhadores do campo e da cidade. Em sua primeira entrevista, solicitei que falasse como era a vida na região durante as décadas de 1940 e 1950, ao que responde:

Antônio Gilioti: Então, eu vim pra cá já em 52... por aí. Fernandópolis era início ainda, né, era vila Pereira e eu era novinho ainda, né, mais eu **lembro com detalhes**, né, como era a região aqui, né, era muito café, muita lavoura de café. E... meu pai era desbrotador, né, fazia a desbrota nas fazendas, fazenda aqui dos Biroli, e tal. Em tudo essas fazendas em volta aqui. Eu me lembro bem que nós trabalhamos de colono também, né, nessas fazendas, né, e o colono naquele tempo ele recebia uma... uma, um valor por cada mil pé de café. Era **vida dura** porque a família grande tocava talvez muito mais pés... mil pés, já a mais pequena tocava menos. Então, como era o valor por mil pé somado, o total de mil pé que tocavam dava um tanto por mês e a gente tinha que sobreviver com aqueles valor ali.

Vagner: Era assalariado, então?

Antônio Gilioti: Era quase um assalariado, mais não era porque não era registrado, não tinha nem registro, não tinha nada, né, era... porque tinha vários tipos, né, era... tinha esse, esse colono que tocava o café dessa forma, tinha o meeiro, né!

Vagner: Então meeiro não era o colono?

Antônio Gilioti: Não! O meeiro, o meeiro era aquele que tocava o café a meia... Ou a lá... a roça, lavoura, né, por exemplo o café era no fim do, da colheita ele ficava com 50% e devolvia 50% pô fazendeiro, colhido, né. O fazendeiro já pegava colhido! O arrendatário era aquele que arrendava as terras, por exemplo: 20%, 30% dependendo do fazendeiro e dependendo das terras, né! Aí o lavrador, o roceiro arrendava porque, por exemplo por 20%, ele plantava algodão, arroz, milho e tudo que ele plantava depois ele colhia pagava os 20% pro patrão e... e... dos cereais, né, o arroz, o feijão, e ficava com o resto. Tinha aquele que arrendava a dinheiro, então era um X o valor por alqueire. Aquele lavrador que tinha um pouquinho mais ele... de dinheiro, ele então ele arrendava a dinheiro, aí o que ele colhia era tudo dele. E tinha o posseiro também, né, aquele que aposseava ali pegava um pedaço de terra, ficava ali. **Naquele tempo as fazendas eram muito grande, né. E... ficava aí até acabava ficando com a própria terra.**

Vagner: Mas, tinha... aqui na região...

Antônio Gilioti: Tinha!

Vagner: Tinha algum posseiro aqui na região? O senhor conheceu algum?

Antônio Gilioti: Éh... eu não conhecia, **mas pelo que o povo falava** ah, ah, quase a maioria dos fazendeiros aqui eles pegavam, eles mediam as terras lá e pegavam um tanto a mais... Uma coisa que a gente não pode provar, mas era... era... não, tinha, assim, muito... Era **sertão** ainda. Cê pegando aqui dá, dá... da sete aqui embaixo onde hoje é... é... essa CESP, né!?

Vagner: Sim!

Antônio Gilioti: Ali pra lá já era mato, tudo mato e tinha as fazendas que eles compravam e já foram desbravejando e plantando café, né, os Baroli, os Cáfaró, né? Então, o povo comentava muito que os fazendeiros que vinha pra cá comprava, por exemplo, comprava 100 alqueires e cercava 110, 120... **E tinha aqueles também que... que pegava um pedacinho... talvez nem sabia quem era o dono e ficava plantando ali, né, e o tempo passava e ele acabava ficando com a terra**⁴²⁹.

A narrativa de Antônio Gilioti constitui-se em evidência de como algumas vivências tensionam as reminiscências e como alguns projetos não se desvanecem na vida dos trabalhadores e ainda apresentam-se como possibilidades e tendências prospectivas.

Desde o final da década de 1970, Antônio Gilioti é um militante das CEBs e dos movimentos populares em Fernandópolis. Para Gilioti foi relevante sua primeira participação no movimento popular e, assim, fez questão de narrar que se deslocou de Fernandópolis para São Paulo, na Praça da Sé, para protestar contra a carestia e o aumento do custo de vida, que assolava os trabalhadores no final da década de 1970 e início da década seguinte. Problematicando o presente, angustia-se diante da letargia dos movimentos populares, da CEBs e da Igreja, que não se mobilizam mais para as diversas lutas no presente, avaliando que conquistaram muitas coisas no passado, mas ainda hoje a situação é difícil para os trabalhadores. É reticente ao avaliar o governo Lula, porém, em sua opinião, não é fácil governar com a oposição que se enfrenta no Congresso.

A narrativa de Antônio Gilioti sobre as vivências no campo foi relatada a partir da marca dessa experiência vivida e pensada. A construção da memória sobre as relações entre os trabalhadores rurais e os latifundiários, atribuindo significados a essas relações, expressa a subjetividade de Antônio Gilioti como trabalhador atento às circunstâncias e vicissitudes do trabalho no campo. Certamente, sua experiência social possibilitou refletir sobre esse processo histórico. Sua trajetória de vida levou-o a reelaborar e refletir sobre as relações de trabalho no campo.

O mundo dos trabalhadores narrados por Antônio Gilioti, construídos a partir de relações de trabalho no campo como assalariados-colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, posseiros, dentre outros, atravessa a pesquisa quando se problematiza a memória e os modos de vida desses trabalhadores. As relações de trabalho experimentadas por esses trabalhadores pressionaram-lhes a formular projetos diversos para suas vidas e lutar por direitos e pela terra na região Noroeste do Estado de São Paulo. Na memória de Antônio Gilioti e, certamente, na

⁴²⁹ Antônio Gilioti. Fernandópolis/SP. 21/05/2007. Acervo do Pesquisador. (Grifo nosso).

memória de muitos outros trabalhadores rurais, mantêm-se presente as disputas pela vida diante das duras condições de vida no campo e das relações de trabalho exploratórias.

No trabalho da memória, o processo de elaboração das reminiscências, definição da pauta da entrevista e o quê o sujeito entrevistado deseja tornar público ao pesquisador, Antônio Gilioti utiliza do procedimento narrativo “lembra com detalhes” para enfatizar e marcar a temporalidade da narrativa. Antônio Gilioti narra suas memórias sobre Fernandópolis no “seu início”, quando ainda era “Vila Pereira”. A elevação de Fernandópolis a município ocorreu 1945, a partir da junção de duas vilas, Pereira e Brasilândia. Nesse ano foram criados os municípios de Fernandópolis e Votuporanga, separando-se os mesmos, administrativa e territorialmente, de Tanabi⁴³⁰. O procedimento narrativo utilizado constitui-se numa forma de autorizar sua narrativa e torná-la representativa de uma versão do passado da cidade. A utilização do marco histórico para a definição da temporalidade narrada é significativa ao se desvencilhar das narrativas históricas tradicionais, que mitificaram e edificaram sujeitos e, assim, construíram a memória triunfalista do passado da cidade.

Nessas narrativas mitológicas, os modos de vida, as condições de vida, as relações de exploração por meio do trabalho e os movimentos sociais dos trabalhadores não tiveram lugar. A narrativa de Antônio Gilioti disputa a memória da cidade e a coloca em movimento.

Na narrativa de Antônio Gilioti, os lugares da cidade descritos como limites para o início do “sertão” – noção que fundamenta a narrativa hegemônica e, assim, constitui evidência do processo histórico relacional de construção social de memórias –, são a Avenida Sete (atual Avenida Amadeu Bizelli) e o bairro da CESP, que constituem no presente a área central e urbanizada da cidade. Antônio Gilioti constrói por meio de sua memória o mapa da disputa pela terra na cidade: “a maioria dos fazendeiros aqui eles pegavam, eles mediam as terras lá e pegavam um tanto a mais... Uma coisa que a gente não pode provar”. A versão de Antônio Gilioti sobre os processos de disputas pela terra e do processo de apropriação fundiária tensiona as versões mitificadas do passado quando afirmam que esse processo ocorreu de forma “mansa e pacífica”. O mapa da apropriação e da grilagem da terra em Fernandópolis, construído a partir da memória de Antônio Gilioti, tem significados simbólicos: expressa como ele, trabalhador rural naquele tempo, dimensiona a disputa pela terra na região – a grilagem da terra ocorrida até muito próximo da cidade, talvez até na área

⁴³⁰ Até dezembro de 1948 os territórios da micro-região de Jales, que inclui Santa Fé do Sul e muitas outras cidades, pertenciam ao município de Fernandópolis. Porém, a eleição municipal para a prefeitura de Jales ocorre apenas em março de 1949.

urbana, não apenas nos espaços mais distantes, constituindo-se, assim, num problema realmente vivido por muitos.

Após sua narrativa sobre as diversas formas de exploração do trabalho, Antônio Gilioti termina falando sobre os posseiros. Imediatamente, formulo perguntas provocativas sobre os posseiros na região. Talvez Antônio Gilioti não tem conhecido mesmo nenhum posseiro, mas sua trajetória de trabalhador rural e oteiro na região o qualifica como sujeito que compartilhou dessas experiências e notícias, certamente difundidas em toda a região. Gilioti parece receoso ao relatar o processo em que o posseiro “pegava um pedacinho... talvez nem sabia quem era o dono e ficava plantando ali, né, e o tempo passava e ele acabava ficando com a terra”. A narrativa desvela o quanto fora complexo a questão agrária no período e dimensiona o quanto determinados valores liberais de propriedade, corroborados por valores cristãos, disseminados no social, moldava as perspectivas históricas e sociais dos trabalhadores e limitava as possibilidades de formalização de projetos de vida. A luta pela terra, organizada coletivamente ou como atitudes atribuídas aos posseiros, significava romper e reelaborar determinados valores e princípios que norteavam suas vidas.

A experiência de trabalho vivida como oteiro por Antônio Gilioti é significativa de uma atividade que desapareceu nas últimas décadas no interior do Estado de São Paulo. A narrativa sobre essa atividade foi formulada após meu questionamento sobre a existência de armazéns dentro das fazendas:

Antônio Gilioti: Aqui no... no... aí já tava, já era bem... já tinha uns dezessete, dezoito anos **eu me lembro**, né, é... eu trabalhei de oteiro também!

Vagner: Como que é?

Antônio Gilioti: E eu trabalhei de oteiro!

Vagner: Como que é que era oteiro?

Antônio Gilioti: Eu tinha uma charretinha, né, com o animal e saía nas colônias, porque **naqueles tempos** tinha muitas casas, sítios, colônias... compravam galinha, ovo, né, e entregava na, na, no depósito aqui, porque **naquele tempo** não tinha ovos de granja, nem... nem frango de granja era caipira mesmo. Então o depósito mandava pra São Paulo caminhão de, de ovos, de galinha. E tinha os oteiros que, que fazia as linhas, né.

Vagner: Certo!

Antônio Gilioti: E eu fazia essa linha do Mota aqui, fazia várias linhas, né. Mas fazia a do Mota. Mota era um engenho de pinga que tinha ali. E ali tinha um armazém também pra, pra, pro povo da fazenda. Havia varias fazendas uma perto da outra, né, mais o Mota também tinha muitos, muitas famílias na fazenda dele. Então eles compraram ali, lá no armazém do Mota.

Vagner: Esse Mota que... que...

Antônio Gilioti: Era um engenho de pinga!

Vagner: ... mas que região que era?

Antônio Gilioti: Éh... aqui indo pra Duas Pontes, tem a fazenda do Gandolfi, pra cima um pouco! Mais é... não é mais deles, né, deve ser de outro dono, né. Mais é essa região aqui indo pra Duas Pontes. O engenho do Mota fazia pinga, fazia... eu não sei se eles fazia açúcar, mas pinga eu tenho certeza que fazia. Então ali... ali eles tinha o armazém, tinha campo de bola, né, que é futebol pus povo das fazendas, né, se reuniam pá jogá bola... e o... e o armazém tinha tudo... O armazém tinha de tudo... pras pessoas compra!

Vagner: Fala um pouquinho mais dessa coisa do ovelheiro, o senhor comprava esses ovos, como é que era?

Antônio Gilioti: Ovelheiro era assim óh... eu saia cedo fazia uma linha, por exemplo, essa linha pra São João das Duas Pontes, né, eu passava na, nas casas lá, sítios, arrendatários. Fosse deles seja o que fosse, né, porque naquele tempo o dono de fazenda morava também de sítio, morava lá, né, e as mulher criavam muitas galinhas, então colhia ovo, né, frango. Então eu passava comprando e aí eles vendiam, né!

Vagner: Hu, hu! O pessoal só compravam a dinheiro?

Antônio Gilioti: A dinheiro e muitas vezes elas... elas pediam mercadorias, por exemplo, elas pediam aviamentos, botão, linha, zíper... essas coisas eu levava e trocava, né, muitas vezes eu trocava... eu comprava também café limpo, pra mim pro meu gasto, feijão que, que elas vendiam pra fazer algum dinheiro, né, E até... eu cheguei comprar naquele tempo 100 dúzias de ovos por dia.

Vagner: Nossa!

Antônio Gilioti: Tinha mulher que juntava 10, 12 dúzias de ovos e tinha o terreiro cheio de galinha. Hoje não tem mais porque hoje **ninguém mora mais no sítio**, né. Mas **naquele tempo todo o povo que trabalhava na roça morava no sítio**, né. E..., então enchia o engradado de frango, galinha... aí chegava aqui, aí entregava, eles vendia. Éh... o lucro era pequeno, né, mais sempre tinha, né! E vendia no depósito. Depósito era de... do Diogo aqui. Aqui na... pra cima da avenida ali. Agora mora uma filha dele, ele já morreu, né. O Diogo Peres, ele era que comprava, comprava e quando tinha uma remessa de ovo ele mandava tudo pra São Paulo, enchia caminhão de ovo, galinha, frango e ia tudo pra lá. Porque não tinha nada de granja. Então era pouco pá população, tudo que ia ainda era pouco lá em São Paulo!

Vagner: É...

Antônio Gilioti: São Paulo não era o que é hoje, né, mais era grande, né! Então consumia muito. Aí eu fui, eu trabalhei de ovelheiro uns 3, 4 anos, por aí!

Vagner: Nossa, bastante tempo assim? O senhor já era casado, ou não?

Antônio Gilioti: Eu trabalhei de solteiro e trabalhei mais ou menos um ano depois que eu casei, né! Aí eu parei porque aí, aí, foi quando começou o êxodo rural, né, e o povo começou a vim tudo pá cidade, foi pá São Paulo e foi acabando os colonos, meeiro e arrendatário, então... é como hoje que você sai pos sítios aí e só vê casa vazia, né! Então não compensava mais⁴³¹.

Utilizando o casamento como marco histórico para compor suas memórias, Antônio Gilioti afirma que trabalhou por mais três ou quatro anos como ovelheiro. O trabalho como ovelheiro constituiu uma atividade relevante para o viver no campo naquele período e, em muitas circunstâncias, era o ovelheiro que fazia circular mercadorias e as notícias da cidade. Contudo,

⁴³¹ Antônio Gilioti. Fernandópolis/SP. 21/05/2007. Acervo do Pesquisador.

como descreve Antônio Gilioti, em determinado momento, o trabalho como ovelheiro “não compensava mais”, pois este se vai pressionado pelas transformações ocorridas com a expansão do capitalismo no campo, que reestruturava a produção agropecuária, com a introdução da mecanização da produção agrícola e da expansão da atividade de criação de gado, a pecuária, que pressionou os deslocamentos dos trabalhadores para a cidade – o “êxodo rural”.

Esse processo histórico foi discutido no capítulo anterior. Entretanto, é necessário enfatizar mais uma vez que esse processo histórico foi pressionado pelos diversos movimentos sociais dos trabalhadores no campo, intensificados a partir de 1945. As relações capitalistas no campo e na cidade ocorrerem dialética e simultaneamente. O processo histórico do capitalismo no Brasil não é dicotômico, separando o campo e a cidade, hierarquizando os espaços.

O trabalho como ovelheiro hoje é uma das muitas atividades que foram eliminadas pelo capitalismo. O ovelheiro era o responsável pelo abastecimento de ovos e aves da cidade. Contudo, Antônio Gilioti viveu e narra o tempo em que essas transformações já estavam ocorrendo e a produção de ovos e aves no campo não mais abastecia apenas a cidade de Fernandópolis. A produção era transportada para São Paulo.

No início da década de 1950, instalou-se em Fernandópolis a empresa “Sociedade Avícola Santista Ltda”, com direção local de Romeu Soares, cujo objetivo do entreposto limitava a compra de ovos e aves para o seu comércio em Santos e São Paulo. Parecia que esse empreendimento empresarial dava lucros, pois existiam outras empresas atuando na cidade e na região. Essas empresas começaram a contratar ovelheiros para a atividade de comprar ovos e aves no campo. Antônio Gilioti trabalhou para uma dessas empresas, mas em determinados momentos vendeu diretamente os produtos para os moradores da cidade. Há notícias de muitos ovelheiros terem trabalhado por conta antes da instalação dessas empresas.

O transporte dessas mercadorias para a comercialização em São Paulo ou Santos desabasteceu o mercado local e provocou a reclamação dos moradores. Jonas Gomes de Meneses apresentou-se como crítico do desabastecimento, da escassez de gêneros alimentícios e dos interesses dessas empresas:

Tubarão de galinhas

Quando falamos em tubarão, logo temos a idéia que se trata de um indivíduo de tipo corpulento dando a impressão de senhor do mundo, mas é engano, pois existe uma qualidade de tubarões secos, que são piores (sic) do que os chamados gorduchos.

Aqui em Fernandópolis, temos um desses magros, secos, que há anos vem açambarcando todo o município, de maneira absurda. Compra aves e ovos em grande quantidade porque é poderoso, isto é, 85% do movimento neste ramo é feito por ele. Despacha todas essas aves para São Paulo, deixando o público da cidade em falta. Em falta, sim, porque mais de três vezes eu procurei aves ou ovos para o meu consumo e me foi negado, quando os caixotes ou engradados estavam abarrotados deste produto. Isto que aconteceu comigo, também aconteceu com dezenas de pessoas. Não foi o fato de a mim não querer vender. É o açambarcamento desregrado para auferir gordos lucros nos mercados de São Paulo. E enquanto isso, Fernandópolis, a fonte de produção, passa por maus bocados porque a sua população nem sempre encontra aves ou ovos; gêneros de primeira necessidade, sendo que o depósito da Cia. Avícola Santista mantém diariamente este produto, quando o Snr. Diogo Navarro, mantinha depósito de aves na cidade, nunca uma pessoa sahiu (sic) sem comprar este produto, por dizer que não tinha. E porque este senhor não faz o mesmo. Porque nega a mercadoria à população. Não gosta ele de morar em Fernandópolis?

Eis aí uma das coisas que a Prefeitura devia exigir. Primeiro, o abastecimento da cidade, e depois, a exportação⁴³².

Jonas Gomes de Meneses é o mesmo ex-comunista declarado e autor daqueles diversos artigos no periódico “Fernandópolis-Jornal” sobre o movimento de trabalhadores em junho de 1949, em ocasião da concentração de trabalhadores na cidade em 1952. Por meio das páginas do periódico, Meneses sempre estava publicando suas idéias e opiniões sobre o viver na cidade. Desta vez, resolveu enfrentar o “tubarão de galinhas”. Na crítica ao desabastecimento de ovos e aves na cidade, construiu seu argumento enredado a termos e noções difundidas por comunistas e nos periódicos comunistas do período. O termo “tubarão” fora comum e estampavam os periódicos pecebistas para construir uma imagem do capitalista enriquecido com o trabalho explorado. Essa imagem não era desconhecida do ex-comunista e proprietário de banca de jornais e revista da cidade.

Romeu Soares, o representante da “Sociedade Avícola Santista Ltda”, descrito como “tubarão seco”, respondeu na edição seguinte do periódico. O executivo da empresa acusou Jonas de Meneses de “completa ignorância do comércio”, embora fosse um comerciante. Usou o espaço na imprensa local para defender “o progresso da cidade” e informar que a empresa dirigida por ele não era a única da cidade, porém as outras empresas atuavam na “completa ilegalidade”, sem recolher os devidos impostos, obrigando a “Sociedade Avícola Santista Ltda” a estender seus negócios para os municípios de Estrela D’Oeste e Jales. Em sua opinião, as “empresas ilegais” concorriam desonestamente, cujos “inescrupulosos que burlam as leis, e tornando impossível a transação por firmas como a nossa que mantém em dia suas obrigações fiscais”. Assim, afirma, que

⁴³² MENESES, J. G. Tubarão de galinhas. FERNANDÓPOLIS-JORNAL, n. 422, 8 de janeiro de 1953, p. 1.

[...] não somos açambarcadores dos referidos produtos, pois caso o referido articulista queira comprovar, poderia ir até a Estação EFA e verificar se todos os despachos de Ave e Ovos são feitos por nós, verificando mais, junto aos diversos depósitos de Aves e Ovos existentes na cidade, se são nossa propriedade.

Não prejudicamos os habitantes desta cidade, pois, como nossa firma mantém um gerente e demais funcionários, os quais tem ordem expressa para remeterem o produto, sem efetuar vendas neste ou outro Município, podem os habitantes de Fernandópolis adquirirem o produto em outros depósitos como acima dissemos, existem em grande quantidade.

Mesmo que pudéssemos efetuar vendas, não seríamos obrigados à vender ao snr. Jonas Gomes de Meneses, pois, sendo o comércio livre, pagamos nossos impostos Municipais, Estaduais, e Federais, e podemos baseados no direito que nos assiste, comerciar com quem nos parecer interessante⁴³³.

O executivo da empresa santista expressou com todas as letras a perspectiva liberal que orientava o comércio de aves e ovos na região de Fernandópolis e, talvez, sem perceber, asseverar as razões para o desabastecimento desses produtos na cidade. O movimento histórico e dialético do capitalismo, bem como o deslocamento dos trabalhadores do campo para a cidade, não fez desaparecer apenas a profissão de oteiro, mas também essas empresas que exploravam o trabalho dos oteiros. Por outro lado, no presente, multiplicou-se de sobremaneira a produção industrial de ovos e aves. Uma problemática histórica perturbadora que essa pesquisa não açambarca. Contudo, naqueles tempos difíceis, as condições de vida dos trabalhadores foram pioradas pela escassez de alguns produtos que, consequentemente, tinham seus preços majorados⁴³⁴.

Jonas Gomes de Meneses não se deu por vencido e publica na edição seguinte réplica sarcástica: “Se negar gêneros de primeira necessidade ao povo for progresso, a minha avó é careca!”. No artigo de 18 de janeiro de 1953, Meneses ironiza e destroça o executivo: “*Tubarão de galinhas*, título muito honroso para o snr. Romeu Soares, famigerada Sociedade Avícola Santista Ltda. Escrevo com toda a vibração do meu espírito, porque tenho a

⁴³³ SOARES, R. Comércio, exportação! E progresso para Fernandópolis sim! Exploradores do povo, não! FERNANDÓPOLIS-JORNAL, n. 423, 11 de janeiro de 1953, p. 3.

⁴³⁴ Com as iniciais E. M. E. e com o título “*Carne... barata*”, publicado no “Fernandópolis-Jornal”, formulou-se a seguinte reclamação: “Sem duvida alguma está nos fazendo falta uma rigorosa fiscalização nos açougues. Se não é tabelada a carne, pelo menos a Cr\$ 15,00 o kg, o povo merecia mastigar uma carne mais tenra e não abusivamente como vem acontecendo pois nesse preço absurdo é vendido o boi, ou vaca, inteirinho. Não há distinção mais de carne de 1ª ou de 2ª com osso e sem osso. E ainda se dê por feliz o desgraçado que consegue achar um ½ k de pescoço promovido a “carne extra”. E o Brasil é considerado paiz (sic) de fartura! E o brasileiro é considerado felizardo. Pobre povo pobre fernandopolense, cujo custo de vida quase se equipara com o do capitalista, que ao menos enquanto chora a barriga tem canções nos olhos, enquanto definha o corpo êle (sic) engana os sentidos. Enquanto isso, vamos roendo o ‘osso’ esperando ‘dias melhores’”. **Fernandópolis-Jornal**, Ano VI, n. 303, 08 de novembro de 1951. p. 4

capacidade para me defender”⁴³⁵. Como já informei no capítulo anterior, não tardou e Meneses sentiu-se pressionado a vender sua “agência de jornais e revistas”, “Agencia Nancy”, e mudar-se da cidade. A posição assumida Meneses pode ter-lhe custado esse desconforto. A noção histórica “progresso” mediava a defesa dos projetos em disputa para a cidade e situavam os sujeitos em campos de forças opostos. Na construção das objeções e oposição aos diversos projetos dos trabalhadores o “progresso” foi utilizado como argumento. Nesse episódio, Jonas Gomes de Meneses foi vítima do “progresso”.

O trabalho de ovelheiro não passou despercebido pelos agentes do DOPS. No inquérito policial que inquiriu o movimento dos trabalhadores de 1949 em Fernandópolis e nos prontuários do DOSP, Florindo de Souza, qualificado como ovelheiro, nutria o projeto de que cada trabalhador teria sua terra para plantar sem ter que pagar a renda da terra para ninguém⁴³⁶. Por ocasião da concentração de trabalhadores em 1952, Alfredo Tomaz Mesquita foi preso e qualificado como ovelheiro. Mas no relatório do investigador foi observado que a atividade de ovelheiro facilitava o trabalho Alfredo Tomaz Mesquita de distribuição de panfletos e jornais comunistas⁴³⁷.

Os trabalhadores que se colocaram em movimento de luta em Fernandópolis, a partir de meados da década de 1940, com a organização de concentrações e levantes, experimentaram e organizaram outras práticas de luta na região, mediadas pela disputa pela vida empreendida pelos trabalhadores. Nessas práticas de luta, os trabalhadores foram deixando seus rastros, acompanhados de perto pelos latifundiários e agentes do DOPS, evidências da experiência de trabalhadores que projetaram na luta pela terra um modo de mudar suas vidas e a sociedade.

⁴³⁵ MENESES, J. G. Se negar gêneros de primeira necessidade ao povo for progresso, a minha avó é careca. FERNANDÓPOLIS-JORNAL, n. 425, 18 de janeiro de 1953, p. 3.

⁴³⁶ PROCESSO CRIME, nº. 140, de 23 de agosto de 1949, p. 129. Prontuário 110.611 – Florindo de Souza. DEOPS/SP, DAESP.

⁴³⁷ DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – Serviço Secreto – São Paulo – Data 26/5/1952 – Classificação: Assuntos Gerais Sobre Serviços, - Sub-Classificação: Ambientes não especificados. Investigação em torno de elementos comunistas de Fernandópolis, Santa Salete e adjacências. Despacho: Arquivo Geral – S. P. 27/5/1952 (a) Arnaldo Pires de Camargo. Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP. Em razão dessa prisão publicou declaração na imprensa local: “Declaração. ALFREDO TOMAZ DE MESQUITA abaixo assinado, vem tornar do conhecimento de todas as autoridades constituídas e do povo em geral que, desde a cassação do Partido Comunista do Brasil, deixou de pertencer àquele partido ilegal, afastando-se por completo de quaisquer atividades. Que julgava desnecessária qualquer publicação, mas como está ainda sendo vítima de equívocos e dúvidas, vem por esta maneira, com a liberdade de pensamento com outrora ingressou para as fileiras do referido partido, declarar que, de há muito nada tem com o mesmo, tratando apenas de seu trabalho e de sua numerosa família. Por ser verdade o que declara, autoriza a publicação desta no “Fernandópolis-Jornal”. Fernandópolis, 17 de junho de 1952.” Fernandópolis-Jornal, n. 366, Seção Livre, 19/06/1952, p. 3.

Nesse movimento, histórias e memórias foram construídas sobre os trabalhadores e sobre a luta pela terra. O telegrama do delegado de polícia de São José do Rio Preto ao DOPS informa a movimentação dos trabalhadores após junho de 1949:

Solicito providências V. Excia. Sentido serem enviados esta Regional alguns investigadores desse D.O.P.S. a fim ser feita captura de Antônio Alves Santos vg Antonio Joaquim vg e seu bando composto elementos comunistas e contra os quais existem mandados prisão expedidos pelo M. M. Juiz Direito Comarca Votuporanga vg pela intentona levada a efeito em Fernandópolis vg no ano findo pt

Chegou nosso conhecimento que Antonio Joaquim e seus asseclas em número de cinco vg entre os quais João Alves vg vulgo “ZICO” se encontram homiziados em determinada zona desta região vg devidamente municiados pt

Após meu comunicado a V. Excia. pelo radio n. 89/90 vg de 30 de janeiro último vg esse mesmo bando retornou a Fazenda Guariroba vg distribuindo boletins de caráter subversivo pt

Reputamos essa diligencia de grande necessidade e urgência uma vez que os indícios de recrudescimento das atividades comunistas na zona de Votuporanga prende se vg necessariamente vg a atividade desenvolvida por Antonio Joaquim e se grupo vg volante pt

Esta Regional vg dado reduzido número investigadores que conta vg não pode empreender diligência de tal jaez vg pelo que solicito cooperação de V. Excia pt

Atencs. Sauds. Nelson Octavio Leitão. Deleg. Reg. de Polícia⁴³⁸.

Antônio Alves dos Santos tinha 52 anos de idade em 1949 e viveu na clandestinidade por 10 anos. No início da década de 1960, com mais de 60 anos e com a prescrição da pena, retornou para Fernandópolis. Pelo telegrama enviado ao DOPS, Antônio Joaquim e alguns dos companheiros participantes no movimento de 23 para 24 de junho de 1949, deslocaram-se em movimento continuo pela região no início da década de 1950. A presença desses trabalhadores na Fazenda Gabiroba, em Américo de Campos, próximo de São José do Rio Preto foi denunciada diversas vezes ao DOPS. O movimento na fazenda Gabiroba parecia pautar-se nos problemas dos arrendatários de terra com o pagamento da renda e a plantação do capim para a formação de pasto. O latifúndio, de 17 mil alqueires, parecia pertencer ao Frigorífico Anglo⁴³⁹.

⁴³⁸ Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha. Radiotelegrama. S. J. Rio Preto, 7/3/1950. Dr, Deleg. Aux. 5ª. Div. Policial. URGENTE. Prontuário 994, 1º. Volume – Delegacia Regional de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

⁴³⁹ Leonilde Servolo de Medeiros informa que no latifúndio trabalhava 1.200 famílias e a “principal liderança, Chico Mineiro, e outros foram presos. Chico foi espancado, ficou impossibilitado de trabalhar e sofreu uma ação de despejo. Os ‘camponeses’ reagiram e os ‘ingleses’ foram forçados a recuar. Deram três meses de prazo para a colheita e perdoaram a renda do ano. Vencidos os três meses, o oficial de justiça voltou e foi recebido a bala. No dia seguinte, cinquenta policiais armados ocuparam a fazenda, dispararam rajadas de metralhadora na casa de Chico e procederam ao despejo”. MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –

Na fazenda Gabiroba, a Delegacia Regional de Polícia de São José do Rio Preto e o Serviço Secreto do DOPS dispunham de agentes infiltrados, pois parecia que o descontentamento dos trabalhadores diante das relações de trabalho e das ameaças de despejo aumentava a cada dia. O Boletim Informativo do Serviço Secreto informa que os “comunistas militantes Antônio Alves dos Santos, vulgo Antonio Joaquim, e o João Lima, vulgo Zico Marcondes, mais dois companheiros não identificados, processados nos acontecimentos de Fernandópolis”, haviam realizados “comício relâmpago” na fazenda Gabiroba “incitando trabalhadores rurais assaltarem armazém [da] fazenda e tomar conta das terras”⁴⁴⁰. Parecia a Antônio Joaquim que aquele ambiente tornara-se propício para organizar os trabalhadores na luta pela terra.

No início do ano de 1950, o delegado de polícia de São José do Rio Preto enviou diversos radiotelegramas ao DOPS denunciando a movimentação dos trabalhadores pela região, solicitando apoio da polícia política e social para a repressão ao movimento e prisão dos trabalhadores. Informa que ocorreu em 15 de março de 1950 uma “grande distribuição de boletins em Américo de Campos, com o objetivo de organizar a ‘Associação de Camponeses da Alta Araraquarense’.” Contudo, a reunião havia sido “abortada pela interferência da referida Regional de Polícia”. Nesse dia, a polícia conseguira efetuar a prisão de João Alves de Lima, Zico Marcondes, sobrinho de Antônio Alves dos Santos. No radiotelegrama o delegado ainda informa que Antônio Alves dos Santos encontrava-se “homiziado [nas] matas [da] Fazenda Guariroba em lugar ainda não positivado”⁴⁴¹. O deslocamento em movimento dos trabalhadores parecia não limitar-se a fazenda Gabiroba e se estendia a toda a região⁴⁴².

Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, p. 136-137. (Grifos do autor).

⁴⁴⁰ BOLETIM INFORMATIVO DO “SERVIÇO SECRETO”. São Paulo, 1/2/1950. OS 0041/Pasta Temática: Camponeses – Agitação Rural. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁴¹ Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha. Radiotelegrama. S. J. Rio Preto, 15/3/1950. Dr, Deleg. Aux. 5ª. Div. Policial. URGENTE. Prontuário 994, 1º. Volume – Delegacia Regional de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁴² Conforme relatório do agente do DOPS: “Em cumprimento às ordens da Sub-Chefia de Ordem Política, seguimos para a cidade de São José do Rio Preto e Dalí em atenção ao que nos foi pedido naquela Regional, para a de Votuporanga, cujo Delegado de Polícia pediu-nos que iniciássemos as investigações em torno da turma de comunistas e bandoleiros, da qual é chefe o indivíduo Antônio Alves dos Santos, vulgo “Antônio Joaquim”. Estivemos nas seguintes cidades e fazendas: Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Fazenda Guariroba, Itanabi (sic), Nova Granada, Palestina, Santa Albertina, Duplo Céu, Mirassol, Balsamo, Barretos, Iguairá, Suinana, Altair, Ribeiro dos Santos e Icem. Nas imediações de Santa Albertina tivemos informações de que o bando fazia parada do lado do porto, onde reside um senhor de nome Lagerio, que tem uma filha que é noiva de um dos bandoleiros – Leopoldino Fernandes Siqueira, condenado a prisão. Tivemos informação de que o bando em apreço está muito bem armado e disposto a resistir a Polícia, e não se entregar de forma alguma. Ao fazermos uma pequena parada na cidade de nome Américo de Campos, estivemos em palestra com o dr. Jamil Elias, médico. Ele nos informou que toda a redondeza daquela cidade vive ameaçada pelo referido bando e, por isso, solicita as necessárias providências da Polícia paulista. Quando o bando ali aparece para realizar comícios e distribuir boletins, costuma ameaçar todos (ele também), dizendo aos lavradores para que não paguem os seus

De fato, os trabalhadores projetavam organizar a “Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense”, talvez por vislumbrá-la como instrumento na organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Por outro lado, também possibilita perceber a mediação de dirigentes estaduais do PCB, corroborando Antônio Joaquim nesse trabalho de militância. Parece que, nesse ínterim, Antônio Joaquim estivera em São Paulo em reunião com a direção estadual do partido. Nesse período, ficou por alguns dias na residência de Severiano Moreira França⁴⁴³.

O panfleto da “Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense”, apreendido pela polícia, expressa como os problemas vividos pelos trabalhadores foi significado por Antônio Joaquim e, certamente, por muitos outros trabalhadores:

Diante da grave situação de miséria e exploração em que se encontram os camponeses e o povo da Alta Araraquarense, a “Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense”, com sede em Tanabi, através de vários dos seus membros e demais representantes de todos os municípios do sertão do Rio Preto, reuniram-se para debater os problemas das grandes massas camponesas – colonos, meeiros, arrendatários, camaradas, sitiantes pequenos e médios – ficando então constatado que a exploração da massa camponesa tornou-se um roubo organizado como jamais foi visto nessa zona.

De um lado, a exploração dos colonos, camaradas nas fazendas de café com contratos de miséria, o arrendo caro sem crédito, o que obriga os camponeses a se entregarem a agiotas pagando juros de 36 a 50%; de outro lado, o monopólio da terra pelos grandes fazendeiros e pelos gringos imperialistas – como as fazendas “Gariroba” e “Magda”, etc. e a carestia crescente do custo de vida, criou uma situação de miséria que os camponeses e o povo não podem mais suportar. Chegou-se assim a conclusão de que dos sitiantes aos camponeses sem terra, ninguém pode tocar suas roças no ano de 1950.

Não tendo para quem apelar, aos camponeses só resta a sua organização dentro dos seus direitos.

Assim é que na última reunião em Américo de Campos, foi tirada uma comissão que organizará a “Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense”, cuja finalidade é unir toda a massa camponesa e lutar pelo seguinte programa que será enviado a todas as câmaras e Casas de Congresso:

- 1 – Luta pela Paz e contra a guerra.
- 2 – Reforma agrária.
- 3 – Fornecimento de crédito barato sem juros pelo governo aos camponeses.
- 4 – Fornecimento gratuito de sementes, veneno e formicida.
- 5 – Isenção de imposto de vendas e consignações aos produtores.
- 6 – Garantia de preços para os produtos da lavoura (arroz e milho).

impostos e não trabalhe para os seus patrões que, no dizer deles (os bandoleiros), vivem nas Capitais em bons palacetes, enquanto que o pobre lavrador vive na miséria. Costuma referido bando atacar o Governo. Costuma também apreender armas de pessoas das fazendas e sítios [...]”. RELATÓRIO feito por Rodrigo Alves Viana, Heitor Magalhães e Agenor M. Salgado, Investigação n. 242, 12/06/1950. Assunto: Investigações em torno uma turma de comunistas e bandoleiros, em diversas cidades do interior do Estado. Dirigido ao sr. Dr. Delegado Especializado de Ordem Política. Prontuário n. 111.464 – Antônio Alves dos Santos. DEOPS/SP, DAESP. (Grifos em vermelho do autor).

⁴⁴³ Prontuário 72.525 – Severiano Moreira França. DEOPS/SP, DAESP.

7 – Baixa de 50% em todos os impostos para o pequeno e médio sitiante.

8 – Abolição da taxa de estradas de rodagem para os sítiantes.

9 – Aumento para Cr\$3.000,00 o trato por mil pés de café e Cr\$30,00 por saca de café colhido.

10 – Direito aos colonos de terem pequenas roças para o sustento de casa.

11 – Pagamento de férias e repouso semanal remunerado, fora dos contratos.

Outras medidas que sejam apresentadas também serão discutidas na grande concentração para a reorganização da Associação Camponesa que se realizará no dia 12 de março, às 3 horas da tarde, na cidade de Américo de Campos [...] ⁴⁴⁴.

Os autores do panfleto facilitaram o trabalho da polícia fornecendo data, hora e local para a concentração dos trabalhadores e, provavelmente, não dimensionaram a repercussão do movimento junto aos latifundiários e a repressão da polícia – foi nesse dia que ocorreu a prisão de Zico Marcondes. O movimento dos trabalhadores rurais na proximidade de Tanabi e Américo de Campos envolveu outros trabalhadores rurais e muitas outras práticas de luta no decorrer da década de 1950, que essa pesquisa não problematiza ⁴⁴⁵.

O indício da presença dos trabalhadores pelos latifúndios da região provocou denúncias junto ao DOPS. Muito antes dos movimentos que ocorreram nas proximidades das cidades de Três Fronteiras, Santa Clara, Rubinéia e de Santa Fé do Sul, em decorrência da venda de terra praticado pelas “companhias de colonização” e pelas práticas de despejos de posseiros e arrendatários de terra para a formação de fazendas destinadas a pecuária – entre esses movimentos o movimento do “arranca capim” ⁴⁴⁶ – os trabalhadores do movimento de Fernandópolis encontraram um ambiente de conflito diante exploração que mediavam as relações sociais entre trabalhadores e latifundiários. Naquele momento, estava em disputa como os trabalhadores poderiam perceber e significar a questão agrária e desvelar os interesses capitalistas das empresas que atuavam na especulação imobiliária da terra. Os

⁴⁴⁴ MANIFESTO Aos camponeses, aos trabalhadores e ao povo em geral. Prontuário 994 (459), 2º. Volume – Delegacia Regional de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁴⁵ O prontuário no DOPS do trabalhador rural Sebastião Dinart dos Santos pode constituir-se em indício para mapear a luta dos trabalhadores rurais na proximidade de São José do Rio Preto e o envolvimento daqueles trabalhadores na organização da “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” – ULTAB. O primeiro documento no prontuário do trabalhador data de 12/09/1950. Prontuário 106.764 – Sebastião Dinart dos Santos. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁴⁶ Sobre esses conflitos, Cf. BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP** (1959-1969). 1980. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. _____. **Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários. Cadernos AEL: Conflitos no campo**, Campinas/SP: Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/AEL/IFCH, n°. 7, 1997. REIS, N. **Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste**. 1990. 255fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

projetos de vida dos trabalhadores que se deslocavam para a região eram, geralmente, articulados à posse da terra para o trabalho.

O advogado Luiz Teixeira de Carvalho, da Companhia de Agricultura e Colonização (CAIC), em janeiro de 1951 parece ter visitado pessoalmente a sede do DOPS em São Paulo para denunciar os trabalhadores em movimento nas terras da CAIC. Na ocasião, foi aconselhado a formalizar a denúncia:

Ratificando a denúncia verbal que, em data de ontem, fizemos a V. Excia., relativa atividades comunistas nos municípios de Fernandópolis e Votuporanga, bem como em diversos patrimônios daquela zona, entre os quais se destacam como os de Santa Fé do Sul, de propriedade desta Companhia, Santa Albertina, Dulcinópolis e Três Fronteiras, vimos, em resumo, relatar os acontecimentos que estão demandando imediatas providências dessa Especializada.

Os agitadores da região são, precipuamente orientados por Mario Longo, residente em Votuporanga, por Antonio Joaquim, (já condenado a oito anos de prisão por atividades subversivas em Fernandópolis), e por um indivíduo que responde pela alcunha de “Cearense”, residente em Fernandópolis.

Antonio Joaquim, foragido da Justiça, visita porém, frequentemente, um filho residente no Patrimônio de Santa Albertina. Consta estar ele residindo nas imediações de Porto Quicça, no Estado de Minas Gerais.

Esses agitadores, auxiliados por outros cujos nomes serão oportunamente relacionados pelo Snr. Alfredo Barbour, 1º suplente de Delegado em Jales, e por pessoa de nossa confiança, estão incitando a população agrícola da zona, por meios de boletins, um dos quais já passamos as mãos de V. Excia. – a não mais pagar as terras adquiridas em lotes, desta Companhia e de outros proprietários, sob ameaça de morte daqueles que solverem suas prestações, bem como a repetirem o episódio de Porecatu, no Estado do Paraná.

A propaganda comunista, naquela região é intensa e tudo faz crer que, se não forem tomadas, desde logo, medidas repressivas, graves consequências não se farão esperar.

Estarão a disposição dos encarregados da diligência, que V. Excia. já determinou fosse feita, os Snrs. Alfredo Barbour, em Jales, Alberto Pacheco e Dr. Hélio de Oliveira, em Santa Fé do Sul [...]⁴⁴⁷.

O delegado do DOPS despachou agentes em diligências para a região para averiguar a denúncia do advogado-chefe da CAIC. No relatório, os investigadores asseveram que estiveram nas cidades de São José do Rio Preto, Tanabi, Cosmorama, Votuporanga, Fernandópolis, Estrela D'Oeste, Meridiano, Jales, Santa Salete, Três Fronteiras, Dolcinópolis e Santa Fé do Sul e apuraram “que os comunistas citados foram os principais cabeças do

⁴⁴⁷ OFÍCIO. Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC). São Paulo, 27 de janeiro de 1951. Exmo. Snr. Dr. Elpidio Reali DD. Delegado de Ordem Política e Social. Ass. Luiz Teixeira de Carvalho, Advogado-Chefe. Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. Pasta. OS 532. DEOPS/SP, DAESP.

projetado movimento revolucionário agrário em Santa Fé do Sul, no núcleo da Companhia Agrícola Imigração e Colonização denominada ‘CAIC’⁴⁴⁸.”.

A criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores na luta pela terra já constituía prática para a repressão e exploração dos trabalhadores. Adicionar ingredientes que corroboraria a criminalização da resistência de sujeitos dissidentes parecia ao advogado da CAIC uma excelente estratégia. Por essa razão, era conveniente afirmar que a “população agrícola” estava sendo incitado ao não pagamento das terras. É provável que os trabalhadores que militavam na região vislumbravam desencadear um movimento parecido com o que estava ocorrendo nos anos de 1950-51 em Porecatu, no Estado do Paraná. Todavia, o ofício traz indícios de que os trabalhadores que compraram terra da CAIC não estavam efetuando os pagamentos conforme contratado e estavam rebelando contra os pagamentos. Não deveria ser fácil aos trabalhadores rurais, que adquiriram pequenas propriedades da CAIC, o cumprimento dos pagamentos mediante a comercialização da produção agrícola auferida anualmente, pressionados pela reprodução material do trabalho e da vida e limitados pelas intempéries do tempo e dos preços dos produtos agrícolas. Certamente, a resistência aos pagamentos não ocorria apenas diante da militância política de Antônio Joaquim, Zé Cearense e Mario Longo. O ambiente vivido parecia propício para disseminar movimentos sociais de trabalhadores na luta pela posse da terra na região.

As circunstâncias vividas pressionaram os diversos movimentos de trabalhadores na luta pela terra, contudo o movimento da memória das lutas dos trabalhadores compunha o repertório de resistências, movendo e moldando as diversas práticas de lutas na década de 1950 e início da década seguinte. Os trabalhadores forjaram tradições de lutas a partir dessas diversas experiências e outros sujeitos foram entrando em cena.

O movimento da memória e o projeto da reforma agrária moveram politicamente José Patrício de Souza e muitos outros trabalhadores na luta pela terra no início da década de 1960:

Com referência a José Patrício de Souza, que chefio o movimento de invasão de terras no município de Dolcinópolis, - bairro de Areia Branca, Fazenda Nossa Senhora de Fátima, de propriedade de Marcos Zanovelo, [...] isto em maio do corrente ano, houve um processo crime, sobre o assunto, cuja investigação foram feitas pelo investigador que a este subscreve; [...] ali compareceu um comunista de nome Oswaldo o qual orientou a invasão, apontando a fazenda de Clóvis Mendes Carneiro, em Guarani D'Oeste, a qual deveria ser retalhada e entregue aos

⁴⁴⁸ RELATÓRIO feito por José Antônio Leitão e Antônio Maria Gonçalves Rosa, n. 36, de 16/02/1951. Assunto: Projetado movimento revolucionário agrário em São José do Rio Preto e em outras cidades. Secretaria da Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo. Sub-Chefia de Ordem Social. Prontuário 71992 – Delegacia Regional de Votuporanga. Pasta. OS 0925. DEOPS/SP, DAESP.

camponeses pobre. [...] que José Patrício de Souza, naquela ocasião fugiu, não prestou declarações no processo, sendo que, o mesmo estava juntamente com os indivíduo André Corsini, residente em Mesópolis, Pedro Mesquita, residente em Populina, Gerosino Pereira, residente em Fernandópolis e mais alguns outros, todos estes indivíduos pertencentes ao Partido Comunista e tidos como agitadores. Porém, estes últimos foram excluídos do processo, como agitadores, por falta de elementos comprobatórios. O snr. José Patrício de Souza, foi o único que foi denunciado no processo. José Patrício de Souza, naquela zona, ficou completamente desmoralizado, mudando-se para Guarani D'Oeste, da comarca de Fernandópolis; naquela cidade, juntou-se ao seu “velho companheiro”, Snr. Antônio Joaquim Pereira (sic), elemento também bastante conhecido como “comunista” que há sete ou oito anos, chefiou a invasão da cidade de Fernandópolis, tendo sido condenado, bem como seus companheiros. Antônio Joaquim [...] esteve foragido, até prescrever a pena imposta pelo Juízo de Direito da Comarca de Fernandópolis (sic). Voltou, a pouco tempo, e, continua chefiando os movimentos subversivos, mas sem ação, pois encontra-se presentemente muito doente e quase invalido, mas sempre na sombra e apoio de José Patrício de Souza, este último sem residência fixa, vivendo agora de expediente.

No dia 13 em Populina, [...] fundou-se a Associação dos Lavradores de Populina, da qual é presidente o vereador local sr. ALFREDO TOMAZ DE MESQUITA e tesoureiro o sr. JOSÉ NUNES. Ambos são elementos comunistas, mormente o vereador é líder extremista local. [...] dirigiram-se à Fazenda Nossa Senhora de Fátima e iniciaram a confecção de diversas “picadas” dividindo a fazenda em lotes de 4 a 80 alqueires e em seguida colocaram estacas com o nome de cada um. Outrossim, iniciaram a confecção de barracos para os “novos” proprietários. As atividades desses elementos prosseguiram inalteradas até o dia 15 p. p., quando um grupo de aproximadamente 100 homens armados de foice, chefiados por JOSÉ PATRÍCIO DE SOUZA, ANDRÉ MUSSUN, e FRANCISCO DE ALMEIDA, convidaram o administrador da fazenda a escolher um lote também, ou se retirar dentro de 24 horas. [...] ⁴⁴⁹.

O investigador Paulo da Costa Leite atuava em diligências na região desde o final da década de 1940, pois havia sido um dos investigadores que diligenciaram pela região durante o inquérito policial em 1949 em razão do movimento dos trabalhadores. Contudo, a memória do investigador reduziu quase pela metade o tempo de treze anos ocorrido do movimento de junho de 1949. O trabalho de perseguição e repressão aos movimentos sociais de trabalhadores durante esse período deve ter levado o investigador a perder a noção do tempo. Ou ainda, a movimentação dos trabalhadores em luta durante esse período foi significativa e rotineira para o trabalho do investigador, o que não permitiu que dimensionasse o tempo passado.

Alfredo Tomaz de Mesquita, que distribuía panfletos e jornais pecebista no seu trabalho como oveiro, tornou-se vereador e presidente da Associação dos Lavradores de Populina ⁴⁵⁰ e participou no movimento de ocupação da fazenda Nossa Senhora de Fátima e na

⁴⁴⁹ Relatório do Investigador de Polícia Paulo da Costa Leite, São José do Rio Preto, 26 de novembro de 1962. Prontuário 994 (459), 2º. Volume – Delegacia Regional de São José do Rio Preto. DEOPS/SP, DAESP.

⁴⁵⁰ Como se poderia esperar em sua declaração para a polícia, Alfredo Tomaz de Mesquita afirma “Que, o declarante há dezesseis anos reside na cidade de Populina, onde sempre trabalhou na lavoura, ora como arrendatário, ora como diarista; que, esclarece como justificativa de sua detenção que, de fato, mais ou menos,

divisão de suas terras. José Patrício de Souza parecia conhecer Antônio Alves dos Santos há algum tempo para “juntar-se” a ele no projeto de luta pela reforma agrária. Para o investigador, Antônio Joaquim, mesmo “sem ação”, continuava “chefiando os movimentos subversivos”. Pelo que inquiriu o investigador naquele momento, Antônio Joaquim parecia projetar outros movimentos sociais de luta pela terra e mobilizar outros trabalhadores na década de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos últimos episódios que envolvem o MST e vêm repercutindo na mídia, a direção nacional do MST vem a público se pronunciar.

1. A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. O resultado do Censo de 2006, divulgado na semana passada, revelou que o Brasil é o país com a maior concentração da propriedade da terra do mundo. Menos de 15 mil latifundiários detêm fazendas acima de 2,5 mil hectares e possuem 98 milhões de hectares. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras.

pelo ano de 1945, aderiu ao movimento lançado pela legalidade do Partido Comunista; que essa adesão do declarante foi motivada pelos direitos mais amplos que se daria à classe pobre, roceiros e lavradores, principalmente; que, na época ligou-se aquele movimento no Comitê do Partido, então existente na cidade de Fernandópolis; [...] que, quando do movimento subversivo malgrado no município de Populina para Fernandópolis, no ano de 1949 ou 1950, o declarante se encontrava em tratamento [...], não tendo tomado a mínima participação [...]; que esclarece que após a extinção do Partido Comunista não mais manteve relações com elementos que a ele pertencem e que continuaram professando os mesmos ideais; que informa que em idênticas condições era a favor da reforma agrária, pois, conforme se propalava viria beneficiar o lavrador [...].” Secretaria da Segurança Pública. Delegacia Regional de Polícia de Votuporanga. Auto de Qualificação e de Interrogatório, 22/04/1964. Alfredo Tomaz de Mesquita. Prontuário 71992 – Delegacia Regional de Votuporanga Organização de A. L. Negro, e S. Silva a. Pasta. OS 0925. DEOPS/SP, DAESP.

2. Há uma lei de Reforma Agrária para corrigir essa distorção histórica. No entanto, as leis a favor do povo somente funcionam com pressão popular. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. A Constituição Federal estabelece que devem ser desapropriadas propriedades que estão abaixo da produtividade, não respeitam o ambiente, não respeitam os direitos trabalhistas e são usadas para contrabando ou cultivo de drogas.

3. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas, como acontece, por exemplo, no Pontal do Paranapanema e em Iaras (empresa Cutrale), no Pará (Banco Opportunity) e no sul da Bahia (Veracel/Stora Enso). São áreas que pertencem à União e estão indevidamente apropriadas por grandes empresas, enquanto se alega que há falta de terras para assentar trabalhadores rurais sem terras.

4. Os inimigos da Reforma Agrária querem transformar os episódios que aconteceram na fazenda grilada pela Cutrale para criminalizar o MST, os movimentos sociais, impedir a Reforma Agrária e proteger os interesses do agronegócio e dos que controlam a terra.

5. Somos contra a violência. Sabemos que a violência é a arma utilizada sempre pelos opressores para manter seus privilégios. E, principalmente, temos o maior respeito às famílias dos trabalhadores das grandes fazendas quando fazemos as ocupações. Os trabalhadores rurais são vítimas da violência. Nos últimos anos, já foram assassinados mais de 1,6 mil companheiros e companheiras, e apenas 80 assassinos e mandantes chegaram aos tribunais. São raros aqueles que tiveram alguma punição, reinando a impunidade, como no caso do Massacre de Eldorado de Carajás.

6. As famílias acampadas recorreram à ação na Cutrale como última alternativa para chamar a atenção da sociedade para o absurdo fato de que umas das maiores empresas da agricultura - que controla 30% de todo suco de laranja no mundo - se dedique a grilar terras. Já havíamos ocupado a área diversas vezes nos últimos 10 anos, e a população não tinha conhecimento desse crime cometido pela Cutrale.

7. Nós lamentamos muito quando acontecem desvios de conduta em ocupações, que não representam a linha do movimento. Em geral, eles têm acontecido por causa da infiltração dos inimigos da Reforma Agrária, seja dos latifundiários ou da polícia.

8. Os companheiros e companheiras do MST de São Paulo reafirmam que não houve depredação nem furto por parte das famílias que ocuparam a fazenda da Cutrale. Quando as famílias saíram da fazenda, não havia ambiente de depredações, como foi apresentado na mídia. Representantes das famílias que fizeram a ocupação foram impedidos de acompanhar a entrada dos funcionários da fazenda e da PM, após a saída da área. O que aconteceu desde a saída das famílias e a entrada da imprensa na fazenda deve ser investigado.

9. Há uma clara articulação entre os latifundiários, setores conservadores do Poder Judiciário, serviços de inteligência, parlamentares ruralistas e setores reacionários da imprensa brasileira para atacar o MST e a Reforma Agrária. Não admitem o direito dos pobres se organizarem e lutarem.

Em períodos eleitorais, essas articulações ganham mais força política, como parte das táticas da direita para impedir as ações do governo a favor da Reforma Agrária e "enquadrar" as candidaturas dentro dos seus interesses de classe.

10. O MST luta há mais de 25 anos pela implantação de uma Reforma Agrária popular e verdadeira. Obtivemos muitas vitórias: mais de 500 mil famílias de trabalhadores pobres do campo foram assentados. Estamos acostumados a enfrentar as manipulações dos latifundiários e de seus representantes na imprensa.

À sociedade, pedimos que não nos julgue pela versão apresentada pela mídia. No Brasil, há um histórico de ruptura com a verdade e com a ética pela grande mídia, para manipular os fatos, prejudicar os trabalhadores e suas lutas e defender os interesses dos poderosos.

Apesar de todas as dificuldades, de nossos erros e acertos e, principalmente, das artimanhas da burguesia, a sociedade brasileira sabe que sem a Reforma Agrária será impossível corrigir as injustiças sociais e as desigualdades no campo. De nossa parte, temos o compromisso de seguir organizando os pobres do campo e fazendo

mobilizações e lutas pela realização dos direitos do povo à terra, educação e dignidade⁴⁵¹.

A epígrafe dessas considerações finais problematiza o tempo histórico vivido no presente, o campo de disputas sobre as versões que se disseminam no social sobre a luta pela terra, pela reforma agrária. O tempo histórico em que “novos personagens entraram em cena” e apresentaram-se como sujeitos políticos intervindo na realidade.

A história dos trabalhadores na luta pela terra assume contornos de tragédia. Contudo, não deixa de ser cômico e irônico que a versão hegemônica sobre a ação dos trabalhadores sem-terra nas terras griladas pela Cutrale não fora defendida apenas pelos latifundiários, pelos seus representantes no Congresso, pela imprensa empresarial-burguesa e pelo governador do Estado de São Paulo, mas também pelo presidente da República.

Nessa temporalidade intensamente vivida pelos trabalhadores na luta pela terra, o movimento hegemônico se faz atuante no social, disputando com os movimentos sociais dos trabalhadores a reforma agrária, projetos para o campo e para o Brasil – o modelo econômico.

A criminalização dos movimentos sociais no campo, a repressão violenta à luta pela reforma agrária, a concentração fundiária crescente, evidenciada nos dados Censo do IBGE de 2006, a miséria vivida diariamente, a lógica do mercado e do agronegócio, a desregulamentação e desrespeito para com os direitos dos trabalhadores, bem como a intensificação de relações de trabalho exploradoras, são fatores que nos têm pressionado a olhar em perspectiva histórica esse passado e avaliar que muito pouco mudou nessas últimas décadas e, em muitas circunstâncias, tem até piorado. A continuidade tem sido a marca desse processo histórico.

A investigação sobre os usos do passado desvelaram as disputas em torno das memórias dos movimentos sociais de trabalhadores, sempre mediadas pelas disputas e lutas de classe em determinados presentes. A temporalidade da pesquisa e os caminhos percorridos redimensionaram alguns problemas discutidos no interior da tese.

O tempo presente das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra, a criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores, as disputas de projetos em torno resolução da questão agrária e, recentemente, as disputas em torno da atualização dos índices da produtividade

⁴⁵¹ MST. Esclarecimentos sobre últimos episódios. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8319>> Acesso em: 09 out. 2009.

fundiária para fins de desapropriação de terras para a reforma agrária, imprimiram marcas e limites a pesquisa e a escritura da tese.

A inviolabilidade e a sacralidade da propriedade privada tem se constituído no ponto nevrálgico da luta de classes. Qualquer cerca derrubada ou qualquer deslocamento dos valores liberais de propriedade pelos trabalhadores rurais sem-terra é enxovalhado massivamente na imprensa brasileira e a criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores evidencia a arena das disputas, bem como os enfrentamentos políticos e os embates entre os projetos.

Por essa lógica, memórias e histórias das lutas dos trabalhadores pela terra estão em disputa no presente. Ocultar as experiências dos trabalhadores e seus movimentos sociais organizados no passado tem constituído no presente mais uma estratégia hegemônica da luta de classes. O movimento do pesquisador e da tese procurou desconstruir esse processo histórico a partir das experiências dos trabalhadores organizados em movimentos sociais na luta pela terra em Fernandópolis e na região Noroeste do Estado de São Paulo.

A tese problematizou e historicizou a construção social da memória sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis. A construção de versões narrativas sobre as experiências e práticas de luta dos trabalhadores, significadas como “levante comunista” ou “revolução agrária”, produziu certo reducionismo histórico, social e político, pois limitou os movimentos dos trabalhadores ao comunismo e ao PCB.

A produção histórica dos sentidos do passado ocultou os diversos conflitos e movimentos dos trabalhadores arrendatários de terra, os conflitos no processo de formação de fazendas, os despejos dos trabalhadores e as lutas pela terra, entendendo-se que muitos trabalhadores vislumbraram nos deslocamentos a possibilidade de acesso a terra, melhores condições de vida, de trabalho e moradia.

Diante dos objetivos e dos limites da tese, essas experiências foram apenas problematizadas e referenciadas, exigindo investigações sistemáticas para cada uma das experiências e para além do período pesquisado. O caráter provisório e seletivo do conhecimento histórico denuncia o campo aberto de possibilidades de experiências e tendências no social.

Nas temporalidades vividas entre 1945-64 em Fernandópolis, as lutas dos trabalhadores foram desqualificadas social e politicamente. Há indícios de que a pecha de “comunista” constituiu-se no artefato utilizado pela classe hegemônica nessas disputas, corroborado pelas disputas ideológicas em todo o período da Guerra Fria. Alguns

trabalhadores, de fato, assumiram-se como comunistas em momentos diversos de suas vidas. Outros se mantiveram comunistas até o fim de suas vidas, como é caso de Antônio Alves dos Santos, o Antônio Joaquim.

Os diversos projetos em disputa para o campo e para a cidade foram limitados a algumas tensões políticas entre frações das classes dominantes, naturalizadas e descontextualizadas nas narrativas e memórias laudatórias. A luta de classes diariamente vivida entre trabalhadores e latifundiários e “proprietários” foi ocultada da história da cidade, cujas relações hegemônicas compuseram o saber histórico dominante difundido no social. Outras histórias foram narradas a partir das memórias e experiências sociais dos trabalhadores.

FONTES

- I - PROCESSO CRIME, nº. 140, de 1949, da Comarca de Votuporanga/SP. 762 fls.
Constitui-se no processo criminal sobre o “movimento comunista de 1949 em Fernandópolis”. O processo foi protocolado no Supremo Tribunal Federal em 05 de setembro de 1950. Esse processo traz a lista de todos os implicados no movimento, seja na condição de “vítimas” ou de “réus”.
- II - PROCESSO CRIME, nº. 1462, de 19 de março de 1952.

O processo criminal indicia diversos trabalhadores, entre eles Antônio Augusto Fernandes, José Eliomar de Farias Leitão, Orlando Correia e Esménia Machado, como organizadores de “grandes festejos pela passagem do aniversário de um líder comunista” em Populina. O processo é rico em materiais sobre a militância política na região apresentando memórias sobre o movimento de junho de 1949 e sobre os modos de vida dos trabalhadores. Esse documento ainda não foi problematizado na pesquisa.

III - Livros de Atas da Câmara Municipal de Fernandópolis e acervo do “arquivo morto”: 1948-1955.

IV - Prontuários da Delegacia de Polícia Fernandópolis.

A maior parte dos prontuários não foi problematizada na pesquisa. Entre os prontuários selecionados e digitalizados encontra-se o inquérito policial sobre o movimento de junho de 1949 que instrui o processo criminal e prontuários de alguns dos trabalhadores indiciados no processo criminal. A intenção é utilizar parte desses dos inquéritos para problematizar os modos de vida dos trabalhadores do período. Ao todo são 62 prontuários que abarcam o período de 1949-60.

V - Acervo DEOPS – Prontuários do DOPS

O acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS), depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo:

- DEOPS: comunismo: constituído de pastas e está organizado por datas e numeração específica do DEOPS, com o título “comunismo”. Digitalizei as pastas que abrange o período de 1948-1953 relacionadas a militância política na região.
- Pasta temática: Camponeses – Agitação Rural e das Ligas Camponesas.
- Prontuários: São pastas em que foram depositados diversos documentos que fazem referência a pessoas ou instituições investigadas pelo DOPS. Digitalizei os prontuários daqueles trabalhadores que foram considerados como “réus” no processo crime do movimento de 1949 e conhecidos como comunistas na cidade. Outros prontuários pesquisados foram: Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, Delegacia de Polícia do Interior de Araçatuba, Delegacia de Polícia do Interior Cosmorama, Delegacia do Interior de Estrela D'Oeste, Delegacia de Polícia do Interior de São José do Rio Preto, Delegacia de Polícia do Interior de Monte Aprazível, Delegacia de Polícia do Interior de Votuporanga, Delegacia de Polícia do Interior de Fernandópolis.

VI - Periódicos (todos com imagens digitalizadas):

No Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) os periódicos: Terra Livre; A Classe Operária; Revista Problemas; Voz Operária e a Revista Fundamentos.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo os periódicos “Terra Livre”, “Hoje”, “Folha da Tarde”, “Correio Paulistano”, “Diário de São Paulo” e “Diário da Noite”. Jornal “O Guatambu” (de Cosmorama/SP, cidade que está localizada entre Fernandópolis e São José do Rio Preto, encontrado nos prontuários do DOPS).

O ““Fernandópolis-Jornal”” no acervo da família proprietária em Fernandópolis.

Na Biblioteca Pública de Votuporanga o periódico “Oeste Paulista”

Na Hemeroteca Municipal de São José do Rio Preto os periódicos “A Notícia”, “A Folha de Rio Preto” e a revista “O Cruzeiro”.

VII - Fonte Oral:

1) Entrevistas realizadas pelo pesquisador – Acervo do pesquisador:

Adahir Silva, filho de Antônio Alves do Santos, casado, aposentado, natural de Barretos/SP, nasceu em 02/12/1924. Trabalhou na juventude como trabalhador rural, barbeiro, com seu deslocamento para Goiana trabalhou como motorista concursado no Tribunal de Justiça, residente em Fernandópolis. Entrevista realizada em 27/06/2007.

Anna Zendron Figueiredo e Zenith Zedron Figueiredo, respectivamente, esposa e filha de José Antônio Figueiredo (Zé Cearense). Anna Zendron, viúva, natural em Itápolis/SP, nasceu em 29/06/1922, residente em Fernandópolis. Zenith, funcionária pública na Secretária da Saúde, natural de Fernandópolis, nasceu em 27/11/1954, residentes em Fernandópolis. Entrevista realizada em 04/09/2006.

Antônio Gilioti, casado, aposentado, foi trabalhador rural, ovelheiro, comerciante, natural de Urupês/SP, nasceu em 04/05/1940, residente em Fernandópolis. Entrevistas realizadas em 21/05/2007 e 03/07/2007.

Antenor Ferrari, casado, proprietário rural, ex-prefeito municipal, natural de Santa Adélia, nasceu em 09/03/1930, residente em Fernandópolis. Entrevista realizada em 24/01/2007.

Amélia Bento Duram Silvestrim, casada, natural de Nova Granada, nasceu em 19/10/1938, quando jovem trabalhou em cotonifício em São José do Rio Preto, em Fernandópolis foi liderança local nas CEBs, movimento das mulheres, candidata a prefeita e vice-prefeita pelo PT, residente em Fernandópolis. Entrevista realizada em 18/05/2007.

Aurora Luiza F. de Oliveira, aposentada, viúva, natural de Monte Azul Paulista/SP, nasceu em 08/10/1917, o marido foi formador de fazendas, residente em Fernandópolis. Entrevista realizada em 24/05/2007.

Esmênia Machado Lino, aposentada, natural de Araçatuba/SP, nasceu em 29/12/1939, militante do PCB no final da década de 1940 e nas décadas seguintes, residente em São Paulo. Entrevista realizada em 16/07/2007.

Helvio Pereira da Silva, aposentado, filho de João Pereira Zequinha, natural de Tanabi/SP, nasceu em 18/11/1923. Entrevista realizada em 19/05/2007.

Idalina Maldonado e Hélio Maldonado, esposa e filho, respectivamente de José Maldonado (militante comunista), aposentados, residentes em Fernandópolis. Idalina é natural de Catiguá, nasceu em 03/10/1912. Entrevista realizada em 13/07/2005.

Jacira Fortunato Godoy e Arlindo Vitulozza de Godoy, casados. Jacira, aposentada, é natural de Mirassol/SP, nasceu em 27/07/1939, quando solteira foi trabalhadora rural. Depois de casada em morando na cidade foi empregada doméstica, diarista e bóia-fria. Arlindo, natural de Elisiário/SP, nasceu em 31/01/1937, foi trabalhador em olaria e aposentou-se como pedreiro. Entrevista realizada em 24/05/2007.

Joaquim Baptista Lacerda, viúvo, aposentado, foi trabalhador rural, pequeno proprietário rural e motorista, natural de Urupês/SP, nasceu em 04/04/1928. Antes da entrevista questionou-me se era para o projeto memória do bairro da Brasilândia. Entrevista realizada em 26/05/2007.

José Basílio, casado, aposentado, proprietário rural, comerciante, natural de Ipiúá/São José do Rio Preto, nasceu em 11/04/1929. Entrevistas realizadas em 02/05/2006 e 27/02/2007.

Maria Doralice de França Angeluci, viúva, aposentada, natural de Baturité/CE, nasceu em 17/05/1929. Entrevistas realizadas em 04/05/2006 e 10/05/2006.

Mário de Matos, falecido em 21/12/2006, comerciante, natural de Portugal, nasceu em 14/02/1924, deslocando-se para o Brasil em 1942. Entrevista realizada em 04/05/2006.

Yara Maria Felisberto, professora de História e Supervisora de Ensino aposentada, natural de Fernandópolis, nasceu em 22/02/1950. Entrevista realizada em 12/08/2006.

Idelma Felisberto, viúva de Oswaldo Felisberto, aposentada, natural de Santa Ernestina/SP, nasceu em 14/10/1922. Entrevista realizada em 19/08/2006.

2) Entrevistas produzidas em 1996 para o livro sobre a história da cidade, realizadas por Áurea Sugahara, Perpétua Matos e Rosa Costa:

- **Avelina Rodrigues Pereira**. Realizada em 24/07/1996.
- **Francisco Leão**. Realizada em 25/07/1996.
- **Humberto Cáfar**. Realizada em 27/09/1996.
- **Idalina Maldonado**. Realizada em 23/07/1996.
- **João Santo**. Realizada em 1996.
- **Luíza dos Santos** (esposa de Antônio Joaquim). Realizada em 1996.
- **Oswaldo Felisberto**. Realizada em 1996.
- **Odete Baraldi**. Realizada em 22/07/1996.
- **Padre José Jansen**. Realizada em 30/09/1996.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P. R. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

_____. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

_____. Os trabalhadores e a cidade: reflexões sobre o uso das fontes orais. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea.** Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectiva**, Uberlândia, nº 25/26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun.2002.

_____; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (orgs.). **Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens.** Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens.** São Paulo: Olho d'Água, 2006.

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

AQUINO, M. A. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, M. A. et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político.** Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

AQUINO, M. A. et al. (Orgs.). **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político.** Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002a.

_____. **Em busca do crime político.** Família 50. Dossiês DEOPS/SP. Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002b.

_____. **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – o anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro.** Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002c.

ARANTES, A. A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público.** Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARANTES, L. **Dicionário Rio-pretense, a história de São José do Rio Preto de A a Z.** 2 ed. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2001.

ARIAS, S. **A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”.** 2003. 187 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

AUED, B. W. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e ligas camponesas, 1955-64.** Florianópolis: UFSC, 1986.

AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, M. E. J. Sobre história: imprensa e memória. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

BARRIGUELLI, J. C. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, v. 2, 1981.

BASTOS, E. R. 150 anos de um debate sobre reforma agrária. **Cadernos AEL**, Campinas, SP, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/IFCH, nº. 7, p. 131-145, 1997.

_____. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATALHA, C. H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **Brasil Republicano: da proclamação da República à Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BISCARO NETO, N. **Memória e cultura na história da Frente Pioneira** (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BIZELLI, E. A. **Agentes e processos na urbanização paulista do extremo oeste e a cidade de Fernandópolis**. 1998. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. **O processo de urbanização no interior paulista: um estudo de caso – a cidade de Fernandópolis**. 1993. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSI, A.; VARUSSA, R. J. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa. In: BOSI, A. et al. **História, poder e práticas sociais**. Marechal Cândido Rondon, PR: Edunioeste, 2006.

BRUSANTIN, B. M. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Inventário DEOPS).

BUOCICORE, A. C. Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. In: **Cadernos AEL. Sindicalismo e protesto social**. Campinas, SP: Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/IFCH, v. 7, nº. 12/13, 2000.

CARDOSO, H. H. P. Memórias de um trauma: o massacre na GEB (Brasília – 1959). In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

_____. Os anos 50, o projeto de industrialização e o tema da reforma agrária. In: MACHADO, M. C. T.; PATRIOTA, R. (orgs.) **Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

CARDOSO, R. B. Esplendor e decadência do algodão em São Paulo. **Fundamentos**, v. 2, n. 3, ago. 1948.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. 2. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.

CARONE, E. **A Quarta República (1945-1964): documentos**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1980.

_____. **Movimento operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Difel, v. II, 1981.

_____. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, v. II, 1982.

CARVALHO, R. **Carro doce: o romance das ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Anima, 1986.

CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. 1980. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

_____. Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários. **Cadernos AEL: Conflitos no campo**, Campinas/SP: Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/AEL/IFCH, nº. 7, 1997.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias no corte imperial**. 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CIRILO, A. **Vila Pereira e outros poemas históricos**. São Paulo: Pannartz, 1983.

COELHO, M. A. T. **Herança de um sonho: as memórias de um comunista**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, H. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995.

COSTA, L. F. de C. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964. **Estudos. Sociedade e Agricultura**. Curso de Pós- Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 2, p. 67-88, Julho/1994.

_____. **O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-1964**. 1990. 244 fls. Doutorado (História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

CRUZ, H. F. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 11-36, jul.dez. 2008.

_____. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.

CUNHA, P. R. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950/1964)**. São Paulo: UNESP, 2007.

DAVIS, N. Z. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE DECCA, E. S. A revolução acabou. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 10, nº. 20, p. 63-74, 1991.

DUARTE, C. O monopólio da terra e da democracia no Brasil. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 43-55, abr. 1948.

EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FALEIROS, M. I. L. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. 243 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

FENELON, D. R. (Org.) **Cidades**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Editora Olho d'Água, 2000.

FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

_____.; CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. R. C. Introdução. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

_____. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, Educ, nº. 10, p. 73-90, dez/1993.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, UFU, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

FONTANA, J. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FERREIRA, J. (org.) **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, A. et al. **Na luta por direitos**: Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: UNICAMP, 1999.

GARCIA, M. A. Reforma ou revolução/reforma e revolução. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 10, nº. 20, p. 9-38, 1991.

GIOVANETTI NETO, E. **O PCB na Assembléia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GINZBURG, C. **El juez y el historiador**: consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid: ANAYA & Mario Muchnik, 1993.

_____. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRABOIS, M. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. **Problemas**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 20, ago./set. 1949.

GRANELA, W. **O repórter da cidade**: Fernandópolis cidade progresso, fatos/fotos. Fernandópolis: Wilson Granela, 1980.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

GRYNSZPAN, M. Luta pela terra e identidades sociais. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, vol.5, suppl., p. 255-272, jul.1998.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes/Fase, 1991.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. L. SOVIK. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HAUPT, G. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 208-231, mar./ago. 1985.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

_____. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Introdução: A invenção das tradições; A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: _____. RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. RUDÉ, G. Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1982.

HOGGART, Richard. Utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973. v.1.

KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

_____. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

_____. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 79-103, jun. 2001.

KOWARICK, L. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987.

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LINEBAUGH, P; REDIKER, M. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a histórica oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LONER, B. A. **O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”**: um estudo. 1985. 206 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LOPES, J. S. L. **A Tecelagem do conflito de classe na "cidade das chaminés"**. Brasília/São Paulo: UNB/Marco Zero, 1988.

MACIEL, L. A. De "o povo não sabe ler" a uma história dos trabalhadores da palavra. In: ALMEIDA, P. R; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

_____. "Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores"? **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 89-135, jul.dez. 2008.

_____. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MARIGHELLA, C. et al. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. Nossa política. **Problemas**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 16, jan. 1949.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. ; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: COUTINHO, C. N et al; REIS FILHO, D. A. (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 295fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

_____. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. del. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Visões do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. v. 4.

MENDONÇA, S. R. **Estado e educação rural: alguns escritos**. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.

MOISES, J. A. et al. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MORAES, J. Q. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. del. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Visões do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. v. 4.

MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOREIRA, V. J. **Culturas, memórias e práticas comunistas de luta pela terra no eixo Fernandópolis – São José do Rio Preto, 1945 – 1955**. Projeto de Pesquisa em História Social. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2006.

_____. **Trabalhadores na luta pela terra**. Campo e cidade: valores, memórias e experiências de trabalhadores rurais sem-terra. Sumaré – 1980-1997. 1998. 156 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. 2007. 445 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro.

NEGRO, A. L. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. **História**, São Paulo, n. 21, p. 251-282, 2002.

_____.; FONTES, P. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, M. A. et al. (orgs.) **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.

PESSOTA, A. J. et al. **Fernandópolis: nossa história, nossa gente**. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

PINHEIRO, P. S. **Política e Trabalho no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 1977.

_____. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POMAR, P. E. R. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia: o jornal Hoje (1945-1952)**. 2006. 192 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro: vol. 1, nº. 2, 1996.

_____. As fronteiras da memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. **História, mito, rituais e símbolos. História & Perspectiva**, Uberlândia, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun.2002.

_____. Forma e significado da representação histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931, 1941). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 181-217, jul. dez. 2008.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

_____. **La ordem ya fue ejecutada**. Roma, las Fosas Ardeatinas, la memoria. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

_____. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, Educ, nº. 10, p. 41-58, dez/1993.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **A revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

_____. Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 11-79, jun./jul. 1949.

PRIORI, A. A Justiça do Trabalho e os trabalhadores rurais: um debate acerca da legislação rural trabalhista brasileira. In: PRIORI, A. (Org.). **O mundo do trabalho e a política: ensaios interdisciplinares**. Maringá: EDUEM, 2000.

QUERINO, R. A. **Democracia inconclusa: militância comunista e repressão política no interior paulista (1945-1964)**. 2006. 362 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara.

_____. **Mil histórias para contar: formação de quadros e militância comunista na região de Marília-SP (1947-1956)**. 2000. 228 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, UNESP, Araraquara.

RANGEL, M. S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. 2000. 372 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS, D. A. **Entre reforma e revolução**: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. 1. reimp. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. v. 5.

REIS, N. **Tensões sociais no campo**: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste. 1990. 255fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

RIBEIRO, J. F. **Os “Combatentes da Paz”**: a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela proibição das armas atômicas (1950). 2003. 188 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

ROIO, M. del. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. del. (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Visões do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. v. 4.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALES, J. R. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. **Cadernos AEL**, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, nº. 14/15, 2001.

SAMUEL, R. (org.) **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Editora Crítica-Grijalbo, 1984.

_____. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 41-81, fev. 1997.

SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. **Problemas**, Rio de Janeiro, n. 64, dez. 1954/fev. 1955.

SANTOS, R. (org.) **Questão agrária e política**: autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e videocultura na Argentina. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____. **Paisagens imaginárias**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA, E. A. **O despertar do campo**: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Inventário DEOPS).

SILVA, F. T. **A carga e a culpa**. os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968. São Paulo – Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

_____. **Operários sem padrões:** os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVA, L. R. O. **A crônica da reforma agrária em Caio Prado Júnior e nos textos pecebistas.** 2002. 189 fls. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, J. (Org.). **Capital e trabalho no campo.** São Paulo: HUCITEC, 1977.

SILVA, S. **1935:** ilusão, loucura e história. **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP/IFCH, nº. 2, p. 63-88, 1995.

SIMÃO, A. **Sindicato e estado:** suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. (org.). **História e natureza das ligas camponesas.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** II: A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Orgs. A. L. NEGRO; S. SILVA. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e caçadores:** a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. La política de la teoría. In: SAMUEL, R. (org.) **Historia popular y teoria socialista.** Barcelona: Editora Crítica-Grijalbo, 1984.

_____. et al. **Exterminismo e Guerra Fria.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, EDUC, fev. 1998.

_____. Recompondo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TOLENTINO, C. A. F. Os fios da história de um assentamento “desaparecido”. **Cadernos AEL**, Campinas/SP, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP/IFCH, nº. 7, p. 105-129, 1997.

VARUSSA, R. J. Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (orgs.). **Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. Trabalhadores e memórias: disputas, conquistas e perdas na cidade. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004.

_____. **Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho** (Jundiaí/SP, décadas de 40 a 60). 2002. 210 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, V. L. **Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950**. 1989. 283 fls. Tese (Mestrado História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **REVISTA USP**. São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./mai. 2005.

_____. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

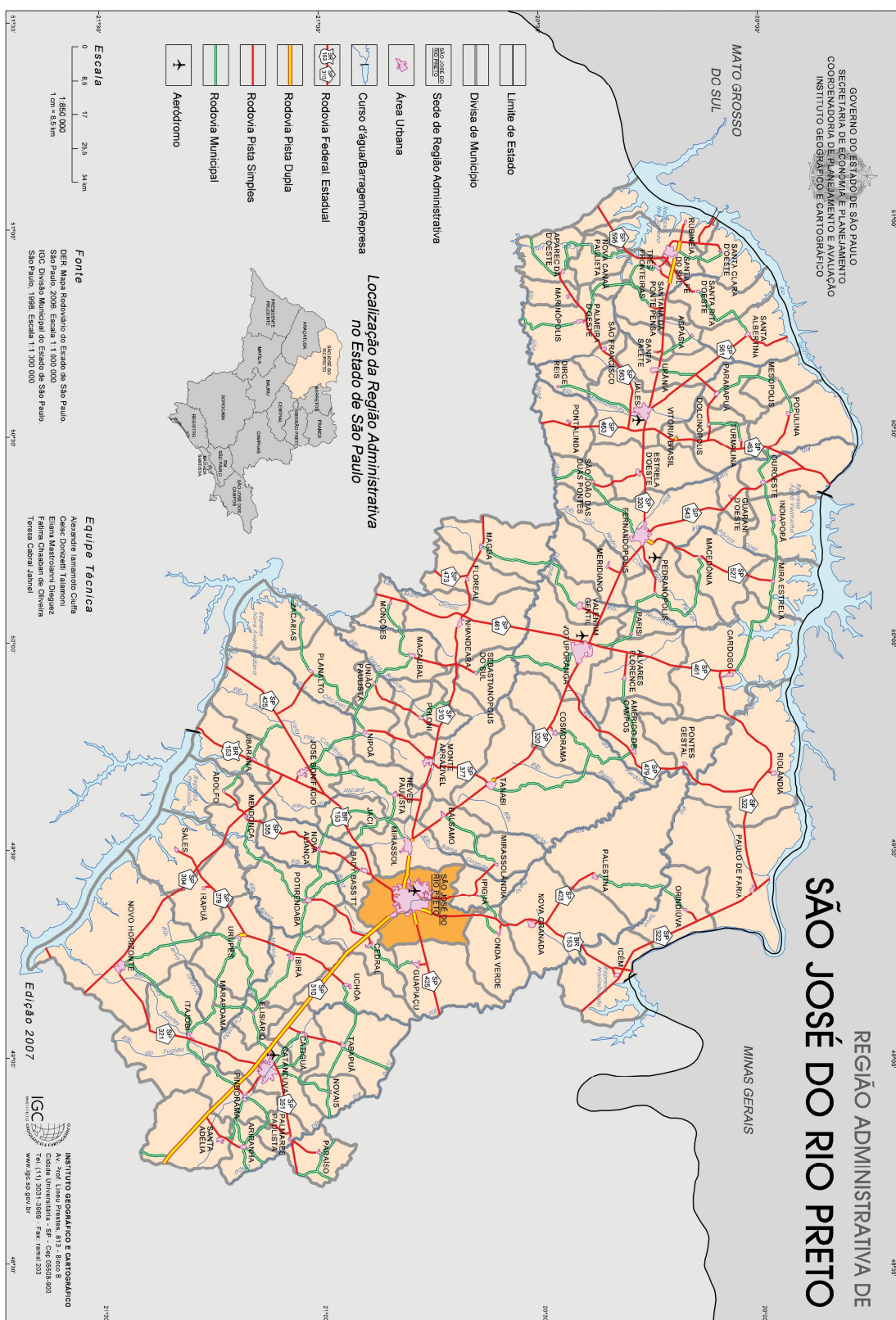
_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, E. R. Revoluções sociais no campo. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

_____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ANEXOS

Figura 1



Disponível em: < <http://www.igc.sp.gov.br/mapasRas.htm#riopreto> > Acesso em: 07 out. 2009

Figura 2

Fernandópolis na Região de Governo

Fonte: Adaptado de SEADE, 2004. FÍSICO TERRITORIAL

Disponível em: < <http://www.fernandopolis.sp.gov.br/portal/principal.asp?id=87> > Acesso em: 07 out. 2009.

Figura 3

No mapa da territorialização das multinacionais do algodão pelo interior do Estado de São Paulo, produzido em 1948.



Imagem reproduzida pelo pesquisador, digitalmente, da revista "Fundamentos" e ilustra o artigo de Ruy Barbosa Cardoso, publicada em agosto de 1948, disponível no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – AEL. CARDOSO, R. B. Esplendor e decadência do algodão em São Paulo. **Fundamentos**, v. 2, n. 3, ago. 1948, p. 170-193.